



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 949

Quarta-feira - 14 de Março de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	1
Bela Vista do Toldo .....	3
Biguaçu .....	3
Braço do Trombudo .....	4
Caçador .....	4
Camboriú .....	12
Campo Alegre .....	12
Campos Novos .....	14
Canoinhas .....	15
Capinzal .....	18

### Catanduvás

Concórdia .....	34
Cordilheira Alta .....	49
Coronel Martins .....	78
Corupá .....	78
Ermo .....	84
Forquilha .....	84
Fraiburgo .....	85
Garopaba .....	87
Gaspar .....	87
Guaramirim .....	91
Herval do Oeste .....	91
Imbituba .....	92
Irineópolis .....	96
Itaiópolis .....	97
Itapoá .....	97
Joaçaba .....	97
José Boiteux .....	113
Lages .....	113
Lebon Régis .....	127
Leoberto Leal .....	128
Luzerna .....	136
Maracajá .....	138
Massaranduba .....	139
Meleiro .....	139
Morro da Fumaça .....	150
Navegantes .....	151
Paial .....	151
Palhoça .....	151
Palmitos .....	176
Pinheiro Preto .....	176
Porto Belo .....	180
Porto União .....	181
Rio do Sul .....	192
Salto Veloso .....	194
São Bento do Sul .....	202
São Lourenço do Oeste .....	222
São Pedro de Alcântara .....	231

Schroeder .....	232
Siderópolis .....	236
Timbó .....	238
Três Barras .....	241
Tunápolis .....	241
Turvo .....	242
Vargeão .....	242
Videira .....	243

### Consórcios

CIM-AMAVI .....	245
CIS/AMMVI .....	245

**Antônio Carlos**

## PREFEITURA

### Portaria N° 204/2012.

PORTARIA N° 204/2012.

Concede Férias a servidor act..

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora ELISABETH JORDELINA CRISTOVAO, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a contar de 01 de Março de 2012 referente ao periodo aquisitivo de 29/06/2010 a 28/06/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de março de 2012.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 12 de março de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



**2º Aviso de Licitação Nº 033/2012**  
**2º AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 033/2012; Modalidade: Tomada de Preços nº. 004/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Contratação de Empresa especializada para a execução de serviços de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação Asfáltica na Rua João Henrique Pauli - Antônio Carlos/SC, Estaca Opp até 24 11,505m, numa extensão de 491,50 metros, conforme previsto no memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo; Abertura: dia 30/03/2012 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no email: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 13 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal Em Exercício

**Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação**  
**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Origem: Licitação nº. 030/2012 - Pregão Presencial nº. 022/2012; Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção, limpeza dos pátios, jardins e entorno das unidades escolares da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antonio Carlos; Pedro Paulo dos Santos, Prefeito Municipal Em Exercício, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa Fábio Sebastião Silveira 00446348970, no valor total de R\$ 6.950,00.

Antônio Carlos, 09 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal Em Exercício

**Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação**  
**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Origem: Licitação nº. 044/2012 - Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2012; Objeto: aquisição de passes escolares para alunos do ensino médio e superior residentes no Município de Antônio Carlos - SC; Pedro Paulo dos Santos, Prefeito Municipal Em Exercício, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa Biguaçu Transporte Coletivos, Administração e Participações Ltda, no valor total de R\$ 284.980,00.

Antônio Carlos, 09 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal Em Exercício

**Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação**  
**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Origem: Licitação nº. 035/2012 - Pregão Presencial nº. 023/2012; Objeto: contratação de empresa especializada para prestar serviços de suporte técnico, manutenção preventiva, e corretiva em

169 (cento e sessenta e nove) equipamentos de informática, sendo 118 (cento e dezoito) micro-computadores e 51 (cinquenta e uma) impressoras da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, do Gabinete do Prefeito, das Secretarias de Administração e Finanças, Educação e Cultura, Planejamento e Desenvolvimento, e Esporte e Turismo; Pedro Paulo dos Santos, Prefeito Municipal Em Exercício, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa Seminotti Informática Ltda ME, no valor total de R\$ 19.200,00.

Antônio Carlos, 09 de Março de 2012.  
PEDRO PAULO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal Em Exercício

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Resolução 002/2012**

RESOLUÇÃO Nº 002/2012

Autoriza o Tesoureiro da Câmara Municipal a efetuar movimentações financeiras junto aos estabelecimentos de crédito do Município.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar o Tesoureiro da Câmara Municipal de Antônio Carlos, Sr. MAURI BERTOLDO ELIAS, assinar, juntamente com o Presidente deste Órgão Legislativo, os documentos constantes da Resolução nº 001/2012, bem como a efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico e ainda, a efetuar a liberação de arquivos de pagamento no gerenciador financeiro.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 05 de março de 2012.  
VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER  
Presidente

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT  
1º Secretário

EMERSON ROBERTO SCHAPPO  
2º Secretário

**Homologação de Processo Licitatório**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, Vilson Antônio Gelsleichter, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RESOLVE:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

- a) Processo nº 01/2012
- b) Licitação nº 01/2012
- c) Modalidade: Licitação - Pregão Presencial - Registro de preço - MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
- d) Data de adjudicação: 10/03/2012
- e) Data de Homologação: 10/03/2012



**OBJETO DA LICITAÇÃO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa Agenciadora de viagens) para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos.

**FORNECEDOR:** DOMA TURISMO LTDA.

**VALOR DO DESCONTO DA PASSAGEM:** 3,5% (Três vírgula cinco pontos percentuais)

**Dotação:** 3.3.9.0.3.30.1

Antônio Carlos, em 10 de Março de 2012.  
VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER  
Presidente

## Bela Vista do Toldo

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2012

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item para AQUISIÇÃO DE DOSES DE SÊMEN BOVINO, KIT DE INSEMINAÇÃO E NITROGENIO. No dia 27/03/2012 as 10h00min horas na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. Informações e edital deverão ser solicitados pelo e-mail planejamentobvt@hotmail.com.

Bela Vista do Toldo, 12 de março de 2012.  
JOSETE KOGG  
Pregoeira Oficial

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Aviso de Pregão Eletrônico Nº 76/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2012- FMS

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS PARA USO DA NOVA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA) DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 16:00 do dia 26/03/2012, no endereço eletrônico - [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), horário de Brasília- DF.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 14:00h do dia 14/03/2012 às 13:59 do dia 26/03/2012.

**LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL:** No endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico- Bolsa de Licitações e Leilões - [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 09 de março de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

#### Aviso de Pregão Presencial Nº 67/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2012- FMS

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

**DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:** 14:00 horas do dia 26/03/2012.

**LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL:** Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 09 de março de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

#### Aviso Pregão Presencial 71/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2012- FMS

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE COFFEE BREAK PARA CURSOS E EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

**DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:** 14:00 horas do dia 27/03/2012.

**LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL:** Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500.

Biguaçu, 12 de março de 2012.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.



**Republicação do PP 007/2012-FMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 007/2012-FMA

Devido à falta de empresas interessadas no PP 007/2012 FMA, que tem como objeto "aquisição de computador para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Biguaçu", fica republicada a mesma para a seguinte data:

Recebimento dos envelopes de documentação e Propostas de Preços: Dia 03/04/2012, até 15:30 horas.

Abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços: Dia 03/04/2012, às 16:00 horas.

Biguaçu, 14 de março de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - REGINA EVALDT

Secretária De Administração

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****Decreto 017/2012**

DECRETO Nº 017/2012

Regulamenta Pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para 2012.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 043/2005 de 28.09.2005, Art. 182, § 1º, etc

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituído aos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano que o pagamento poderá ser parcelado conforme segue:

Parcela	Vencimento.
1a	15/04/2012
2a	15/05/2012
3a	15/07/2012
4a	15/09/2012
5a	15/11/2012

Parágrafo único: O contribuinte que optar pelo recolhimento total do Imposto Predial e Territorial Urbano até o vencimento da primeira parcela (15.04.2012), terá o direito a um desconto de 10% (dez por cento) sobre o montante devido.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de março de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

**Decreto 018/2012**

DECRETO Nº 018/2012

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS AO PROCESSO SELETIVO 02/2012, DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo 2/2012, com execução técnico-administrativa do Instituto o Barriga Verde, etc

**TORNA PÚBLICO O SEGUINTE:**

Art. 1º - Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo 2/2012, fica HOMOLOGADO a Classificação Final dos Candidatos, no anexo I deste Decreto, parte integrante e inseparável da mesma, segue a classificação decrescente, já considerados os critérios de desempate.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 13 de março de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

**ANEXO I****CLASSIFICAÇÃO FINAL****LEGENDA**

ALP - Acertos de Língua Portuguesa

NLP - Nota de Língua Portuguesa

ACG - Acertos de Conhecimentos Gerais

NCG - Nota de Conhecimentos Gerais

ACE - Acertos Conhecimentos Específicos

NCE - Nota Conhecimentos Específicos

AT - Acertos Totais

NF - Nota Final

**CARGO 01- PROFESSOR NÍVEL I- ED. FÍSICA (HABILITADO)**

Nº de Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	data Nasc.	ALP	NLP	ACG	NCG	ACE	NCE	AT	NF
0002	Elson Alex Gracioli	31.09.74	1	0,50	3	1,50	8	4,00	12	6,00
0001	Nilvo da Silva	03.05.74	1	0,50	3	1,50	6	3,00	10	5,00

**Caçador****PREFEITURA****Decreto Nº 5.161**

DECRETO nº 5.161, de 07 de março de 2012.

Designa Comissão Especial de Avaliação.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/6/93,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os cidadãos ELIZETE R. BLEICHUEHL, ARION MARÇAL SANTOS e OSMAR DIAS, para, sob a presidência



do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação, que analisará e julgará as propostas dos interessados, de acordo com as exigências do Edital de Concorrência nº 01/2012, da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador, para exploração do serviço de guarda e depósito de veículos apreendidos em decorrência de infração de trânsito no Município de Caçador/SC.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 14h10 do dia 10 de abril de 2012, para análise e julgamento das propostas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

### **Decreto Nº 5.162**

DECRETO nº 5.162, de 07 de março de 2012.

Designa Comissão Especial de Avaliação.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/6/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os cidadãos PEDRO MASIERO, ARION MARÇAL SANTOS e ADRIANA M. VAN PASSEL, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação, que analisará e julgará as propostas dos interessados, de acordo com as exigências do Edital de Tomada de Preços nº 01/2012, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para contratação de empresa habilitada para reformas nas instalações do Parque das Araucárias, conforme projetos e memoriais anexos ao referido Edital.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 14h10 do dia 29 de março de 2012, para análise e julgamento das propostas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

### **Decreto Nº 5.163**

DECRETO nº 5.163, de 07 de março de 2012.

Retifica os incisos II e III, do Decreto nº 5.149/2012, que Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os incisos II e III do Decreto nº 5.149, de 15 de fevereiro de 2012, que Aprova desmembramento de terreno urbano, de propriedade de Claudino Amir Tomazini, conforme segue:

I -

II - Gleba 2 com 402,31m<sup>2</sup> (quatrocentos e dois metros e trinta e um decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com a Gleba 1, medindo 16,90m e com a servidão medindo 7,87 m; ao Sudeste, com Claudino Amir Tomazini (matrícula 7042), medindo 17,10m; ao Sudoeste, com Maristela Maria Roveda Martinez, Julio José Martinez, Sara Maria Roveda da Fontoura Bastos, Irene Aparecida Roveda, Claudia Simone Roveda, Itacyr Angelo Roveda Filho e Thais Luciana Roveda (matrícula 23.100), medindo 24,70m; e, ao Noroeste, com Rubens Reis da Silva e Rejane Mara Sorgatto (matrícula 24889), medindo 15,50m.

III - Servidão com 103,57 m<sup>2</sup> (cento e três metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com a Rua Inglaterra, medindo 4,00m; ao Sudeste, com Claudino Amir Tomazini (matrícula 7042), medindo 23,63m; ao Sudoeste, com a Gleba 2, medindo 7,87m; e, ao Noroeste, em dois planos com a Gleba 1, medindo respectivamente 4,35m e 21,30m.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

### **Decreto Nº 5.164**

DECRETO nº 5.164, de 08 de março de 2012.

Designa Comissão Especial de Avaliação de bens móveis.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, VANDERLEI DE LIMA, JOSÉ BRESSAN e JUAREZ HOFFELDER, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação dos seguintes bens móveis, que se encontram na Secretaria de Infra-Estrutura e no estado em que se encontram, conforme segue:

- um veículo Gol Power 4 portas, ano 2002, placas MCJ 9911, cadastrado sob o nº 31354;
- um veículo camioneta pampa, ano 1997, modelo pampa 1.8IL, placas LYP 3514, cadastrado sob o nº 2925;
- vibroacabadora de asfalto, marca Barber Reeme, modelo AS 35, ano 1978, cadastrada sob o nº 25.114, sem motor;
- demarcadora de faixas para sinalização e pintura Auto Propeliada de pneus hidrostática, marca Sinalmaq, ano 2010, sem uso, cadastrada sob o nº 30.355, com a carreta tipo trailer rampa de carga, cadastrada sob o nº 30354;
- sucata contendo rolo compactador, uma concha de pá carregadeira, um braço, lâmina de trator de esteira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito municipal de Caçador, em 08 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal



**Decreto Nº 5.165**

DECRETO nº 5.165, de 08 de março de 2012.

Estabelece horário especial de expediente para a Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para a Fundação Municipal do Meio Ambiente, sendo das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, a contar de 1º de março de 2012.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Secretaria, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seu respectivo cargo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**Decreto Nº 5.167**

DECRETO nº 5.167, de 09 de março de 2012.

Nomeia comissão de Processo Seletivo aos ocupantes do cargo de professor de Laboratório de Informática do quadro do Magistério Público Municipal - Edital Nº 05 SEMEC, 09/03/2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e das Diretrizes do MEC: Nota Técnica 011/2010, Resolução 04/2010 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Processo Seletivo aos ocupantes do cargo de professor de Laboratório de Informática do quadro do Magistério Público Municipal - Edital Nº 05 SEMEC, 09/03/2012, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência do primeiro:

Aldonir Anciutti  
Dirceu Ribeiro de Mello  
Rute Proença  
Vilson Meirelles da Silva  
Edite Salete Ventz

Parágrafo único. A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**Decreto Nº 5.168**

DECRETO nº 5.168, de 12 de março de 2012.

Retifica o inciso II do Decreto nº 5.064/2011, que Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica retificado o inciso II do Decreto nº 5.064, de 21 de novembro de 2011, que Aprova desmembramento de terreno urbano, de propriedade de Fausto de Azambuja Buba ME e Syomara Ecinelli de Lima Buba, conforme segue:

"I -

II - Lote "B", com 2.911,26 m² (dois mil, novecentos e onze metros e vinte e seis decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, em dois planos, sendo o primeiro com Alexandre José Bortolini (matricula nº 2.051), medindo 20,00 metros e o segundo com a área "A", medindo 19,93 metros; ao Sul, com a área "C", medindo 18,81 metros; ao Leste, com Armindo Bombassaro (matricula nº 10.208), rua Fausto M. Quadros, Agenor Félix Téchio (matricula nº 16.431) e com Lurdes Corrêa de Mello Pereira (matricula nº 7.131), medindo 114,17 metros, e; ao Oeste com Tarfens - Administração e Locação de Imóveis Ltda., (matricula nº 14.663), medindo 103,95 metros;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**Decreto Nº 5.169**

DECRETO Nº 5.169, de 12 de março de 2012.

Revoga o Processo Licitatório nº 18, de 06/02/2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 18, de 06/02/2012, na modalidade de Pregão Presencial nº 13/2012, pois o mesmo restou prejudicado em razão da única proponente que compareceu ao certame, não ter apresentado a documentação necessária e exigida para a habilitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.



**Portaria Nº 21.430**

PORTARIA Nº 21.430, de 1º de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e o previsto na Lei Complementar 07/99 - Plano de Cargos e Salário dos Profissionais da Educação,

**RESOLVE:**

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal LUCIMAR APARECIDA APPI, ocupante do cargo de Secretária Escolar, para exercer função gratificada FGR de 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos, pertencente ao "Grupo Ocupacional Funções Gratificadas", do Poder Executivo Municipal, enquanto estiver a disposição do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, a contar de 1º de março de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária De Educação.

**Portaria Nº 21.431**

PORTARIA Nº 21.431, de 1º de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

**RESOLVE:**

REDUZIR A CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais, da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, a contar de 1º de março de 2012:

Cód.	nome	cargo	c.h. antiga	c.h. atual
11473	Cristiane Moreira Camargo	Orientadora Educacional	40h	20h
11554	Vilma Regiane da Luz	Professora Inglês	18h	16h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária De Educação.

**Portaria Nº 21.432**

PORTARIA Nº 21.432, de 1º de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

**RESOLVE:**

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e motivo, de 1º de março de 2012 a 21 de dezembro de 2012:

Cód.	Nome	Cargo	c.h. antiga	c.h. atual	Motivo
11562	Suzana Cristina Voltolini	Prof. Ed. Física	30h	33h	Vaga transitória EMEB Walsin Garcia
11422	Ana Paula Peretto Spuldaro	Prof. Artes	19h	21h	Vaga transitória EMEB Walcin Garcia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária De Educação.

**Portaria Nº 21.435**

PORTARIA Nº 21.435, de 1º de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

**RESOLVE:**

RESCINDIR a pedido, os contratos em caráter temporário das Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, da Secretaria de Educação especificando: código, nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Cod.	Nome	Cargo	Data resc.
11613	Leidi Cristina Knecht	Prof. Matemática 20h	1º/03/12
11381	Mariza Terezinha Cavichioli Frigieri	Prof. Ed. Física 39h	1º/03/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA  
Secretária De Educação.

**1º Aditamento ao Processo Licitatório Nº 26-2012 Pregão Presencial Nº 16-2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC.

1º TERMO DE ADITAMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2012 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012

Através do presente TERMO DE ADITAMENTO ao Edital do Pregão Presencial nº 16/2012 referente ao processo licitatório nº 26/2012 para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA PARA PREFEITURA MUNICIPAL COMO ORGÃO



GERENCIADOR, E DEMAIS FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS MUNICIPAIS, com entrega estimada pelo período de 12 (doze) meses:

Fica excluída a exigência contida na alínea g) do Capítulo 4. Da Habilitação, Item 4.2 ou seja:

g) Certificado de registro da empresa junto a Celesc.

Não sendo mais necessária a apresentação para efeitos de habilitação.

As demais cláusulas do Edital Pregão Presencial nº 16/2012, permanecem inalteradas, pois as alterações no Edital não alteram a formulação das propostas, incluindo o dia e horário da abertura do processo, que permanece no dia: 21/03/2012 às 14h10min. e Protocolo: até 21/03/2012 às 14h00min.

Caçador/SC, 12 de Março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação PR 01-2012 FMEC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 01/2012 - FMEC

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ATLETAS, TÉCNICOS E DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do Dia 30/03/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do Dia 30/03/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de março de 2012.

VERA LÚCIA LIPKA NEVES

Presidente

Fundação Municipal de Esportes

#### **Aviso de Licitação PR 10-2012 FUNDEMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO ANO 2012 E UM GUINDASTE VEICULAR NOVO EQUIPADO COM QUATRO LANÇAS HIDRÁULICAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 03/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 03/04/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de março de 2012.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente da FUNDEMA

#### **Aviso de Licitação PR 22-2012 Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Divisão de Segurança Pública

POLICIA MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012

TIPO: MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA POLICIA MILITAR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 28/03/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 28/03/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de Março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

#### **Edital 002/2012 - Bolsa Atleta Fundação Municipal de Esportes**

EDITAL nº 002/2012

ESTABELECE O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ATLETAS, PARA ATLETAS E GUIAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR.

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Caçador - FME -, no uso de suas atribuições legais e atendendo o disposto na Lei Municipal nº 2.793, de 24 de março de 2011, que institui o programa de bolsa-atleta, faz saber que fica instaurado o processo de inscrição e seleção para concessão da bolsa atleta aos interessados que atendem aos requisitos legais:

##### **1. DAS MODALIDADES E VERBAS**

Em conformidade com o Decreto Municipal nº 4.809, de 08 de abril de 2011, que regulamenta a Lei Municipal nº 2.793, de 24 de março de 2011, torna público a Fundação Municipal de Esportes de Caçador, as modalidades e naipes de seu programa anual para 2012, cujos atletas poderão ser contemplados pelo PROGRAMA BOLSA ATLETA, bem como suas respectivas verbas:

Modalidade

- a) Atletismo m. e f.
- b) Basquete m. e f.
- c) Bocha m. e f.
- d) Bolão 16 cm m. e f.
- e) Bolão 23 cm m. e f.
- f) Ciclismo m.
- g) Futebol de campo m. e f.
- h) Futebol de salão m. e f.
- i) Ginástica Artística m. e f.
- j) Ginástica Rítmica f.
- k) Handebol m. e f.
- l) Judô m. e f.
- m) Karatê m. e f.
- n) Natação m. e f.
- o) Paradesporto m. e f.
- p) Punhobol m.
- q) Remo m.
- r) Tae kwon do m. e f.
- s) Tênis de campo m. e f.
- t) Tênis de mesa m. e f.
- u) Tiro ao prato m. e f.
- v) Tiro de armas longas m. e f.



- w) Tiro de armas curtas m. e f.  
x) Triatlo m.  
y) Vôlei m. e f.  
z) Vôlei de Duplas m. e f.  
aa) Xadrez m. e f.  
ps - sendo m. (masculino) e f. (feminino)

## 2. DAS BOLSAS

Período. A bolsa atleta será concedida aos atletas classificados pelo prazo de 10 (dez) meses, período compreendido entre março a dezembro de 2012, não gerando qualquer espécie de vínculo com a Administração Municipal ou com a Fundação Municipal de Esportes.

Valor. Os valores da bolsa-atleta serão definidos pelo Conselho Municipal de Esportes dentro dos limites estipulados na Lei Municipal nº 2.793, de 24 de março de 2011 (Lei do Programa Bolsa Atleta Municipal), conforme critérios estabelecidos no Decreto.

## 3. DAS FASES

O processo seletivo compreenderá as seguintes fases e datas:

- a) inscrição de 14 a 16 de março de 2012;  
b) análise da documentação pela Com. Mun. de Esportes dia 19 de março de 2012;  
c) julgamento e classificação dia 19 de abril de 2012;  
a.1. da inscrição. As inscrições serão realizadas na sede da Fundação Municipal de Esportes de Caçador, sita na Rua Aristeu Porto Lopes, nº 10 - Centro, dos dias 14 a 16 de março de 2012, nos horários compreendidos das 13h00 às 19h00 ;  
a.1.2. dos documentos necessários. Os interessados deverão comparecer no local e horário retro indicado para fazer sua inscrição em formulário próprio, que será fornecido ao interessado no ato da inscrição, e munido dos seguintes documentos:  
a) cópia da identidade e CPF;  
b) prova de que o interessado está inscrito junto à entidade oficial de administração do desporto da modalidade para a qual está pleiteando o benefício e de que tomou parte em competição esportiva, no último ano imediatamente anterior ao deste edital;  
c) histórico de participações e conquistas do atleta em competições de todos os âmbitos;  
d) em sendo menor de 18 anos de idade, deve apresentar autorização dos pais e comprovante de que está regularmente frequentando instituição regular de ensino;  
b.1. da análise dos documentos. A análise dos documentos será realizada pelo Conselho Municipal de Esportes com base nas informações e documentos juntados pelo interessado, com julgamento e divulgação do resultado desta análise no dia 19 de março de 2012.  
c.1. do julgamento e classificação. Na mesma data, o Conselho Municipal de Esportes se reunirá na Sede da Fundação Municipal de Esportes de Caçador, sito na rua Aristeu Porto Lopes , nº 10 - Centro, para julgamento das propostas, atribuindo-lhe classificação conforme os critérios legais, inclusive a avaliação técnico curricular, estipulando os valores a cada beneficiado, via bolsa atleta, divulgando oficialmente na mesma data este resultado.  
c.2. assinatura do termo de outorga. Os beneficiados deverão comparecer na Sede da Fundação Municipal de Esportes para assinar termo de outorga e informar os dados bancários para depósito até o dia 22 de março de 2012, no horário de expediente que se inicia às 13h00 e encerra às 19h00 sob pena de perderem o direito à bolsa atleta.

## 4. DISPOSIÇÕES FINAIS.

As informações, dados, documentos juntados e informações prestadas são de inteira e única responsabilidade dos interessados, cabendo a Fundação Municipal de Esportes ou à Conselho Municipal de Esportes analisarem, conferir ou glosar tais documentos e informações segundo critérios de veracidade, autenticidade e legalidade.

O benefício bolsa atleta poderá ser cancelado de acordo com os critérios e normas legais a qualquer tempo.

Não serão aceitas entrega de documentos ou informações fora dos prazos estipulados.

Informações complementares ou dúvidas poderão ser sanadas pelos interessados na Sede da Fundação Municipal de Esportes, ou pelo telefone (49) 35630212.

O depósito do benefício da bolsa-atleta somente poderá ser realizado através de conta na Caixa Econômica Federal.

Caçador, 12 de março de 2012.

VERA LÚCIA LIPKA NEVES

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

## Edital de Convocação 006 - ACT´s Magistério

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006, de 12 de março de 2012.

Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

## C O N V O C A:

Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme sequência de classificação:

## EDUCAÇÃO INFANTIL:

Ana Paula Speggorin  
Bibiane Baldassari das Neves  
Michele Castelani  
Rita Salete Daneluz  
Cláudia Adriana Silva da Silva  
Simone Fogaça Vieira Balzan  
Vânia das Dores Moresco  
Karin Michelle Chieza  
Maria Terezinha Antunes  
Graziele Cristine Drehmer de Oliveira  
Vanessa Zotto Costa  
Selo de Fátima Souza de Moraes  
Eliane de Souza Luz  
Alessandra de Oliveira Matos  
Mabel de Oliveira Ventz  
Elizete Pellizzaro  
Talita Luana Rosa

## 2º ao 5º ANO

Ilana Cordeiro  
Laíde Sebastiana de Souza  
Gisele Cristiane Galvão Pereira  
Nelci Aparecida dos Santos Crespo  
Ana Cláudia Viero  
Ana Paula Speggorin  
Beatriz Teresinha Zmijevski  
Ana Paula de Lima Pires  
Deisy Gonçalves Biasoli

## ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Gerusa Marivani Dias da Silva Filipini  
Rosangela Biasi Staskowian  
Amarílda Aparecida Lipka  
Jeferson Kamienski  
Solange Regina Roaris  
Roseli Aparecida Skibinski Zarur

## SECRETÁRIO ESCOLAR

Eliane Aparecida Rosa



**EDUCAÇÃO FÍSICA**

Rodrigo Costa

Wilson Roberto Oliveira Domingos

Camila Cristine Wittmann Córdova

Emanuele Araldi

Marcio Sampaio Ramos

Anzero Giovane de Oliveira

Aline Colla Hahn

Jaqueline Aparecida Telis de Souza

Fernanda Coelho de Souza

Rômulo Ramos

Alvai Melania da Silva

**MERENDEIRA**

Anne Cristina das Chagas Gomes

Tyale Cardoso Matos

**AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO**

Ana Claudia Viero

Karin Cristiane Costa Cardonetti

Cláudia Aparecida Ramos

Vanessa Brusco

Keila Aparecida Bronner

Elisete Lipka

Vanusa Regina Lima Cardozo

Elisabete Aparecida Lipka de Abreu

Gislaine Aparecida Batista

Vanessa Ribeiro

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**Editais de Convocação 007/12 - Processo Seletivo Programas Saúde**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007, de 05 de março de 2012.

Convoca aprovada em Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar nos Programas DENGUE, CAPS II, CAPS AD E SECRETARIA DE SAÚDE - Edital nº 004/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**C O N V O C A:**

A cidadã a seguir relacionada, classificada no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 004/2011, de 08/08/11, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 5.054, de 03/11/11 que homologou o resultado final do Processo, conforme seqüência de classificação:

TERAPEUTA OCUPACIONAL -CAPS AD

Deise Melissa Paust

a) A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.



**Edital de Notificação de Trânsito Nº 584 524/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 584 524/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCE6823	8584029350	7455/0	26/03/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 9 DE MARÇO DE 2012

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 10, de 07 de Março de 2012.**

PORTARIA Nº 10, de 07 de março de 2012.

Nomeia Comissão Especial de avaliação e análise de documentos para o credenciamento de jornais, revistas e mídia eletrônica junto à Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 42, inciso I da Lei Orgânica do Município de Caçador e na forma do art. 225 do Regimento Interno da Câmara Municipal,

**R E S O L V E**

Art. 1º Designar os Servidores abaixo relacionados para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de avaliação e análise da documentação apresentada pelas empresas interessadas no processo de credenciamento de jornais, revistas e mídia eletrônica junto à Câmara Municipal de Caçador:

Membros:

JOSÉ ARI LINS - CPF nº 550.811.859-49

JAIRO RIBEIRO PEDROSO - CPF nº 010.401.619-10

SANDRA ELISA MIOSSO - CPF nº 066.086.939-07

Art. 2º - A Comissão reunir-se-á no dia 21 de março de 2012 e divulgará no dia 22 de março de 2012 o resultado final, atendendo ao disposto no Capítulo VIII do Edital de Credenciamento nº 01/2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 07 de março de 2012.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE  
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário.

**Contrato Administrativo Nº 016/2012**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 016/2012 referente ao processo licitatório nº 10/2012 Pregão Presencial nº 04/2012. Objeto: contratação de emissora de rádio para divulgação dos atos da Câmara Municipal no exercício 2012. Contratada: Rádio Caçanjurê LTDA - CNPJ nº 83.057.794/0001-57. Valor: R\$ 80.000,00. Prazo: 31.12.2012. Sirley de Fatima Tibes Ceccatto - Presidente.

**Camboriú****PREFEITURA****Termo de Prorrogação PR 6/12 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2012- FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2012 - FMS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS A POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", teve a data de abertura das propostas e documentações prorrogada para o dia 15/03/2012 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú, 12 de Março de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**Campo Alegre****PREFEITURA****Lei Nº 3.820 de 09 de Março de 2012**

LEI Nº 3.820 DE 09 DE MARÇO DE 2012

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA CONTA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito Especial e Cria Elementos de Despesa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, da Câmara Municipal.

01.00 - Câmara de Vereadores

01.01 - Câmara de Vereadores

2.065 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores

300000.00.080 - Despesas Correntes

330000.00.080 - Outras Despesas Correntes

335000.00.080 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

335041.00.080 - Contribuições R\$ 3.500,00

339000.00.080 - Aplicações Diretas

339047.00.080 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00

Total R\$ 4.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente da Câmara Municipal.

01.00 - Câmara de Vereadores

01.01 - Câmara de Vereadores

2.065 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores

300000.00.080 - Despesas Correntes



330000.00.080 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.080 - Aplicações Diretas  
339030.00.080 - Material de Consumo R\$ 4.000,00  
Total R\$ 4.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.932 de 07 de Março de 2012**

Gabinete do Prefeito  
DECRETO Nº 6.932 DE 07 DE MARÇO DE 2012  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. ELAINE MARTINS, para exercer o cargo de Professor III - Arte, Registro no Sistema sob o nº 955027, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 014/03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível P2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.464,23 (um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais, vinte três centavos) mensais, pelo período de 07 de março de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 002/2012, em 26º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.942 de 12 de Março de 2012**

DECRETO Nº 6.942 DE 12 DE MARÇO DE 2012  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA CONTA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.820 de 09 de março de 2012; DECRETA:

Art.1º) Abre crédito Especial e Cria Elementos de Despesa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, da Câmara Municipal.

01.00 - Câmara de Vereadores  
01.01 - Câmara de Vereadores  
2.065 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores  
300000.00.080 - Despesas Correntes  
330000.00.080 - Outras Despesas Correntes  
335000.00.080 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
335041.00.080 - Contribuições R\$ 4.000,00  
339000.00.080 - Aplicações Diretas  
339047.00.080 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 500,00  
Total R\$ 4.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente da Câmara Municipal.

01.00 - Câmara de Vereadores  
01.01 - Câmara de Vereadores  
2.065 - Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores  
300000.00.080 - Despesas Correntes  
330000.00.080 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.080 - Aplicações Diretas  
339030.00.080 - Material de Consumo R\$ 4.000,00  
Total R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso de Inexigibilidade de Licitação

#### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 73/2012

Inexigibilidade Nº 06/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA COPA OESTE DE MOTOCROSS NOS DIAS 17 E 18 DE MARÇO, EM COMEMORAÇÃO ALUSIVA AOS 131 ANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Amparo legal: Inciso III, Artigo 25 da Lei 8666/93

Valor da Contratação: 10.000,00 (Dez mil Reais)

Campos Novos 12 de março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

### Aviso de Licitação PR 19/2012

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 28/03/2012 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, que está funcionando temporariamente no Salão Paroquial, localizado na Rua São João Batista, ao lado da Igreja Matriz, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 14 de março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato 124/2012 Processo 08/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2012 PROCESSO Nº 08/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA REALIZAR OBRAS DE INFRAESTRUTURA INCLUINDO PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA BASALTO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS, NO LOTEAMENTO FAEDO, CONFORME ANEXOS. PROJETO PAC II - URBANIZAÇÃO.

Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011

VALOR: R\$ 575.933,41 (quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 27/02/2012

CONTRATO: 124/2012

## SAMAE

### Retificação Edital Concurso Público SAMAE 001/2012

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834

89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual Isento

### AVISO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL CONCURSO PÚBLICO SAMAE Nº 001/2012

JOEL FRANCISCO FAGUNDES, Diretor do SAMAE de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando a incorreção na publicação do Edital de Concurso Público SAMAE nº 001/2012, retifica o Edital nos seguintes termos:

No item 10. DOS RECURSOS, ONDE SE LÊ:

#### 10. DOS RECURSOS

10.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

10.1.1. Do presente Edital;

10.1.2. Do indeferimento do pedido de inscrição;

10.1.3. Da discordância com o gabarito das provas objetivas;

10.1.4. Da discordância com a aplicação da prova prática;

10.1.5. Da classificação;

10.1.6. Da homologação do resultado do Concurso Público.

10.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da primeira publicação do resumo do Edital, mediante requerimento dirigido ao Diretor do SAMAE Campos Novos/SC, cuja decisão será publicada na forma do item 11.1, deste Edital.

10.3. Os recursos previstos nos itens 10.1.2 a 10.1.6 deverão conter o nome do candidato recorrente, número da inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura e fundamentação.

10.4. O requerimento do recurso deverá ser dirigido à Comissão do Concurso Público e entregue no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Campos Novos/SC, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados na forma do art. 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a partir da publicação do ato que deu causa.

10.5. A questão que, eventualmente, venha a ser anulada ou seu resultado alterado estender-se-á a todos os demais candidatos, independente de terem ou não interposto o recurso.

LEIA-SE:

#### 10. DOS RECURSOS

Todos os prazos para recurso iniciarão no primeiro dia útil após a abertura dos lacres dos cartões de identificação, exceto nos itens 10.1.1 e 10.1.2.

10.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

10.1.1. Do presente Edital;

10.1.2. Do indeferimento do pedido de inscrição;

10.1.3. Da discordância com o gabarito das provas objetivas;

10.1.4. Da discordância com a aplicação da prova prática;

10.1.5. Da classificação;

10.1.6. Da homologação do resultado do Concurso Público.





10.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da primeira publicação do resumo do Edital, mediante requerimento dirigido ao Diretor do SAMAE Campos Novos/SC, cuja decisão será publicada na forma do item 11.1, deste Edital.

10.3. Os recursos previstos nos itens 10.1.2 a 10.1.6 deverão conter o nome do candidato recorrente, número da inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura e fundamentação.

10.4. O requerimento do recurso deverá ser dirigido à Comissão do Concurso Público e entregue no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Campos Novos/SC, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados na forma do art. 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a partir da publicação do ato que deu causa.

10.5. A questão que, eventualmente, venha a ser anulada ou seu resultado alterado estender-se-á a todos os demais candidatos, independente de terem ou não interposto o recurso.

No item 11.6. ONDE SE LÊ:

11.6. Os cadernos das provas não retirados pelos interessados ficarão guardados pelo prazo de 6 (seis) meses, após esse período serão incinerados. Os demais documentos pertinentes a este Concurso Público permanecerão arquivados na sede do SAMAE pelo prazo de 5 (cinco) anos, após serão incinerado.  
LEIA-SE:

11.6. Os cadernos das provas e demais documentos pertinentes a este Concurso Público, permanecerão arquivados na sede do SAMAE pelo prazo de 5 (cinco) anos. Após, serão incinerados.

E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente Aviso.

Campos Novos, 12 de março de 2012  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Decreto 043/2012

DECRETO 043/2012

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica constituída a Comissão Especial do Concurso Público previsto no edital nº 001/2012, integrada pelos seguintes membros:

- Zenici Dreher Herbst;
- Fernando Luis Tokarski;
- Alexandra Lavina;
- Cibele Neudorf Batista;
- Angêla Maria Soares.

Art. 2º - Os membros da comissão sob a Presidência do primeiro, deverão supervisionar a execução do concurso público destinado ao preenchimento de vagas das categorias funcionais do quadro de pessoal da Administração Municipal.

Art.3º - O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 036/2012

DECRETO Nº 036/2012

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMDSF/2012"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologados os resultados do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, no Edital nº 01/SMDSF/2012, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de março de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital 01/2012/SMDSF

Resultado Final

#### CUIDADOR DE IDOSOS

Classificação	Número Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	046	Eliane Gomes Hatschbach	8,80
2	022	Ana Lucélia Pazda	8,50
3	027	Rosilene Nogath	8,50



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



4	005	Almuth Schroeder	8,20
5	010	Leni Basílio Piechontcoski	8,20
6	007	Silmara Schumovski Konkol	8,20
7	048	Daniel Vicente de Lima	7,90
8	025	Lucia Bernadete Castro da Silva	7,60
9	051	Valdeci de Fátima Rosa Kath	7,60
10	019	Veronica Ferenc	7,60
11	044	Claudete Papes	7,30
12	016	Neli da Silva Castro Radol	7,30
13	024	Íracema Linzmeier Siems	7,00
14	043	Elisabeth Leite	7,00
15	055	Camila Alcinda da Silveira	6,70
16	034	Karin de Cássia Damaso da Silveira	5,60
17	042	Marly Aparecida Kopicz	5,20
18	039	Rosilei da Aparecida de Oliveira Batista	4,90
19	028	Eliane Terezinha da Silveira	4,80
20	035	Sonia Pritzsche	4,50
21	015	Elza Kutacz da Maia	4,50
22	030	Silvia Rosane Schatzmann	4,50
23	006	Rosane Wypyk de Barros	4,20
24	029	Rubia Mara Vogt Mendes	4,20
25	033	Ieda Lucia Pereira da Cruz	4,20
26	057	Jorge Luís Beckert Medeiros	4,20
27	036	Cirlei de Fatima Brey	3,90
28	003	Adriane Jack	3,90
29	054	Samuel Pinheiro dos Santos	3,90
30	014	Maria Alice Kuzyk	3,70
31	031	Inês Alice Czoupynski Pereira	3,60
32	020	Terezinha do Carmo Pereira de Almeida	3,30
33	001	Nelci Terezinha Cardoso Liscosky	3,30
34	026	Maria de Jesus Rocha Cordeiro	3,30
35	056	Tania Joceli Kath	3,30
36	004	Roberta Maria Aparecida Firakoski Gurzinski	3,30
37	045	Magali de Castro Oliveira	3,30
38	041	Debora Antonia Freitas Kluska	3,30
39	058	Aron Soares Machado	3,00
40	013	Carla Andrieli Fernandes	3,00
41	038	Roseli Aparecida de Lima	2,70
42	040	Rosangela Rodrigues Pereira	2,70
43	018	Katiuscia Tanaka	2,70
44	012	Célia Rodrigues	2,40
45	002	Soeli Terezinha Rocha de Almeida	2,40
46	050	Chaiane Andrieli Kath	2,40
47	021	Diomara Aparecida Gravi Gonçalves	2,40
48	017	Rose Maria Farias Paulo	2,10
49	047	Marlene de Fatima Soares	2,10
50	032	Miguel Pereira	1,80

**Decreto Nº 037/2012**

DECRETO Nº 037/2012

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 03/SMS/2012"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE: HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologados os resultados do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 03/SMS/2012, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de março de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/03/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 03/SMS/2012

MÉDICO CLÍNICO GERAL - 01 VAGA - 10 HORAS

Nº INS-CRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
02	Erasto de Maio Netto - CPF: 067.675.069-90	9,0	1º - Aprovado
01	Jacqueline Consuelo da Silva - CPF: 036.861.429-88	8,5	2º - Classificado

**Portaria Nº 004/2011**

PORTARIA Nº 004/2011

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, RESOLVE:  
DEMISSÃO A PEDIDO

Art.1º- Fica exonerado a pedido MONICA GONCALVES, no cargo de Professora Técnica de Voleibol, junto à Fundação Municipal de Esportes, a partir de 08/03/2012.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de março de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 08/03/2012.

**Portaria Nº. 003/2012**

PORTARIA Nº. 003/2012

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, RESOLVE:

CONSIDERANDO, que há a necessidade de estruturação das atividades de Ginástica, Voleibol, Integrador Futebol do Interior, Futebol de Campo, e não havendo profissionais aprovados através de concurso público; RESOLVE:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE APROVADOS EM PROCESSO



**SELETIVO**

Art. 1º - Ficam contratados temporariamente os profissionais aprovados no processo seletivo previsto no Edital 003/FME/2011 a seguir relacionados:

I - "CLEIDE DE FÁTIMA KANZLER", na função de Professora Técnica de Futebol de Salão, com 40 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 3483G/SC junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 05/03/2012 a 15/12/2012".

II - "MARCELO DARCI BORGES MUNIZ", na função de Professor Técnico de Tênis de Campo, com 20 horas, com 2º grau não habilitado, Registro no CREF/SC nº 4503-P/SC, junto a Fundação Municipal de Esportes pelo período 05/05/2012 à 15/12/2012".

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 05 de março de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em  
05/03/2012.

**Editais Nº. 018/2012**

EDITAL Nº. 018/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações

eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças



EDITAL Nº. 018/2012  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 039 - MOTORISTA  
ADRIANO TANANUSKA  
ROBSON SOARES FRAGOSO

## Capinzal

### PREFEITURA

#### **PMC - Resultado de Análise de Documentos - Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0001/2012.**

RESULTADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Processo Licitatório Nº 0021/2012.

Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0001/2012.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em vias urbanas com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação dos passeios públicos com pedrisco das Ruas Achilles D´Agnoluzzo, Antonio F. do Prado, João Nélvio Savi, Rogério Carlos Toaldo, Alaor Gramazzio Pereira de Lima, Antonio Giumbelli, Elói Lanhi, Luiz Giumbelli, Orestes Francisco Antunes, Oscar Stremer, Romeu Gasser, Santo Domênico Calza, Valdemar José da Silva e Anselmo Toaldo, num total de 30.349,77m<sup>2</sup> de área a pavimentar, com valor orçado de R\$ 2.603.513,73 (dois milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e treze reais e setenta e três centavos), sendo R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), oriundos de operação de crédito contratada ao BADESC, conforme memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos integrantes do projeto.

As empresas que enviaram envelopes foram:

Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda.;  
Viga Pavimentações e Obras Ltda.;  
Setep Construções S/A.

Após analisar os documentos constatou-se que as empresas:

Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda.;  
Viga Pavimentações e Obras Ltda.;  
Setep Construções S/A.

Apresentaram seus documentos de habilitação com a regularidade exigida e foram consideradas habilitadas.

A Comissão de licitação marca para às 08 horas e 30 minutos do dia 22 de março do corrente ano a abertura dos envelopes de propostas, caso não existam recursos administrativos.

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da Lei.

Capinzal, 13 de março de 2012.  
PAULO RONALDO WAMES  
Presidente da CPL.



**SIMAE****Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Fevereiro/2012****SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	354.806,49	Despesa Orçamentária	189.071,33
RECEITA TRIBUTARIA	1.194,42	Despesas exceto Intra-orçamentárias	189.071,33
RECEITA PATRIMONIAL	13.460,78	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	83.269,55
RECEITA DE SERVIÇOS	311.932,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	104.051,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.219,03	INVESTIMENTOS	1.750,00
Receita Extra - Orçamentária	274.311,03	Despesa Extra - Orçamentária	315.130,26
CREDITOS EM CIRCULACAO	573,62	CREDITOS EM CIRCULACAO	1.323,75
CREDITOS A RECEBER	573,62	CREDITOS A RECEBER	1.323,75
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	573,62	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.323,75
DEPOSITOS	46.546,68	DEPOSITOS	48.875,32
CONSIGNACOES	10.117,25	CONSIGNACOES	13.138,09
PREVIDENCIA SOCIAL	7.651,57	PREVIDENCIA SOCIAL	9.482,17
PENSAO ALIMENTICIA	2.142,66	PENSAO ALIMENTICIA	2.142,66
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	323,02	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.513,26
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	36.429,43	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.737,23
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	36.429,43	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	35.737,23
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	227.190,73	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	264.931,19
OBRIGACOES A PAGAR	227.190,73	OBRIGACOES A PAGAR	264.931,19
FORNECEDORES	102.704,74	FORNECEDORES	102.704,74
PESSOAL A PAGAR	62.594,92	PESSOAL A PAGAR	62.594,92
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	16.389,64	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	16.389,64
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.475,98	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.475,98
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	37.740,46	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	75.480,92
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.284,99	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.284,99
Saldos anteriores	2.303.490,04	Saldos atuais	2.428.405,97
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	243.975,74	BANCO C/ MOVIMENTO	356.577,43
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	2.059.514,30	POUPANÇA	2.071.828,54
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.932.607,56	Total	2.932.607,56

CAPINZAL, 12/03/2012

SIDNEI PENSO  
DIRETORMARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1



**Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Janeiro/2012****SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	347.645,61	Despesa Orçamentária	124.809,51
RECEITA TRIBUTARIA	1.182,18	Despesas exceto Intra-orçamentárias	124.809,51
RECEITA PATRIMONIAL	12.722,96	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.951,02
RECEITA DE SERVIÇOS	244.439,88	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.858,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.300,59		
Receita Extra - Orçamentária	347.849,79	Despesa Extra - Orçamentária	473.262,77
DEPOSITOS	50.684,49	CREDITOS EM CIRCULACAO	573,62
CONSIGNACOES	14.947,26	CREDITOS A RECEBER	573,62
PREVIDENCIA SOCIAL	9.909,94	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	573,62
PENSAO ALIMENTICIA	3.524,06	DEPOSITOS	3.524,06
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.513,26	CONSIGNACOES	3.524,06
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.737,23	PENSAO ALIMENTICIA	3.524,06
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	35.737,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	469.165,09
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	297.165,30	OBRIGACOES A PAGAR	469.165,09
OBRIGACOES A PAGAR	297.165,30	FORNECEDORES	27.214,49
FORNECEDORES	27.214,49	PESSOAL A PAGAR	93.362,01
PESSOAL A PAGAR	93.362,01	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	343.999,58
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	171.999,79	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.589,01
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.589,01		
Saldos anteriores	2.206.066,92	Saldos atuais	2.303.490,04
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	158.418,42	BANCO C/ MOVIMENTO	243.975,74
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	2.047.648,50	POUPANÇA	2.059.514,30
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.901.562,32	Total	2.901.562,32

CAPINZAL, 27/02/2012

SIDNEI PENSO  
DIRETOR

MARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1



# Catanduvas

## CÂMARA MUNICIPAL

### Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0003/2012

Convite nº 0001/2012 (Processo Licitatório nº 0001/2012).

Objeto: Aquisição de mobiliário em geral e utensílios para a Câmara de Vereadores.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS - SC

CONTRATADO: VALTER JOSE BUSATTO ME

Valor global contratado: R\$ 14.490,00 (quatorze mil, quatrocentos e noventa reais).

Data e assinatura do contrato: 29 de fevereiro de 2012.

MÁRCIO JUCELIO DE LUCCA - PRESIDENTE DA CAMARA



**Balancete Financeiro 01/2012**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 01/2012

Emissão: 31/01/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
		DESPESA ORÇAMENTARIA	59.774,81
		LEGISLATIVA	59.774,81
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>90.827,63</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>11.246,35</b>
DEPOSITOS A TRANSFERIR	9.252,01	DEPOSITOS A TRANSFERIR	4.670,73
INSS	3.068,74	INSS	3.068,74
ASSERV	417,78	ASSERV	417,78
EMPRESTIMO CEF	3.049,31	PENSAO ALIMENTICIA	622,00
EMPRESTIMO BESC	1.531,97	IRRF	562,21
PENSAO ALIMENTICIA	622,00	CONVENIOS A PAGAR	353,46
IRRF	562,21	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	353,46
CONVENIOS A PAGAR	353,46	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.222,16
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	353,46	INSS	6.222,16
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.222,16		
INSS	6.222,16		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	75.000,00		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>59.774,81</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>59.774,81</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	59.774,81	CREDITO LIQUIDADO	59.774,81
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	59.774,81
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>19.806,47</b>
		BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	1.531,97
		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	18.274,50
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>150.602,44</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>150.602,44</b>

PRESIDENTE DA CAMARA  
MARCIO JUCELIO DE LUCCA

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI



**Balancete Financeiro 02/2012**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 02/2012

Emissão: 29/02/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
		DESPESA ORÇAMENTARIA	43.591,24
		LEGISLATIVA	43.591,24
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>90.042,33</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>30.843,61</b>
DEPOSITOS A TRANSFERIR	8.947,25	DEPOSITOS A TRANSFERIR	13.528,53
INSS	2.905,47	INSS	2.905,47
ASSERV	546,16	ASSERV	546,16
EMPRESTIMO CEF	3.049,31	EMPRESTIMO CEF	6.098,62
EMPRESTIMO BESC	1.531,97	EMPRESTIMO BESC	3.063,94
PENSAO ALIMENTICIA	622,00	PENSAO ALIMENTICIA	622,00
IRRF	282,20	IRRF	282,20
DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	10,14	DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	10,14
CONVENIOS A PAGAR	354,47	CONVENIOS A PAGAR	354,47
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	354,47	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	354,47
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.740,61	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.740,61
INSS	5.740,61	INSS	5.740,61
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	75.000,00	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	11.220,00
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>43.591,24</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>43.591,24</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	43.591,24	CREDITO LIQUIDADO	43.591,24
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	43.591,24
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>19.806,47</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>35.413,95</b>
		BANCO DO BRASIL	5.400,00
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	1.531,97		
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	18.274,50	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	30.013,95
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>153.440,04</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>153.440,04</b>

PRESIDENTE DA CAMARA  
MARCIO JUCELIO DE LUCCA

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI

**DOM/SC**

Assinado Digitalmente



## Comparativo da Despesa 01/2012

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de janeiro, Saldos até 31/01/2012Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	840.225,19	59.774,81	0,00
0101 CAMARA MUNICIPAL	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	840.225,19	59.774,81	0,00
01 LEGISLATIVA	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	840.225,19	59.774,81	0,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	840.225,19	59.774,81	0,00
0001 PROCESSO LEGISLATIVO	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	840.225,19	59.774,81	0,00
2001 MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	660.225,19	59.774,81	0,00
30000000 DESPESAS CORRENTES	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	660.225,19	59.774,81	0,00
31000000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	35.833,98	35.833,98	0,00	424.166,02	35.833,98	0,00
31900000 APLICAÇÕES DIRETAS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	35.833,98	35.833,98	0,00	424.166,02	35.833,98	0,00
31900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.833,98	35.833,98	0,00	0,00	35.833,98	0,00
31901100 » 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.832,23	28.832,23	0,00	0,00	28.832,23	0,00
31901101 * 0100 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.623,17	26.623,17	0,00	0,00	26.623,17	0,00
31901145 * 0100 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209,06	2.209,06	0,00	0,00	2.209,06	0,00
31901200 » 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	779,59	0,00	0,00	779,59	0,00
31901203 * 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	779,59	0,00	0,00	779,59	0,00
31901300 » 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.222,16	6.222,16	0,00	0,00	6.222,16	0,00
31901302 * 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.222,16	6.222,16	0,00	0,00	6.222,16	0,00
33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	23.940,83	23.940,83	0,00	236.059,17	23.940,83	0,00
33500000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	353,46	353,46	0,00	6.646,54	353,46	0,00
33500000 » 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	353,46	0,00	0,00	353,46	0,00
33504100 » 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	353,46	0,00	0,00	353,46	0,00
33504199 * 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	353,46	0,00	0,00	353,46	0,00
33900000 APLICAÇÕES DIRETAS	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	23.587,37	23.587,37	0,00	229.412,63	23.587,37	0,00
33900000 » 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.587,37	23.587,37	0,00	0,00	23.587,37	0,00
33901400 » 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	14.227,20	0,00	0,00	14.227,20	0,00
33901414 * 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	14.227,20	0,00	0,00	14.227,20	0,00
33903000 » 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551,92	551,92	0,00	0,00	551,92	0,00
33903001 * 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,52	377,52	0,00	0,00	377,52	0,00
33903004 * 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007 * 0100 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,16	102,16	0,00	0,00	102,16	0,00
33903016 * 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017 * 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021 * 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022 * 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	72,24	0,00	0,00	72,24	0,00
33903024 * 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903500 » 0100 000000 SERVIÇOS DE CONSULTOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
33903501 * 0100 000000 assessoria e consult	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
33903600 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	870,00	0,00	0,00	870,00	0,00
33903615 * 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	870,00	0,00	0,00	870,00	0,00
33903622 * 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 » 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.438,25	4.438,25	0,00	0,00	4.438,25	0,00
33903905 * 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903922 * 0100 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	3.780,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00
33903943 * 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,47	179,47	0,00	0,00	179,47	0,00
33903944 * 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,14	76,14	0,00	0,00	76,14	0,00
33903947 * 0100 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958 * 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307,64	307,64	0,00	0,00	307,64	0,00
33903959 * 0100 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903963 * 0100 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 002 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de janeiro, Saldos até 31/01/2012Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	95,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1002	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO SEDE D	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
1110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOB	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905200	» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	840.225,19	59.774,81	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 003 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de janeiro, Saldos até 31/01/2012Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	660.225,19	59.774,81	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	35.833,98	35.833,98	0,00	424.166,02	35.833,98	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00
31901100	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.832,23	28.832,23	0,00	0,00	28.832,23	0,00
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.623,17	26.623,17	0,00	0,00	26.623,17	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209,06	2.209,06	0,00	0,00	2.209,06	0,00
31901200	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	779,59	0,00	0,00	779,59	0,00
31901203	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779,59	779,59	0,00	0,00	779,59	0,00
31901300	* 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.222,16	6.222,16	0,00	0,00	6.222,16	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.222,16	6.222,16	0,00	0,00	6.222,16	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	23.940,83	23.940,83	0,00	236.059,17	23.940,83	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00
33504100	» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	353,46	0,00	0,00	353,46	0,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353,46	353,46	0,00	0,00	353,46	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00	0,00
33901400	» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	14.227,20	0,00	0,00	14.227,20	0,00
33901414	* 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	14.227,20	0,00	0,00	14.227,20	0,00
33903000	* 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551,92	551,92	0,00	0,00	551,92	0,00
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,52	377,52	0,00	0,00	377,52	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,16	102,16	0,00	0,00	102,16	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	72,24	0,00	0,00	72,24	0,00
33903024	* 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903500	» 0100 000000 SERVIÇOS DE CONSULTOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
33903501	* 0100 000000 assessoria e consulto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
33903600	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	870,00	0,00	0,00	870,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	870,00	0,00	0,00	870,00	0,00
33903622	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.438,25	4.438,25	0,00	0,00	4.438,25	0,00
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903922	* 0100 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	3.780,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,47	179,47	0,00	0,00	179,47	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,14	76,14	0,00	0,00	76,14	0,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecommun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307,64	307,64	0,00	0,00	307,64	0,00
33903959	* 0100 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	95,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00
44905200	» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 004 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de janeiro, Saldos até 31/01/2012Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	59.774,81	59.774,81	0,00	840.225,19	59.774,81	0,00
						Estornos até o Mes		0,00	Pagos até o Mes		59.774,81	

PRESIDENTE DA CAMARA  
MARCIO JUCELIO DE LUCCATEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI



## Comparativo da Despesa 02/2012

{ www.cplinformatica.com.br }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de fevereiro, Saldos até 29/02/2012{ 001 }  
Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	43.591,24	103.366,05	0,00	796.633,95	43.591,24	0,00
0101	CÂMARA MUNICIPAL	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	43.591,24	103.366,05	0,00	796.633,95	43.591,24	0,00
01	LEGISLATIVA	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	43.591,24	103.366,05	0,00	796.633,95	43.591,24	0,00
031	AÇÃO LEGISLATIVA	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	43.591,24	103.366,05	0,00	796.633,95	43.591,24	0,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	43.591,24	103.366,05	0,00	796.633,95	43.591,24	0,00
2001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	42.296,24	102.071,05	0,00	617.928,95	42.296,24	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	42.296,24	102.071,05	0,00	617.928,95	42.296,24	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	33.076,86	68.910,84	0,00	391.089,16	33.076,86	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	33.076,86	68.910,84	0,00	391.089,16	33.076,86	0,00
31900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.076,86	68.910,84	0,00	0,00	33.076,86	0,00
31901100	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.523,17	55.355,40	0,00	0,00	26.523,17	0,00
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.523,17	53.146,34	0,00	0,00	26.523,17	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209,06	0,00	0,00	0,00	0,00
31901200	* 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	813,08	1.592,67	0,00	0,00	813,08	0,00
31901203	* 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	813,08	1.592,67	0,00	0,00	813,08	0,00
31901300	* 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.740,61	11.962,77	0,00	0,00	5.740,61	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.740,61	11.962,77	0,00	0,00	5.740,61	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	9.219,38	33.160,21	0,00	226.839,79	9.219,38	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	354,47	707,93	0,00	6.292,07	354,47	0,00
33500000	» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354,47	707,93	0,00	0,00	354,47	0,00
33504100	» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354,47	707,93	0,00	0,00	354,47	0,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354,47	707,93	0,00	0,00	354,47	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	8.864,91	32.452,28	0,00	220.547,72	8.864,91	0,00
33900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.864,91	32.452,28	0,00	0,00	8.864,91	0,00
33901400	» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,50	2.452,42	0,00	0,00	1.900,50	0,00
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463,76	841,28	0,00	0,00	463,76	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,06	217,22	0,00	0,00	115,06	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	408,50	408,50	0,00	0,00	408,50	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337,00	337,00	0,00	0,00	337,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,70	17,70	0,00	0,00	17,70	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173,48	245,72	0,00	0,00	173,48	0,00
33903024	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385,00	385,00	0,00	0,00	385,00	0,00
33903500	» 0100 000000 SERVIÇOS DE CONSULTOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903501	* 0100 000000 assessoria e consult	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	931,00	1.801,00	0,00	0,00	931,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903622	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	931,00	931,00	0,00	0,00	931,00	0,00
33903900	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.933,41	10.371,66	0,00	0,00	5.933,41	0,00
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	1.700,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00
33903922	* 0100 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145,34	324,81	0,00	0,00	145,34	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,14	152,28	0,00	0,00	76,14	0,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747,10	747,10	0,00	0,00	747,10	0,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552,55	860,19	0,00	0,00	552,55	0,00
33903959	* 0100 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660,00	660,00	0,00	0,00	660,00	0,00
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	280,00	0,00	0,00	280,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 002 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de fevereiro, Saldos até 29/02/2012Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,28	18,28	0,00	0,00	18,28	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,00	1.690,00	0,00	0,00	1.595,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159,00	159,00	0,00	0,00	159,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
1002	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO SEDE D	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
1110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOB	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.295,00	1.295,00	0,00	78.705,00	1.295,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.295,00	1.295,00	0,00	78.705,00	1.295,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.295,00	1.295,00	0,00	78.705,00	1.295,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	1.295,00	1.295,00	0,00	78.705,00	1.295,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295,00	1.295,00	0,00	0,00	1.295,00	0,00
44905200	» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295,00	1.295,00	0,00	0,00	1.295,00	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295,00	1.295,00	0,00	0,00	1.295,00	0,00
TOTAL GERAL		900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	43.591,24	103.366,05	0,00	796.633,95	43.591,24	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 003 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de fevereiro, Saldos até 29/02/2012Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	42.296,24	102.071,05	0,00	617.928,95	42.296,24	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	33.076,86	68.910,84	0,00	391.089,16	33.076,86	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00
31901100	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.523,17	55.355,40	0,00	0,00	26.523,17	0,00
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.523,17	53.146,34	0,00	0,00	26.523,17	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209,06	0,00	0,00	0,00	0,00
31901200	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	813,08	1.592,67	0,00	0,00	813,08	0,00
31901203	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	813,08	1.592,67	0,00	0,00	813,08	0,00
31901300	» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.740,61	11.962,77	0,00	0,00	5.740,61	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.740,61	11.962,77	0,00	0,00	5.740,61	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	9.219,38	33.160,21	0,00	226.839,79	9.219,38	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00
33504100	» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354,47	707,93	0,00	0,00	354,47	0,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354,47	707,93	0,00	0,00	354,47	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00	0,00
33901400	» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.227,20	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,50	2.452,42	0,00	0,00	1.900,50	0,00
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463,76	841,28	0,00	0,00	463,76	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,06	217,22	0,00	0,00	115,06	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	408,50	408,50	0,00	0,00	408,50	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337,00	337,00	0,00	0,00	337,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,70	17,70	0,00	0,00	17,70	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173,48	245,72	0,00	0,00	173,48	0,00
33903024	* 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385,00	385,00	0,00	0,00	385,00	0,00
33903500	» 0100 000000 SERVIÇOS DE CONSULTOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903501	* 0100 000000 assessoria e consulto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903600	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	931,00	1.801,00	0,00	0,00	931,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903622	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	931,00	931,00	0,00	0,00	931,00	0,00
33903900	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.933,41	10.371,66	0,00	0,00	5.933,41	0,00
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	1.700,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00
33903922	* 0100 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145,34	324,81	0,00	0,00	145,34	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,14	152,28	0,00	0,00	76,14	0,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunicac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747,10	747,10	0,00	0,00	747,10	0,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552,55	860,19	0,00	0,00	552,55	0,00
33903959	* 0100 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660,00	660,00	0,00	0,00	660,00	0,00
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	280,00	0,00	0,00	280,00	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,28	18,28	0,00	0,00	18,28	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,00	1.690,00	0,00	0,00	1.595,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159,00	159,00	0,00	0,00	159,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	1.295,00	1.295,00	0,00	178.705,00	1.295,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	1.295,00	1.295,00	0,00	178.705,00	1.295,00	0,00
44000000	» 0100 000000 INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 004 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS  
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada  
Mes de fevereiro, Saldos até 29/02/2012Exercício: 2012  
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>44905200</b>	» <b>0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.295,00</b>	<b>1.295,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.295,00</b>	<b>0,00</b>
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295,00	1.295,00	0,00	0,00	1.295,00	0,00
TOTAL GERAL		900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	43.591,24	103.366,05	0,00	796.633,95	43.591,24	0,00
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	103.366,05	

PRESIDENTE DA CAMARA  
MARCIO JUCELIO DE LUCCATEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI



**Comparativo da Receita 01/2012**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 31/01/2012

Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

		Orçado R\$		Arrecadado		Diferença em R\$	
Código	Especificações			no Mes	até o Mes	Para (+)	Para (-)
TOTAL DA RECEITA		0,00		9.694,76	9.694,76	9.694,76	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00		0,00	0,00		0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00		9.694,76	9.694,76	9.694,76	
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00		9.694,76	9.694,76	9.694,76	
31001000 0100 000000	Inss	0,00		3.068,74	3.068,74	3.068,74	
31002000 0100 000000	Asserv	0,00		417,78	417,78	417,78	
31003000 0100 000000	Irrf	0,00		562,21	562,21	562,21	
31004000 0100 000000	Empréstimo Cef	0,00		3.492,06	3.492,06	3.492,06	
31007000 0100 000000	Empréstimo Besc S/a	0,00		1.531,97	1.531,97	1.531,97	
31008000 0100 000000	Pensao Alimenticia	0,00		622,00	622,00	622,00	
31009000 0100 000000	Despesa Celular - Excedente	0,00		0,00	0,00		0,00
31009100 0100 000000	Rendimentos Aplicacoes Financeiras	0,00		0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	
		no Mes	até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA  
MARCIO JUCELIO DE LUCCA

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI



**Comparativo da Receita 02/2012**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 29/02/2012

Exercício: 2012

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

		Arrecadado		Diferença em R\$	
Código	Especificações	Orçado R\$	no Mes	até o Mes	Para (+) Para (-)
TOTAL DA RECEITA		0,00	8.947,25	18.642,01	18.642,01
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	8.947,25	18.642,01	18.642,01
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	8.947,25	18.642,01	18.642,01
31001000	0100 000000 Inss	0,00	2.905,47	5.974,21	5.974,21
31002000	0100 000000 Asserv	0,00	546,16	963,94	963,94
31003000	0100 000000 Irrf	0,00	282,20	844,41	844,41
31004000	0100 000000 Empréstimo Cef	0,00	3.049,31	6.541,37	6.541,37
31007000	0100 000000 Empréstimo Besc S/a	0,00	1.531,97	3.063,94	3.063,94
31008000	0100 000000 Pensao Alimenticia	0,00	622,00	1.244,00	1.244,00
31009000	0100 000000 Despesa Celular - Excedente	0,00	10,14	10,14	10,14
31009100	0100 000000 Rendimentos Aplicacoes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA  
MARCIO JUCELIO DE LUCCA

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI



# Concórdia

## PREFEITURA

### Resolução Nº 03/2012

Conselho Municipal de Educação

Concórdia - SC

RESOLUÇÃO Nº 03/2012

Aprova as diretrizes para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem nas Instituições de Ensino vinculadas ao Sistema Municipal de Educação de Concórdia – SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, após análise dos documentos referentes às diretrizes aprovadas na 4ª Conferência Municipal de Educação, ocorrida em vinte e seis de Agosto de 2011, com a temática "Avaliação: (Re)significando o cotidiano escolar",

#### RESOLVE:

Aprovar os parâmetros de avaliação das Instituições de Ensino vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino, abaixo relacionados:

#### APRESENTAÇÃO

Trata o presente documento da normatização do conteúdo das teses aprovadas na 4ª Conferência Municipal de Educação, ocorrida no dia vinte e seis de agosto de dois mil e onze, no Auditório do Centro de Eventos de Concórdia, cuja Temática foi Avaliação: (Re) significando o cotidiano escolar.

A plenária teve como objetivo a votação para a aprovação das diretrizes que nortearão o processo avaliativo das instituições Educacionais vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino do município de Concórdia – SC.

Estas diretrizes, ao término da conferência, foram então encaminhadas ao Conselho Municipal de Educação - CME, para que se procedesse o estudo e a adequação legal do seu conteúdo, visando a sua aplicação no Sistema Municipal de Educação - SME. Cumprindo a Lei Complementar n.º 159 de junho de 1999 e as suas alterações previstas nas leis LC n.º 413, de 19 de julho de 2005, e LC n.º 607, de 14 de dezembro de 2011, considerando o disposto na Lei Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e tendo em vista documentos do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, os membros do CME,

#### RESOLVEM:

#### CAPÍTULO I

##### Da Avaliação

Art. 1º O significado da avaliação sob a ótica de uma Educação Democrática deve superar as práticas tradicionais, classificatórias e excludentes, percebendo a avaliação como parte do processo de mediação da construção do conhecimento. Tal concepção implica acompanhar este percurso educacional com o apoio de diversos instrumentos que permitam analisar e dialogar com o aluno a fim de construir ações que estejam de acordo com as suas necessidades e diferenças individuais. Para isso, deve-se garantir que nas Instituições Educacionais de Concórdia a avaliação seja:

I - Um processo no qual o erro é tido como diagnóstico, que possibilite substituir a lógica da exclusão pela lógica da inclusão;

II - Uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento do aluno na sua totalidade, para que os conhecimentos trabalhados subsidiem o sujeito a compreender melhor a realidade, para assim

transformá-la;

III - Um instrumento de ação contínua, permanente e coletiva, inserido no processo de ensino e de aprendizagem que aponte caminhos à superação das dificuldades/limitações apresentadas pelos alunos com vista a valorizar suas potencialidades;

IV - Uma amostragem que permita diagnosticar a prática pedagógica, que possibilite redimensionar as ações em direção aos objetivos e ao pensar democrático;

V - Uma ação investigadora, emancipatória, que conceba a educação como um processo de construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos.

#### CAPÍTULO II

##### Da Avaliação na Educação Infantil

Art. 2º A avaliação na educação infantil será realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para essa etapa da educação, sem a finalidade de promoção, mesmo para acesso ao ensino fundamental.

Art. 3º Na Educação Infantil, o documento que registra a avaliação (boletim), será somente descritivo e deverá ser periódico (bimestral, trimestral ou semestral), seguindo as diretrizes do CME. Em caso de transferência, a unidade de ensino deverá fornecer avaliação parcial do desenvolvimento da criança referente ao período em que a mesma permaneceu na Instituição.

Art. 4º Na Educação Infantil, os professores, os auxiliares de creche e estagiários participarão da avaliação e descrição do desenvolvimento da criança, sendo que ao gestor da Instituição caberá a função de garantir as condições para o ato avaliativo.

Art. 5º É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e dos gestores das unidades particulares de ensino de Educação Infantil, sistematizar e dinamizar o registro do boletim, conforme diretrizes do CME, respeitando o desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo do aluno.

#### CAPÍTULO III

##### Da Avaliação no Ensino Fundamental

Art. 6º No ensino fundamental, o documento que registra o processo avaliativo (boletim) deverá ser bimestral ou trimestral ou semestral, seguindo as diretrizes do CME, e precisará especificar os registros por disciplina/área de conhecimento, conforme as grades curriculares em vigor.

§ 1º. Para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA a organização do ano letivo ocorrerá de forma semestral, com registros bimestrais.

§ 2º. Caso no ensino fundamental, o regime a ser adotado seja o de ciclos, deverá o CME se manifestar sobre a periodização das avaliações, sobre a forma de registros, bem como outros aspectos que traduzam o processo avaliativo.

Art. 7º Considera-se que haverá atribuição de notas para o ensino fundamental, com exceção do primeiro ano, que deverá ter registro feito mediante avaliação descritiva, em documento específico (boletim) para cada aluno.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Avaliação na Educação Especial

Art. 8º Na Educação Especial, a avaliação deverá contar com a participação de todos os profissionais envolvidos, além do professor Intérprete de LIBRAS, Instrutor da Língua Brasileira de Sinais, Guia-intérprete, Professor Auxiliar, Monitor ou Cuidador.

Art. 9º A avaliação de alunos da educação especial deverá atender



aos objetivos específicos desta modalidade, atentando-se para o desenvolvimento singular e priorizando suas potencialidades.

Art. 10 No processo de avaliação para a educação especial, o professor deve criar estratégias distintas e caso necessário, diferentes instrumentos avaliativos que atendam às suas especificidades, uma vez que o tempo para realização das mesmas poderá ser diferenciado.

## CAPÍTULO V Da Progressão

Art. 11 A avaliação escolar, para fins de progressão, observará os seguintes critérios:

I - Haverá possibilidade de avanço em anos/séries anuais, sendo que a progressão dos educandos deverá acontecer através de avaliações bimestrais ou trimestrais, com comprovado desempenho escolar, atendendo diretrizes da legislação em vigor;

II - No que se refere ao aproveitamento de estudos prevalecerá os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados obtidos ao longo do período sobre os de eventuais exames finais;

III - A promoção ao final dos anos/séries anuais no ensino fundamental, deverá levar em conta experiências escolares anteriores ou necessidades especiais do educando, cabendo a decisão à escola, nos termos do Regimento Escolar;

IV - Para ser aprovado, o educando deverá ter frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista, exceto nos casos especiais previstos em lei;

V - O rendimento do aluno será verificado de acordo com o desenvolvimento de competências em atividades de classe e/ou extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela, descritos no Projeto Político Pedagógico – PPP;

VI - A descrição avaliativa do rendimento do aluno será de competência dos professores e demais envolvidos, devendo essa ser apreciada em Conselho de Classe.

Art. 12 Quando a avaliação for expressa em conceito, o PPP deverá estabelecer a equivalência em notas, para conversão em caso de transferência de anos/séries anuais em curso para unidades de ensino que adotam a nota, exceto Educação Infantil por não ter caráter promocional.

Parágrafo único. Para o 1º (primeiro) ano do Ensino Fundamental haverá somente o registro descritivo e não existirá necessidade de conversão, tanto para notas como para conceitos. No documento de transferência deve constar a Resolução do CME que aponta esta metodologia de registro.

Art. 13 Na realização de avaliação bimestral ou trimestral deverá seguir as seguintes orientações:

I - As notas serão atribuídas aos alunos do ensino fundamental, por disciplina;

II - A média das notas, para efeito de aprovação é 7,0 (sete) por disciplina e aproveitamento de 70% (setenta por cento) dos conteúdos efetivamente trabalhados por disciplina;

Fórmulas para fins de aprovação:

Periodização Bimestral:	MA =	A+B+C+D 4	= 7,0 ou 28 pontos
Periodização Trimestral:	MA =	A+B+C 3	= 7,0 ou 21 pontos

Onde:

MA= Média anual

A, B, C, D – médias parciais que correspondem aos bimestres ou trimestres em ordem crescente

III - Aos alunos que não atingirem a média por disciplina será oportunizada a realização de exames finais. Para efeito de aprovação

após a realização destes exames, será considerada a média final 5,0 (cinco) por disciplina;

IV - Ao aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75%, é permitido fazer exame final em todas as disciplinas;

V - Na fórmula para obtenção da média final do aluno, considerando os resultados do exame final, deverá preponderar a média bimestral/trimestral anual sobre a nota do exame final, conforme diretrizes do CME;

Fórmulas para fins de aprovação após submissão aos Exames Finais:

Periodização Bimestral:	MA =	(A+B+C+D) x 7 4	+	(NE x 3) 10	= 7,0 ou 28 pontos
Periodização Trimestral:	MA =	(A+B+C) x 7 3	+	(NE x 3) 10	= 7,0 ou 21 pontos

Onde:

MA= Média anual

A, B, C, D – médias parciais que correspondem aos bimestres ou trimestres em ordem crescente

NE = Nota exame

VI - Aos alunos considerados reprovados após a realização dos exames finais, é possibilitada a realização de exames de segunda época em até 2 (duas) disciplinas, desde que conste no Projeto Político Pedagógico da escola e esteja em consonância com a proposta pedagógica da SEMED;

VII - O aluno que não atingir média 5,0 (cinco) considerando os resultados do exame final e dos exames de segunda época será reprovado, exceto quando matriculado no primeiro ano do ensino Fundamental;

VIII - Para efeitos de aprovação em exames supletivos e outras formas de organização escolar no ensino fundamental, podem ser adotados outros regimes de atribuição de notas, desde que contemple a aprovação do educando com nota mínima 5,0 (cinco);

IX - Aos alunos considerados reprovados após a realização dos exames finais e/ou exames de segunda época, é possibilitada a progressão parcial, em até 2 (duas) disciplinas, desde que conste no Projeto Político Pedagógico da escola e esteja em consonância com a proposta pedagógica da SEMED;

X - O registro das notas, no Boletim ou equivalente, bem como no Histórico Escolar, deverá especificar a média dos bimestres ou trimestres, a pontuação obtida em exames finais e exames de segunda época, quando for o caso, bem como a frequência e carga horária anual por disciplina, juntamente com a observação quanto à situação de aprovado ou reprovado.

Art. 14 Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de anos/séries anuais, diplomas e certificados de conclusão de curso.

## CAPÍTULO VI

### Da Recuperação Paralela

Art. 15 Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos (conteúdos e notas), novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, sempre que verificado o rendimento insuficiente (inferior a 70%) durante os bimestres ou trimestres, antes do registro das notas bimestrais ou trimestrais.

Art. 16 Para atribuição de nota resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, deverá ser utilizado o mesmo conteúdo e peso avaliativo que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

Art. 17 A recuperação paralela de notas e conteúdos deverá ser



planejada pelos docentes, constar no plano de trabalho anual e ser aprovada pela equipe gestora da unidade escolar.

Art. 18 A recuperação paralela de conteúdo deverá ser desenvolvida em horário de aula e sua realização registrada no diário de classe juntamente com as atividades regulares, bem como, a frequência dos alunos.

Art. 19 Cabe ao professor realizar diagnóstico inicial para detectar as dificuldades que impossibilitam o aluno de aprender, para dessa forma, rever a abordagem do conteúdo por meio de metodologias significativas e diversificadas.

Art. 20 Cabe ao apoio pedagógico realizar intervenções especiais e avaliar a necessidade de encaminhamento para sala de apoio pedagógico e equipe de profissionais multidisciplinares.

Art. 21 Os critérios para o trabalho de recuperação paralela, nas unidades de ensino fundamental, deverão estar contidos no Regimento Escolar, ter definidas as ações no PPP e serem operacionalizadas pelo professor, sob a coordenação dos diretores das Unidades Escolares.

Art. 22 Os estudos de recuperação serão feitos preferencialmente no horário regular de aula por projetos de reorganização de turmas e atividades paralelas; persistindo as dificuldades, poderão ser oferecidas em horário extraclasse. Os alunos terão direito, sob análise do órgão central, a transporte para poder frequentar o reforço.

## CAPÍTULO VII

### Da Aceleração de Estudos

Art. 23 A aceleração de estudos será oferecida observando as seguintes consignações:

I - A aceleração de estudos poderá ser realizada sempre que se constatar defasagem na relação idade-série/ano do aluno;

II - A organização do processo de aceleração ficará a cargo do estabelecimento de ensino, sob responsabilidade do Gestor e da Equipe Pedagógica;

III - A proposição de aceleração de estudos caberá ao estabelecimento de ensino, devendo ser ouvido o aluno, os pais ou responsáveis;

IV - Ter suas atividades pedagógicas desenvolvidas em ambiente com recursos didáticos e material adequado à especificidade;

V - Ter suas atividades pedagógicas planejadas e operacionalizadas por profissionais com capacitação docente convergente com a finalidade;

VI - A avaliação da aprendizagem dos alunos que frequentam classes de aceleração de estudos é de responsabilidade dos docentes nelas atuantes, apreciada pelo Conselho de Classe;

VII - A unidade escolar deverá guardar em seus arquivos, conforme previsto em lei, as atas específicas em que foram apreciados, pelo Conselho de Classe, os resultados da avaliação dos alunos de que trata este artigo.

## CAPÍTULO VIII

### Do Avanço de Série/Ano

Art. 24 O avanço em anos/séries anuais, por classificação, poderá ocorrer sempre que se constatarem altas habilidades ou apropriação pessoal de conhecimento por parte do aluno, igual ou superior a 70% dos conteúdos de todas as disciplinas ou áreas de estudo oferecidas na série/ano ou curso em que o aluno estiver matriculado.

Art. 25 A proposição do avanço em séries/anos caberá ao estabelecimento de ensino, devendo ser ouvido o aluno, os pais ou responsáveis.

Parágrafo único. Quando a sugestão for oriunda da família, a mesma deverá ser firmada através de documento oficial.

Art. 26 A avaliação de aluno deverá ser planejada, elaborada e operacionalizada por banca constituída por membros do corpo docente da instituição, designada pela direção do estabelecimento de ensino, e ter o resultado apreciado pelo Conselho de Classe.

Art. 27 A Unidade Escolar deverá guardar, em seus arquivos, as atas específicas em que foi registrada, pela banca, a avaliação em que foram apreciados, pelo Conselho de Classe, os resultados da citada avaliação.

## CAPÍTULO IX

### Da Classificação e Reclassificação

Art. 28 Entende-se por classificação/ reclassificação, o posicionamento/ reposicionamento do aluno que permita sua matrícula, considerando a relação idade- anos/séries anuais adequadas.

§1º. Aos alunos regularmente matriculados na Unidade Escolar, no início do ano letivo, essa avaliação deverá ocorrer até o final do 1º trimestre do ano em curso, garantindo maior frequência durante o ano letivo ao ano/série anual ao qual o aluno foi posicionado;

§ 2º. Em caso de transferência de aluno, durante o ano letivo, os exames poderão ocorrer a qualquer tempo, conforme prevê legislação.

Art. 29 Para qualquer idade, anos/séries anuais, além dos critérios de promoção e transferência, poderá ser efetuada a classificação ou reclassificação do aluno, independente de escolarização anterior, tomando por base sua experiência e grau de desenvolvimento pessoal.

Art. 30 Os critérios de avaliação deverão estar especificados no Projeto Político Pedagógico e no Regimento da Escola, os quais oferecerão condições do aluno demonstrar seu nível de desenvolvimento.

Art. 31 A reclassificação tomará como base as normas curriculares gerais, cuja sequência deve ser preservada, e se constatada apropriação de conhecimento por parte do aluno, superior a 70% dos respectivos conteúdos, a escola deverá proceder em conformidade com a legislação vigente.

Art. 32 Não poderá ser reclassificado o aluno que estiver reprovado na série/ano cursado ou na progressão parcial realizada.

Art. 33 O resultado final da avaliação para fins de classificação/reclassificação deve ser consenso de todos os profissionais da escola, com autorização dos pais e entendimento do aluno, registrada e arquivada na escola.

## CAPÍTULO X

### Do Conselho de Classe

Art. 34 O Conselho de Classe é uma ação pedagógica voltada para a avaliação do ensino, da aprendizagem e da metodologia do processo educacional. É no Conselho de Classe que os avanços precisam ser destacados e as dificuldades repensadas a fim de redimensionar coletivamente o processo avaliativo.

Art. 35 O Conselho de Classe é uma instância deliberativa integrante da estrutura das Unidades Escolares e tem sob sua responsabilidade:

I - Envolver a comunidade escolar no processo educativo, possibilitando o repensar sobre o ensino e a aprendizagem, para definir objetivos e ações que garantam o fazer pedagógico de qualidade;

II - Deliberar sobre a promoção e/ou retenção dos alunos nos anos/séries anuais, assumindo em conjunto, a responsabilidade



da educação de qualidade;

IV - Avaliar a prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

V - Definir critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessário;

VI - Appreciar, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos alunos, apresentados individualmente pelos professores, bem como, decidir pela aprovação ou não aprovação dos alunos, quando for o caso.

Art. 36 O Conselho de Classe será composto:

I - Pelos professores da turma;

II - Pela direção do estabelecimento ou seu representante;

III - Pela equipe pedagógica da escola;

IV - Por alunos, quando for o caso;

V - Por pais ou responsáveis, quando for o caso.

Art. 37 O Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma, bimestralmente ou trimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento.

Art. 38 O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento, por 1/3 (um terço) dos professores ou dos pais ou dos alunos da turma, quando for o caso.

Art. 39 O Projeto Político Pedagógico deverá especificar a metodologia e organização de todos os Conselhos de Classe do ano, evidenciando os que contarão com a presença de pais e alunos.

Art. 40 O Conselho de Classe poderá ser organizado em várias etapas (pré-conselho, conselho, pós-conselho), mediante registro descritivo no PPP da Escola.

Art. 41 Das reuniões do Conselho de Classe deverá ser lavrada ata, em livro próprio, com assinatura de todos os presentes.

## CAPÍTULO XI

### Dos Exames Finais

Art. 42 Na Rede Pública Municipal de Ensino de Concórdia, os exames finais serão garantidos aos alunos que tenham atingido 75% de frequência, média anual inferior a 7,0 em qualquer disciplina, onde tais critérios de nota não forem alcançados.

Parágrafo único. Para efeito de aprovação após a realização destes exames, será considerada a média final 5,0 (cinco) por disciplina.

## CAPÍTULO XII

### Da Revisão de Resultados e dos Recursos e sua Tramitação

Art. 43 Da decisão do Conselho de Classe referente aos resultados da avaliação anual final, se observada a não obediência ao disposto nesta Resolução ou demais normas legais cabe:

I - Pedido de revisão do resultado junto à própria escola;

II - Recurso à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 44 Para instrução do recurso, deverá ser impetrado pelo aluno, quando maior de idade ou por seu responsável legal, mediante requerimento acompanhado de:

I - Registro de notas ou conceitos em boletim ou documento equivalente e;

II - Resultado do pedido de revisão junto à escola.

Parágrafo único. A SEMED, para fundamentação, análise e emissão de parecer, poderá requerer, junto à unidade escolar, cópia dos seguintes documentos:

I - Diário de classe, com registro da realização dos estudos de recuperação e seus resultados;

II - Avaliação descritiva do professor sobre o processo ensino-aprendizagem do aluno durante o ano letivo em questão, quando adotada pela escola;

III - Plano de ensino do professor da disciplina ou componente curricular em questão;

IV - Instrumentos avaliativos;

V - Atas das reuniões do Conselho de Classe;

VI - Critérios de avaliação constantes do projeto político pedagógico da unidade escolar.

Art. 45 O pedido de revisão, bem como dos recursos, deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - Pedido de revisão, 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados pela unidade escolar;

II - A escola terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o pedido de revisão;

III - Decorrido o prazo previsto no inciso anterior, o requerente terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para impetrar recurso junto à SEMED;

IV - A SEMED terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o recurso, após recebimento da documentação prevista, se houver solicitado;

V - O recurso em grau superior, ao CME, deverá ser impetrado em até 10 (dez) dias úteis, após divulgação oficial do parecer da SEMED;

VI - O Conselho Municipal de Educação terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para julgar o recurso.

Art. 46 Em todas as fases recursais é garantido ao recorrente amplo direito ao contraditório.

## CAPÍTULO XIII

### Das Disposições Finais

Art. 47 As instituições de educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino deverão adaptar seu Regimento e Projeto Político-Pedagógico a estas diretrizes, com vigência a partir da aprovação.

Art. 48 Ficam revogados aspectos que tratam do processo de Avaliação, em resoluções anteriores, e demais disposições contrárias.

Art. 49 Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Concórdia, 24 de fevereiro de 2012.

Registre-se

Presidente: Sandra Simone Höpner Pierozan

Secretária: Cleonice Bison

Conselheiro: Alessandra Portolan

Conselheira: Leonita Cousseau

Conselheira: Augusta R. Spudeit

Conselheira: Marisa Lazzarin

Conselheira: Ivete Cechin

Conselheiro: Santo Hermínio de Luca

## Classificação Final Pregão Presencial Nº 10-2012 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - PMC

Objeto: Aquisição de Trator de Esteiras novo para uso e recuperação de estradas no interior do Município de Concórdia.

## CLASSIFICAÇÃO FINAL

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº



8.666/93, e posteriores alterações e Lei 10.520/06, a Pregoeira torna público que na data de 12/03/2012, às 14 horas, compareceu o representante legal da empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÕES LTDA, para sessão de negociação de preços e divulgação do resultado final, conforme convocação oficial publicada no D.O.M/SC edição de nº 947, a qual também oficializou a empresa INFINITY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., sobre a desclassificação de sua proposta de preços por desatendimento dos requisitos mínimos estipulados no Edital. Após a negociação, o resultado passou a ser o seguinte: a licitante SCHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, ofertou o preço total de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Importante ressaltar que a Unidade Solicitante atestou que o equipamento (trator) ofertado pela empresa SCHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA., possui os requisitos exigidos no edital. O processo terá seu prosseguimento normal, através da adjudicação e posterior homologação.

Concórdia, SC, 12 de março de 2012.  
RUTINEIA ROSSI  
Pregoeira

### **Comunicação Indeferimento de Recurso Pregão Presencial Nº 2/2012 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de conexão de internet em diversas unidades administrativas.

#### **COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 09/03/2012 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 23/02/2012, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 12 de março de 2012.  
ELIANE CORRÊA BASSO  
Pregoeira

### **Extrato do Resultado da Habilitação Tomada de Preços Nº 16-2012 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2012 PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de drenagem pluvial nas Ruas Ângelo Ari Biezus, Rua Independência, Marechal Deodoro e Dionísio Boff, nos Bairros Imigrantes e Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

#### **EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: As licitantes DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e BRITTER RODOVIAS LTDA foram julgadas HABILITADAS. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas

que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 21 (vinte e um) de Março de 2012, às 10:00hs (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 12 de Março de 2012.  
ELIANE CORRÊA BASSO  
Presidente da C.P.L., em Exercício

### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 026/2012**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 026/2012

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DANIELA CAROLINE WILCK, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 096.184.479-52, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 07.03.2012 a 31.12.2012.

### **Extrato do Termo de RESCISÃO do Termo de Compromisso Nº 092/2011**

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 092/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de março de 2012, do termo de compromisso nº 092/2011, de setembro de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estagiário (a) RONALDO LUIZ FAUTH, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 096.947.829-10.

DATA DA ASSINATURA: 01.03.2012



**Balancetes Financeiros - Período de Referência: Fevereiro /2012**

**FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	765,60	ORÇAMENTÁRIA	45.350,93
Receitas Orçamentárias	765,60	Despesas Correntes	42.757,79
Receitas Correntes	765,60	Pessoal e Encargos Sociais	23.707,42
Receitas Patrimoniais	566,02	Outras Despesas Correntes	19.050,37
Receitas de Serviços	199,58	Despesas de Capital	312,80
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Investimentos	312,80
		Despesas Intra-Orçamentárias	2.280,34
		Despesa Corrente Intra-Orçamentária	2.280,34
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	116.449,82	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	51.449,82
Depósitos	6.098,89	Depósitos	6.098,89
Depósitos em Diversas Origens	6.098,89	Depósitos em Diversas Origens	6.098,89
Obrigações em Circulação	45.350,93	Obrigações em Circulação	45.350,93
Obrigações a Pagar	45.350,93	Obrigações a Pagar	45.350,93
Fornecedores	19.153,43	Fornecedores	19.153,43
Pessoal a Pagar	23.915,64	Pessoal a Pagar	23.915,64
Encargos Sociais a Recolher	2.072,12	Encargos Sociais a Recolher	2.072,12
Obrigações Tributárias	209,74	Obrigações Tributárias	209,74
Interferências Ativas	65.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	65.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	133.269,55	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	153.684,22
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	133.269,55	Bancos Conta Movimento	153.684,22
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>250.484,97</b>	<b>TOTAL</b>	<b>250.484,97</b>

Fonte: FUMDEMA

ARGEU ALBIERO  
 Contador  
 CRC/SC 027453/O-2

EDSON LUIS GONCALVES  
 Ordenador de Despesa



**FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	284.254,34	ORÇAMENTÁRIA	257.971,54
Receitas Orçamentárias	284.254,34	Despesas Correntes	257.971,54
Receitas Correntes	171.476,79	Outras Despesas Correntes	257.971,54
Receitas de Contribuições	130.541,72	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas Patrimoniais	2.759,94	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receitas de Serviços	183,00		
Outras Receitas Correntes	37.992,13		
Receita Intra-Orçamentária Correntes	112.777,55		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	260.785,46	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	261.401,46
Depósitos	2.197,92	Depósitos	2.197,92
Depósitos em Diversas Origens	2.197,92	Depósitos em Diversas Origens	2.197,92
Obrigações em Circulação	258.587,54	Obrigações em Circulação	259.203,54
Obrigações a Pagar	258.587,54	Obrigações a Pagar	259.203,54
Fornecedores	257.971,54	Fornecedores	257.971,54
Recursos Especiais a Liberar	616,00	Recursos Especiais a Liberar	1.232,00
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	662.610,98	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	688.277,78
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	3.610,98	Bancos Conta Movimento	5.777,78
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	659.000,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	682.500,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.207.650,78</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.207.650,78</b>

Fonte: Fundo Mun.de Assist. ao Servidor

Beatriz F. da Silva Rosa  
Ordenador de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT  
Contador  
CRC: 15097/O-2 /SC



**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	7.435,03	ORÇAMENTÁRIA	73.593,60
Receitas Orçamentárias	7.435,03	Despesas Correntes	69.267,63
Receitas Correntes	7.435,03	Pessoal e Encargos Sociais	51.909,49
Receitas Patrimoniais	1.318,75	Outras Despesas Correntes	17.358,14
Receitas de Serviços	6.140,69	Despesas Intra-Orçamentárias	4.325,97
(-)Deduções da Receita Corrente	24,41	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	4.325,97
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	416.516,10	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	111.166,16
Realizável	22,00	Realizável	22,00
Créditos em Circulação	22,00	Créditos em Circulação	22,00
Depósitos	8.226,25	Depósitos	8.226,25
Depósitos em Diversas Origens	8.226,25	Depósitos em Diversas Origens	8.226,25
Obrigações em Circulação	88.243,66	Obrigações em Circulação	102.917,91
Obrigações a Pagar	88.243,66	Obrigações a Pagar	102.917,91
Fornecedores	16.884,50	Fornecedores	16.884,50
Pessoal a Pagar	51.668,04	Pessoal a Pagar	51.668,04
Encargos Sociais a Recolher	5.041,06	Encargos Sociais a Recolher	5.041,06
Recursos Especiais a Liberar	14.650,06	Recursos Especiais a Liberar	29.324,31
Acréscimos Patrimoniais	24,19	Interferências Passivas	0,00
Interferências Ativas	320.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	320.000,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	289.213,12	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	528.404,49
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	286.649,31	Bancos Conta Movimento	517.229,44
Bancos Conta Vinculada	2.563,81	Bancos Conta Vinculada	11.175,05
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>713.164,25</b>	<b>TOTAL</b>	<b>713.164,25</b>

Fonte: Fundação Mun. de Esportes de Concordia

Gil Artífion  
Ordenador de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT  
Contador  
CRC: 15097/O-2 /SC



**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	1.717,74	ORÇAMENTÁRIA	62.567,22
Receitas Orçamentárias	1.717,74	Despesas Correntes	54.397,30
Receitas Correntes	1.717,74	Pessoal e Encargos Sociais	37.777,69
Receitas Patrimoniais	1.667,01	Outras Despesas Correntes	16.619,61
Receitas de Serviços	13,00	Despesas de Capital	3.480,00
Outras Receitas Correntes	37,73	Investimentos	3.480,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	4.689,92
		Despesa Corrente Intra-Orçamentária	4.689,92
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	191.089,23	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	80.168,03
Depósitos	10.334,89	Depósitos	10.334,89
Depósitos em Diversas Origens	10.334,89	Depósitos em Diversas Origens	10.334,89
Obrigações em Circulação	65.754,34	Obrigações em Circulação	69.833,14
Obrigações a Pagar	65.754,34	Obrigações a Pagar	69.833,14
Fornecedores	19.743,74	Fornecedores	20.635,42
Pessoal a Pagar	39.706,66	Pessoal a Pagar	39.706,66
Encargos Sociais a Recolher	2.760,95	Encargos Sociais a Recolher	2.760,95
Obrigações Tributárias	355,87	Obrigações Tributárias	355,87
Recursos Especiais a Liberar	3.187,12	Recursos Especiais a Liberar	6.374,24
Interferências Ativas	115.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	115.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	223.827,69	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	273.899,41
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	219.148,89	Bancos Conta Movimento	257.293,99
Bancos Conta Vinculada	4.678,80	Bancos Conta Vinculada	16.605,42
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	416.634,66	TOTAL	416.634,66

Fonte: Fundação Municipal de Cultura

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT  
 Contador Adj.  
 CRC/SC 15097/O-2

SANDRA MARA ROMAN  
 Ordenador de Despesa



**FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	8.500,57	ORÇAMENTÁRIA	57.951,88
Receitas Orçamentárias	8.500,57	Despesas Correntes	57.951,88
Receitas Correntes	8.500,57	Outras Despesas Correntes	57.951,88
Receitas Patrimoniais	1.046,97	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Transferências Correntes	7.453,60	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	100.206,55	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	64.837,92
Depósitos	538,40	Depósitos	538,40
Depósitos em Diversas Origens	538,40	Depósitos em Diversas Origens	538,40
Obrigações em Circulação	60.368,15	Obrigações em Circulação	64.299,52
Obrigações a Pagar	60.368,15	Obrigações a Pagar	64.299,52
Fornecedores	57.951,88	Fornecedores	49.866,98
Recursos Especiais a Liberar	2.416,27	Recursos Especiais a Liberar	14.432,54
Interferências Ativas	39.300,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	39.300,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	290.620,71	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	276.538,03
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	41.004,86	Bancos Conta Movimento	34.269,79
Bancos Conta Vinculada	249.615,85	Bancos Conta Vinculada	242.268,24
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	399.327,83	TOTAL	399.327,83

Fonte: Fundo Mun. Assist. Social

CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
 Ordenadora de Despesa

SOLANGE B. K. VICARI  
 Contador  
 CRC: 024478/O-8/SC



**FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	3.512,23	ORÇAMENTÁRIA	651,95
Receitas Orçamentárias	3.512,23	Despesas Correntes	651,95
Receitas Correntes	3.512,23	Outras Despesas Correntes	651,95
Receitas Patrimoniais	167,96	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas Agropecuárias	1.113,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receitas de Serviços	1.127,56		
Outras Receitas Correntes	1.103,71		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	657,48	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	657,48
Depósitos	5,53	Depósitos	5,53
Depósitos em Diversas Origens	5,53	Depósitos em Diversas Origens	5,53
Obrigações em Circulação	651,95	Obrigações em Circulação	651,95
Obrigações a Pagar	651,95	Obrigações a Pagar	651,95
Fornecedores	651,95	Fornecedores	651,95
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	40.887,75	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	43.748,03
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	5.687,75	Bancos Conta Movimento	43.748,03
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	35.200,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>45.057,46</b>	<b>TOTAL</b>	<b>45.057,46</b>

Fonte: Fundo MUUn de Desenv. Agropecuario

Antonio Colussi  
Ordenador de despesa

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2



**FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER. SOC. DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	248,66	ORÇAMENTÁRIA	832,60
Receitas Orçamentárias	248,66	Despesas Correntes	832,60
Receitas Correntes	248,66	Outras Despesas Correntes	832,60
Receitas Patrimoniais	248,66	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	954,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.071,54
Depósitos	5,54	Depósitos	5,54
Depósitos em Diversas Origens	5,54	Depósitos em Diversas Origens	5,54
Obrigações em Circulação	949,30	Obrigações em Circulação	1.066,00
Obrigações a Pagar	949,30	Obrigações a Pagar	1.066,00
Fornecedores	832,60	Fornecedores	832,60
Recursos Especiais a Liberar	116,70	Recursos Especiais a Liberar	233,40
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	45.544,12	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	44.843,48
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	45.544,12	Bancos Conta Movimento	44.843,48
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>46.747,62</b>	<b>TOTAL</b>	<b>46.747,62</b>

Fonte: Fundo Mun. de Habitação

CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
 Ordenadora de Despesa

SOLANGE B. K. VICARI  
 Contador  
 CRC: 024478/O-8/SC



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	1.565.695,11	ORÇAMENTÁRIA	3.340.192,62
Receitas Orçamentárias	1.565.695,11	Despesas Correntes	3.224.037,70
Receitas Correntes	1.565.695,11	Pessoal e Encargos Sociais	927.117,50
Receita Tributária	14.942,38	Outras Despesas Correntes	2.296.920,20
Receitas Patrimoniais	10.062,02	Despesas de Capital	2.250,00
Transferências Correntes	1.540.551,48	Investimentos	2.250,00
Outras Receitas Correntes	139,23	Despesas Intra-Orçamentárias	113.904,92
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	113.904,92
		Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.908.323,15	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.788.442,48
Realizável	3.994,79	Realizável	3.994,79
Créditos em Circulação	3.994,79	Créditos em Circulação	3.994,79
Depósitos	196.952,44	Depósitos	196.952,44
Consignações	139,23	Consignações	139,23
Depósitos em Diversas Origens	196.813,21	Depósitos em Diversas Origens	196.813,21
Obrigações em Circulação	3.419.625,05	Obrigações em Circulação	3.587.495,25
Obrigações a Pagar	3.419.625,05	Obrigações a Pagar	3.587.495,25
Fornecedores	2.307.857,21	Fornecedores	2.304.429,41
Pessoal a Pagar	946.899,57	Pessoal a Pagar	946.899,57
Encargos Sociais a Recolher	94.122,85	Encargos Sociais a Recolher	94.122,85
Obrigações Tributárias	14.198,29	Obrigações Tributárias	14.198,29
Recursos Especiais a Liberar	56.547,13	Recursos Especiais a Liberar	227.845,13
Acréscimos Patrimoniais	114.750,87	Interferências Passivas	0,00
Interferências Ativas	1.173.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.173.000,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.755.139,16	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.100.522,32
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	379.639,03	Bancos Conta Movimento	115.702,64
Bancos Conta Vinculada	1.375.500,13	Bancos Conta Vinculada	984.819,68
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	8.229.157,42	TOTAL	8.229.157,42

Fonte: Fundo Municipal de Saude de Concordia

VILSON ANIVO HAEFLIGER  
 Ordenador da Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO  
 Téc.Contabil  
 CRC: 17.218



**FUNDO MUN. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	186,67	ORÇAMENTÁRIA	369,30
Receitas Orçamentárias	186,67	Despesas Correntes	369,30
Receitas Correntes	186,67	Outras Despesas Correntes	369,30
Receitas Patrimoniais	136,67	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	50,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.374,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	374,84
Depósitos	5,54	Depósitos	5,54
Depósitos em Diversas Origens	5,54	Depósitos em Diversas Origens	5,54
Obrigações em Circulação	369,30	Obrigações em Circulação	369,30
Obrigações a Pagar	369,30	Obrigações a Pagar	369,30
Fornecedores	369,30	Fornecedores	369,30
Interferências Ativas	15.000,00	Interferências Passivas	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	15.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	26.200,98	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	41.018,35
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	24.914,29	Bancos Conta Movimento	41.018,35
Bancos Conta Vinculada	1.286,69	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>41.762,49</b>	<b>TOTAL</b>	<b>41.762,49</b>

Fonte: Fundo Mun. de Infância e Adolescência

HILDA CAMINI  
Contador  
CRC/SC 029632/O-2

CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Ordenadora de Despesa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Fevereiro /2012**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
ORÇAMENTÁRIA	8.795.656,71	ORÇAMENTÁRIA	5.301.573,11
Receitas Orçamentárias	8.795.656,71	Despesas Correntes	4.606.690,86
Receitas Correntes	8.792.793,54	Pessoal e Encargos Sociais	2.746.804,89
Receita Tributária	2.007.194,78	Juros e Encargos da Dívida	90.497,96
Receitas de Contribuições	169.091,94	Outras Despesas Correntes	1.769.388,01
Receitas Patrimoniais	121.994,58	Despesas de Capital	223.654,96
Receitas de Serviços	34.219,20	Investimentos	153.654,96
Transferências Correntes	7.346.985,31	Amortização	70.000,00
Outras Receitas Correntes	165.128,93	Despesas Intra-Orçamentárias	471.227,29
(-)Deduções da Receita Corrente	1.051.821,20	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	471.227,29
Receitas de Capital	2.863,17	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Alienação de Bens	2.863,17		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	7.225.517,64	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.057.199,69
Realizável	16.165,07	Realizável	16.165,07
Créditos em Circulação	16.165,07	Créditos em Circulação	16.165,07
Depósitos	828.736,22	Depósitos	826.273,42
Consignações	52.060,43	Consignações	52.060,43
Depósitos em Diversas Origens	776.675,79	Depósitos em Diversas Origens	774.212,99
Obrigações em Circulação	6.268.571,95	Obrigações em Circulação	7.279.161,20
Obrigações a Pagar	6.268.571,95	Obrigações a Pagar	7.279.161,20
Fornecedores	2.014.772,03	Fornecedores	1.975.443,43
Pessoal a Pagar	3.072.329,41	Pessoal a Pagar	3.072.329,41
Encargos Sociais a Recolher	147.873,93	Encargos Sociais a Recolher	147.873,93
Obrigações Tributárias	88.624,24	Obrigações Tributárias	88.624,24
Recursos Especiais a Liberar	944.972,34	Recursos Especiais a Liberar	1.994.890,19
Acréscimos Patrimoniais	112.044,40	Interferências Passivas	1.935.600,00
Interferências Ativas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	1.935.600,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	16.239.940,43	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	16.902.341,98
Caixa	5.106,52	Caixa	8.290,11
Bancos Conta Movimento	8.041.406,90	Bancos Conta Movimento	7.140.295,98
Bancos Conta Vinculada	4.418.978,03	Bancos Conta Vinculada	4.692.782,32
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	3.177.603,48	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	4.501.931,39
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	596.845,50	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	559.042,18
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	32.261.114,78	TOTAL	32.261.114,78

Fonte: PREFEITURAMUNICIPAL DE CONCÓRDIA

JOAQUIM P. B. BICCA N.  
SEGUNDO  
Ordenador da Despesa

HILDA CAMINI  
Contador  
CRC/SC 029632/O-2

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Portaria Nº 070/2012

PORTARIA No 070/2012, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o conteúdo do Ofício, datado de 02/01/2012, emitido pelo Ex.mo Secretário de Saúde, no qual informa a necessidade de aumento de carga horária da servidora, em razão do excesso de demanda, bem como que a servidora já vinha prestando serviços além da jornada normal de trabalho desde a promulgação da LC 086/2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º Em atendimento a conveniência e interesse público, com fulcro na Lei Complementar n. 086/2011, fica ALTERADA A CARGA HORÁRIA da Servidora ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, Sra. FERNANDA MICHELLE MULLER NICHEL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de março de 2012, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2012, cujas das horas excedentes já realizadas deverão ser pagas em uma única parcela acrescida na folha de pagamento do mês de abril/2012, que corresponderão ao registro de horário daquele período, a ser apurado pelo Departamento Pessoal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta SC, 28 de fevereiro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

### Portaria Nº 071/2012

PORTARIA No 071/2012, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o conteúdo do Ofício, datado de 02/01/2012, emitido pelo Ex.mo Secretário de Saúde, no qual informa a necessidade de aumento de carga horária da servidora, em razão do excesso de demanda, bem como que a servidora já vinha prestando serviços além da jornada normal de trabalho desde a promulgação da LC 086/2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º Em atendimento a conveniência e interesse público, com fulcro na Lei Complementar n. 086/2011, fica ALTERADA A CARGA HORÁRIA da Servidora ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, Sra. ANA MARIA ZANCHET, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de março de 2012, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2012, cujas das horas excedentes já realizadas deverão ser pagas em uma única parcela acrescida na folha de pagamento do mês de abril/2012, que corresponderão ao registro de horário daquele período, a ser apurado pelo Departamento Pessoal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta SC, 28 de fevereiro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

### Portaria Nº 072/2012

PORTARIA No 072/2012, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o conteúdo do Ofício, datado de 02/01/2012, emitido pelo Ex.mo Secretário de Saúde, no qual informa a necessidade de aumento de carga horária da servidora, em razão do excesso de demanda, bem como que a servidora já vinha prestando serviços além da jornada normal de trabalho desde a promulgação da LC 086/2011,

#### RESOLVE:

Art. 1º Em atendimento a conveniência e interesse público, com fulcro na Lei Complementar n. 086/2011, fica ALTERADA A CARGA HORÁRIA da Servidora ocupante do cargo efetivo de Fonoaudióloga, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando de 12 (doze) horas semanais para 16 (dezesesseis) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de março de 2012, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2012, cujas das horas excedentes já realizadas deverão ser pagas em uma única parcela acrescida na folha de pagamento do mês de abril/2012, que corresponderão ao registro de horário daquele período, a ser apurado pelo Departamento Pessoal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta SC, 28 de fevereiro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal



CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 073/2012**

PORTARIA Nº 073/2012, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o conteúdo do Ofício, datado de 02/01/2012, emitido pelo Ex.mo Secretário de Saúde, no qual informa a necessidade de aumento de carga horária da servidora, em razão do excesso de demanda, bem como que a servidora já vinha prestando serviços além da jornada normal de trabalho desde a promulgação da LC 086/2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Em atendimento a conveniência e interesse público, com fulcro na Lei Complementar n. 086/2011, fica ALTERADA A CARGA HORÁRIA da Servidora ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, Sra. KATIANE ORTOLAN, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, passando de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de março de 2012, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2012, cujas das horas excedentes já realizadas deverão ser pagas em uma única parcela acrescida na folha de pagamento do mês de abril/2012, que corresponderão ao registro de horário daquele período, a ser apurado pelo Departamento Pessoal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta SC, 28 de fevereiro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 092/2012**

PORTARIA Nº 092/2012 DE 07 DE MARÇO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 Da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Sra. ADRIEZE JAMILE DA ROSA, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta SC, 07 de março de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 093/2012**

PORTARIA Nº 093/2012, DE 07 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. MARILENE SALETE VANAZZI, para exercer o cargo eletivo de Conselheira Tutelar, 20hrs semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Portaria, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 07 de março de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Portaria Nº 094/2012**

PORTARIA Nº 094/2012, DE 08 DE MARÇO DE 2012  
"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. JULCIR NALIN, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á aos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei C. 18/2001, ao Plano de cargos e salários - Lei C. 70/2009, Lei Complementar nº 72/2009 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Portaria, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de março de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.



**Portaria Nº 095/2012**

PORTARIA N.º 95/2012, DE 08 DE MARÇO DE 2012

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial os Arts. 13 e 14 da Lei Complementar nº 17/2001:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 5% (cinco por cento) sobre o vencimento, a Título de Adicional de Titulação, a Servidora Municipal, Sra. GISELI ZUCKI SPERANÇA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme Diploma em anexo de conclusão do ensino médio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 08 de março de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 096/2012**

PORTARIA N.º 96/2012, DE 09 DE MARÇO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. SANDRA MARIA ZARDO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de março de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 097/2012**

PORTARIA N.º 97/2012, DE 12 DE MARÇO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. SANDRA MARIA ZARDO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de março de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 098/2012**

PORTARIA Nº 98/2012, DE 12 DE MARÇO DE 2012

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ADEMIR PEDRO GROLLE, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2009 a 14/04/2010, que serão gozadas no período de 02/04/2012 a 01/05/2012.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês março do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de março de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

ADEMIR PEDRO GROLLE Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Notificação de Recebimento de RECURSOS FEDERAIS N. 02/03/2012****Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 02/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.299,25
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	3.299,25
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.299,25
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferencia do SIA - MAC	3.299,25



**Notificação de RECEBIMENTO de RECURSOS FEDERAIS N. 05/03/2012****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 05/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		4.500,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.500,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00



**Notificação de RECEBIMENTO de RECURSOS FEDERAIS N. 06/03/2012****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 06/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>554,73</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	554,73
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	554,73
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	332,84
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	221,89



**Notificação de RECEBIMENTO de RECURSOS FEDERAIS N. 07/03/2012****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 07/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>22.948,05</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	22.331,12
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	747,01
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	747,01
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	21.584,11
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	6.700,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmaceutica Basica	3.001,36
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	3.392,75
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.100,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Programa Melhoria de Acesso e da Qualidade - PMAQ	1.700,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00	Programa Saúde na Escola - PSE	4.690,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	616,93
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	616,93
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	370,16
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	246,77



**Notificação de RECEBIMENTO de RECURSOS FEDERAIS N. 08/03/2012****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 08/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>3.008,38</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	2.387,50
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.700,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Programa Melhoria de Acesso e da Qualidade - PMAQ	1.700,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	620,88
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	620,88
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	372,53
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	248,35



**Notificação de RECEBIMENTO de RECURSOS FEDERAIS N. 09/03/2012****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 09/03/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		157.093,61
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	184.824,66
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	184.824,66
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	184.824,66
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	110.894,79
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	46.206,17
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	27.723,70
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.233,87
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	9.233,87
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.540,32
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.693,55
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-36.964,92
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-36.964,92
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-36.964,92



**Notificação de RECEBIMENTO de RECURSOS FEDERAIS N. 28/02/2012****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 28/02/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.411,11
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	2.500,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	2.500,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-SUAS	1.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	911,11
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	911,11
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	546,67
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	364,44



**Notificação de RECEBIMENTO de RECURSOS FEDERAIS N. 29/02/2012****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 29/02/2012

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>92.796,49</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	115.943,55
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	113.422,40
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	113.422,40
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	68.053,44
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	28.355,60
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	17.013,36
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.521,15
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.512,69
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	630,29
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 -15%	378,17
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-23.147,06
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-22.642,83
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-22.642,83
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-504,23



## RELAÇÃO de Compras EFETUADAS PELA Prefeitura Municipal - Fevereiro/2012

### ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 1/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGÊNCIA DE PUBLICIDADE DIFERENÇA LTDA	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E JORNALISTICA	308	1,000	950,0000	950,00
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	ABAFADOR AUDITIVO	192	6,000	2,0000	12,00
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	ABRAÇADEIRA	192	1,000	1,0000	1,00
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	ADAPTADOR P/ JARDIM	192	1,000	2,9000	2,90
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	ANCINHO	250	2,000	14,5000	29,00
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	BARRA CANO 32MM	192	1,000	23,9000	23,90
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	BUCHA Nº6	213	20,000	0,1000	2,00
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	CABO DE ANCINHO MADEIRA	250	2,000	4,9000	9,80
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	CADEADO 20MM	192	2,000	8,9000	17,80
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	CADEADO 20MM	288	1,000	8,9000	8,90
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	CHAVE PHILIPS 1/4 X 5/6	250	1,000	2,6500	2,65
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	CHAVE PHILIPS 5 X 16/6	250	1,000	9,4000	9,40
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	DESEMGRIANTE	288	1,000	8,9000	8,90
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	ENGATE RÁPIDO	192	1,000	2,9000	2,90
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	ESGUICHO PARA MANGUEIRA	192	1,000	3,9000	3,90
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	FAÇÃO	242	1,000	11,5000	11,50
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	GLIFOSATO	222	18,000	14,9000	268,20
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	GLIFOSATO	250	6,000	14,9000	89,40
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	GLIFOSATO	331	24,000	16,4000	393,60
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	MANGUEIRA PARA JARDIM	192	25,000	2,0000	50,00
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	MARETA	288	1,000	34,0000	34,00
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	MARTELO DE BORRACHA	213	1,000	7,7000	7,70
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	MÁSCARAS BRANCAS	242	2,000	5,8000	11,60
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	PARAFUSO PARA SANITÁRIO	213	3,000	0,5000	1,50
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	SIFÃO 40 MM PARA LAVATÓRIO	213	1,000	8,8000	8,80
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	TORNEIRA 3/4 PRETA	192	1,000	2,9000	2,90
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	TRENA	192	1,000	29,8000	29,80
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	VASO SANITÁRIO	178	1,000	61,8000	61,80
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	VASSOURA	192	3,000	13,5000	40,50
AGROPECUÁRIA CORDILHEIRA LTDA ME	VEDAROSCA	213	1,000	1,9000	1,90
ARDUINO GALINA & CIA LTDA	RECAPAGEM PNEU 14.9 X 24	191	2,000	1.390,0000	2.780,00
ARDUINO GALINA & CIA LTDA	RECAPAGEM PNEU 18.4 X 34	191	2,000	830,0000	1.660,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ABRAÇADEIRA REF.57X70X14	216	2,000	6,3000	12,60
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ADAPTADOR RELOGIO REF. 1W-0705/R	232	1,000	46,2000	46,20
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	BUCHA REF.H311	228	2,000	27,4000	54,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	CANO INJETOR 3°C REF.9053043	290	1,000	95,4000	95,40
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	CLAMP REF.6736818490	330	1,000	127,2012	127,20
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	CONTRA PINO REF..32	234	6,000	0,7200	4,32
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	CORREIA REF.9732813330	330	1,000	175,5875	175,59



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 2/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	CREMALHEIRA REF.5D4010	215	1,000	432,8000	432,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO DE AR REF.4M8047	215	1,000	145,9000	145,90
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO DE AR REF.4M8048	215	1,000	96,3000	96,30
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO LUBRIFICANTE REF 6735-51-5141	330	1,000	45,8922	45,89
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	KIT SOLDA REF.2538	330	1,000	936,6994	936,70
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANCAL REF. SN-511	228	1,000	174,3000	174,30
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANDIBOLA FIXA REF.663.10DF	333	1,000	2.668,9000	2.668,90
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANDIBOLA MOVEL REF.664.11DF	333	1,000	2.935,2000	2.935,20
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA HIDRAÚLICA 4 TRAMA REF.00050.250	231	2,000	237,9000	475,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA HIDRAÚLICA 4 TRAMAS REF. 00050.251	330	4,000	296,3039	1.185,22
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA HIDRAÚLICA REF.0701210023	289	1,000	286,9000	286,90
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA HIDRAÚLICA REF.100R2AT	215	1,000	91,4000	91,40
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA HIDRAULICA REF.27930855	290	1,000	132,1000	132,10
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA HIDRAÚLICO REF.00052.1-84	215	1,000	206,8000	206,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA HIDRAÚLICO REF.10022 AT070	215	1,000	117,2000	117,20
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA REF.141513A1	216	1,000	196,0000	196,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MANGUEIRA REF.4M1268	215	1,000	37,8000	37,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MÃO DE OBRA	214	1,000	130,0000	130,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MÃO DE OBRA	233	1,000	340,0000	340,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MOLA	228	1,000	159,1500	159,15
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MOLA DE ACELERADOR	215	1,000	48,3000	48,30
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	MOLA REF. 30316008	228	3,000	148,6000	445,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PARAFUSO AÇO COMPLETO 16X70	234	5,000	8,9500	44,75
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PARAFUSO C/ PORCA SAPARA REF. 2053251121	330	312,000	5,8862	1.836,49
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PARAFUSO DE AÇO REF.19.050X101,6	215	4,000	12,6000	50,40
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PARAFUSO LAMINA REF.5/8X2.1/2	217	8,000	3,5000	28,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PARAFUSO REF.22.22X100	215	2,000	9,7000	19,40
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PARAFUSO REF.22.22X63.5	215	2,000	6,4000	12,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PINO REF 09241 5A210	230	1,000	193,9000	193,90
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PINO REF.1247251770	289	1,000	140,0000	140,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PORCA DE AÇO REF. 22.22	215	4,000	1,9800	7,92
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PORCA DE AÇO REF. 22.225P	215	6,000	9,4000	56,40
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PORCA LAMINA REF.5/8 NC	217	8,000	1,5000	12,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	RELOGIO TEMPERATURA TRANSMISSÃO REF. 1W0704.	232	1,000	142,6000	142,60
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	REP. CILINDRO INCLINADO LAMINA REF. 7079834590	330	1,000	643,4883	643,49
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	RETENTOR REF. 6732211310	330	1,000	170,9983	171,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	RETENTOR REF.01801BG18	234	1,000	27,9300	27,93
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	RETENTOR REF.14X2700120	330	1,000	360,8523	360,85
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	RODA MOTRIZ REF 12G-27-52350	330	2,000	1.700,9950	3.401,99



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 3/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ROLAMENTO 62208 ZZ TRC	228	2,000	38,9000	77,80
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ROLAMENTO CONJUNTO REF.2F5883	215	2,000	374,7200	749,44
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ROLAMENTO CONJUNTO REF.33208.18	234	1,000	119,3700	119,37
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ROLAMENTO CONJUNTO REF.559.552.18	234	1,000	246,8200	246,82
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ROLAMENTO REF.1211K	228	2,000	68,2000	136,40
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO APLICADO P/ RECONDICIONAR 4 ROLETES DUPLOS	329	1,000	3.635,4593	3.635,46
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO APLICADO P/ RECONDICIONAR 4 ROLETES SUPERIORES	329	1,000	2.703,6484	2.703,65
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO APLICADO P/ RECONDICIONAR 8 ROLETES SIMPLES	329	1,000	6.953,6639	6.953,66
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO APLICADO P/ TIRAR E COLOCAR SAPATAS	329	1,000	972,7148	972,71
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO DE CORTE E SOLDA DO BRAÇO DA LAMINA	329	1,000	723,3008	723,30
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO P/ DESMONTAR, MATERIAL RODANTE, TROCAR PEÇAS, MONTAR	329	1,000	7.871,5077	7.871,51
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO P/ ENDIREITAR SUPORTE E GRADE DO RADIADOR C/ REFORÇO	329	1,000	852,9961	853,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO P/ ERGUER GARRAS DAS SAPATAS	329	1,000	2.234,7500	2.234,75
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO P/ RECUPERAR GUIA INTERNA E EXTERNA	329	1,000	1.767,8468	1.767,85
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇO P/ SACAR TOCO DE PARAFUSOS E RECUPERAR PROTETORES	329	1,000	929,8156	929,82
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA	237	1,000	270,0000	270,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA	229	1,000	830,0000	830,00
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	SUPORTE REF.6672827510	330	1,000	116,6260	116,63
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	TAMPA DO OLEO HIDRAÚLICO REF. 1340461180	330	1,000	197,5359	197,54
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	TAMPA RADIADOR	215	1,000	96,4000	96,40
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	TENSOR CORREIA REF. 6731614141	330	1,000	496,8328	496,83
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	TERMINAL REF.5P0808	215	4,000	18,9600	75,84
ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	TUBO REF. 1240151222	330	1,000	138,8737	138,87
AUTO KRAKER LTDA ME	SERVIÇOS DE CAMINHÃO MUNCK	268	1,000	240,0000	240,00
AUTO KRAKER LTDA ME	TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS	251	1,000	300,0000	300,00
AUTO POSTO DIAMANTE LTDA	FILTRO	188	1,000	14,4000	14,40
AUTO POSTO DIAMANTE LTDA	FILTRO	200	1,000	14,4000	14,40
AUTO POSTO DIAMANTE LTDA	OLEO	188	3,000	28,0000	84,00
AUTO POSTO DIAMANTE LTDA	OLEO	200	3,000	28,0000	84,00
AUTO POSTO DIAMANTE LTDA	OLEO CASTROL 8017H	287	1,000	20,0000	20,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SERVIÇOS DE CONFIGURAÇÕES E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE COMP.	225	1,000	285,2900	285,29
BETHA SISTEMAS LTDA	SERVIÇOS DE CONFIGURAÇÕES E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE COMP.	224	1,000	529,3500	529,35
BORSOI COMERCIO ETRANSPORTES LTDA	SILENCIOSO ORIG. MB 1728 ELETR. REF. F3509	302	1,000	469,0000	469,00
BORSOI COMERCIO ETRANSPORTES LTDA	TUBO FLEX ESCAPE 90X300MM	302	1,000	85,0000	85,00
BRITAGEM BILHAR LTDA	MEIO FIO DE CONCRETO MEDINDO	226	50,000	11,5000	575,00
CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	ARQUIVO DE AÇO BRANCO PARA PASTA SUSPENSA COM 4 GAVETAS	257	1,000	645,0000	645,00
CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	CADEIRA DIGITADOR	257	1,000	289,0000	289,00
CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	CADEIRA SECRETARIA, BASE S	257	2,000	143,0000	286,00
CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	ESTAÇÃO DE TRABALHO, MEDIDAS 1200X1200X600MM, ALTURA 735MM	257	1,000	560,0000	560,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 4/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CHAPECÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS LTD	CAIXA DE ÁGUA 20.000 LTS	206	1,000	3.122,0000	3.122,00
CLAUDIO ANTONO DE ALMEIDA RIBAS	MÃO DE OBRA	259	1,000	50,0000	50,00
CLAUDIO ANTONO DE ALMEIDA RIBAS	MÃO DE OBRA	258	1,000	330,0000	330,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ANEL DE ENCOSTO	208	2,000	97,0000	194,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ANEL DE ENCOSTO DO PISTÃO	208	1,000	255,0000	255,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ANEL SINCRONIZADOR DA CAIXA GRANDE	208	2,000	84,0000	168,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ANEL SINCRONIZADOR DA CAIXA PEQUENO	208	2,000	90,0000	180,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ARRUELA DE PRESSÃO 7/16	180	4,000	0,2000	0,80
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ARRUELA LISA 3/8	180	5,000	0,2000	1,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ARRUELA LISA A8 8,5 X 23 X 2,0	180	6,000	0,2000	1,20
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ARRUELA LISA ZB 3/8	180	12,000	0,2000	2,40
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	BARRA DE LIGAÇÃO DIREITA	208	1,000	201,0000	201,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	BARRA DE LIGAÇÃO ESQUERDA	208	1,000	141,0000	141,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	BOMBA DE ÓLEO	208	1,000	484,0000	484,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	CAIXA DA REDUZIDA COMPLETA	208	1,000	752,0000	752,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	CARDAN DO EIXO	180	1,000	239,0000	239,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	CORREIA 5/5V 1500	180	1,000	451,0000	451,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	DISCO EXTERNO DA EMBREAGEM	208	1,000	197,0000	197,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	DISCO SINTERIZADO DO FREIO	208	8,000	55,0000	440,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ELEMENTO COMPLETO	208	1,000	206,0000	206,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ENGRENAGEM DO DIFERENCIAL	208	2,000	221,0000	442,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ESPAÇADOR	180	1,000	25,0000	25,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	FILTRO DO OLEO HIDRÁULICO DA CAIXA DE MARCHA	208	1,000	56,0000	56,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	GRAXA	180	2,000	13,0000	26,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	GRAXEIRA LONGA 1/8 X 1.3/4	180	1,000	8,4000	8,40
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	INDICADOR DE RESTRIÇÃO	208	1,000	88,0000	88,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	JOGO DE FACA DO ROTOR	180	1,000	512,0000	512,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	JOGO DE REPARO DO PLATÔ	208	1,000	174,0000	174,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	KITS DE VÁLVULA DE CONTROLE	208	1,000	162,0000	162,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	MÃO DE OBRA DE CONserto E REPOSIÇÃO DE PEÇAS	209	1,000	690,0000	690,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	MAO DE OBRA DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ENSILHADEIRA		1,000	1.632,0000	1.632,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PARAFUSO SEXTAVADO 10 X 35	180	7,000	0,6000	4,20
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PARAFUSO SEXTAVADO 10 X 50	180	2,000	1,1000	2,20
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16 X 5	180	1,000	1,0000	1,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PARAFUSO SEXTAVADO 7/16 X 1.1/2	180	4,000	1,1000	4,40
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PARAFUSO SEXTAVADO 8X40 DO CARDAN	208	6,000	1,0000	6,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PARAFUSO SEXTAVADO M10 X 35 1.5 8.8	180	4,000	1,0000	4,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PINO ELÁSTICO 12.0 X 65	180	2,000	1,7000	3,40
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	PORCA SEXT. 10MM P15	180	8,000	0,3000	2,40



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 5/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	REPARO DE BOMBA DE AGUA	208	1,000	106,0000	106,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO 6205 BSA	180	3,000	19,0000	57,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO 6205 DDU NSK	180	5,000	26,0000	130,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO 6206 ZZ C3 NSK	180	3,000	28,0000	84,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO 6308 DDU C3 NSK	180	2,000	76,0000	152,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO 6308 ZZ NSK	180	2,000	89,6000	179,20
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO DO DIFERENCIAL	208	2,000	116,0000	232,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO DO EIXO DA TDP	208	2,000	88,0000	176,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO DO EIXO DA TDP Nº2	208	2,000	107,0000	214,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	ROLAMENTO GUIA DO PINHÃO	208	1,000	120,0000	120,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	SEPARADOR DO FREIO	208	4,000	34,0000	136,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	SILENCIOSO	208	1,000	110,0000	110,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	TAMPA DA ALAVANCA DA TDP	208	1,000	170,0000	170,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	VALVULA DE SEGURANÇA	208	1,000	86,0000	86,00
COMEL COM. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTD	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	208	1,000	134,0000	134,00
CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LDA	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA RUA ALBERTO MAGGIONI	273	1,000	453.599,6100	453.599,61
CONSTRUCIVIL MAQUINAS E SRVÇOS LTDA	Equipamento para pintura a cal, tintas, pulverização e demais		1,000	13.700,0000	13.700,00
CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA	BRITA	262	6,750	40,0400	270,27
COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRIC FAMILIAR	BOLO RECHEADO	207	3,010	12,0000	36,12
COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRIC FAMILIAR	ESFIRA	207	205,000	0,3000	61,50
COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRIC FAMILIAR	FOLHADO	207	118,000	0,3000	35,40
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	ADESIVO PLASTICO 175G	243	20,000	9,0000	180,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32MM x 25MM	244	30,000	0,7500	22,50
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	CAP PVC SOLDÁVEL 25MM	313	170,000	0,8900	151,30
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	CURVA SOLDAVEL 20MM	244	10,000	0,9500	9,50
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	FITA ISOLANTE 19MMx20M	244	2,000	4,2000	8,40
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10/12%	271	200,000	1,5000	300,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	JOELHO SOLDAVEL 25MM	313	330,000	0,7600	250,80
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	JOELHO SOLDAVEL 25x3/4	186	200,000	1,9700	394,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	LUVA SOLDAVEL 25MM	243	100,000	1,9700	197,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA LINHA COLONIA CELLA		1,000	28.510,0000	28.510,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA LINHA GENERAL OSORIO		1,000	28.510,0000	28.510,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA LINHA GIACOMIN		1,000	28.510,0000	28.510,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA LINHA TREVO/CAMPINA DO GREGO		1,000	28.510,0000	28.510,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	REGISTRO ESFERRA 20MM SOLDAVEL	186	30,000	9,4500	283,50
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	REGISTRO ESFERRA 20MM SOLDAVEL	244	1,000	9,4500	9,45
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	REGISTRO ESFERRA 25MMSOLDAVEL	186	30,000	12,8900	386,70
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO	186	150,000	1,5900	238,50
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TEE PVC SOLDAVEL 25MM	313	260,000	0,8200	213,20



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 6/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TORNEIRA 3/4 PRETA	244	4,000	2,5000	10,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO PEAD PN 12,5 - 32 MM	271	50,000	5,9000	295,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO PEAD PN 12,5 - 50 MM	204	10,000	14,0000	140,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO PEAD PN 12,5 - 75 MM	186	60,000	31,0000	1.860,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 20 MM	244	40,000	1,7400	69,60
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 20 MM	270	196,000	1,7400	341,04
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 25MM	271	700,000	1,9700	1.379,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 32MM	186	300,000	3,9500	1.185,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 32MM	271	150,000	3,9500	592,50
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 40MM	271	300,000	5,7500	1.725,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 60MM	186	120,000	8,5000	1.020,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	TUBO SOLDAVEL 60MM	270	160,000	8,5000	1.360,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO 60MM SOLDAVEL	186	25,000	38,0000	950,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 32 X 32 MM	271	20,000	18,0000	360,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 40 X 40 MM	271	10,000	24,0000	240,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 50 x 50 MM	186	20,000	40,0000	800,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 50 x 50 MM	204	2,000	40,0000	80,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 50 x 50 MM	271	10,000	40,0000	400,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 63 X 63 MM	186	20,000	71,0000	1.420,00
CRISTAL POÇOS ARTESIANOS LTDA	UNIÃO DE COMPREENSÃO PEAD 75 X 75 MM	186	13,000	150,0000	1.950,00
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO 105 X 12	295	2,000	12,5550	25,11
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO 110 X 12	295	2,000	13,0550	26,11
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO 72 X 12	295	4,000	8,7875	35,15
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO 80 X 12	295	2,000	10,0400	20,08
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO CAMINHÃO 50 X 15	294	2,000	8,0000	16,00
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO CAMINHÃO 60 X 20	294	4,000	12,0500	48,20
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO CAMINHÃO 77 X 13	294	4,000	10,0400	40,16
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO CARREGADEIRA 55 X 15	294	2,000	8,5350	17,07
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO RETROESCAVADEIRA 120 X 13	294	6,000	15,7333	94,40
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO ROLO 60 X 15	294	2,000	9,0400	18,08
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO ROLO 80 X 20	294	1,000	16,0700	16,07
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO TRATOR 50 X 15	294	2,000	7,5350	15,07
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO TRATOR 60 X 15	294	2,000	9,0400	18,08
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO UNO 60 X11	294	2,000	6,5250	13,05
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO UNO 80 X 24	294	2,000	19,5750	39,15
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO UNO 80 X 4	294	2,000	3,6300	7,26
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	PATROLA ADESIVO 100 X 17	294	2,000	17,0750	34,15
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	PATROLA ADESIVO 120 X 23	294	2,000	28,1250	56,25
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	PATROLA ADESIVO 80 X 25	294	2,000	20,0500	40,10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 7/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	TRATOR ESTEIRAS 60 X 16	294	4,000	9,7875	39,15
DIGIMAQ MULTIMARCAS COM.DE MAQ.E SUPRIMEN	AUTO TRANSFORMADOR110/220WTS	350	1,000	120,0000	120,00
DIGIMAQ MULTIMARCAS COM.DE MAQ.E SUPRIMEN	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET M1132, COPIADORA IMPRE	350	1,000	800,0000	800,00
DLG LIVRARIA E BAZAR LTDA - ME	EMBALAGEM PLASTICA 8 KG	238	500,000	0,0890	44,50
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	APLICAÇÃO MANCHAO COMUM VD6	236	2,000	30,0000	60,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	APLICACAO MANCHAO COMUM VP5	236	1,000	25,0000	25,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	CONCERTO DE PNEU CAÇAMBA	236	3,000	20,0000	60,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	CONCERTO DE PNEUS CAÇAMBA MBN6051	236	1,000	20,0000	20,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	CONCERTO DE PNEUS CAÇAMBA MGP7579	236	10,000	20,0000	200,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	CONCERTO DE PNEUS CAÇAMBA MGU9496	236	5,000	20,0000	100,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	CONCERTO DE PNEUS TRASEIRO DA RETROESCAVADEIRA 580L ANO 2005	236	1,000	60,0000	60,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	CONCERTO DE PNEUS TRASEIRO RETROESCAVADEIRA 580L ANO 2006	236	1,000	60,0000	60,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	MONTAGEM DE PNEU CAÇAMBA	236	3,000	15,0000	45,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	MONTAGEM DE PNEUS CAÇAMBA MBN6051	236	6,000	15,0000	90,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	MONTAGEM DE PNEUS CAÇAMBA MGP7579	236	7,000	15,0000	105,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	MONTAGEM DE PNEUS CAÇAMBA MGU9496	236	2,000	15,0000	30,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	MONTAGEM DE PNEUS LELI 6000LTS.	236	4,000	15,0000	60,00
EBERLE E EBERLE LTDA - ME	MONTAGEM DE PNEUS TRASEIRO RETROESCAVADEIRA 580L ANO 2006	236	1,000	50,0000	50,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	CABO ELETRICO 10MM	248	1.200,000	2,1000	2.520,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	CABO PP 3X 6	312	76,000	9,0000	684,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	CURVA 1.1/1.2	252	1,000	45,0000	45,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	CURVA 1.1/1.2	310	1,000	45,0000	45,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	LUVA DE REDUÇÃO 2 X 1.1/2	252	1,000	75,0000	75,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	LUVA DE REDUÇÃO 2" X1.1/2	310	1,000	75,0000	75,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	MÃO DE OBRA	249	1,000	80,0000	80,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	MÃO DE OBRA	309	1,000	80,0000	80,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	MOTO BOMBA XKM 2CV ALTA VAZÃO TRIFÁSICA 380W	247	1,000	4.150,0000	4.150,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	NIPLE 1.1/2	310	1,000	45,0000	45,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	NIPLE 1.1/4	310	1,000	35,0000	35,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	NIPLE GALV DE 1 1/2"	252	1,000	45,0000	45,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	NIPLE GALVANIZADO DE 1 1/4"	252	1,000	35,0000	35,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	QUADRO COMANDO POÇO ARTESIANO	312	1,000	1.350,0000	1.350,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	REBOBINAGEM MOTOBOMBA	252	1,000	380,0000	380,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	REBOBINAGEM MOTOBOMBA	310	1,000	380,0000	380,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	SERVIÇOS DE GUINCHO BOMBA	311	1,000	450,0000	450,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL	311	1,000	80,0000	80,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	TROCA DE CABO DE ENTRADA DA REDE	311	1,000	250,0000	250,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	UNIÃO DE FERRO 2	252	1,000	85,0000	85,00
ELETRON KERSSTIK CONserto de Eletrodomesti	UNIÃO DE FERRO 2	310	1,000	85,0000	85,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 8/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	ADORNO JARDIM (GARÇA)	205	4,000	15,0000	60,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	ADUBO	205	6,000	25,0000	150,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	ARVORE CANELEIRA	205	2,000	20,0000	40,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	CAIXA DE FLOR ESTAÇÃO	205	15,000	12,0000	180,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	FENIX	205	1,000	230,0000	230,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	FLOREIRA	205	4,000	12,0000	48,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	GERANCIO FLOR	205	20,000	5,4000	108,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	GRAMA EM LEIVA	205	154,000	10,9870	1.692,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	MÃO DE OBRA	210	1,000	400,0000	400,00
EMPREITEIRA DE CORTES E SERRA IRMÃOS BARRI	PALMEIRA RAVENIA	205	4,000	165,0000	660,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ABRAÇADEIRA CONDULETE CINZA	235	15,000	2,4600	36,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ADAPTADOR SOLDABEL CURTO 75 X 2	267	2,000	13,5500	27,10
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ADAPTADOR SOLDABEL CURTO 75 X 2	293	2,000	13,5500	27,10
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ALICATE BOMBA D'ÁGUA	293	1,000	63,9000	63,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ANEL VEDAÇÃO VASO SANITARIO	267	1,000	6,9000	6,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	AREIA	265	13,000	94,9900	1.234,87
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	AREIA	305	13,000	94,9900	1.234,87
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ARGAMASSA	305	1,000	7,5000	7,50
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ARGAMASSA AC1 20 KG	265	1,000	7,5000	7,50
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	BROCA DE AÇO 3MM	266	1,000	2,9000	2,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	BUCHA 6MM	235	55,000	0,0400	2,20
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CANAleta 20MM 2,00MT	235	13,000	4,6000	59,80
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CIMENTO	267	5,000	22,0000	110,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	COLHER DE PEDREIRO	267	1,000	11,9900	11,99
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CURVA SOLDAVÉL 90º 75MM	293	1,000	24,9000	24,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	DESENCRAVANTE	235	3,000	12,3000	36,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ELETRODUTO	235	15,000	0,8500	12,75
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ESPELHO CEGO 4X4	235	1,000	1,5700	1,57
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ESPUDE P/ VASO SANITARIO	267	1,000	3,8000	3,80
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FECHADURA INOX	235	2,000	17,5000	35,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FECHADURA INOX EXTERNO	235	1,000	23,1000	23,10
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FECHO	235	4,000	3,3000	13,20
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FIO PARALELO 2 X 4.0 MM	235	30,000	3,0000	90,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FITA DUPLA FACE 12MMX20MT	235	1,000	29,1000	29,10
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	267	4,000	9,7000	38,80
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	INTERRUPTOR	235	4,000	3,9800	15,92
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	INTERRUPTOR 02 TECLAS COM TOMADA	235	1,000	8,2800	8,28
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LAMPADA FLUORESCENTE 14W ESPIRAL	235	14,000	9,9800	139,72
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE 40 WATTS 220 VOLTS	235	24,000	4,5000	108,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 9/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LÂMPADA INCANDESCENTE 100W/220V	235	18,000	1,8900	34,02
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LUVA SOLDAVEL 20MM	235	10,000	0,4000	4,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LUVA SOLDAVEL 20X1/2P	235	3,000	0,9600	2,88
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	MANGA CORRUGADA 5/8	235	15,000	0,7900	11,85
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	MASSA CALAFETAR 1000GR NACIONAL	266	21,000	0,3000	6,30
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO MAD 3,2 X 25	266	12,000	0,0800	0,96
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO MAD 3,5 X 40	235	40,000	0,0600	2,40
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO MAD. 4,5X65	235	8,000	0,2500	2,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO MADEIRA 3.2X20 FENDA	293	50,000	0,0300	1,50
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO TELHEIRO COMPLETO	266	24,000	0,4800	11,52
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO VASO SANITÁRIO 10MM	235	8,000	2,0000	16,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO VASO SANITÁRIO 10MM	267	2,000	2,0000	4,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PINO 3 SAIDAS	235	3,000	8,3000	24,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	REDUCAO ESG 100 X 75 MM	267	2,000	6,1000	12,20
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	SELACALHA 290GR ALUMINIO VEDACIT	266	1,000	10,5000	10,50
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	SERRA DE FERRO BIMETALICA LENOX	267	4,000	3,3500	13,40
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	SILICONE TRANSPARENTE 280G	235	1,000	12,9000	12,90
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	SILICONE TRANSPARENTE 280G	266	1,000	19,5000	19,50
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TAMPA DE CAIXA DE AGUA	267	2,000	39,9000	79,80
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TELHA 6MM X 1,10 X 2,44	235	1,000	37,1500	37,15
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TOMADA EMBUTIR 2P + TOMADA	235	6,000	4,4000	26,40
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TUBO ESGOTO 75MM	267	0,500	5,5100	2,76
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DOCOL 3	265	1,000	290,7000	290,70
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DOCOL 3	304	1,000	290,7000	290,70
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	BOMBA REVISÃO COMPLETA	286	1,000	760,0000	760,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	DESTORCEDOR	285	1,000	350,0000	350,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	ENGATE RAPIDO FEMEA 4	285	1,000	210,0000	210,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	LEQUE 4	285	1,000	230,0000	230,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	MACHO DO MANGOTE	285	1,000	175,0000	175,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	MANGA 5MT4	285	1,000	250,0000	250,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	MÃO DE OBRA	286	1,000	1.400,0000	1.400,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	PINTURA (SERVIÇO DE)	286	1,000	550,0000	550,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	TAMPA TRASEIRA	285	1,000	500,0000	500,00
FERRONATO COM. DE MAQUINAS AGRICOLAS LTD/	TURBILHÃO	285	1,000	320,0000	320,00
GL EDITORA GRAFICA LTDA	BANDEIRA DE TNT C/ BASTÃO DE MADEIRA 0,30X0,40 EM CORES	336	300,000	4,5000	1.350,00
GRAFICA BAROZZI	NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL	284	10.000,000	0,3190	3.190,00
INFORSUL INFORMATICA LTDA	HD HOT PLUG LFF 500 GB 7200RPM	227	1,000	1.080,0000	1.080,00
INFORSUL INFORMATICA LTDA	MEMORIA RAM 1 GB DDR	227	1,000	110,0000	110,00
INOVA INFORMATICA LTDA	NO BREAK NHS 600V/A	269	11,000	238,0000	2.618,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 10/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA	ENDOSCOPIA DE POÇO TUBULAR PROFUNDO	211	7,000	1.410,0000	9.870,00
LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO	211	7,000	1.697,0000	11.879,00
LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA	RELATÓRIO TÉCNICO	211	7,000	300,0000	2.100,00
LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA	RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE CJTO MOTO-BOMBA	211	7,000	403,0000	2.821,00
LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA	TESTE DE VAZÃO 12H	211	7,000	1.500,0000	10.500,00
MACIEL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA	FILTRO DE COMBUSTIVEL	190	1,000	13,5000	13,50
MACIEL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA	FILTRO HIDRÁULICO		1,000	54,9000	54,90
MADERCAL IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA	BARROTE 8 X 8 X 300	296	4,000	12,5000	50,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	ADESIVOS PLASTICOS ULTRA	239	5,000	12,2400	61,20
MARCO ANTONIO BOFF - ME	BORRACHA PORTAS	239	4,000	51,2000	204,80
MARCO ANTONIO BOFF - ME	BORRACHA TAMPA TRASEIRA	239	2,000	26,8800	53,76
MARCO ANTONIO BOFF - ME	CATALIZADOR	239	2,000	18,5600	37,12
MARCO ANTONIO BOFF - ME	ENDURECEDOR DE TINTA PV	239	2,000	86,4000	172,80
MARCO ANTONIO BOFF - ME	ENDURECEDOR PARA PRIMER	239	2,000	11,6400	23,28
MARCO ANTONIO BOFF - ME	FITA DUPLA FACE 19MM X 30M	239	1,000	53,6800	53,68
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LANTERNA TRASEIRA UNO	239	1,000	93,3900	93,39
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LAVAGEM COMPLETA DE VEICULO, INTERNA E EXTERNA	240	1,000	300,0000	300,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LIXA G500 AGUA	239	6,000	1,4400	8,64
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LIXA GRÃO 1500	239	4,000	4,7500	19,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LIXA GRÃO 180	239	5,000	1,8000	9,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LIXA GRÃO 320	239	10,000	1,8400	18,40
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LIXA GRÃO 40	239	5,000	3,9200	19,60
MARCO ANTONIO BOFF - ME	LIXA GRÃO 500	239	4,000	3,0400	12,16
MARCO ANTONIO BOFF - ME	MÃO DE OBRA	240	1,000	1.600,0000	1.600,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	MASSA POLIESTER	239	1,000	28,0000	28,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	PARA-BRISA	239	1,000	326,4000	326,40
MARCO ANTONIO BOFF - ME	PARACHOQUE TRASEIRO - UNO	239	1,000	204,8000	204,80
MARCO ANTONIO BOFF - ME	PRIMER	239	2,000	20,2200	40,44
MARCO ANTONIO BOFF - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA RETIRADA DA FORRÇÃO INTERNA, LAVA	246	1,000	1.200,0000	1.200,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	SERVIÇOS DE POLIMENTO DE VEICULO	240	1,000	300,0000	300,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	TANQUE DE COMBUSTIVEL FIAT UNO	239	1,000	296,0000	296,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	TINTA BRANCA GEADA PU	239	2,000	65,5000	131,00
MARCO ANTONIO BOFF - ME	TINTA BRANCA PV ORIGINAL	239	2,000	127,6800	255,36
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA	CAPA CARNÊ IPTU - 1 FOLHA 4X0 CORES EM COUCHE L2 170 GR -	263	2.000,000	0,3590	717,95
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA	CARTAZ EFACICA 1FOLHA 4X0 CORES EM COUCHE L2 150GR 66X96 150	334	150,000	4,1333	620,00
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA	CARTAZ EFACICA-RAÇA 1FOLHA 1X0 CORES EM SULFITE 180GR	334	150,000	1,9546	293,19
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA	CONVITE EFACICA + CRACHAS 1 FOLHA 4X4 CORES EM COUCHE L2 300	334	1.500,000	1,5409	2.311,40
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA	CONVITE MOVIMENTO ECONOMICO + INGRESSOS 1FOLHA 4X4 CORES	334	150,000	3,8667	580,00
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA	PASTA EFACICA COM ABA 1FOLHA 4X0 CORES EM TRIPLEX SINAR ROYA	334	150,000	5,2169	782,54



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 11/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E MOT	BATENTE DE AÇO	193	1,000	55,0000	55,00
MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E MOT	CONJUNTO DE DENTE RIPPERO	193	1,000	1,150,0000	1,150,00
MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E MOT	DENTE DE AÇO	193	1,000	80,0000	80,00
MOTORMAC DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E MOT	PINO ELÁSTICO DE AÇO	193	1,000	55,0000	55,00
NACIONAL INSUMOS INDUSTRIAIS LTDA EPP	HIDRO ATIVO PLUS	223	2,000	50,0000	100,00
NACIONAL INSUMOS INDUSTRIAIS LTDA EPP	NEW POWER PLUS	223	2,000	50,0000	100,00
NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	NITROGÊNIO LÍQUIDO	264	81,800	4,6000	376,28
ODAIR JOSE NALIN - ME	ANEIS REF. 135356	220	1,000	189,0000	189,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	ARAME MIG 1.2	307	2,000	49,0000	98,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	ARAME MIG 1.2	338	2,000	49,0000	98,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	BALAO PNEUMATICO	307	1,000	265,2500	265,25
ODAIR JOSE NALIN - ME	BATERIA 60 AMP	220	1,000	180,0000	180,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	BOMBA DE ÓLEO	220	1,000	167,0000	167,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	BRONZINA BIELA REF.111406	220	1,000	67,0000	67,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	BRONZINA MANCAL	220	1,000	96,0000	96,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	BUCHA BRAÇO OSCILANTE REF.00494	220	2,000	16,2000	32,40
ODAIR JOSE NALIN - ME	CABO ACELERADOR	307	1,000	138,7500	138,75
ODAIR JOSE NALIN - ME	CHICOTE BORBOLETA	220	1,000	43,0000	43,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	CILINDRO MISTURA	307	0,500	240,0000	120,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	CILINDRO MISTURA	338	0,350	240,0000	84,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	COLA BRANCA REF.103594	220	1,000	25,0000	25,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	CORREIA DENTADA	220	1,000	60,5000	60,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	COXIM MOTOR REF. 01211	220	1,000	62,0000	62,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	DISCO DE FREIO	220	2,000	36,5000	73,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	ESMERILHAR VALVULAS	219	1,000	34,0000	34,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	FAROL	220	1,000	112,5000	112,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	FECHADURA DA PORTA	316	1,000	48,0000	48,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE AR	220	1,000	21,5000	21,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	GRAMPO	307	2,000	38,2500	76,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	JG SAPATA FREIO TRASEIRO	220	1,000	115,0000	115,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	JOGO DE JUNTA REF.119296	220	1,000	146,0000	146,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	KIT BORRACHA ESTABILIZADOR CS	220	2,000	11,5000	23,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	KIT BORRACHA ESTABILIZADOR PF	220	2,000	14,5000	29,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	KIT EMBREAGEM	220	1,000	377,0000	377,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	LAMPADA 1 POLO	316	2,000	3,0000	6,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	LIMPEZA PARCIAL DE MOTOR	219	1,250	34,0000	42,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	MAÇANETA PORTA INTERNA	307	1,000	21,5000	21,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	MÃO DE OBRA	218	7,000	43,0000	301,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	MÃO DE OBRA	297	2,300	49,0000	112,70



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 12/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ODAIR JOSE NALIN - ME	MÃO DE OBRA	306	8,300	50,1807	416,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOLA 1	307	1,000	195,2500	195,25
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOLA 2 EIXO TRAÇÃO	307	1,000	167,5000	167,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOLA 3 EIXO TRAÇÃO	307	1,000	135,7500	135,75
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOLA 5 EIXO TRUCK	307	1,000	85,4000	85,40
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOLA 6 EIXO TRAÇÃO	307	1,000	65,5000	65,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOLA REF. 01199	298	1,000	251,0000	251,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOLA REF. 01407	298	1,000	239,0000	239,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	MONTAR E REGULAR CABEÇOTE	219	2,250	34,0000	76,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	MOTOR VENTILADOR REF.01301	220	1,000	389,0000	389,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PARAFUSO 10X 100MM	338	12,000	3,0000	36,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PASTILHA DE FREIO	220	1,000	43,3000	43,30
ODAIR JOSE NALIN - ME	PINO DE CENTRO	307	2,000	16,5000	33,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PINO DE CENTRO REF.00177	298	1,000	16,0000	16,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PISTÃO	220	1,000	390,0000	390,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PIVÔ	220	2,000	48,5000	97,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PLAINAR CABECOTE	219	1,000	34,0000	34,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	POLIR ALOJAMENTO BIELA	219	1,250	34,0000	42,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	RETENTOR COMANDO VALVULA	220	1,000	31,0000	31,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	RETENTOR DIANTEIRO REF.114731	220	1,000	36,0000	36,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	RETENTOR TRASEIRO REF.115266	220	1,000	43,0000	43,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	RETIFICAR CILINDRO	219	4,000	34,0000	136,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	RETIFICAR SEDE VALVULAS	219	1,250	34,0000	42,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	RETIFICAR VALVULAS	219	1,250	34,0000	42,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	RETIFICAR VIRABREQUIM	219	4,000	34,0000	136,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	220	1,000	76,5000	76,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	ROLAMENTO CUBO TRASEIRO	220	1,000	87,0000	87,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	ROLAMENTO ESTICADOR CORREIA COMPRENSOR	307	1,000	185,5000	185,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	SENSOR DETONAÇÃO REF.01303	220	1,000	127,0000	127,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	SENSOR PRESSÃO DO OLÉO	220	1,000	26,0000	26,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, NA MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MOTOR	219	14,000	34,0000	476,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM GERAL	315	2,300	36,9565	85,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM GERAL	332	2,500	49,0000	122,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM GERAL	337	4,000	49,0000	196,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	SERVIÇOS DE SOLDA	219	2,000	34,0000	68,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	TENSOR CORREIA REF.00706	220	1,000	59,5000	59,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	VEDADOR DE VÁLVULA	220	8,000	5,5000	44,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	ARRUELA REF. RK 219002642	194	4,000	12,7300	50,92
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	BICO REF. RK-219001631	194	4,000	305,5600	1.222,24



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 13/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO COMBUSTÍVEL	194	4,000	14,5000	58,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO DE AR REF. CA5626 PU	194	1,000	70,0000	70,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO DE AR REF. CA5971	194	2,000	120,0000	240,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO DE AR REF. CA5626	194	1,000	110,0000	110,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO LUBRIFICANTE CUMMINS	194	2,000	32,0000	64,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO LUBRIFICANTE REF.03273	194	1,000	65,0000	65,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO SEPARADOR REF. 02746	194	1,000	75,0000	75,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	FILTRO SEPARADOR REF. PS10178	194	2,000	28,0000	56,00
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	OLEO REF. RK-180100504/0	194	20,000	18,5300	370,60
PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	Retroescavadeira nova, ano e modelo 2012		1,000	259,500,0000	259,500,00
PIAZZA COMERCIO DE TRATORES E MAQUINAS LTT	OLEO 10W30	241	2,000	200,0000	400,00
PIAZZA COMERCIO DE TRATORES E MAQUINAS LTT	OLEO NH610A	303	4,000	50,0000	200,00
PIAZZA COMERCIO DE TRATORES E MAQUINAS LTT	OLEO REF. NH632	351	4,000	16,0000	64,00
PRANCHA TRANSPORTES LTDA ME	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	187	1,000	350,0000	350,00
QUIMIOLAB COMERCIO DE PRODUTOS DE LABORA	AGULHAS HIPODERMICO DESCARTAVEIS 40 X 12	300	1,000	6,0000	6,00
QUIMIOLAB COMERCIO DE PRODUTOS DE LABORA	AGULHAS VACUNTA INER 25X8 C/ 100	300	2,000	35,0000	70,00
QUIMIOLAB COMERCIO DE PRODUTOS DE LABORA	LUVAS DE LATEX P/ PROCEDIMENTO C/100	300	3,000	18,0000	54,00
QUIMIOLAB COMERCIO DE PRODUTOS DE LABORA	SERINGA 20 ML	300	10,000	0,5000	5,00
REALPET DISTRIBUIDORA LTDA	DOSE DE TUBERCULINA AVIARIA	314	2,000	63,0000	126,00
REALPET DISTRIBUIDORA LTDA	DOSES DE TUBERCULINA BOVINA	314	3,000	63,0000	189,00
REFRIGERAÇÃO CHAPECOENSE LTDA	REPARO BOMBA D'ÁGUA	179	1,000	75,0000	75,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	ABRAÇADEIRA	291	2,000	7,2500	14,50
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	CONEXÃO	291	1,000	14,9000	14,90
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	FIO DE NYLON	339	100,000	0,7000	70,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	LIMPEZA CARBURADOR	292	1,000	50,0000	50,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	LIMPEZA CARBURADOR	301	1,000	25,0000	25,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	MANGUEIRA TRANSPARENTE AZUL	291	40,000	12,9000	516,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	MÃO DE OBRA	292	1,000	15,0000	15,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	MÃO DE OBRA DE DESCARBONIZAÇÃO	301	1,000	30,0000	30,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	OCULOS DE PROTEÇÃO	339	1,000	10,0000	10,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	VALVULA DE RETENÇÃO REF.3048	291	1,000	27,5000	27,50
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	ANEL	198	5,000	3,0000	15,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	BOMBA REF. E69484	328	1,000	2.239,0000	2.239,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	CABO AFOGADOR REF.E97666	328	1,000	75,0000	75,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	CABO REF. E156838	328	1,000	105,0000	105,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	CABO REF.L73770	328	1,000	95,0000	95,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	CANO REF. L47633	328	1,000	179,0000	179,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	CILINDRO REF. 195504A1	195	2,000	1.240,0000	2.480,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	CILINDRO REFORÇADOR REF. L113007	328	1,000	3.958,0000	3.958,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 14/14

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	CORREIA	198	4,000	25,0000	100,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	COXIM REF 117844A1	195	2,000	53,0000	106,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	COXIM REF E- 60120	195	2,000	15,0000	30,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MANGUEIRA IB30204	195	1,000	70,0000	70,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MANGUEIRA REF. 75210650	195	1,000	102,0000	102,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MANGUEIRA REF.E64951	195	1,000	150,0000	150,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MANOPLA REF. A10329	328	1,000	19,5000	19,50
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MANOPLA REF. E156840	328	1,000	64,0000	64,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MANOPLA REF. E61267	328	1,000	21,5000	21,50
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MANOPLA REF.E61266	328	1,000	55,0000	55,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MÃO DE OBRA	196	1,000	250,0000	250,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MOLA	198	4,000	120,0000	480,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	MOLA REF. E65236	328	1,000	9,5000	9,50
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	OLEO 10W30	197	3,000	245,0000	735,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	REPARO	195	1,000	70,0000	70,00
ROLE PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA TROCAR CILINDRO REFORÇADOR, CABO	327	1,000	4.285,0000	4.285,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	CLIMATIZADOR COM REFRIGERAÇÃO DE 12.000 BTU'S - INSTALADO	221	1,000	1.390,0000	1.390,00
SUPERMERCADO SACHET LTDA	AGUA MINERAL	261	30,000	9,9000	297,00
SUPERMERCADO SACHET LTDA	GAS DE COZINHA	261	15,000	46,9000	703,50
SUPERMERCADO SACHET LTDA	GAS DE COZINHA	260	100,000	46,9000	4.690,00
TRATOR PEÇAS CHAPECÓ LTDA	CORREIA 5/5V 1500	212	1,000	430,0000	430,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>1.055.970,97</b>



## RELAÇÃO de Compras EFETUADAS Pelo FMS - Fevereiro/2012

### ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
C 3 GASES LTDA	OXIGÊNIO GASOSO COMPRIMIDO	55	7,000	26,0000	182,00
C 3 GASES LTDA	OXIGÊNIO GASOSO COMPRIMIDO	56	1,000	90,0000	90,00
C 3 GASES LTDA	OXIGÊNIO GASOSO COMPRIMIDO	57	7,000	26,0000	182,00
C 3 GASES LTDA	OXIGÊNIO GASOSO COMPRIMIDO	62	2,000	90,0000	180,00
C 3 GASES LTDA	OXIGÊNIO GASOSO COMPRIMIDO	94	7,000	26,0000	182,00
C 3 GASES LTDA	OXIGÊNIO GASOSO COMPRIMIDO REF.01	57	1,000	90,0000	90,00
C 3 GASES LTDA	OXIGÊNIO GASOSO COMPRIMIDO REF.01	62	7,000	28,0000	196,00
CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	BALCÃO PEDESTAL, 4 GAVETAS E 1 PORTA DE 70x40x67 CM	63	1,000	523,0000	523,00
CANAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	GAVETEIRO VOLANTE, 2 GAVETAS P/ PASTA	63	1,000	339,0000	339,00
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO REF.00031	89	1,000	6,4182	6,42
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	CUBO SINC. 3º MARCHA MASTER	89	1,000	911,3863	911,39
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	EIXO PITO MASTER REF. 00487	89	1,000	1.884,9800	1.884,98
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	ENGRENAGEM 3º MARCHA MASTER REF.00278	89	1,000	1.517,6607	1.517,66
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	FILTRO DE AR MASTER REF.00045	89	1,000	77,0186	77,02
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	FILTRO DE COMBUSTIVEL MASTER REF.00043	89	1,000	56,2828	56,28
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	FILTRO DE MOTOR MASTER REF.00042	89	1,000	53,3205	53,32
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	OLEO 75W90	89	3,000	47,3960	142,19
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	PARACHOQUE DIANTEIRO MASTER REF.00011	89	1,000	1.375,4725	1.375,47
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ESTOFARIA REF.00492	88	1,000	947,9208	947,92
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA REF.00006	88	1,000	789,9340	789,93
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PELICULAS REF.00491	88	1,000	464,0862	464,09
CASA DAS VANS COM DE PÇS E SERVIÇOS LTDA	TRILHO DE ABERTURA DA PORTA CORR. MASTER REF.00119	89	1,000	523,3313	523,33
CLEAR LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA LTD	PROTESE PARCIAL REMOVIVEL ( COM ARMAÇÃO FUNDIDA)		250,000	363,0000	90.750,00
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	ANEL COMPREENSOR 6/30	58	2,000	48,6000	97,20
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	ANTEPARO DE REFUTOR	60	1,000	36,0000	36,00
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	BIELA PARA COMPREENSOR 6/30	58	2,000	114,5000	229,00
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	KIT PÉ DE BORRACHA COMPREENSOR	58	3,000	17,8000	53,40
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	LAMPADA OSRAM 12V X 75W	60	1,000	95,0000	95,00
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	MÃO DE OBRA	59	1,000	280,0000	280,00
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	MÃO DE OBRA	61	1,000	170,0000	170,00
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	PISTÃO 6/3	58	2,000	78,4000	156,80
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	ROLAMENTO	58	4,000	48,8000	195,20
DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LT	VALVULA DE RETENÇÃO	58	1,000	86,7000	86,70
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO 102 X 12	76	4,000	12,3025	49,21
DIAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	ADESIVO 90 X 12	76	2,000	11,0500	22,10
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	BUCHA Nº8	64	9,000	0,0800	0,72
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	BUCHA PLASTICA 06MM	64	6,000	0,0400	0,24
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CABO MADEIRA PA	51	1,000	9,6800	9,68
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CABO MADEIRA PARA ENXADA	51	1,000	9,6800	9,68



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CAIXA LX PVC PEZZI	64	1,000	1,8200	1,82
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CAP. ESGOTO 40MM	64	1,000	1,6700	1,67
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CARRINHO DE MÃO	51	1,000	89,0000	89,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CHAVE TESTE	64	1,000	9,6000	9,60
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	COLA CANO 850GR	64	2,000	24,2300	48,46
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ENXADA	51	1,000	7,2500	7,25
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ESCADINHA DE FERRO	74	1,000	66,0000	66,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	FLEXIVEL	64	1,000	9,3500	9,35
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	GANCHO BUCHA 6MM	64	24,000	0,4000	9,60
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	INTERRUPTOR 01 TECLA COM TOMADA	64	1,000	6,7900	6,79
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LAMPADA FLUORESCENTE 20W X 60CM	64	4,000	4,5000	18,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LAMPADA FLUORESCENTE 40W X 1.20CM	64	6,000	4,5000	27,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	LUMINARIA 2 X 20W ELETRONICA	64	1,000	39,8000	39,80
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PÁ DE CORTE BICO Nº3	51	1,000	12,5900	12,59
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO	64	4,000	2,0000	8,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO MADEIRA 3.2 X 30	64	6,000	0,0900	0,54
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO MADEIRA 5,5 X 65	64	3,000	0,3200	0,96
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PARAFUSO MADEIRA 6.1 X 90	64	6,000	0,5600	3,36
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PINO ADAPTADOR DE TOMADA	64	10,000	5,6000	56,00
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PINO COM 3 SAIDAS	64	5,000	11,9500	59,75
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PLUG 1/2"	64	4,000	0,4500	1,80
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	SIFÃO 40 MM PARA LAVATÓRIO	64	3,000	3,6000	10,80
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	SIFÃO SANFONADO 80MM	64	3,000	7,2500	21,75
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TOMADA EMBUTIR DUPLA - INCLUSIVE CAIXA 2 X 4"	64	5,000	9,9000	49,50
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TORNEIRA	64	1,000	15,3000	15,30
FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	TORNEIRA METAL	64	1,000	65,1000	65,10
GAMBATTO VEÍCULOS LTDA	Veículo Minibus com capacidade mínima de 16 lugares		1,000	125,000,0000	125,000,00
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS LTDA	ATESTADO MÉDICO	47	30,000	6,5000	195,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	COIFA DA HOMOCINETA	43	1,000	22,2500	22,25
ODAIR JOSE NALIN - ME	DISCO DE FREIO	43	2,000	45,2500	90,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO CABINE CORSA REF. FAC2445	46	1,000	22,0000	22,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE AR	65	1,000	68,5000	68,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE AR ARL8825	43	1,000	22,0000	22,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE AR ARL8825	46	1,000	22,0000	22,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE COMBUSTIVEL	65	1,000	36,2500	36,25
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE OLEO MOTOR	65	1,000	41,7500	41,75
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE OLEO PSL619	43	1,000	17,0000	17,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	FILTRO DE OLEO PSL619	46	1,000	17,0000	17,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	MANGUEIRA FILTRO DE AR	43	1,000	45,5000	45,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ODAIR JOSE NALIN - ME	MANGUEIRA FILTRO DE AR	46	1,000	45,5000	45,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	MÃO DE OBRA	44	1,000	170,0000	170,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	MÃO DE OBRA	66	1,000	85,0000	85,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PALHETA DIANTEIRA (CORSA)	43	2,000	20,5000	41,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PASTILHA DE FREIOS	43	1,000	39,5000	39,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	PASTILHA DE FREIOS	65	1,000	125,0000	125,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	PIVÔ	43	1,000	48,0000	48,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	RADIADOR SUP. RADIADOR	43	1,000	33,2500	33,25
ODAIR JOSE NALIN - ME	ROLAMENTO	43	1,000	65,5000	65,50
ODAIR JOSE NALIN - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE TROCA DE FILTRO E MANGUEIRA	45	1,000	51,0000	51,00
ODAIR JOSE NALIN - ME	TERMINAL DE DIREÇÃO	43	1,000	36,2500	36,25
ODAIR JOSE NALIN - ME	VELA (CHAMPION, THONPSON)	43	4,000	14,0000	56,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	OLEO MOBIL	86	1,000	16,0000	16,00
ROBERTO JOSE MAIOLI ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA	85	1,000	10,0000	10,00
SATI TELECOM LTDA	APARELHO DE TELEFONE DA100	82	1,000	50,0000	50,00
SATI TELECOM LTDA	SERVIÇOS DE CONFIGURAÇÃO	83	1,000	260,0000	260,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	CABO ELETRICO	80	25,000	4,0000	100,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	CAIXA PONTO ENERGIA	80	4,000	15,0000	60,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	CAIXA PONTO INTERNET	80	5,000	80,0000	400,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	CAIXA PONTO TELEFONE	80	5,000	35,0000	175,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	CANALETA LINHA X PEQUENA	80	5,000	5,0000	25,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	FIO DE INTERNET	80	131,000	3,0000	393,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	FIO DE TELEFONE	80	100,000	3,0000	300,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	MÃO DE OBRA	81	1,000	450,0000	450,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	SERVIÇOS DE LIMPEZA COM HIGENIZAÇÃO DE CLIMATIZADORES	95	10,000	150,0000	1.500,00
STYLLO CLIMA CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTI	SERVIÇOS RETIRADA E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES	95	10,000	220,0000	2.200,00
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	AÇUCAR 5 KG	93	6,000	9,9800	59,88
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	AGUA MINERAL 20L	53	3,000	10,2000	30,60
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	AGUA SANITÁRIA	93	2,000	28,5600	57,12
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	COPO DESCARTAVEL 180ML	93	2,000	74,7500	149,50
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	LIXEIRA NORMAL 30 LITROS	93	5,000	17,9000	89,50
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	PAPEL TOALHA	93	2,000	55,8000	111,60
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	PAPEL TOALHA FOLHA INTERFONADA DUPLA FACE	93	4,000	9,2900	37,16
SUPERMERCADO COSER & GIACOMIN LTDA ME	TOALHA ROSTO LIMPEZA	93	6,000	5,9800	35,88
SUPERMERCADO SACHET LTDA	AGUA DESTILADA	50	8,000	10,5000	84,00
SUPERMERCADO SACHET LTDA	AGUA MINERAL 20L	67	50,000	9,9000	495,00
SUPERMERCADO SACHET LTDA	AVEIA FLOCOS	50	3,000	2,4900	7,47
SUPERMERCADO SACHET LTDA	BISCOITO	50	3,000	4,2800	12,84
SUPERMERCADO SACHET LTDA	BISCOITO SALGADO PCT 1 KG	50	1,000	4,8900	4,89



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADO SACHET LTDA	BISCOITO DOCE	50	1,000	6,7800	6,78
SUPERMERCADO SACHET LTDA	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA 1 KG	50	1,000	2,9800	2,98
SUPERMERCADO SACHET LTDA	BUCHA Nº10	50	3,000	0,1000	0,30
SUPERMERCADO SACHET LTDA	BUCHA Nº8	50	80,000	0,0700	5,60
SUPERMERCADO SACHET LTDA	CARGA DE GÁS	50	1,000	46,9000	46,90
SUPERMERCADO SACHET LTDA	CASCO PARA AGUA 20L	50	4,000	16,0000	64,00
SUPERMERCADO SACHET LTDA	COPO PLASTICO 300 ML C/100	50	1,000	3,9000	3,90
SUPERMERCADO SACHET LTDA	COPOS DESCARTÁVEIS 200ML	50	1,000	5,9000	5,90
SUPERMERCADO SACHET LTDA	CORDA	50	1,000	6,8000	6,80
SUPERMERCADO SACHET LTDA	FITA VEDA ROSCA	50	1,000	3,8000	3,80
SUPERMERCADO SACHET LTDA	GAS DE COZINHA	67	20,000	46,9000	938,00
SUPERMERCADO SACHET LTDA	GELATINA	50	3,000	1,9700	5,91
SUPERMERCADO SACHET LTDA	LINHACA VITAO	50	3,000	3,5800	10,74
SUPERMERCADO SACHET LTDA	LUVAS DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM M - C; 100	50	1,000	5,7800	5,78
SUPERMERCADO SACHET LTDA	PARAFUSO	50	2,000	2,5000	5,00
SUPERMERCADO SACHET LTDA	PINCEL	50	2,000	6,9900	13,98
SUPERMERCADO SACHET LTDA	PLUG ADAPTADOR	50	9,000	9,8000	88,20
SUPERMERCADO SACHET LTDA	RALO COM SIFÃO	50	1,000	5,9000	5,90
SUPERMERCADO SACHET LTDA	ROLO PARA PINTURA	50	2,000	6,4500	12,90
SUPERMERCADO SACHET LTDA	SUCO ADES LAR 1LTRO	50	5,000	3,9800	19,90
SUPERMERCADO SACHET LTDA	SUCO CONCENTRADO VÁRIOS SABORES (RENDIMENTO MEDI. 8 L)	50	3,000	3,9800	11,94
SUPERMERCADO SACHET LTDA	TEE GRANDE	50	2,000	8,9000	17,80
SUPERMERCADO SACHET LTDA	TEE MÉDIO	50	2,000	5,9000	11,80
SUPERMERCADO SACHET LTDA	TUBO DE COLA	50	1,000	9,5000	9,50
<b>Total Geral do Mês --&gt;</b>					<b>238.409,22</b>



## Coronel Martins

### PREFEITURA

**Portaria Nº. 030 de 12 de Março de 2012.**

PORTARIA Nº. 030 DE 12 DE MARÇO DE 2012.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, RESOLVE: DESIGNAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal Senhor Gilmar Belatto, ocupante do Cargo de motorista, para exercer sua função junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de março de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete.

## Corupá

### PREFEITURA

**Decreto Nº 441/12 - INSTITUI Mês BASE PARA Alteração de TITULAÇÃO de PROFESSOR.**

DECRETO Nº 441/12

INSTITUI MÊS BASE PARA ALTERAÇÃO DE TITULAÇÃO DE PROFESSOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e de acordo com o item VII do Art. 66 da Lei orgânica Municipal, com base no Art. 67, item IV da Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases;

DECRETA:

Art. 1º - Determinar o mês de março e setembro para alteração de titulação de Professor, nos termos previstos no artigo 46 da Lei nº 1193/99, de 05 de março de 1999.

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 009/07, de 13 de fevereiro de 2007 e as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de fevereiro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 10 de fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Errata da Portaria Nº 1737/12**

Errata da Portaria nº 1737/12 - de 13 de fevereiro de 2012 publicada em 09 de março de 2012.

Onde se lê:

"Autoriza a contratação funcional por tempo determinado como professor ACT, a Sra Emanuele Caroline Melchert Esposito."

Leia-se:

"Autoriza a contratação funcional por tempo determinado como Médico Estratégia Saúde da Família, a Sra. Emanuele Caroline Melchert Esposito."

Onde se lê:

" lotado na Secretaria Municipal de Educação "

Leia-se:

" lotada na Secretaria Municipal de Saúde "

**Contrato de Prestação de Serviços Nº 017/2012**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2012

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Município de Corupá, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 443 - Centro - Corupá CEP: 89.278-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, neste ato representado pelo Senhor Luiz Carlos Tamanini, prefeito municipal, inscrito no CPF sob o nº 381.110.559-00, e portador(a) da Carteira de Identidade nº 646.746-9 SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância com o Estatuto Social da Epagri, por seu Presidente Luiz Ademir Hessmann, CPF nº 352.288.499-04, RG nº 521.815 SSI/SC, e do Diretor Paulo Roberto Lisboa Arruda, inscrito no CPF sob o nº. 933.564.479-04 e Carteira de Identidade nº. 2.626.892 SSP/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0024-59, com endereço à Rua Princesa Isabel, 106 - Bairro Centro, CEP 89.201-270, Joinville/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:





**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO.**

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Joinville, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Código DR Classificação Valor R\$

04.000 Secretaria Mun. de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

04.001 Divisão de Desenvolvimento Rural

018.541.0073.2006 Manutenção da Divisão de Agricultura

33.50.0000 01.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 30.200,00

TOTAL 30.200,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES****I - São obrigações da CONTRATADA:**

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

**II - São obrigações do CONTRATANTE:**

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato;
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

**CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS**

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 02 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012 facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com

previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR**

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 30.200,00 (Trinta mil reais e duzentos reais), divididos em 12 parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

**CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS**

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

**CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste



instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá ao Município de Corupá, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Corupá, 02 de fevereiro de 2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito(a) Municipal

LUIZ ADEMIR HESSMANN

Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

PAULO ROBERTO LISBOA ARRUDA

Diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Sandro Rogério Glatz

CPF: 715.532.079-04

Ernesto Felipe Blunk

CPF: 055.093.609-25

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI

ASSESSOR JURÍDICO

OAB/SC 25.435

#### Extrato do Contrato 012/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 012/12

Processo de licitação nº 010/12

Modalidade Dispensa de Licitação nº 008/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BRUNEL DISTRIBUIDORA DE BRINQUEDOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 74.121.559/0001-06, Inscrição Estadual nº 255.142.765, situada a Rua Roberto Ziemann - Bairro Czerniewicz, CEP 89255-300, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E MATERIAIS NO USO DAS CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Valor do Contrato: R\$ 7.154,00 (Sete Mil cento e Cinquenta e

Quatro Reais).

Data da Assinatura: 30/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 013/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 013/12

Processo de licitação nº 011/12

Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: LINCK S.A EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDUSTRIAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.747.492/0003-63 e Inscrição Estadual nº 250238586, estabelecida na Rod. Br 101 Km 43, UNIDADE A7, Bairro Nova Brasília, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor do Contrato: R\$ 5.908,34 (Cinco Mil Novecentos e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos).

Data da Assinatura: 26/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato 014/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 014/12

Processo de licitação nº 001/12 - FME

Modalidade Dispensa de Licitação nº 001/12 - FME

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPERTES, TURISMO, CULTURA E LAZER DE CORUPÁ-SC, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.118.076/0001-32, com sede na cidade de Corupá/SC, na Rua José Pasqualini, 190, Centro.

Contratada: DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.658.136/0001-81, situada a Rua João Butschardt, nº 210 - Centro - Guaramirim/SC.

Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a Contratação de





Serviços de Radiodifusão para Divulgação das informações e atos da Fundação Municipal de Esporte do Município de Corupá.

O regime de execução em conformidade com a Lei de Licitação em seu 6º artigo é o de execução indireta de empreitada por preço global.

Compreende nesse objeto a veiculação de 350 inserções de 30 segundos na programação da rádio.

O objeto remete-se as inserções de assuntos relacionados a Fundação Municipal de Esportes do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 7.875,00 (Sete Mil, Oitocentos e Setenta e Cinco Reais).

Data da Assinatura: 31/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá-SC

#### **Extrato do Contrato 015/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 015/12

Processo de licitação nº 012/12

Modalidade Dispensa de Licitação nº 009/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: VEGA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.740.816/0001-02, situada a Rua Marques de Olinda, 1821-Sala 01 - Bairro America, CEP 89204-415, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de projetos para cobertura de ponte em estrutura de madeira.

Valor do Contrato: R\$ 7.850,00 (Sete Mil Oitocentos e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 26/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 016/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 016/12

Processo de licitação nº 003/12 - FME

Modalidade Dispensa de Licitação nº 002/12 - FME

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPERTES, TURISMO, CULTURA E LAZER DE CORUPÁ-SC, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.118.076/0001-32, com sede na cidade de Corupá/SC, na Rua José Pasqualini, 190, Centro.

Contratada: ASSOCIAÇÃO VETERANOS DO D. PEDRO II, inscrita no CNPJ sob o nº 83.108.720/0001-00 na Rua XV de Novembro, 69, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: locação de uma área comercial situada à rua XV de Novembro, 69, Centro do município de Corupá, destinada para funcionamento do Programa - PAE.

Valor do Contrato: R\$ 1.636,36 (Um Mil Seiscentos e Trinta e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos) mensais, pela vigência de 11(once) meses, totalizando R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), conforme Termo de Avaliação feito pela Comissão de Avaliação.

Data da Assinatura: 07/02/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá-SC

#### **Extrato do Contrato 018/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 018/12

Processo de licitação nº 014/12

Modalidade Dispensa de Licitação nº 010/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PINTURAS KOWALSKI LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.380.101/0001-99, estabelecida na Rua Jorge Buhr, 223, Bairro Água Verde, CEP 89.254-440, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVAGEM, REPARAÇÃO E PINTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor do Contrato: R\$ 5.950,00 (Cinco Mil Novecentos e Cinquenta Reais).

Data da Assinatura: 31/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 019/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>



sc.gov.br  
EXTRATO DO CONTRATO 019/12  
Processo de licitação nº 015/12  
Modalidade Dispensa de Licitação nº 011/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FISCHER COMÉRCIO DE TINTAS E MATERIAIS ARTÍSTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.022.598/0001-04, Inscrição Estadual nº 254.690.190, situada a Rua Nei Franco, 540, Sala 01, Bairro Baependi, CEP 89256-000, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TINTAS PARA USO NA PINTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor do Contrato: R\$ 4.410,70 (Quatro Mil Quatrocentos e Dez Reais e Setenta Centavos).

Data da Assinatura: 31/01/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 020/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AV: GETÚLIO VARGAS, 443  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500  
89278-000 - CORUPÁ - SC  
e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>  
EXTRATO DO CONTRATO 020/12  
Processo de licitação nº 016/12  
Modalidade Dispensa de Licitação nº 012/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SPEZIA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 84.434.349/0001-21, Inscrição Estadual nº 25.035.457-8, situada a Rua João Januario Ayroso, 772, Jaraguá Esquero, CEP 89.251-000, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRANCHA DE MADEIRA DE EUCALIPTO VERMELHO.

Valor do Contrato: R\$ 7.324,00 (Sete Mil Trezentos e Vinte e Quatro Reais).

Data da Assinatura: 31/01/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 021/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500  
89278-000 - CORUPÁ - SC  
e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>  
EXTRATO DO CONTRATO 021/12  
Processo de licitação nº 001/12  
Modalidade Carta Convite nº 001/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO BERTINA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.122.291/0001-18 e inscrição Estadual nº 252.194.268, estabelecida na Roberto Seidel, 1137, Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: aquisição de material escolar para distribuição gratuita aos alunos do ensino fundamental do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 1.451,40 (Um Mil Quatrocentos e Cinquenta e Um Reais e Quarenta Centavos).

Data da Assinatura: 10/02/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 022/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AV: GETÚLIO VARGAS, 443  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500  
89278-000 - CORUPÁ - SC  
e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>  
EXTRATO DO CONTRATO 022/12  
Processo de licitação nº 001/12  
Modalidade Carta Convite nº 001/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAPELARIA E MODAS PEZZATI LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.981.053/0001-29, estabelecida na RUA PADRE VICENTE, 123, CENTRO, município de CORUPÁ, Estado de SANTA CATARINA.

Objeto: aquisição de material escolar para distribuição gratuita aos alunos do ensino fundamental do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 27.716,90 (Vinte e Sete Mil Setecentos e Dezesseis Reais e Noventa Centavos).

Data da Assinatura: 10/02/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 023/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AV: GETÚLIO VARGAS, 443  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500



89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 023/12

Processo de licitação nº 001/12

Modalidade Carta Convite nº 001/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RICARDO ROMANOVICZ -ME, inscrita no CNPJ sob o nº 83.070.748/0001-98, estabelecida na AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 482, CENTRO, município de CORUPÁ, Estado de SANTA CATARINA.

Objeto: aquisição de material escolar para distribuição gratuita aos alunos do ensino fundamental do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 4.047,00 (Quatro Mil e Quarenta e Sete Reais).

Data da Assinatura: 10/02/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 024/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 024/12

Processo de licitação nº 026/12

Modalidade Dispensa de Licitação nº 013/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.945.050/0001-53, estabelecida na Av. Pref. Waldemar Grubba, 1400, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa jornalística para distribuição de exemplares para alunos do ensino fundamental do município - para a prática do projeto de aprendizagem e leitura.

Valor do Contrato: R\$ 7.831,10 (Sete Mil, Oitocentos e Trinta e Um Reais e Dez Centavos).

Data da Assinatura: 28/02/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 025/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 025/12

Processo de licitação nº 013/12

Modalidade Carta Convite nº 002/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.538.899/0001-98, estabelecida na Rua Goiás, 318, Bairro Vila Lenzi, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conserto da máquina PA Carregadeira modelo FIAT FR10M.

Valor do Contrato: R\$ 12.875,66 (Doze Mil Oitocentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos).

Data da Assinatura: 29/02/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 026/12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 026/12

Processo de licitação nº 018/12

Modalidade Carta Convite nº 003/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: TIRONI CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.654.705/0001-34, estabelecida na Rua Padre Francken, 174, Sala 02, Centro, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA FLORESTAL E AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E ANÁLISE, E ELABORAÇÃO DE LAUDO AMBIENTAL DAS ÁREAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Valor do Contrato: R\$ 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais).

Data da Assinatura: 02/03/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 035/11 - Primeiro Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443



Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500  
89278-000 - CORUPÁ - SC  
e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>  
EXTRATO DO CONTRATO 035/11  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 003/11  
Modalidade Concorrência Pública nº 001/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA., com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841 - Atiradores - Joinville - SC, sob o CNPJ nº 83.073.536/0001-64.

Cláusula Primeira: Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Cláusula Segunda: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que originou este aditivo.

Data da Assinatura: 01/01/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

## Ermo

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 042, de 13 de Março de 2012.

PORTARIA Nº 042, de 13 de março de 2012.

Designa Servidor para Responder pela Coordenação do Sistema de Controle Interno.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º da Lei Municipal Nº. 001, de 03 de janeiro de 1997 e Lei nº 154/2003, de 10 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 024/2004, de 31 de agosto de 2004;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora LEILE DENISE LEONARDO, CPF nº 812.083.919-68, ocupante do cargo de DIRETOR DE FINANÇAS para responder pela Coordenação do Sistema de Controle Interno, a servidora designada, não perceberá remuneração e seus serviços serão considerados relevantes.

Parágrafo único. Na função de Coordenadora do Sistema de Controle Interno, a servidora designada, não perceberá remuneração e seus serviços serão considerados relevantes para o Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de março de 2012.  
MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretário de Administração e Finanças interino

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 22/PMF/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2012

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2012, QUE TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUTAR O PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DO PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

Às dez horas do dia treze do mês de março do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2012. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandieli Pedro, a mesma informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 03 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço da licitante CONTEXTO ASSESSORIA LTDA, conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 03, para as 14:00 horas do dia 14 de março de 2012, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A empresa habilitada será comunicada por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 13 de março de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Membro da Comissão de Licitação

VALMIR COLOMBO

Membro da Comissão de Licitação

ANDER LUIZ WARMLING

Procurador Geral Municipal

ROBERTA CASAGRANDE GONÇALVES PASINI

Assistente Social



# Fraiburgo

## PREFEITURA

**Portaria Nº 0745/2012**

PORTARIA N.º 0745 DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 110/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a solicitação da Secretaria de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora TEREZINHA APARECIDA DALLAZEM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 594.020.759-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, no período de 06 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0746/2012**

PORTARIA N.º 0746 DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 07 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, KEROLYN KALINCK SOUSA HEMKEMAIER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 008.955.689-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de março de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0747/2012**

PORTARIA N.º 0747 DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036 de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 649.398.809-82, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de março de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0748/2012**

PORTARIA Nº 0748, DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0423/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a servidora ROSANA ETELVINA DA ROSA CAMARGO, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora JUCIMARA APARECIDA MARTINS VAZ KRENZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 684.783.569-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 14 de março de 2012 até 11 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 0749/2012**

PORTARIA N.º 0749 DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036 de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora ONILSE MARIA ANTUNES, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOEDNA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.608.489-73, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de março de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0750/2012**

PORTARIA N.º 0750 DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0035 de 11 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a servidora ROSANA ETELVINA DA ROSA CAMARGO, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 452.630.949-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 14 de março de 2012 até 11 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0751/2012**

PORTARIA N.º 0751 DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELÉIA REGINA DA ROSA LOCATELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.366.549-02, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso de Pregão Presencial Nº 0040/2012-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0018/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de lãs em novelos de cores diversas para uso nos trabalhos dos grupos de convivência realizados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Vigência da Ata: abril a agosto de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Apresentação da amostra: até as 17:00 horas do dia 27.03.2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 9:15 horas do dia 30.03.2012. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 12 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0009/2012-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0009/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de três Pontos de Ônibus, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas, APOIO



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME e DOCA CASA E JARDIM LTDA ME. Abertos e analisados os documentos da Habilitação, a proponente DOCA CASA E JARDIM LTDA ME foi INABILITADA pela Comissão pela não apresentação regular de alguns documentos de acordo com o Edital, restando apenas HABILITADA pela Comissão a proponente APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME, pela apresentação regular da documentação de acordo com o Edital. Aguarde-se o prazo recursal previsto no art. 109, I, "a" para interposição de Recurso.

Fraiburgo (SC), 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

### **Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0004/2012-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de instalação de rede elétrica e lógica nos Centros de Educação do Município de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, das empresas habilitadas quais sejam: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA e FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, após julgado o Recurso Administrativo interposto, restou classificada pela Comissão, com o MENOR PREÇO GLOBAL, sagrando-se vencedora a licitante: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, no valor de R\$ 99.883,09 (noventa e nove mil oitocentos e oitenta e três reais e nove centavos).

Fraiburgo (SC), 13 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Garopaba**

**PREFEITURA**

### **Portaria N.º 171/2012.**

PORTARIA N.º 171, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata JANE LUCIA NASCIMENTO DAEUBLE, CPF n.º 016.670.329-09, aprovada e classificada como 25º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e

higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/03/2012, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº18/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18.2012 PMG

Ata nº. 18/2012; Processo nº. 51/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA ME; Objeto: Aquisição de água e gás, para utilização do Fundo Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal. Valor: 27.800,00; Data da Assinatura da Ata: 17/02/2012.

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18.2012 FMS

Ata nº. 18/2012; Processo nº. 51/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA ME; Objeto: Aquisição de água e gás, para utilização do Fundo Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal. Valor: 11.700,00; Data da Assinatura da Ata: 17/02/2012.

### **Extrato de Ata de Registro de Preço Nº19/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19.2012 PMG

Ata nº. 19/2012; Processo nº. 52/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: RODITUR TURISMOS LTDA; Objeto: Registro de Preço para contratação de serviços de transportes rodoviários para atender programas da Secretaria de Desenvolvimento Social. Valor: 54.000,00; Data da Assinatura da Ata: 22/02/2012.

**Gaspar**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 4.872, de 07 de Março de 2012.**

DECRETO Nº 4.872, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	C/H	LOTAÇÃO
Marcos Ludwig	Agente de Serviços Especializados II	9º	40h	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 4.873, de 07 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.873, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

NOMEIA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a comissão para realização de concurso público, composta pelos seguintes membros:

I - Representantes do Executivo Municipal:

- a) Michael Zimmermann;
- b) Raquel Rose da Cunha Quadros;
- c) Lovidio Carlos Bertoldi;
- d) Sandro Alexandre Tillmann;

V - Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar - SINTRASPUG:

- a) Jovino Emir Masson.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº. 4.874, de 08 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.874, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº. 4.658, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, QUE BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica parcialmente revogado o Decreto nº. 4.658, de 02 de janeiro de 2012, que "Bloqueia recursos de convênios a serem possivelmente firmados durante o presente exercício até a sua efetiva liberação pelos órgãos competentes ao Município de Gaspar", para o desbloqueio dos valores indicados dos saldos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Subfunção: 301 Atenção Básica

Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.100163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde

Despesa 115 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 4.875, de 08 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.875, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas

Dotação: 2 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do art. 1º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito:

Órgão: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas

Dotação: 3 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Órgão: 3 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 16 Polícia Militar

Funcional Programática: 00006.00181.00018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar

Atividade: 2.200198 Manutenção do Quartel e Serviço de Rádio Patrulha

Dotação: 426 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 186.951,69

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal



**Decreto Nº. 4.878, de 08 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.878, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE FERNANDA GOEDERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de FERNANDA GOEDERT, para exercer o cargo de Agente de Serviços Especializados I, nomeada pelo Decreto nº 4.860, de 28 de fevereiro de 2012, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 4.879, de 09 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.879, DE 09 DE MARÇO DE 2012.

SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento e da Procuradoria Geral do Município:

Órgão: 8 Secretaria Municipal de Transportes e Obras  
Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras  
Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Projeto: 1.100253 Pavimentação de Ruas  
Dotação: 405 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 450.000,00  
Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Transp. e Obras  
Dotação: 262 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Órgão: 9 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento  
Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Funcional Programática: 00015.00451.00019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento  
Projeto: 1.100101 Construção do Centro de Convivência  
Dotação: 509 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 1.219.349,10

Órgão: 11 Procuradoria Geral do Município  
Unidade: 23 Procuradoria Geral do Município  
Funcional Programática: 00003.00092.00020 Gestão da Procuradoria do Município  
Atividade: 2.200100 Manutenção da Procuradoria Geral  
Dotação: 430 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 4.880, de 12 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 4.880, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e art. 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	C/H	LOTAÇÃO
Denis Roberto Bertoldi	Agente Municipal de Trânsito	6º	36h	Secretaria de Transportes e Obras
Francisco Rosa de Paula	Agente Municipal de Trânsito	7º	36h	Secretaria de Transportes e Obras
Andre Schindler	Agente Municipal de Trânsito	8º	36h	Secretaria de Transportes e Obras
Laercio Rosa de Souza	Agente Municipal de Trânsito	9º	36h	Secretaria de Transportes e Obras
William Macedo Pinto	Agente Municipal de Trânsito	10º	36h	Secretaria de Transportes e Obras

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2.729, de 07 de Março de 2012.**

PORTARIA Nº. 2.729, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

COLOCA À DISPOSIÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, A SERVIDORA MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar, a partir desta data, a servidora MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados II, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Administração e Finanças, à disposição do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar



**Portaria Nº. 2.730, de 07 de Março de 2012.**

PORTARIA Nº. 2.730, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NO GABINETE DO PREFEITO, A SERVIDORA MARIA ELIGIA ANDRIETTI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar, a partir desta data, a servidora MARIA ELIGIA ANDRIETTI, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição no Gabinete do Prefeito para exercer a mesma função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Extrato da Dispensa Nº 31/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 31/2012

Objeto: instalação, manutenção, treinamento e licença de uso de software para as bibliotecas da rede municipal. Contratado: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC (76.659.820/0001-51). Valor total do contrato: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). Base legal: artigo 24, inciso XIII da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 12 de março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**SAMAE****Extrato do Pregão Presencial Nº 13/2012 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.13/2012

OBJETO: Aquisição de bobinas de faturas para o lançamento da medição do consumo, para cobrança dos serviços de fornecimento de água prestados pelo SAMAE aos consumidores.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 28/03/2012.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 28/03/2012 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 8 de março de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 06/2012 oriunda do Pregão Presencial Nº 09/2012 SAMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2012

Aos treze dias do mês de março do ano de 2012, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 9/2012, conforme registrado na Ata de Sessão homologada em 13/03/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de tubos, grelhas, lajotas e calhas em concreto., conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 9/2012. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes

**ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA. (72.567.076/0001-04)**

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	un TUBO DE CONCRETO COM 400MM DE DIÂMETRO CLASSE PS-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-8890 E ALTERAÇÕES.	250	R\$ 23,50	R\$ 5.875,00
5	un TUBO DE CONCRETO COM 800MM DE DIÂMETRO CLASSE PA-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-9794 E ALTERAÇÕES.	60	R\$ 138,90	R\$ 8.334,00
7	un GRELHA EM CONCRETO PARA BOCA DE LOBO DIMENSÕES: 35X75X10.	80	R\$ 48,50	R\$ 3.880,00
9	un LAJOTA RETANGULAR EM CONCRETO DIÂMETRO 15X25X8CM COM RESISTÊNCIA DE 35MPA.	2.500	R\$ 1,15	R\$ 2.875,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 20.964,00 (Vinte mil, novecentos e sessenta e quatro reais).

**PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. (00.556.052/0001-49)**

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	un TUBO DE CONCRETO COM 200MM DE DIÂMETRO CLASSE PS-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-8890 E ALTERAÇÕES.	375	R\$ 10,99	R\$ 4.121,25



2	un TUBO DE CONCRETO COM 300MM DE DIÂMETRO CLASSE PS-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-8890 E ALTERAÇÕES.	300	R\$ 14,79	R\$ 4.437,00
6	un TUBO DE CONCRETO COM 1000MM DE DIÂMETRO CLASSE PA-2 EM CONFORMIDADE COM A NBR-9794 E ALTERAÇÕES.	100	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
8	un CALHA EM CONCRETO DIÂMETRO 30CM	50	R\$ 11,00	R\$ 550,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 28.108,25 (Vinte e oito mil, cento e oito reais e vinte e cinco centavos).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 49.072,25 (Quarenta e nove mil, setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Na sede do SAMAE, sito na Rua: Barão do Rio Branco nº. 500 - Bairro: Centro, Gaspar/SC ou no local da obra em que se fizerem necessários, dentro do território municipal.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 13 de março de 2012.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS – Pregoeira

ANA PAULA BECKER – Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Nº 12/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 12/2012

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MOTOBÓY PARA TRANSPORTE DE DOCUMENTOS

Entrega dos Envelopes: 27/03/2012 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 27/03/2012 as 09:10 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

GUARAMIRIM, 12(doze) de março de 2012(dois mil e doze)

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 385/2012

PORTARIA Nº 385/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GILBERTO JOSÉ DURIGON (Matr. 2883), ocupante do Cargo Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, Nível - Agente Político, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido de 02 de janeiro de 2011 a 01 de janeiro de 2012, para serem gozadas a partir de 12 de março de 2012 a 10 de abril de 2012, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 386/2012

PORTARIA Nº 386/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei



Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 09 de março de 2012, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora CLAUDETE BERTOTTI (Matr. 1550), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

#### **Publicação de Extrato de Pregão Presencial 13/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 13012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 26 de março de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de material ambulatorial (enfermagem) para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 14 de março de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

#### **Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2012/02 - A/00

Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME.

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: GENERO ALIMENTICIOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 613,70 Prazo: 31/12/2011

Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 06 de março de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: FUNREBOM 2012/02 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2012/02 - A/00

Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME.

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: GENERO ALIMENTICIOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 613,70 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 06 de março de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: FUNREBOM 2012/03 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2012/03 - A/00

Contratada: KAC LTDA ME

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: GENERO ALIMENTICIOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 265,20 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 06 de março de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

KAC LTDA ME

Representante Legal

Contratada

#### **Extrato: FUNREBOM 2012/04 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2012/04 - A/00

Contratada: MERCADO ECONOMICO - ALIM LTDA ME.

C.N.P.J: 07.109.594/0001-12

Objeto: GENERO ALIMENTICIOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 5.144,56 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 06 de março de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

MERCADO ECONOMICO ALIM LTDA ME

Representante Legal



Contratada

**Extrato: FUNREBOM 2012/05 - A/00**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2012/05 - A/00  
Contratada: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA  
C.N.P.J: 07.605.075/0001-45  
Objeto: GENERO ALIMENTICIOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.  
Valor: R\$ 15.449,30 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 03/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 06 de março de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Super Lider Alimentos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 14/2012 A00**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 14/2012 A00  
Contratada: FAZENDA ITAPEVA  
C.N.P.J: 00.674.391/00001-30  
Objeto: AQUISIÇÃO SAIBRO QUARTSOZO PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$ 195.650,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº.05/2012 Pregão 05/2012

Imbituba, 16 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Fazenda Itapeva  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 17/2012 A00**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 17/2012 A00  
Contratada: GOULART E GOULART COM DE FER E FERRAMENTAS LTDA ME.  
C.N.P.J: 09.510.437/0001-40  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ROÇADEIRAS PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$1.150,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 04/2012 Pregão 04/2012

Imbituba, 28 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Goulart e Goulart Com de Fer e Ferramentas Ltda Me  
Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 18/2012 A00**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 18/2012 A00  
Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME  
C.N.P.J: 10.524.158/0001-14  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ROÇADEIRAS PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$4.389,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 04/2012 Pregão 04/2012

Imbituba, 28 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Soethe Com de Maquinas Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 19/2012 A00**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 19/2012 A00  
Contratada: JULIO SILVESTRE ME  
C.N.P.J: 05.085.447/0001-24  
Objeto: AQUISIÇÃO DE LAMINAS, PARAFUSOS COM PORCA E ARRUELA DE PRESSÃO PARA MOTONIVELADORAS PERTENCENTE À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$5.808,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 08/2012 Pregão 08/2012

Imbituba, 28 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Julio Silvestre Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 20/2012 A00**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 20/2012 A00  
Contratada: TRATOR PEÇAS COM DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA  
C.N.P.J: 79.905.071/0001-93  
Objeto: AQUISIÇÃO DE LAMINAS, PARAFUSOS COM PORCA E ARRUELA DE PRESSÃO PARA MOTONIVELADORAS PERTENCENTE À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$566,28 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 08/2012 Pregão 08/2012

Imbituba, 28 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Trator Peças Com de Peças para Trator Ltda



Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 24/2012 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 24/2012 A00  
Contratada: ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.  
C.N.P.J: 09.178.926/0001-46  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$ 3.707,70 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 09/2012 Pregão 09/2012

Imbituba, 02 de março de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Enkor Com de Mat para Construção Ltda.  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 25/2012 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 25/2012 A00  
Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
C.N.P.J: 75.831.867/0001-98  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$3.867,55 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 09/2012 Pregão 09/2012

Imbituba, 02 de março de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Vila Mat de Construção Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SDR NORTE 26/2012 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 26/2012 A00  
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$3.714,04 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 09/2012 Pregão 09/2012

Imbituba, 02 de março de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Vila Nova Com de Mat de Construção Ltda

Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2011/197 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/197 A01  
Contratada: CONSTRUVILA LTDA  
C.N.P.J: 01.885.390/0001-44  
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 09/04/2012.  
Prazo: 30 dias  
Fundamento: Processo nº. 159/2011 Carta Convite 19/2011

Imbituba, 09 de janeiro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal  
Contratante

Construvila Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2012/21 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/21 A00  
Contratada: ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
C.N.P.J: 09.178.926/0001-46  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DAS INTERSECÇÕES, PRAÇAS PÚBLICAS, TERMINAL RODOVIÁRIO, PAVILHÃO DE EVENTOS E PRÉDIO DA SEINFRA.  
Valor: R\$ 77.751,82 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 152/2011 Carta Convite 18/2011

Imbituba, 28 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Enkor Com de Mat para Construção Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2012/22 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/22 A00  
Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
C.N.P.J: 75.831.867/0001-98  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DAS INTERSECÇÕES, PRAÇAS PÚBLICAS, TERMINAL RODOVIÁRIO, PAVILHÃO DE EVENTOS E PRÉDIO DA SEINFRA.  
Valor: R\$ 7.859,10 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 152/2011 Carta Convite 18/2011

Imbituba, 28 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício



Contratante

Vila Mat de Construção Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2012/23 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/23 A00  
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DAS INTERSECÇÕES, PRAÇAS PÚBLICAS, TERMINAL RODOVIÁRIO, PAVILHÃO DE EVENTOS E PRÉDIO DA SEINFRA.  
Valor: R\$ 7.131,01 Prazo: 31/12/2011  
Fundamento: Processo nº. 152/2011 Carta Convite 18/2011

Imbituba, 28 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

Vila Nova Com de Mat de Construção Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: SEDESTH 13/2012 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 13/2012 - A/00  
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C  
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE IDOSOS E MULHERES.  
Valor: R\$ 7.015,50 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 05/2012 Pregão 05/2012

Imbituba, 05 de março de 2012.  
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES  
Secretária Municipal Sedesth  
Contratante

Comercial Preço Bom Z&C  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: SEDESTH 14/2012 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 14/2012 - A/00  
Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO  
C.N.P.J: 79.883.435/0001-81  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE IDOSOS E MULHERES.  
Valor: R\$ 6.976,80 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 05/2012 Pregão 05/2012

Imbituba, 05 de março de 2012.  
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal Sedesth  
Contratante

Livraria e Papelaria Figueiredo  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: SEDESTH 15/2012 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 15/2012 - A/00  
Contratada: LUZIA BRESSAN ME  
C.N.P.J: 08.601.305/0001-60  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE IDOSOS E MULHERES.  
Valor: R\$ 7.114,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 05/2012 Pregão 05/2012

Imbituba, 05 de março de 2012.  
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES  
Secretária Municipal Sedesth  
Contratante

Luzia Bressan Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: SEDESTH 16/2012 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 16/2012 - A/00  
Contratada: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME  
C.N.P.J: 01.394.452/0001-68  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DA SEDESTH.  
Valor: R\$ 1.711,20 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 04/2012 Pregão 04/2012

Imbituba, 05 de março de 2012.  
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES  
Secretária Municipal Sedesth  
Contratante

José Candido Espindola Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: SEDESTH 17/2012 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 17/2012 - A/00  
Contratada: KAC LTDA ME  
C.N.P.J: 04.492.199/0001-73  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DA SEDESTH.  
Valor: R\$ 1.606,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 04/2012 Pregão 04/2012

Imbituba, 05 de março de 2012.  
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES  
Secretária Municipal Sedesth  
Contratante



Kac Ltda Me.  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: SEDESTH 18/2012 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 18/2012 - A/00  
Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME  
C.N.P.J: 08.897.022/0001-08  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DA SEDESTH.  
Valor: R\$ 1.418,20 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 04/2012 Pregão 04/2012

Imbituba, 05 de março de 2012.  
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES  
Secretária Municipal Sedesth  
Contratante

Luciane Constantino da Silva Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: SEDESTH 19/2012 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 19/2012 - A/00  
Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA ME  
C.N.P.J: 10.788.485/0001-83  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DA SEDESTH.  
Valor: R\$ 758,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 04/2012 Pregão 04/2012

Imbituba, 05 de março de 2012.  
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES  
Secretária Municipal Sedesth  
Contratante

Nafi Com Atacadista Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de ATER Nº 323/12.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 323/12.  
Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.  
C.N.P.J: 83.052.191/0026-10  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA CONTRATADA PARA A CONTRATANTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.  
Valor: R\$ 28.000,00 Prazo: 31/12/2012

Imbituba, 10 de fevereiro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

Luiz Marcos Bora  
Representante Legal  
Contratada

**Irineópolis**

**PREFEITURA**

**Extrato de Homologação 13/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda ME.

Irineópolis, 07 de março de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

**Extrato Processo N.º 03/2012 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2012  
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de março de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 8.666/93 consolidada, visando a Aquisição de equipamento de informática para diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 13 de março de 2012.  
EDINILSON BRAND  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Extrato de Contrato 25/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 25/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis  
Contratada: Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda ME  
Objeto: Aquisição de Pedra Brita tipo "bica corrida" para recuperação e melhoria da malha viária do Município de Irineópolis  
Valor: R\$ 351.634,00 (Trezentos e cinquenta um mil seiscentos e trinta quatro reais)  
Vigência - 07.03.2012 a 07.09.2012  
Base Legal - Processo Licitatorio 13/2012 - Pregão Presencial nº. 08/2012  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada



WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

## Itaiópolis

### PREFEITURA

#### Fundação HOSPITALAR MUNIICIPAL SANTO ANTONIO de ITAIOPOLIS/SC

##### RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 01/2012; Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, carga de gás de cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem e material de copa e cozinha para uso na FHM-SA. Furtado Comercio e Transporte de Gás Ltda, R\$ 12.900,00; Furtado Supermercado Ltda, R\$ 28.665,80; Papellaria São Bento Ltda-ME, R\$ 20.811,75 e Supermercado Hilário Fuchs Ltda, R\$ 34.484,75. Validade: 31/07/2012. Celia Terezinha Weinert, Administradora. Hospitalar.

#### Processo Licitatorio Nº 22/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012 - Objeto: Registro de Preços para aquisição de madeira de eucalipto para reforma de pontes e pontilhões do Município. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 2º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 29 de Março de 2012, até às 09hs-15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 29 de Março de 2012, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaipolis.sc.gov.br](http://www.itaipolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 13 de Março de 2012. HELIO CESAR WENDT Prefeito

#### Processo Licitatorio Nº 23/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012 - Objeto: Registro de Preços para aquisição de pedra britada para manutenção e conservação de estradas do Município. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 2º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de Março de 2012, até às 09hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de Março de 2012, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaipolis.sc.gov.br](http://www.itaipolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 13 de Março de 2012. HELIO CESAR WENDT Prefeito Municipal

## Itapoá

### PREFEITURA

#### Errata do Edital e ao Termo Aditivo Nº 09/2012 Pregão Presencial Nº 24/2011

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL E AO TERMO ADITIVO Nº 09/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2011

REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2011

PROCESSO Nº 68/2011

E R R A T A

O município de Itapoá-SC torna público que no Termo Aditivo nº 09/2012, aonde consta o valor do presente aditivo será de R\$

300,00, lê-se valor do presente aditivo será de R\$ 320,00 e na descrição do objeto, aonde consta valor total R\$ 300,00, lê-se aonde consta valor total R\$ 320,00.

Justificativa os termos desta errata como erro material.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Termo Aditivo e no processo Administrativo de Pregão Presencial.

Itapoá, 12 de março de 2012.

ERVINO SPERANDIO

Município de Itapoá

Prefeito Municipal

#### Termo Aditivo Nº 14/2012 A Ata de Registro de Preço N.º 036/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

TERMO ADITIVO Nº 14/2012

A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 036/2011-

(4º aditivo)

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede á Rua Dona Leopoldina, nº 26, Bairro: Centro na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41 e Inscrição Estadual n.º 251.310.469.

Licitação: PREGÃO N.º 18/2011-REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2011 - PROCESSO Nº 44/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação de vias e espaços públicos, conforme especificações constantes em Edital

Do prazo: Termo Aditivo de Reajuste de Preço nº 05/2012, contabilizando o acréscimo R\$ 2,12 (dois reais e doze centavos) ao valor unitário hora/homem, em conformidade com o concedido na Convenção Coletiva de Trabalho SEAC 2012, a partir da data de 01 de janeiro de 2012.

Itapoá, 13 de março de 2012.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 4.651

PORTARIA Nº 4.651 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr(a) ELMA CECILIA ETGES, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



Joaçaba - SC, em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.652**

PORTARIA Nº 4.652 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) FABIO LAZZARINI, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.653**

PORTARIA Nº 4.653 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.654**

PORTARIA Nº 4.654 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) SANDRA SCHINDLER ZANELLA, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.655**

PORTARIA Nº 4.655 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SONIRA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de maio de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo 001/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.656**

PORTARIA Nº 4.656 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) WILKERSON SILVA PEREIRA DIERSMANN, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.657**

PORTARIA Nº 4.657 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO o(a) Senhor(a) WILSON JOE MULLER, do cargo de Auxiliar de Cultura, nível CC-5, com lotação na Fundação Municipal de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE



**Portaria N.º 4.658**

PORTARIA Nº 4.658 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LUIZ FERNANDO VACCARI, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.659**

PORTARIA Nº 4.659 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. NATHALIA COSTENARO MASCARELLO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 896/2012/PMJ de 14 de fevereiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 08/2012/PMJ - Pregão Presencial n.º 07/2012/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.660**

PORTARIA N.º 4.660 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) NEVIO CARRER, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.406 de 01 de dezembro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro

de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.661**

PORTARIA N.º 4.661 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ELOI MACHADO SOARES, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.569 de 10 de dezembro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.662**

PORTARIA N.º 4.662 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.323 de 25 de novembro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.663**

PORTARIA N.º 4.663 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012  
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;



Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) DELCIR DOTTI, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.858 de 18 de janeiro de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.664**

PORTARIA N.º 4.664 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) SANDRA APARECIDA ASCARI, Fiscal de Obras e Posturas, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.857 de 18 de janeiro de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.665**

PORTARIA N.º 4.665 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ROSANGELA PELICIELLI, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 000.097 de 11 de janeiro de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.666**

PORTARIA N.º 4.666 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições

que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 112962 de 27 de janeiro de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.667**

PORTARIA N.º 4.667 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ELSON CESAR FACIN, Professor, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.864 de 19 de janeiro de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.668**

PORTARIA N.º 4.668 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) MARISETE VINGLA DE MATTOS SCHALY, Professor, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.963 de 27 de janeiro de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de fevereiro de 2012  
RAFAEL LASKE



**Portaria N.º 4.669**

PORTARIA Nº 4.669 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

**"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure as supostas infrações funcionais do servidor Robson Veiga, conforme memorando 26/2012 da Secretaria de Educação e relatórios da Escola NUPERAJO.

2º DESIGNAR os servidores, FRANCIELE FATTORI, JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO e LURDES CORREA DE AVILA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.670**

PORTARIA Nº 4.670 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

**"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). FRANCIELI CARICIMO LAGO, Auxiliar de Creche, em função da titulação de Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 120.257 de 09 de junho de 2011, pedido concedido nesta data em função do § 5º do art. 18 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2012, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012

RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.671**

PORTARIA Nº 4.671 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

**"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). GIZELI ALVES DE MOURA, Professor, em função da nova titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 123.273 de 24 de janeiro de 2012, passando para Professor Nível II, referência A-I, conforme Anexo V da Lei

Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2012, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012

RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.672**

PORTARIA Nº 4.672 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

**"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). DANIELI DEBUS, Professor, em função da nova titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 123.337 de 30 de janeiro de 2012, passando para Professor Nível II, referência A-I, conforme Anexo V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2012, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 29 de fevereiro de 2012

RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.673**

PORTARIA Nº 4.673 DE 01 DE MARÇO DE 2012

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) JAIR TREVISOL, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do processo n.º 123.414 de 03 de fevereiro de 2012, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 de janeiro de 2009 (12 dias), 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 01 de março de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.

RAFEL LASKE

**Portaria N.º 4.674**

PORTARIA Nº 4.674 DE 01 DE MARÇO DE 2012

**"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições



legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º NOMEAR COMISSÃO ESPECIAL para avaliação e laudo técnico de veículos pertencentes ao Patrimônio Público do Fundo Municipal de Saúde/Município de Joaçaba (SC), referente ao memorando 37/2012.

2º DESIGNAR os servidores, IRINEU PAROLIN, JOSÉ ANTONIO MARTINS E ILTON ANTONIO SCHMITZ, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.675**

PORTARIA Nº 4.675 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) SIMONE MARTINS DE JESUS NISSOLA, Contador, para exercer as funções de Chefe do Setor de Contabilidade, nível FC-1, de acordo com as Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2012, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.676**

PORTARIA Nº 4.676 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LÍCIANE DE FATIMA TELLES, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro de Educação Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.677**

PORTARIA Nº 4.677 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LUCIANA CRISTINA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.678**

PORTARIA Nº 4.678 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) WILKERSON SILVA PEREIRA DIERSMANN, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.679**

PORTARIA Nº 4.679 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no



uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) FABIO LAZZARINI, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.680**

PORTARIA Nº 4.680 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) HABNER FABRICIO BOESING, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.681**

PORTARIA Nº 4.681 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.682**

PORTARIA Nº 4.682 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ELMA CECILIA ETGES, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro de Educação Infantil Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.683**

PORTARIA Nº 4.683 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) DANIELA PATRICIA PRATTO, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,



obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.684**

PORTARIA Nº 4.684 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARCELO CIEPIELEWSKI, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Fundação Municipal de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.685**

PORTARIA Nº 4.685 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) WILSON JOE MULLER, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.686**

PORTARIA Nº 4.686 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) EVERTON LOCATELLI, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Fundação Municipal de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.687**

PORTARIA Nº 4.687 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ANDERSON ANDRES, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Fundação Municipal de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.688**

PORTARIA Nº 4.688 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) SANDRA SCHINDLER ZANELLA, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Centro Educacional Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a



aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.689**

PORTARIA Nº 4.689 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) DAIANA APARECIDA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.690**

PORTARIA Nº 4.690 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) DIRLEI TEREZINHA SPAZZINI TEIXEIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08

de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.691**

PORTARIA Nº 4.691 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) ELIANE CRISTINA HILDEBRANDO DE CORDOVA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.692**

PORTARIA Nº 4.692 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CAROLINE EGER RECH, durante o período de 01 de março de 2012 a 31 de agosto de 2012, para exercer as funções de Fiscal de Vigilância Sanitária ACT, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, conforme art. 2º, § 1º - I e II, e por ter sido classificada em teste seletivo edital 006/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 01 de março de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 4.693**

PORTARIA Nº 4.693 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das



atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ALINE PIVA, durante o período de 01 de março de 2012 a 31 de agosto de 2012, para exercer as funções de Fiscal de Vigilância Sanitária ACT, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, conforme art. 2º, § 1º - I e II, e por ter sido classificada em teste seletivo edital 006/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 01 de março de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.694**

PORTARIA Nº 4.694 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) SIMONE ROVER ZARPELON, para exercer o cargo de PSICOLOGA, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.695**

PORTARIA Nº 4.695 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) MAIRA DALSOGLIO, para exercer o cargo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da

publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.696**

PORTARIA Nº 4.696 DE 01 DE MARÇO DE 2012  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr(a) MARIANA BAZOTTI, para exercer o cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.697**

PORTARIA Nº 4.697 DE 02 DE MARÇO DE 2012  
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

**RESOLVE,**

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos:

\* Contrato n.º 874/2012/PMJ - 878/2012/PMJ de 02 de janeiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 123/2011//PMJ - Pregão Presencial n.º 59/2011/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

\* Contrato n.º 899/2012/PMJ - 905/2012/PMJ de 22 de fevereiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 23/2012//PMJ - Dispensa de Licitação n.º 3/2012, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 02 de março de 2012.  
RAFAEL LASKE



**Portaria N.º 4.698**

PORTARIA Nº 4.698 DE 02 DE MARÇO DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. JOSE ANTONIO MARTINS para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 911/2012/PMJ de 02 de março de 2012 proveniente do Pregão Presencial n.º 10/2012/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 02 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 4.699**

PORTARIA Nº 4.699 DE 02 DE MARÇO DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. ADRIANO LUCIO ZIERO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 883/2012/PMJ de 03 de janeiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 126/2011/PMJ - Tomada de Preço n.º 13/2011/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

**Extrato PP 13/2012/PMJ - PL 31/2012/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2012/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo para usuários da administração municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I deste Edital. Forma de Julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 27/03/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 27/03/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 12 de março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Contrato Nº 268/2012/FMS**

CONTRATO Nº 268/2012/FMS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si celebram o Município de Joaçaba (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.340.382/0001-02, estabelecida na Rua Benjamin Constant, 32, centro, no Município de Caçador, SC, doravante denominada CONTRATADA, representada na forma de seu Contrato Social, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Compra Direta nº 26/2012, de 05/03/2012, o qual é parte integrante do presente instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação pela CONTRATADA de serviços de assistência técnica em 11 (onze) equipamentos de registro eletrônico de ponto, instalados nas Unidades de Saúde da Família, Postos de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Especialidades Médicas, SAMU e Secretaria Municipal de Saúde.

1.1. Os serviços, objeto desta contratação, compreendem:

1.1.1. Deslocamento;

1.1.2. Suporte técnico por telefone;

1.1.3. Suporte técnico remoto;

1.1.4. Suporte técnico em campo;

1.1.5. No mínimo, 01 (uma) visita aos locais a cada 90 (noventa) dias.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

2.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou Comissão Especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

3.1. Os serviços deverão ser prestados nos locais discriminados no subitem 1.1.1 deste contrato, onde estão instalados os equipamentos.

3.2. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**



4.1. O valor total ora contratado é de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), consignado conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA.

4.2. O pagamento será efetuado de forma mensal, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido.

4.2.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

4.3. Os preços somente serão revisados quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído a ser formalizado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
5 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.10002.0 - Aplicações diretas

#### CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Avenida XV de Novembro, 223, CNPJ nº 10.594.533/0001-00 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

##### 7.1. Responsabilidades do CONTRATANTE:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

##### 7.2. Responsabilidades da CONTRATADA:

7.2.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula primeira - do objeto - e na cláusula terceira - da forma de execução - do presente contrato;

7.2.2. Prestar os serviços nas condições e prazos estipulados;

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer

espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos, quando do deslocamento para a realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código Brasileiro de Trânsito;

7.2.5. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade;

7.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao Município ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

7.2.7. Assumir todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.2.8. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.2.9. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

a. Advertência;

b. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente instrumento;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.1.1. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem anterior, poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b", facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja



administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 08 de março de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
VILMAR ZÍLIO - GESTOR  
CONTRATANTE

TELECAL TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA  
CONTRATADA



**SIMAE****Homologação PP 008/2012 - SIMAE**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
 Rua Tiradentes, 123  
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 8/2012 - PR**

Processo Administrativo: 10/2012  
 Processo de Licitação: 10/2012  
 Data do Processo: 02/02/2012

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 10/2012  
 b ) Licitação Nr.: 8/2012-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 12/03/2012  
 e ) Data da Adjudicação: 12/03/2012 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E REAGENTES PARA LABORATÓRIO A SEREM UTILIZADOS NA ETA DO SIMAE, NO EXERCÍCIO DE 2012.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desceto (%)</u>	(em Reais R\$)
			<u>Total dos Itens</u>
- 006312 - HEXIS CIENTIFICA S/A	35	0,0000	21.426,23
- 007785 - PORTAL DIAGNÓSTICO COMÉRCIO DE PRODUTOS E	9	0,0000	22.022,20
- 006665 - PRO ANALISE QUIMICA E DIAGNOSTICA LTDA	4	0,0000	800,00
	48		44.248,43

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (13) Saldo: 144.140,99

Joaçaba, 12 de Março de 2012.

-----  
 Aluir Flemming - Diretor Adjunto



**Pregão Presencial JHL 0014/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0019/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2012

PROTOCOLO JHL 0646/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0014/2012 - Licitação 0019/2012, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MONTAGEM DE BARRILETE DE SUCÇÃO DAS EATS 004, 008, 009, 017 E 020 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 27/03/2012 às 09:30 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 27/03/2012 às 09:35 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 14/03/2012 A 27/03/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 14 DE MARÇO DE 2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Pregão Presencial JHL 0015/2012 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0021/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2012

PROTOCOLO JHL 0649/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0015/2012 - Licitação 0021/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO 2012.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 29/03/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 29/03/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 14/03/2012 a 29/03/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 14 DE Março de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.



**Balancete Financeiro Fevereiro/2012****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	920.456,02	Despesa Orçamentária	634.622,40
RECEITA PATRIMONIAL	33.940,11	Despesas exceto Intra-orçamentárias	570.208,61
RECEITA DE SERVIÇOS	818.885,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	242.538,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.316,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	292.536,74
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRI	9.146,90	INVESTIMENTOS	35.133,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇA	1.167,01		
		Despesas Intra-orçamentárias	64.413,79
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.251,89
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.161,90
Receita Extra - Orçamentária	1.020.370,15	Despesa Extra - Orçamentária	1.251.652,60
DEPOSITOS	113.317,47	DEPOSITOS	113.431,52
CONSIGNACOES	80.983,79	CONSIGNACOES	80.394,94
PREVIDENCIA SOCIAL	3.471,30	PREVIDENCIA SOCIAL	3.471,30
PENSAO ALIMENTICIA	4.200,59	PENSAO ALIMENTICIA	4.200,59
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.381,95	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.522,62
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	30.583,15	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	30.404,82
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.502,19	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.951,00
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	22.844,61	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	22.844,61
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	32.333,68	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	33.036,58
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	32.333,68	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	33.036,58
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	867.903,47	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.138.075,07
OBRIGACOES A PAGAR	867.903,47	OBRIGACOES A PAGAR	1.138.075,07
FORNECEDORES	345.404,34	FORNECEDORES	346.357,07
PESSOAL A PAGAR	242.538,35	PESSOAL A PAGAR	242.538,35
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	49.251,89	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	48.759,90
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	230.708,89	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	500.419,75
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	147,24	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	146,01
RECEITAS PENDENTES CRÉDITOS ESPECIAIS	147,24	RECEITAS PENDENTES CRÉDITOS ESPECIAIS	146,01
RECEITAS A CLASSIFICAR	147,24	RECEITAS A CLASSIFICAR	146,01
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	39.001,97		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	39.001,97		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	39.001,97		
Saldos anteriores	4.704.487,88	Saldos atuais	4.759.039,05
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.659.278,87	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.663.197,49
BANCO C/ MOVIMENTO	45.209,01	BANCO C/ MOVIMENTO	95.841,56
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	6.645.314,05	Total	6.645.314,05

JOACABA , 01/03/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

PATRICIA CALLEGARI  
Contadora CRC SC 029205/O-3

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



# José Boiteux

## PREFEITURA

### Lei 909/2012

Lei Nº 909/2012, de 12 de março de 2012.

Autoriza conceder subvenção social a ASSEUJOB - Associação dos Estudantes Universitários do Município de José Boiteux/SC

Emerson Genezio Dell Agnollo, Prefeito Municipal em exercício de José Boiteux, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no período de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por dia letivo, para custear as despesas com deslocamento para as instituições de ensino localizadas fora do Município.

Parágrafo primeiro: serão considerados dias letivos para fins de pagamento, os constantes no Calendário Acadêmico da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 2º Para a cobertura das despesas de que trata o artigo anterior, fica criada a seguinte dotação:

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto  
Função : 12 Educação  
Programa : 1060 Criança e Adolescente na Escola  
Subfunção : 364 Ensino Superior  
Recursos : 0.1.0000.0 Recursos Ordinários  
Projeto/Atividade : 2.026 Apoio ao Estudante Universitário  
Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00

Art. 3º A subvencionada apresentará ao Executivo Municipal, prestação de contas da atividade realizada, com relatório das ações referentes ao valor da subvenção, objeto da presente Lei.

Art. 4º A entidade subvencionada deverá efetuar abertura de conta corrente específica em Instituição Financeira Oficial a fim de receber e movimentar o valor do repasse objeto da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux/SC, 12 de março de 2012  
EMERSON GENEZIO DELL AGNOLLO  
Prefeito Municipal em Exercício

# Lages

## PREFEITURA

### PE 06-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento do Edital:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012 - SMS

OBJETO: Aquisição de Medicamento (solução injetável) para atender pedido judicial.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/04/2012 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço Por Item

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail [pregaoeletronico@lages.sc.gov.br](mailto:pregaoeletronico@lages.sc.gov.br)

Lages, 12 de março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

### Resultado PP 10-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGAO PRESENCIAL Nº 10/2012- PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS "POR HORA CHEIA TRABALHADA," DE MÁQUINAS E CAMINHÕES, COM MOTORISTA E/OU OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO(S), PARA A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: GEORGE DE BONA & CIA. LTDA.

VALOR: R\$ 798.251,00

Lages, 12 de março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

### Contrato 11/2012 - FMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL POR TEMPO CERTO N.º 11/2012

Que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, representado neste ato pela Sra. Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado a Sra. Ivania Zenaide Rodrigues da Silva, inscrita no CPF/MF sob n.º 346.854.809-53, PIS n.º 106.22064.47-6, residente à Rua Bezerra de Menezes, 38, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratada", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete à CONTRATADA:

1.1- Ministras aulas de trabalhos manuais e artesanato como tricô, crochê e macramê no curso patrocinado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo está dispensado do processo Licitatório, com embaçamento legal no inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e



alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato será R\$ 5.598,00 (cinco mil e quinhentos e noventa e oito reais), pagos em nove parcelas mensais no valor de R\$ 622,00, que serão a título de Pró - labore.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato será de nove meses, com seu início em 01/03/2012 e seu término previsto para 30/11/2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lages, Programa Amor Perfeito, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2012.

MARLI BARRENTIN NACIF  
Sec. da Assistência Social

IVANIA ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA  
Contratada

Procuradoria Geral do Município

#### Contrato 12/2012 - FMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL  
POR TEMPO CERTO N.º 12/2012

Que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, representado neste ato pela Sra. Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado a Sra. Nilva Melânia Macedo Justi, inscrita no CPF/MF sob n.º 486.278.289-20, C.I. n.º 6366708, PIS 107.84962-17-8, residente à Av Caldas Jr., 800, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratada", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete à CONTRATADA:

1.1- Ministras aulas de trabalhos manuais e artesanato como tricô, crochê e macramê no curso patrocinado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo está dispensado do processo Licitatório, com embaçamento legal no inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato será R\$ 5.598,00 (cinco mil e quinhentos e noventa e oito reais), pagos em nove parcelas mensais no valor de R\$ 622,00, que serão a título de Pró - labore.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato será de nove meses, com seu início em 01/03/2012 e seu término previsto para 30/11/2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lages, Programa Amor Perfeito, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2012.

MARLI BARRENTIN NACIF  
Sec. da Assistência Social

NILVA MELÂNIA MACEDO JUSTI  
Contratada

Procuradoria Geral do Município

#### Contrato 13/2012 - FMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL  
POR TEMPO CERTO N.º 13/2012

Que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, representado neste ato pela Sra. Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado a Sra. Maria José Saldanha da Silveira, inscrita no CPF/MF



sob n.º 385.510.559-68, C.I. n.º 964.983-2, PIS 108.96116.67-8, residente à Rua Mafra, Q 11 - C 10 nº 27, Bairro Petrópolis, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratada", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete à CONTRATADA:

1.1- Ministrar aulas de trabalhos manuais e artesanato como tricô, crochê e macramê no curso patrocinado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo está dispensado do processo Licitatório, com embaçamento legal no inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato será R\$ 5.598,00 (cinco mil e quinhentos e noventa e oito reais), pagos em nove parcelas mensais no valor de R\$ 622,00, que serão a título de Pró - labore.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato será de nove meses, com seu início em 01/03/2012 e seu término previsto para 30/11/2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lages, Programa Amor Perfeito, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2012.

MARLI BARRENTIN NACIF

Sec. da Assistência Social

MARIA JOSÉ SALDANHA DA SILVEIRA

Contratada

Procuradoria Geral do Município

#### Contrato 14/2012 - FMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL POR TEMPO CERTO N.º 14/2012

Que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, representado neste ato pela Sra. Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado a Sra. Margarete Amaral, inscrita no CPF/MF sob n.º 822.818.319-49, C.I. n.º 8 R 964.958, PIS 130.73952.72-0, residente à Rua Veríssimo Antunes Lima s/nº, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratada", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete à CONTRATADA:

1.1- Ministrar aulas de trabalhos manuais e artesanato como tricô, crochê e macramê no curso patrocinado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo está dispensado do processo Licitatório, com embaçamento legal no inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato será R\$ 5.598,00 (cinco mil e quinhentos e noventa e oito reais), pagos em nove parcelas mensais no valor de R\$ 622,00, que serão a título de Pró - labore.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato será de nove meses, com seu início em 01/03/2012 e seu término previsto para 30/11/2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lages, Programa Amor Perfeito, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2012.



MARLI BARRENTIN NACIF  
Sec. da Assistência Social

MARGARETE AMARAL  
Contratada

Procuradoria Geral do Município

#### **Contrato 15/2012 - FMAS**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL  
POR TEMPO CERTO N.º 15/2012

Que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, representado neste ato pela Sra. Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado a Sra. Laurita Velho Martins, inscrita no CPF/MF sob n.º 023.308.199-27, C.I. n.º 2.261.343-9, PIS 123.30722.83-6, residente à Rua Ouro Preto n.º 735, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratada", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Compete à CONTRATADA:

1.1- Ministrar aulas de trabalhos manuais e artesanato como tricô, crochê e macramê no curso patrocinado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este termo está dispensado do processo Licitatório, com embaçamento legal no inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

O valor deste contrato será R\$ 5.598,00 (cinco mil e quinhentos e noventa e oito reais), pagos em nove parcelas mensais no valor de R\$ 622,00, que serão a título de Pró - labore.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

O prazo deste contrato será de nove meses, com seu início em 01/03/2012 e seu término previsto para 30/11/2012.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lages, Programa Amor Perfeito, ano base 2012.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2011.

MARLI BARRENTIN NACIF

Sec. da Assistência Social

LAURITA VELHO MARTINS

Contratada

Procuradoria Geral do Município

#### **Contrato 16/2012 - FMAS**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL  
POR TEMPO CERTO N.º 16/2012

Que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, representado neste ato pela Sra. Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado a Sra. Eloir Ribeiro Freitas, inscrita no CPF/MF sob n.º 480.879.809-30, C.I. n.º 1.437.636-9, PIS 133.52052.72-6, residente à Rua Vasco da Gama, 105, fone:32230524, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratada", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Compete à CONTRATADA:

1.1- Ministrar aulas de trabalhos manuais e artesanato como tricô, crochê e macramê no curso patrocinado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este termo está dispensado do processo Licitatório, com embaçamento legal no inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

O valor deste contrato será R\$ 5.598,00 (cinco mil e quinhentos e noventa e oito reais), pagos em nove parcelas mensais no valor de R\$ 622,00, que serão a título de Pró - labore.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

O prazo deste contrato será de nove meses, com seu início em 01/03/2012 e seu término previsto para 30/11/2012.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lages, Programa Amor Perfeito, ano base 2012.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados



dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2012.

MARLI BARRENTIN NACIF

Sec. da Assistência Social

ELOIR RIBEIRO FREITAS

Contratada

Procuradoria Geral do Município

#### Contrato 17/2012 - FMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL POR TEMPO CERTO N.º 17/2012

Que entre si fazem, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, representado neste ato pela Sra. Marli Barrentin Nacif, Secretária Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado a Sra. Rosangela Aparecida de Sá, inscrita no CPF/MF sob n.º 348.161.199-49, I. n.º 808.044-5, PIS 120.784.407-38, residente à Rua Benjamin Constant n.º 1078, fone: 32249417, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratada", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete à CONTRATADA:

1.1- Ministrar aulas de trabalhos manuais e artesanato como tricô, crochê e macramê no curso patrocinado pela Secretaria Municipal da Assistência Social, aos alunos matriculados, mediante recebimento de honorários com emissão de RPA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo está dispensado do processo Licitatório, com embaçamento legal no inciso II do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato será R\$ 5.598,00 (cinco mil e quinhentos e noventa e oito reais), pagos em nove parcelas mensais no valor de R\$ 622,00, que serão a título de Pró - labore.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato será de nove meses, com seu início em 01/03/2012 e seu término previsto para 30/11/2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Lages, Programa Amor Perfeito, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2012.

MARLI BARRENTIN NACIF

Sec. da Assistência Social

ROSANGELA APARECIDA DE SÁ

Contratada

Procuradoria Geral do Município

#### Contrato 21/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 21/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CRISFER INDUSTRIAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 03.992.516/0001-58, com sede na Rod. BR 494 - km 23 - cpx 29 - Carmo da Mata/MG.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CRISFER INDUSTRIAL LTDA - EPP, representada neste ato pela Sra. Rosangela Olmedo, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 44/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s)



solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA  
JONAS ALBERTO FERREIRA

CRISFER INDUSTRIAL LTDA - EPP  
Representante  
Rosangela Olmedo

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

#### Contrato 22/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 22/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: GOOD STEEL SANEAMENTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 06.320.464/0001-61, com sede na Av. Lazaro Gonçalves de Oliveira, 32, Santa Barbara D'Oeste/SP - cep: 13.458-626 - fone: 19-34080564.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa GOOD STEEL SANEAMENTO LTDA - ME, representada neste ato pelo Sr. Agostinho Starnino, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 42/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s)



solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 36.710,00 (trinta e seis mil e quatrocentos e dez reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art. 73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas

Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA  
Jonas Alberto Ferreira

GOOD STEEL SANEAMENTO LTDA - ME  
Representante  
Agostinho Starnino

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

#### Contrato 23/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 23/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, representada neste ato pelo seu Diretor o Sr. José Carlos Zago, inscrito no CPF/MF sob nº 219.743.499-34, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 39/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até



31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.252,00 (um mil e duzentos e cinquenta e dois reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e

mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA

Jonas Alberto Ferreira

ZAGO FERRAGENS E MAT DE CONST.LTDA

Representante

José Carlos Zago

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

#### Contrato 24/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 24/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S/A, inscrita no CNPJ sob n.º 21.581.509/0001-45, com sede na Rua Lincoln Alves dos Santos, n.º 944 - Belo Horizonte - MG - cep: 29.404-005 - fone: 38-36902228.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S/A, representada neste ato pelo Sr. Carlos Dehon Dias Lopes, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 36/2012 e 37/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato



decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 118.530,00 (cento e dezoito mil e quinhentos e trinta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA  
Jonas Alberto Ferreira

ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S/A  
Representante  
Carlos Dehon Dias Lopes

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

#### Contrato 25/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 25/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: P.V. COMERCIO DE MATERIAL HIDRAULICO E FERRAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.987.610/0001-70, com sede na Av. Maringá n.º 2778 - Pinhais/PR - cep: 83.325-360.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa P.V. COMERCIO DE MATERIAL HIDRAULICO E FERRAGENS LTDA, representada neste ato pelo Sr. Ricardo de Sena, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 29/2012 e 34/2012.



**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:**

- 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;
- 2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;
- 2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;
- 2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.564,46 (dois mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;
- 7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;
- 7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;
- 10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois)

anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA

Jonas Alberto Ferreira

P.V. COMERCIO DE MATERIAL HIDRAULICO E FERRAGENS LTDA

Representante

Ricardo de Sena

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

**Contrato 26/2012 - SEMASA**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 26/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: VEDASYSTEM INDÚSTRIA E COMERCIO DE PROD. P/INST. PREDIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 09.565.740/0001-40, com sede na Av. Brasil n.º 214 - Térreo - Barueri/SP - cep: 06.411-310.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa VEDASYSTEM INDÚSTRIA E COMERCIO DE PROD. P/INST. PREDIAIS LTDA, representada neste ato pelo Sr. Jaime Nazario, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II



- Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 35/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa

consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA

Jonas Alberto Ferreira

VEDASYTEM IND E COMERCIO DE PROD. P/INST. PREDIAIS LTDA  
Representante

Jaime Nazario

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

**Contrato 27/2012 - SEMASA**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 27/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.109/0001-48, com sede na Rua Abelardo Peixer, n.º 48 - São José/SC - cep: 88.110.055 - fone: 48 - 32460466.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, representada neste ato pelo Sr. Francisco Luis Kock, Sócio Gerente, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 30/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

- 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;
- 2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;
- 2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;
- 2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

- 4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;
- 7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;
- 7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA  
Jonas Alberto Ferreira

HIDROLUNA MAT. P/ SANEAMENTO LTDA  
Francisco Luis Kock

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

#### Contrato 28/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 28/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: BRAZIL SANEAMENTO BÁSICO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.264.865/0001-90, com sede na Rua Santa Catarina, n.º 50 - Londrina/PR -cep: 86.010-470.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Joel de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa BRAZIL SANEAMENTO BÁSICO LTDA, representada neste ato pela Sra. Darle de Cássia Ribas Fadel, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos



Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 22/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 6.679,32 (seis mil e seiscentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA  
Jonas Alberto Ferreira

BRAZIL SANEAMENTO BÁSICO LTDA  
Representante  
Darle de Cássia Ribas Fadel

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

#### Contrato 29/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 29/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: C. E. MACEDO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.965.552/0001-83, com sede na Rua Carlos Essenfelder, nº 1326 - Curitiba/PR - cep: 81.650-090.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa C.E. MACEDO & CIA LTDA, representada neste ato pelo Sr. Carlos Eduardo Macedo, Sócio Administrador, inscrito no CPF sob n.º 004.959.889-71, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 21/2012 e 24/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 92.537,34 (noventa e dois mil e quinhentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10%

(dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA  
Jonas Alberto Ferreira

C.E. MACEDO & CIA LTDA  
Representante  
Carlos Eduardo Macedo

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

**Contrato 30/2012 - SEMASA**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 30/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: VIEIRA & FARIA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.167.556/0001-00, com sede na Rua Camilo Flamarion n.º 250 - Contagem/MG - cep: 32.215-310.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa VIEIRA & FARIA COMERCIAL LTDA, representada neste ato pela Sra. Marlene Jaques Cruz, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 06/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 03/2012, aberta em 06/01/2012 e homologado em 05/03/2012, consoante as cláusulas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para Manutenção e Novas Ligações dos Sistemas de Água e Esgoto, em conformidade com o Anexo II - Planilha de Especificação e Quantitativos, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 19/2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da Autorização de Fornecimento até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s), a(s) entrega(s), incluindo o(s) descarregamento(s), far-se-á(ão) em até 20 (vinte) dias da(s) solicitação(ões), na ETA - Estação de Tratamento de Água, à Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta Cidade;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Total certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.119,70 (cinco mil e cento e dezenove reais e setenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 30 (trinta) dias das entregas e aceite dos materiais, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados dentro dos padrões e das normas técnicas legais e em conformidade com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

**CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10%

(dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA

Jonas Alberto Ferreira

VIEIRA & FARIA COMERCIAL LTDA

Representante

Marlene Jaques Cruz

Procuradoria Geral do Município

Comissão de Licitações da PML

**Lebon Régis**

**PREFEITURA**

**Tomada de Preços LINHA VITORIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS - SC

TOMADA DE PREÇOS nº 04/2012 - Processo Licitatório nº13/2012  
O Município de Lebon Régis-SC, mediante a Comissão de Licitação Especial-CPL, instituída pelo Decreto nº 15/2012, torna público a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do Tipo menor Preço Global, tendo por objeto ampliação da Escola Municipal Nucleada Linha Vitória, sendo a construção de duas salas de aula com varanda, totalizando 136,53 m2 e construção de quadra poliesportiva na mesma Escola, totalizando 561 m2, conforme projeto memorial descritivo e cronograma físico-financeiro. Cadastramento até o terceiro dia anterior a data do



recebimento das propostas (conforme parágrafo 2º, Artigo 22 da Lei 8.666/93). Recebimento da documentação e das propostas até às 09h30min horas do dia 29/03/2012. Reunião pública para abertura dos documentos de habilitação e propostas a partir das 10:hs do dia 29 de março de 2012. Obtenção Edital: Maiores Informações pelo site: [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br), ou fone 49 3247 0188. 12 de março de 2012.

ITACIR LUIZ RIZZO  
Presidente.

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 016/2012**

Portaria n.º 016, de 1º de fevereiro de 2012.

“Contrata Auxiliar de Manutenção e Conservação e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002 e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor Agenor Conaco, portador do CPF nº 052.444.499 - 40 e RG nº 4.011.889, aprovado no Processo Seletivo nº 009, de 07 de outubro 2011, homologado em 16 de novembro de 2011 para o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho Para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 002, de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 017/2012**

Portaria n.º 017, de 1º de fevereiro de 2012.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002 e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita Alini Zimmermann, portadora do CPF nº 083.622.679-84 e RG nº 5.279.540-3, aprovado no Processo Seletivo nº 009, de 07 de outubro 2011, homologado em 16 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços, conforme Contrato de Trabalho Para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 003, de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 018/2012**

Portaria n.º 018, de 1º de fevereiro de 2012.

“Contrata Médico Para Programa Estratégia Saúde da Família - ESF e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002 e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor João Vitor Darde Rodrigues, portador do CPF nº 980.656.530-49 e RG nº 4079889699, para o cargo em caráter temporário de Médico do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho Para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 004, de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 019/2012**

Portaria n.º 019 de 1º de fevereiro de 2012.

“Altera Lotação do Servidor Público Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto



Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Altera a lotação, a partir da publicação desta portaria, do servidor Alvaro José Lopes, ocupante do cargo provimento efetivo de Motorista, inscrito sob a matrícula nº 805, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e assim ficando subordinada hierarquicamente à secretaria municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**RENATO ROBERTO OTTO**  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 020/2012**

Portaria n.º 020 de 1º de fevereiro de 2012.

"Revoga a Gratificação do Servidor Público Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

Considerando, alteração de lotação da Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme Portaria nº 019, 1º de fevereiro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Revoga a Gratificação Especial de Penosidade (GEP), no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), concedida em 03 de janeiro de 2011, ao servidor Alvaro José Lopes, ocupante do cargo provimento efetivo de Motorista, inscrito sob a matrícula nº 805, a partir da publicação desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**RENATO ROBERTO OTTO**  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 021/2012**

Portaria nº 021 de 1º de fevereiro de 2012.

"Concede Férias aos Servidores Municipais e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418/90, de 10 de Agosto de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	11	Adolfo S. Scheimann	2009 a 2010	06.02.12 a 06.03.12
02	375	Edson Brambila	2008 a 2009	01.02.12 a 01.03.12
03	624	Zelite M. K. Zimmermann	2010 a 2011	06.02.12 a 06.03.12
04	972	Vicente de Souza	2010 a 2011	30.01.12 a 28.02.12
05	976	Simone Mariot	2010 a 2011	02.02.12 a 02.03.12
06	1070	Silvia C. G. Rubick	2010 a 2011	22.02.12 a 22.03.12
07	1071	Cassiano Greick Eger	2009 a 2010	06.02.12 a 06.03.12
08	1253	Ana Helena C. Garcia	2010 a 2011	01.02.12 a 01.03.12
09	1301	Djonatan C. Correa	2010 a 2011	01.02.12 a 01.03.12
10	1322	Ivonete S. Capistrano	2010 a 2011	01.02.12 a 01.03.12

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 30/01/2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.  
Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**RENATO ROBERTO OTTO**  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 022/2012**

Portaria n.º 022, de 02 de fevereiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município em atenção a Lei Municipal nº 136, de 03 de dezembro de 1999;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, a senhorita Carolina Patrícia da Cunha, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 067.515.759-55, para o exercício das funções do cargo em comissão de Diretora da Escola Municipal de Vargem dos Bugres.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 136, de 03 de dezembro de 1999, do Plano de Cargos e Salários do Pessoal do Magistério Público Municipal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.



Leoberto Leal, 02 de fevereiro de 2012.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 023/2012

Portaria n.º 023, de 02 de fevereiro de 2012.  
"Exonera servidores municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Data Exoneração
01	1007	Gabriel Hach	Motorista	22.02.2012
02	1184	Adriana A. Iaraceski	Agente de Saúde	29.02.2012
03	1184	Cleonice Leal	Agente de Saúde	29.02.2012
04	1182	Cloves Cermohlen	Agente de Saúde	29.02.2012
05	1407	Eliete da Silva	Agente de Saúde	29.02.2012
06	1284	Erenita S. Steinbach	Agente de Saúde	29.02.2012
07	1355	Ivo Rogerio Costa	Op. de Equipamentos II	29.02.2012
08	1179	Janete Meyer Alexandre	Agente de Saúde	29.02.2012
09	1178	Josi Hoffmann	Agente de Saúde	29.02.2012
10	1335	Loreni de O. Scheidt	Agente de Saúde	29.02.2012
11	1180	Lucilene Bauer Clasen	Agente de Saúde	29.02.2012
12	1190	Marcelly S. Beppler	Agente de Saúde	29.02.2012
13	1270	Marizete Ap. L. de Souza	Agente de Saúde	29.02.2012
14	1436	Micheli C. M. Hoffmann	Professor Nível II	29.02.2012
15	1187	Vanderleia Muller	Agente de Saúde	29.02.2012
16	1391	Viviane do N. Lopes	Agente de Saúde	29.02.2012

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativo a 22/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 024/2012

Portaria n.º 024, de 08 de fevereiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere a legislação, em atenção a Lei Municipal nº 418, de 10 de Agosto de 1990:

#### RESOLVE:

Art. 1º Concede Licença Sem Vencimento, a servidora pública

municipal, a senhora Marli Terezinha Gorges de Campos, inscrita sob a matrícula nº 935, ocupante do cargo em efetivo exercício de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, a partir de 08 de fevereiro de 2012, conforme Protocolo nº 2597/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal 08 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado em 08.02.2012.

### Portaria Nº 025/2012

Portaria n.º 025, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professor de Educação Física e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor Cleyton José França, portador do CPF nº 077.784.119-38 e RG nº 5.009.593, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011 para o cargo em caráter temporário de Professor Leigo Educação Física, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho Para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 005, de 02 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 02/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 026/2012

Portaria n.º 026, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professora Nível II e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei



nº 461, de 30 de novembro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora Marisete Maria de Souza Marian, portadora do CPF nº 867.993.049-00 e RG nº 2.255.084, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professor Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 006, de 02 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 02/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 027/2012**

Portaria n.º 027, de 16 de fevereiro de 2012.

“Contrata Professora Nível II e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CLAUDIA BECKER DA CUNHA, portadora do CPF nº 044.184.409-09 e RG nº 4.236.839, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível II (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 007, de 03 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 03/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 028/2012**

Portaria n.º 028, de 16 de fevereiro de 2012.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ELAINE FLAVIA MARIAN, portadora do CPF nº 038.505.309-65 e RG nº 4.011.803, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 008, de 03 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 03/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 029/2012**

Portaria n.º 029, de 16 de fevereiro de 2012.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARLENE KREUSCH, portadora do CPF nº 069.284.369-80 e RG nº 4.725.181, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 009, de 03 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 03/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal



Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 030/2012

Portaria n.º 030, de 16 de fevereiro de 2012.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARLITA SCHAFER, portadora do CPF nº 069.678.699-06 e RG nº 5.748.066, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 010, de 03 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 03/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 031/2012

Portaria n.º 031, de 16 de fevereiro de 2012.

“Contrata Professora Nível II e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MICHELI CARLA MARIAN HOFFMANN, portadora do CPF nº 043.275.809-70 e RG nº 5.748.396, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 011, de 03 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 03/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 032/2012

Portaria n.º 032, de 16 de fevereiro de 2012.

“Contrata Professor de Educação Física e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor VINICIUS GUCHERT, portador do CPF nº 053.636.939-92 e RG nº 4.317.739, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professor (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho Para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 012, de 03 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 03/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº 033/2012

Portaria n.º 033, de 16 de fevereiro de 2012.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita, FRANCIELE SEZERINO, portadora do CPF nº 066.779.749-10 e RG nº 5.071.386-8, aprovada no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora, (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de



Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 013, de 07 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 07/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 034/2012

Portaria n.º 034, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor IRIVALDO JESUS KNIS, portador do CPF nº 020.536.149-86 e RG nº 2.259.891-0, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011 para o cargo em caráter temporário de Professor Nível II, (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho Para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 014, de 07 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 07/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 035/2012

Portaria n.º 035, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARIA ALBERTINA HOFFMANN, portadora do CPF nº 221.570.429-20 e RG nº 552.085, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 015, de 07 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 07/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 036/2012

Portaria n.º 036, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita, RAQUEL HILLESHEIN, portadora do CPF nº 088.403.119-55 e RG nº 6.050.245, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 016, de 07 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 07/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 037/2012

Portaria n.º 037, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"



TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora SUELI DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 494.931.838-04 e RG nº 1.606.850, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível I, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 017, de 08 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 08/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 038/2012**

Portaria n.º 038, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Coordenadora do CRAS e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005 e Lei Municipal nº 830 de 18 de outubro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ROSIMERI SCHMITT SCHEIDT, portadora do CPF nº 825.094.419-49 e RG nº 2.26.48, aprovado no Processo Seletivo nº 010, de 06 de dezembro 2011, homologado em 26 de janeiro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 018, de 09 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 09/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 039/2012**

Portaria n.º 039, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005 e a Lei Municipal nº 810 de 29 de junho de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita MARLIZE APARECIDA MOTTA, portadora do CPF nº 009.817.079-12 e RG nº 4.932.622-8, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora (Inglês), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 019, de 10 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 10/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 040/2012**

Portaria n.º 040, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005 e a Lei Municipal nº 810 de 29 de junho de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora RUBIA REGINA KREUSCH, portadora do CPF nº 987.585.439-53 e RG nº 2.255.512-9, aprovado no Processo Seletivo nº 008, de 21 de setembro 2011, homologado em 23 de novembro de 2011, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 020, de 14 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 14/02/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.



TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 041/2012

Portaria n.º 041, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Contrata Motorista e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor MARCIO CONACO, portador do CPF nº 027.689.969-55 e RG nº 4.236.158-8, para o cargo em caráter temporário de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 021, de 16 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 042/2012

Portaria n.º 042, de 16 de fevereiro de 2012.  
"Nomeia Assessor de Assuntos Administrativos e da outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, VORLI JOSÉ GUCHERT, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.379.444, CPF nº 518.088.039-49, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Assessor de Assuntos Administrativo, a partir de 16 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

Publicado em 16.02.2012.

### Portaria Nº 043/2012

Portaria n.º 043, de 24 de fevereiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal Complementar nº 136/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão por Cursos de Especialização e Nova Habilitação, aos professores (as), da rede Municipal de Ensino do Município de Leoberto Leal/SC, conforme segue na tabela abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor (a)	Protocolo Nº	Nível Atual
01	1118	Adreleene Ap. K. de Souza	2622/2012	Professora Nível III
02	1116	Azeneide Aparecida Elias	2624/2012	Professora Nível III
03	0991	Elizete Schappo	2627/2012	Professora Nível III
04	0336	Rosemary da S. Franzen	2548/2011	Prof. Nível I - D
05	0165	Izolete M. H. de Souza	2406/2011	Prof. Nível III - C
06	1037	Izolete M. H. de Souza	2406/2011	Prof. Nível III - B
07	1115	Eliziana Estevão Alves	2623/2012	Prof. Nível III - A

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 24 de fevereiro de 2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 044/2012

Portaria n.º 044, de 24 de fevereiro de 2012.  
"Concede Adicional de Pós - Graduação e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal DJONATAN CESAR CORRÊA, inscrito sob a matrícula nº 1301, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Enfermeiro, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Adicional de Pós - Graduação, ao patamar de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar



nº 269, de 27 de Junho de 2002, e Processo Administrativo nº 2542/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 01/01/2012, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 24 de fevereiro de 2012.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria Nº 045/2012

Portaria n.º 045, de 28 de fevereiro de 2012.

“Concede Adicional de Graduação de Nível Superior e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora pública municipal MAYARA CARLA GUCHERT, inscrita sob a matrícula nº 1254, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Recepcionista, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ao patamar de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002, e Processo Administrativo nº 2414/2011.  
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 28/10/2011, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 28 de fevereiro de 2012.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Luzerna**

**PREFEITURA**

### Decreto 1463

DECRETO Nº 1463 de 12 de março de 2012.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2012”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na Fonte 70 - Gestão do SUS, criando a Modalidade de Aplicação e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2012, atribuído à atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos - 0.3.70 - Gestão do SUS R\$ 10.000,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

### Extrato Pregão fms.014.2012 - MAT. ENFERMAGEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EDITAL

Pregão Presencial nº 014/2012

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição de material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna  
REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 03 de abril de 2012.  
ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h15min do dia 03 de abril de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

### Extrato de Contrato Nº: pml.008.12

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.008.12

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 70/2010 do FNDE/MEC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: L & Z ELETRICIDADE E ILUMINAÇÃO LTDA

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais e eletrônicos, referente às atividades de Cineclube, bem como, serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem de material para o atendimento da Escola Municipal São Francisco que fez adesão ao Programa Mais Educação, sob gestão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, de acordo com a legislação específica vigente, conforme normas estabelecidas pelo FNDE, e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Edital  
VALOR: R\$ 488,99 (quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos).

VIGÊNCIA: até 31.12.2012, a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
12.361.0031.2030	00 - 010760	44.90.52.33	488,99



Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

GUSTAVO LEVI DE OLIVEIRA FERREIRA  
L & Z ELETRICIDADE E ILUMINAÇÃO LTDA  
CONTRATADA

#### Extrato de Contrato Nº: pml.009.12

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.009.12  
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 70/2010 do FNDE/MEC  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: PROCOMP AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA

OBJETO: aquisição de solução integrada interativa de projeção, denominadas Projetor ProInfo, para o atendimento da rede pública de ensino do Município de Luzerna autorizada a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação, conforme normas estabelecidas pelo FNDE, e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital VALOR: R\$ 16.159,00 (dezesesseis mil cento e cinquenta e nove reais).

VIGÊNCIA: até 31.12.2012, a partir da data de sua assinatura.  
DOTAÇÃO:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
12.361.0031.2030	00 - 010760	44.90.52.33	R\$ 16.159,00

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ANTONIO GALVÃO CARDOSO CINTRA  
PROCOMP AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA CONTRATADA

#### Extrato de Contrato Nº: pml.010.12

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.010.12  
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 70/2010 do FNDE/MEC  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: HAYAMAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais e eletrônicos de áudio referente às atividades de Rádio Escolar, bem como, serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem de material para o atendimento da Escola Municipal São Francisco, conforme normas estabelecidas pelo FNDE, e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

VALOR: R\$ 16.419,65 (dezesesseis mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: até 31.12.2012, a partir da data de sua assinatura.  
DOTAÇÃO:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
12.361.0031.2030	00 - 010760	44.90.52.26	R\$ 16.419,65

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

FRANCISCO ASSIS VENANCIO DA SILVA  
HAYAMAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA  
CONTRATADA

#### Extrato de Contrato Nº: pml.011.12

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.011.12  
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 70/2010 do FNDE/MEC  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: BRINK MÓBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais referente às atividades de Banda Fanfarra, bem como, serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem de material para o atendimento da Escola Municipal São Francisco, conforme normas estabelecidas pelo FNDE, e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

VALOR: R\$ 12.220,80 (doze mil, duzentos e vinte reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: até 31.12.2012, a partir da data de sua assinatura.  
DOTAÇÃO:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
12.361.0031.2030	00 - 010760	44.90.52.26	R\$ 12.220,80

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

VALDEMAR ABILA  
BRINK MÓBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA CONTRATADA

#### Extrato de Contrato Nº: pml.012.12

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.012.12  
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 70/2010 do FNDE/MEC  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA

OBJETO: aquisição de mobiliário escolar da educação básica de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Edital e seus Anexos.

VALOR: R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: até 31.12.2012, a partir da data de sua assinatura.  
DOTAÇÃO:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
12.361.0031.2030	010760	44.90.52.42	R\$ 33.900,00

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SÉRGIO LUIZ OURIQUES  
INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA  
CONTRATADA



**Extrato de Contrato Nº: pml.013.12**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.013.12

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 70/2010 do FNDE/MEC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: COPERSON ÁUDIO E VÍDEO LTDA EPP

OBJETO: aquisição de instrumentos musicais referente às atividades de Hip Hop, bem como, serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem de material para o atendimento da Escola Municipal São Francisco, conforme normas estabelecidas pelo FNDE, e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

VALOR: R\$ 22.345,00 (vinte e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: até 31.12.2012, a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
12.361.0031.2030	00 - 010760	44.90.52.33	R\$ 22.345,00

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EDSON MUNDIM FILHO

COPERSON ÁUDIO E VÍDEO LTDA EPP

CONTRATADA

**Maracajá**

**PREFEITURA**

**Extrato do Contrato 23\_2012**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 23/2012

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: JC Suprimentos Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para a Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Educação, PETI e Parque Ecológico, do município de Maracajá, para o ano de 2012.

Valor: R\$ 55.203,38 (cinquenta e cinco mil, duzentos e três reais e trinta e oito centavos) global estimado.

Vigência: 22/02/2012 a 31/12/2012

**Extrato do Contrato 19\_2012 FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 19/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Maracajá

Contratado: André Luiz Laitano

Objeto: Elaboração de projeto arquitetônico e memorial descritivo para reforma e adequação do CEMASAS, localizado na Rua João Carradore, 450 - no centro do município de Maracajá, com área de 782,00m² (setecentos e oitenta e dois metros quadrados).

Valor: R\$ 7.820,00 (sete mil, oitocentos e vinte reais).

Vigência: 27/02/2012 a 31/05/2012

**Extrato do Contrato 20\_2012 FMS**

Termo de Contrato nº 20/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Maracajá

Contratado: Fabiano Martins de Farias

Objeto: Elaboração dos projetos: hidrossanitário, elétrico e comunicação e preventivo de incêndio e memorial descritivo para reforma e adequação do CEMASAS, localizado na Rua João Carradore, 450 - no centro do município de Maracajá, com área de 782,00m² (setecentos e oitenta e dois metros quadrados)

Valor: R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais).

Vigência: 27/02/2012 a 31/05/2012

**Extrato do Contrato 22\_2012**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 22/2012

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Charles de Souza ME

Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para a Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Educação, PETI e Parque Ecológico, do município de Maracajá, para o ano de 2012.

Valor: R\$ 20.545,95 (vinte mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) global estimado.

Vigência: 22/02/2012 a 31/12/2012

**Extrato do Contrato 24\_2012**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 24/2012

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Acordi Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de fraldas geriátricas para distribuição as pessoas carentes do município para o ano de 2012.

Valor: R\$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais) global estimado.

Vigência: 29/02/2012 a 31/12/2012

**Extrato do Contrato 25\_2012**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 25/2012

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Farmacia e Drogeria Farmarine Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de fraldas geriátricas para distribuição as pessoas carentes do município para o ano de 2012.

Valor: R\$ 16.233,20 (dezesseis mil, duzentos e trinta e três reais e vinte centavos) global estimado.

Vigência: 29/02/2012 a 31/12/2012



# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 2419 de 08 de Março de 2012

DECRETO Nº. 2419 DE 08 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 30100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação  
R\$ 140.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE MARÇO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

### Decreto Nº. 2420 de 08 de Março de 2012

DECRETO Nº. 2420 DE 08 DE MARÇO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0042.2012 - Manutenção dos Serviços de Tesouraria

0304 - 33900000 - Aplicações Diretas

0304 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE MARÇO DE 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria N.º 097/2012

PORTARIA n.º 097/2012

TRATA DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, RESOLVE:

ENQUADRAR

Art. 1º Os servidores públicos abaixo relacionados, considerando o Término do Estágio Probatório e a conseqüente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Cleimar Mota	Auxiliar de Serviços Gerais	40	12/10/2008	4 D
Geovani Scarabelott Hubbe	Motorista	40	02/03/2009	4 C
Jaqueline Martins Walnier	Agente Administrativa	40	05/03/2009	1 C
Joelcio Fernandes	Motorista	40	18/02/2009	4 C
Rosinéia da Silva Tomazi	Auxiliar de Serviços Gerais	40	25/06/2008	4 D
Solange Teresinha de Figueiredo Januário	Auxiliar de Serviços Gerais	40	17/11/2007	4 E
Volnei Antunes Cardoso	Operador de Equipamentos	40	09/02/2009	1 C

Meleiro, 06 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria N.º 105/2012

PORTARIA n.º 105/2012

TRATA DA VANTAGEM POR NOVA HABILITAÇÃO À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas



atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Parágrafo 1º do Artigo 26, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, RESOLVE:  
ENQUADRAR

Art. 1º A servidora pública relacionada abaixo, por obtenção de Nova Habilitação em formação de Ensino Médio, conforme Parágrafo 1º do Artigo 26 e Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NIVEL/ REFERÊNCIA
Lucemar Coral de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	40	09/08/2005	4 G

Meleiro, 12 de Março de 2012.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### Portaria N.º 106/2012

PORTARIA n.º 106/2012

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 079/2012, de 17 de Fevereiro de 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Parágrafo 3º do Artigo 26, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria 079/2012, de 17 de Fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 23 de Fevereiro de 2012, edição 935, pg 105, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ENQUADRAR

“Art. 1º Os servidores que relacionam abaixo, por obtenção de Nova Habilitação em formação de Pós-Graduação, nível de especialização, conforme Parágrafo 3º do Artigo 26 e Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/02/2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NIVEL/ REFERÊNCIA
João André Azevedo dos Santos	Odontólogo	20	01/08/2002	4 J
Silvio Rogério Caldas	Médico	10	01/01/1995	5 E

Meleiro, 12 de Março de 2012.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2012

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 27/03/2012, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2012, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110.

Meleiro, 13 de março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

### Aditivo N.º 002/2012 - Contrato N.º. 011/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 002/2012 (READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS).

Contrato n.º. 011/2011

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LOCADOR: SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE MELEIRO

Objeto: Compõe o objeto do presente Aditivo de Contrato a Locação de um imóvel situado a Rua José nº. 311, Bairro Jardim Itália, na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento do FORUM DA COMARCA DE MELEIRO.

Valor: 1.044,00 (um mil e quarenta e quatro reais)

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

### Aditivo N.º 002/2012 - Contrato N.º. 026/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 002/2012 (READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS).

Contrato n.º. 026/2011

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LOCADOR: IVO PIAZZA

Objeto: Locação de imóvel a ser destinado a implantação de Indústria para uso da empresa Sandra Regina Pereira Solonyinka - EPP (no ramo de confecção e facção de peças de vestuário), conforme Lei Municipal nº. 1461/2010.

Valor: R\$ 840,00

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

### Aditivo N.º 003/2012 - Contrato N.º. 001/2010

Estado de Santa Catarina

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE

Aditivo n.º 003/2012 (READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS).

Contrato n.º. 001/2010

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LOCADOR: EZIO PELEGRINI

Objeto: Compõem o objeto do presente termo aditivo de Contrato



a Locação de uma sala comercial situado na rua sete de setembro nº. 193, na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento da SEDE DA SAMAE.

Valor: R\$ 432,00

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

#### **Aditivo N.º 004/2012 - Contrato N.º. 026/2010**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 004/2012 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO).  
Contrato n.º. 026/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: Compõem o objeto do presente aditivo de Contrato tem por objeto a construção de uma Unidade Básica de Saúde, na Rua Prefeito Luiz Canela no bairro centro, tudo de conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo.

Vigência: Início: 01/03/2012 Término: 30/05/2012

Data da assinatura: 27 de fevereiro de 2012.

#### **Aditivo N.º 004/2012 - Contrato N.º. 001/2009**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 004/2012 (READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS).

Contrato n.º. 001/2009

LOCATÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

LOCADOR: ENEDIR MANFREDINI

Objeto: Compõe o objeto do presente Aditivo de Contrato a Locação do imóvel situado á Rua Sete de Setembro nº. 283, salas 01 e 02, na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento da Biblioteca Pública Municipal Cruz e Souza.

Valor: R\$ 1.212,00

Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato N.º. 025/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 025/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

Valor: R\$120.107,82

Vigência: Início: 14/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 14 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato N.º. 026/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 026/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

Valor: R\$ 101.780,55

Vigência: Início: 15/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 15 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato N.º. 027/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 027/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIL PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO.

Valor: R\$ 25.462,40

Vigência: Início: 17/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 17 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato N.º. 028/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 028/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: MEDROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIL PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO.

Valor: R\$ 4.440,00

Vigência: Início: 17/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 17 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato N.º. 029/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 029/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL PARA MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL DO MUNICIPIO.

Valor: R\$ 27.660,00

Vigência: Início: 22/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 22 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato N.º. 035/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 035/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO



Contratado: OEDING CONTABILIDADE LTDA  
Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Assessoria técnica especializada nas áreas contábil, administrativo, financeiro e controle interno da Prefeitura Municipal durante o exercício financeiro de 2012.

Valor: R\$ 44.480,00

Vigência: Início: 06/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 036/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 036/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: SANTECH SANEAMENTO & TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar a Destinação final de até 500 toneladas dos resíduos sólidos domiciliares e comercial urbano produzidos no município de Meleiro, até 31 de dezembro de 2012.

Valor: R\$ 37.500,00

Vigência: Início: 09/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 09 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 037/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 037/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: CONSTANTINO COPIADORAS E INFORMATICA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS LASER E MULTIFUNCIONAIS Nº. HP 85A, HP 12A, HP 35A, HP 36A, HP 1100, HP 2600, SANSUNG 4521, SANSUNG 5530, BROTHER 580, XC 830, PHASER 3117, LEX E-120, PARA MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 14.825,00

Vigência: Início: 14/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 14 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 038/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 038/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Valor: R\$ 68.840,00

Vigência: Início: 16/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 16 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 039/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 039/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL EM RUAS DO MUNICÍPIO (RUA MADRE BERTILA MORO, RUA MARIANO FONTANELA, RUA LUIZA NAPOLI CANELA E ROTULA INTERSECÇÃO AVENIDA ANTONIO WALMOR CANELA/RUA LUIZA NAPOLI CANELA), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO.

Valor: R\$ 118.584,50

Vigência: Início: 23/02/2012 Término: 22/03/2012.

Data da assinatura: 23 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 040/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 040/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS E SUPRIMENTOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL (ONIBUS E CAMINHÕES).

Valor: R\$ 70.780,00

Vigência: Início: 23/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 23 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 041/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 041/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO EM RUAS COM LAJOTA SEXTAVADA E PARALELÍPEDOS (PEDRA IRREGULAR) EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 29.400,00

Vigência: Início: 23/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 23 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 042/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 042/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 53.749,50

Vigência: Início: 24/02/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 24 de fevereiro de 2012.

#### **Extrato Contratual - Contrato Nº. 043/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 043/2012



Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: LOJAS ADELINO LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT Q/F DE 12.000 BTUS PARA COLOCAÇÃO NA CRECHE MUNICIPAL ESCADINHA DO TEMPO E NA ESCOLA MUNICIPAL INES TONELI NAPOLI.  
Valor: R\$ 16.068,00  
Vigência: Início: 24/02/2012 Término: 30/06/2012.  
Data da assinatura: 24 de fevereiro de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 044/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 044/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PONTE DE DRENOS DE CONCRETO ARMADO NO RIO MANOEL ALVES LOCALIDADE DA BOCA DO PIQUE/MELEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO SINTETICO EM ANEXO.  
Valor: R\$ 148.900,00  
Vigência: Início: 24/02/2012 Término: 24/05/2012.  
Data da assinatura: 24 de fevereiro de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 045/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 045/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ASFALTECPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, COM SACAS DE 25 KG, PARA REPAROS EM RUAS DO MUNICIPIO.  
Valor: R\$ 13.600,00  
Vigência: Início: 27/02/2012 Término: 31/12/2012.  
Data da assinatura: 27 de fevereiro de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 046/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 046/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM CRISTOFOLINI LTDA ME  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM DE TRATOR DE ESTERA PARA ATENDIMENTO A EMPREENDIMENTOS RURAIS CONFORME LEI MUNICIPAL Nº. 1465/2010 E MELHORIAS DA MALHA VIARIA DO MUNICIPIO (RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS).  
Valor: R\$ 37.400,00  
Vigência: Início: 01/03/2012 Término: 31/12/2012.  
Data da assinatura: 01 de março de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 047/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 047/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: BRITAGEM BOSA LTDA  
Objeto: Aquisição de pó de brita, pedrisco (brita 0), Base Brita Graduada Misturada e Pedra Peneirada 3", para uso no revestimento e manutenção de estradas, ruas e pátios do município.  
Valor: R\$ 86.100,00  
Vigência: Início: 12/03/2012 Término: 31/12/2012.  
Data da assinatura: 12 de março de 2012.



**Balanço ORÇAMENTÁRIO 1BIM. 2012**

Município de MELEIRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>2.718.133,85</b>	<b>14,05</b>	<b>2.718.133,85</b>	<b>14,05</b>	<b>16.621.866,15</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.086.000,00</b>	<b>18.086.000,00</b>	<b>2.324.792,84</b>	<b>12,85</b>	<b>2.324.792,84</b>	<b>12,85</b>	<b>15.761.207,16</b>
RECEITA TRIBUTARIA	1.335.000,00	1.335.000,00	118.559,01	8,88	118.559,01	8,88	1.216.440,99
IMPOSTOS	895.000,00	895.000,00	86.943,75	9,71	86.943,75	9,71	808.056,25
TAXAS	390.000,00	390.000,00	31.615,26	8,11	31.615,26	8,11	358.384,74
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	130.000,00	130.000,00	20.938,45	16,11	20.938,45	16,11	109.061,55
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	130.000,00	130.000,00	20.938,45	16,11	20.938,45	16,11	109.061,55
RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00	180.000,00	14.963,93	8,31	14.963,93	8,31	165.036,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	180.000,00	180.000,00	14.963,93	8,31	14.963,93	8,31	165.036,07
RECEITA DE SERVIÇOS	690.500,00	690.500,00	82.029,57	11,88	82.029,57	11,88	608.470,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.438.000,00	15.438.000,00	2.079.117,37	13,47	2.079.117,37	13,47	13.358.882,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.132.000,00	15.132.000,00	2.079.117,37	13,74	2.079.117,37	13,74	13.052.882,63
Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Transf. de Conv.	298.000,00	298.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	298.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	312.500,00	312.500,00	9.184,51	2,94	9.184,51	2,94	303.315,49
Multas e Juros de Mora	117.500,00	117.500,00	3.937,93	3,35	3.937,93	3,35	113.562,07
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	390,00	1,30	390,00	1,30	29.610,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	110.400,00	110.400,00	4.856,58	4,40	4.856,58	4,40	105.543,42
RECEITAS DIVERSAS	54.600,00	54.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.600,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.254.000,00</b>	<b>1.254.000,00</b>	<b>393.341,01</b>	<b>31,37</b>	<b>393.341,01</b>	<b>31,37</b>	<b>860.658,99</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.020.000,00	1.020.000,00	393.341,01	38,56	393.341,01	38,56	626.658,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.020.000,00	1.020.000,00	393.341,01	38,56	393.341,01	38,56	626.658,99
ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	209.000,00	209.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	209.000,00	209.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.000,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>2.718.133,85</b>	<b>14,05</b>	<b>2.718.133,85</b>	<b>14,05</b>	<b>16.621.866,15</b>

Continua 1/3



Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>2.718.133,85</b>	<b>14,05</b>	<b>2.718.133,85</b>	<b>14,05</b>	<b>16.621.866,15</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.340.000,00	19.340.000,00	2.718.133,85	14,05	2.718.133,85	14,05	16.621.866,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	751.025,10	—	—	164.703,84	—	—
Superávit Financeiro	—	751.025,10	—	—	164.703,84	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>2.096.302,33</b>	<b>21.436.302,33</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>12,33</b>	<b>18.794.159,03</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.355.000,00</b>	<b>385.839,47</b>	<b>16.740.839,47</b>	<b>5.305.746,30</b>	<b>5.305.746,30</b>	<b>1.939.977,54</b>	<b>1.939.977,54</b>	<b>11,59</b>	<b>14.800.861,93</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.465.500,00	60.360,75	8.525.860,75	1.207.064,85	1.207.064,85	1.188.272,85	1.188.272,85	13,94	7.337.587,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	117.875,34	117.875,34	18.002,74	18.002,74	12,00	131.997,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.739.500,00	325.478,72	8.064.978,72	3.980.806,11	3.980.806,11	733.701,95	733.701,95	9,10	7.331.276,77
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.975.000,00</b>	<b>1.710.462,86</b>	<b>4.685.462,86</b>	<b>2.649.940,91</b>	<b>2.649.940,91</b>	<b>702.165,76</b>	<b>702.165,76</b>	<b>14,99</b>	<b>3.983.297,10</b>
INVESTIMENTOS	2.475.000,00	1.710.462,86	4.185.462,86	2.248.579,85	2.248.579,85	651.814,23	651.814,23	15,57	3.533.648,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	401.361,06	401.361,06	50.351,53	50.351,53	10,07	449.648,47
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>2.096.302,33</b>	<b>21.436.302,33</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>12,33</b>	<b>18.794.159,03</b>

Continua 2/3



Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>2.096.302,33</b>	<b>21.436.302,33</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>12,33</b>	<b>18.794.159,03</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	75.990,55	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>2.096.302,33</b>	<b>21.436.302,33</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>2.718.133,85</b>	<b>12,33</b>	<b>18.794.159,03</b>

FONTE:



**DEMONSTRATIVO da Execução DAS Despesas POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	19.340.000,00	21.436.302,33	7.955.687,21	7.955.687,21	2.642.143,30	2.642.143,30	100,00	12,33	18.794.159,03
Legislativa	650.000,00	650.000,00	84.751,08	84.751,08	73.568,63	73.568,63	2,78	11,32	576.431,37
Ação Legislativa	650.000,00	650.000,00	84.751,08	84.751,08	73.568,63	73.568,63	2,78	11,32	576.431,37
ADMINISTRACAO	1.800.000,00	1.800.000,00	642.824,86	642.824,86	329.008,21	329.008,21	12,45	18,28	1.470.991,79
ADMINISTRACAO GERAL	1.800.000,00	1.800.000,00	642.824,86	642.824,86	329.008,21	329.008,21	12,45	18,28	1.470.991,79
ASSISTENCIA SOCIAL	846.000,00	904.237,44	242.537,70	242.537,70	55.487,82	55.487,82	2,10	6,14	848.749,62
Assistência ao Idoso	98.000,00	98.000,00	15.170,39	15.170,39	2.227,42	2.227,42	0,08	2,27	95.772,58
Assistência ao Portador de Deficiência	18.000,00	18.000,00	7.904,00	7.904,00	608,00	608,00	0,02	3,38	17.392,00
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENT	228.500,00	233.526,34	54.194,73	54.194,73	10.967,74	10.967,74	0,42	4,70	222.558,60
Assistência Comunitária	501.500,00	554.711,10	165.268,58	165.268,58	41.684,66	41.684,66	1,58	7,51	513.026,44
SAUDE	3.650.000,00	3.855.367,57	1.525.475,69	1.525.475,69	500.443,77	500.443,77	18,94	12,98	3.354.923,80
ATENCAO BASICA	3.521.000,00	3.726.367,57	1.512.551,21	1.512.551,21	491.890,56	491.890,56	18,62	13,20	3.234.477,01
Vigilância Sanitária	91.500,00	91.500,00	12.924,48	12.924,48	8.553,21	8.553,21	0,32	9,35	82.946,79
Vigilância Epidemiológica	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
EDUCACAO	5.288.000,00	5.401.665,52	1.478.112,72	1.478.112,72	573.112,70	573.112,70	21,69	10,61	4.828.552,82
ALIMENTACAO E NUTRICAO	265.000,00	265.000,00	141.234,50	141.234,50	10.352,75	10.352,75	0,39	3,91	254.647,25
ENSINO FUNDAMENTAL	3.539.000,00	3.652.665,52	1.026.599,58	1.026.599,58	404.643,48	404.643,48	15,31	11,08	3.248.022,04
ENSINO SUPERIOR	103.000,00	103.000,00	25.394,00	25.394,00	3.233,47	3.233,47	0,12	3,14	99.766,53
EDUCACAO INFANTIL	1.292.000,00	1.292.000,00	242.063,38	242.063,38	146.261,74	146.261,74	5,54	11,32	1.145.738,26
Educação de Jovens e Adultos	39.000,00	39.000,00	4.821,26	4.821,26	4.821,26	4.821,26	0,18	12,36	34.178,74
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	38.000,00	38.000,00	3.800,00	3.800,00	0,14	7,60	46.200,00
CULTURA	355.000,00	355.000,00	30.176,91	30.176,91	17.170,25	17.170,25	0,65	4,84	337.829,75
DIFUSAO CULTURAL	355.000,00	355.000,00	30.176,91	30.176,91	17.170,25	17.170,25	0,65	4,84	337.829,75
URBANISMO	3.800.000,00	4.686.242,23	2.738.796,26	2.738.796,26	830.414,97	830.414,97	31,43	17,72	3.855.827,26
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.294.000,00	1.960.242,23	1.588.386,83	1.588.386,83	480.996,59	480.996,59	18,20	24,54	1.479.245,64
SERVICOS URBANOS	2.506.000,00	2.726.000,00	1.150.409,43	1.150.409,43	349.418,38	349.418,38	13,22	12,82	2.376.581,62
HABITACAO	69.000,00	478.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.035,00
HABITACAO URBANA	69.000,00	478.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.035,00
Saneamento	845.000,00	1.168.754,57	532.379,00	532.379,00	99.084,23	99.084,23	3,75	8,48	1.069.670,34
Saneamento Básico Rural	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Saneamento Básico Urbano	828.000,00	1.151.754,57	532.379,00	532.379,00	99.084,23	99.084,23	3,75	8,60	1.052.670,34

Continua 1/2



Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	19.340.000,00	21.436.302,33	7.955.687,21	7.955.687,21	2.642.143,30	2.642.143,30	100,00	12,33	18.794.159,03
AGRICULTURA	711.000,00	811.000,00	161.915,01	161.915,01	74.392,17	74.392,17	2,82	9,17	736.607,83
EXTENSAO RURAL	711.000,00	811.000,00	161.915,01	161.915,01	74.392,17	74.392,17	2,82	9,17	736.607,83
INDUSTRIA	45.000,00	45.000,00	15.000,00	15.000,00	2.570,00	2.570,00	0,10	5,71	42.430,00
PROMOCAO INDUSTRIAL	45.000,00	45.000,00	15.000,00	15.000,00	2.570,00	2.570,00	0,10	5,71	42.430,00
TRANSPORTE	99.000,00	99.000,00	14.050,00	14.050,00	14.050,00	14.050,00	0,53	14,19	84.950,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	99.000,00	99.000,00	14.050,00	14.050,00	14.050,00	14.050,00	0,53	14,19	84.950,00
Desporto e Lazer	332.000,00	332.000,00	33.291,02	33.291,02	16.564,88	16.564,88	0,63	4,99	315.435,12
DESPORTO COMUNITARIO	332.000,00	332.000,00	33.291,02	33.291,02	16.564,88	16.564,88	0,63	4,99	315.435,12
ENCARGOS ESPECIAIS	840.000,00	840.000,00	456.376,96	456.376,96	56.275,67	56.275,67	2,13	6,70	783.724,33
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	840.000,00	840.000,00	456.376,96	456.376,96	56.275,67	56.275,67	2,13	6,70	783.724,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>19.340.000,00</b>	<b>21.436.302,33</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>7.955.687,21</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>2.642.143,30</b>	<b>100,00</b>	<b>12,33</b>	<b>18.794.159,03</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



## Notificação NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Janeiro de 2012 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
01.2012	Federal	Fundo Especial do Petróleo - PEP	6.034,18
01.2012	Federal	DNPM - CEFEM	8.453,07
01.2012	Federal	SE - Salário Educação	15.559,68
01.2012	Federal	PAC - Programa de Apoio a Criança	1.000,00
01.2012	Federal	PADF - Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
01.2012	Federal	PBF - Programa Bolsa Família	1.375,00
01.2012	Federal	PAB - Fixo - Programa Atenção Básica	12.250,00
01.2012	Federal	PSF - Programa Saúde da Família	20.100,00
01.2012	Federal	PACS - (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	13.500,00
01.2012	Federal	SAMU - Serviço Atendimento Móvel	12.500,00
01.2012	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	2.100,00
01.2012	Federal	OTS - Outras Transferências Fundo a Fundo	270,48
01.2012	Estadual	CIDE - Contribuição Intervenção Econômica	6.022,56
01.2012	Estadual	OT (Outras Transferências)	5.950,00

Total 105.722,97

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

## Notificação NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Fevereiro de 2012 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
02.2012	Federal	Fundo Especial do Petróleo - PEP	6.460,19
02.2012	Federal	DNPM - CEFEM	7.903,58
02.2012	Federal	SE - Salário Educação	27.945,50
02.2012	Federal	API - Programa Apoio ao Idoso	1.000,00
02.2012	Federal	PADF - Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
02.2012	Federal	OT - Outras Transferências FNAS	1.650,31
02.2012	Federal	PAB - Fixo - Programa Atenção Básica	12.250,00
02.2012	Federal	PACS - (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	13.500,00

02.2012	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	25.000,00
01.2012	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	5.251,50

Total 101.569,08

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### Errata da Lei 1429

ERRATA

Município de Morro da Fumaça

LEI N. 1429/2010

No art. 1º da Lei 1429, de 08 de Dezembro de 2010, onde se lê:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, o imóvel de matrícula n. 6.697, com área de 572,81 m² (quinhentos e setenta e dois vírgula oitenta e um metros quadrados).

Lê-se:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, o imóvel de matrícula n. 6.697, com área de 607,50 m² (seiscentos e sete vírgula cinquenta metros quadrados).

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### Lei Nº 1499/2012

LEI Nº 1499/2012

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, DO EXERCÍCIO DE 2.012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir no orçamento do Município de Morro da Fumaça, crédito suplementar no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão 07: Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

07.01 Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Projeto 1.014: Pavimentação, Abertura de Ruas, Drenagem Pluvial, Calçadas

Modalidade de Aplicação: 07.01.26.782.0010.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor Crédito: R\$ 300.000,00

Modalidade de Aplicação: 07.01.15.451.0010.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

07.01 Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

07.01.15.452.0010.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$100.000,00

07.01.26.782.0010.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$200.000,00

07.01.26.122.0010.1.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 08 de Março de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 018/2012

DECRETO nº 018/2012, de 06 de Março de 2012.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, DO EXERCÍCIO DE 2.012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei 1499/2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07: Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

07.01 Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Projeto 1.014: Pavimentação, Abertura de Ruas, Drenagem Pluvial, Calçadas

Modalidade de Aplicação: 07.01.26.782.0010.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor Crédito: R\$ 300.000,00

Modalidade de Aplicação: 07.01.15.451.0010.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

07.01 Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

07.01.15.452.0010.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$100.000,00

07.01.26.782.0010.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$200.000,00

07.01.26.122.0010.1.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de Março de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças



**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:****BALTAZAR DE ROCHE**

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## Navegantes

**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 22/2012PMN**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO À AQUISIÇÃO DE PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS PARA SER INSTALADA NO CAMINHÃO GMC PLACA MBR 7832, QUE PERTENCE A FROTA MUNICIPAL. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 28/03/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 28/03/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 13 de março de 2012.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

## Paial

**PREFEITURA****Edital de Carta Convite 11/2012.**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Carta Convite, do tipo MENOR PREÇO, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Carta Convite 11/2012. Dados do Processo Licitatório:  
Processo de Licitação 23/2012 - Edital de Carta Convite 11/2012.

Objeto: A Presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de Escavadeira Hidráulica e Trator de Esteiras para recuperação de estradas vicinais e da malha rodoviária municipal. Data/hora Abertura da Licitação: 16/03/2012 às 09h00min Data/hora Limite Entrega dos Envelopes: 16/03/2012 às 08h45min. Informações complementares:  
O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 07 de março de 2012  
ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal**Pregão Presencial 08/2012**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Pregão Presencial 08/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 24/2012 - Pregão Presencial 08/2012.

**Objeto:**

Aquisição de sementes de pastagem para distribuição gratuita aos agricultores do Município.

Data e hora da Abertura: 27/03/2012 às 09horas

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 27/03/2012 as 08h45min.

**Informações complementares:**

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 12 de março de 2012.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

## Palhoça

**PREFEITURA****Lei Nº 3.620, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.620, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Dia do Cobrador do Transporte Coletivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o dia 19 de agosto como "Dia do Cobrador do Transporte Coletivo".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.621, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.621, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Institui o Dia Municipal do Profissional da Construção Civil, Mestre de Obra, Pedreiro e Servente de Pedreiro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do profissional da construção



ci-vil, mestre de obra, pedreiro e servente de pedreiro, a ser comemorado no dia 20 de outubro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.622, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.622, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Institui o Dia Municipal do Promotor de Justiça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Promotor de Justiça, a ser comemorado no dia 20 de julho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.623, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.623, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Institui o Dia Municipal do Pescador e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Pescador, a ser comemorado no dia 18 de novembro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.624, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.624, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Institui o Dia Municipal do Motoboy e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Motoboy, a ser comemorado no dia 15 de junho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.625, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.625, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Institui o Dia Municipal dos Motoristas de Taxi e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal dos Motoristas de Taxi, a ser comemorado no dia 20 de março de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.626, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.626, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Institui o Dia Municipal do Garçon e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Garçon, a ser comemorado no dia 10 de junho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.627, de 07 de Março de 2012.**

LEI Nº. 3.627, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

Institui o Dia Municipal dos Profissionais de Supermercados e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal dos Profissionais de Supermercados, a ser comemorado no dia 15 de setembro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Promulgada Nº 3.628, de 07 de Março de 2012.**

LEI PROMULGADA Nº. 3.628, DE 07 DE MARÇO DE 2012.

BENS PATRIMONIAIS. Autoriza a Cessão de Uso de Bens Patrimoniais, Adquiridos ou Locados pelo FUNREBOM ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, para uso exclusivo da 2ª Companhia do 10º Batalhão de Bombeiros Militar, sediada na Cidade de Palhoça.



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder, através de Cessão de Uso ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, os bens patrimoniais adquiridos ou locados pelo FUNREBOM:

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo, até a Publicação em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina do presente Termo de Cessão de Uso, arcar com os custos, os quais correrão por conta da Fonte de Recursos 111 - FUMCBM - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, Ação 8852 e dos itens orçamentários 3.3.90.30.01, 3.3.90.39.16 e 3.3.90.30.40, referentes a combustíveis e lubrificantes, da manutenção e consertos e da reposição de peças, respectivamente.

Art. 3º Caberá ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, amparado no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, inciso IV, do art. 7º da Lei Complementar nº. 284, de 28 de fevereiro de 2005, Decreto nº. 307, de 4 de junho de 2003, Art. 3º do Decreto nº. 525, de 29 de julho de 2003, Portaria nº. 1106/GAB/GEREH/SSP, de 30 de setembro de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado nº.17.259 de 14 de outubro de 2003, após a publicação em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina do presente Lei, as seguintes Obrigações:

§ 1º Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;

§ 2º Zelar pela guarda do veículo, comunicando a Prefeitura Municipal de Palhoça a ocorrência de qualquer acidente;

§ 3º Responsabilizar-se pelo licenciamento anual do veículo dos veículos adquiridos pelo FUNREBOM;

Art. 4º A Cessão de Uso de que trata esta Lei poderá por tempo indeterminado, devendo o(a) CESSIONÁRIO(A) se responsabilizar pela guarda e uso dos bens patrimoniais que forem entregues.

Parágrafo único. Enquanto durar a presente Cessão de Uso, os veículos objetos deste instrumento passarão a integrar a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

Art. 5º Em caso de rescisão da Cessão, os bens cedidos deverão retornar a posse do CEDENTE em perfeito estado de funcionamento, ressalvando-se unicamente as deteriorações provenientes de seu uso regular.

Parágrafo único. No caso dos Bens devolvidos a CEDENTE, em razão de seu elevado estado de deterioração, não apresentarem mais condições de utilização, os mesmos devem ser leiloados e os valores arrecadados, depositados na conta do FUNREBOM de Palhoça.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 07 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

## **Decreto Nº 1.371, de 08 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 1.371, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

SUPLEMENTA CRÉDIT SUPLEMENTAR AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA NO IMPORTE DE R\$ 1.135.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011, resolve

### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 800.000,00, (Oitocentos mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

11:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

11:01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto/Atividade: 2021 - Funcionamento e Manutenção Ens. Fundamental

#### **ELEMENTO:**

Red. 110 33.90.00.00.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Projeto/Atividade: 10006 - Aquis. De Equip. e Mat. Perma./Ensino Fundamental

#### **ELEMENTO:**

Red. 100 44.90.00.00.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações abaixo discriminada:

11:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

11:01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto/Atividade: 1005 - Construção. Ampl. Ref. Escolas/Ens. Fund

#### **ELEMENTO:**

Red. 94 44.90.00.00.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Projeto/Atividade: 1007 - Construção. Ampl. Ref. Escolas/Ens. Inf.

#### **ELEMENTO:**

Red. 135 44.90.00.00.00.00.00.01.0009 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 335.000,00 (Trezentos e trinta e cinco mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

11:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

11:01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto/Atividade: 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

#### **ELEMENTO:**

Red. 141 33.50.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 335.000,00

Art. 4º A suplementação que se refere o Artigo 3º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações abaixo discriminada:

11:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

11:01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto/Atividade: 7.031 - Construção. Construção Creche Jaqueira

#### **ELEMENTO:**

Red. 305 44.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 335.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº. 0309/2012.**

PORTARIA Nº. 0309/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA REGINA DE MACEDO MOREI-RA, matrícula nº. 801178, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Qua-dro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/03/2005 a 23/03/2010, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 27/02/2012 à 27/05/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0310/2012.**

PORTARIA Nº. 0310/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREA MARA HARGER LUCK-MANN, matrícula nº. 300169, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2003 a 02/05/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/03/2012 à 01/04/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0311/2012.**

PORTARIA Nº. 0311/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO ADELFA MARIA GOMES, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com 120 (cento e vinte) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, - de acordo com a Lei 073, de 17 de agosto de 2009, a contar de 01/03/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

**Portaria Nº. 0312/2012.**

PORTARIA Nº. 0312/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) MARIA AUGUSTA MARTINS, matrícula nº. 200237, titular do cargo de Assistente Administrativo, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Tributária, da Administração Direta, com efeitos a contar de 02/03/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0313/2012.**

PORTARIA Nº. 0313/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA DEFINITIVA de conformidade com o art. 90 e 91, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010 e Edital nº. 007/SMEC/2011, do (a) servidor (a) SIMONE JÚLIA GARCIA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de 30 (trinta) horas/semanais para 40 (quarenta) horas/semanais, a contar de 06/02/2012.

Palhoça, SC, em 03 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0314/2012.**

PORTARIA Nº. 0314/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDINEIA DE BORBA, matrícula nº. 190041, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta, de acordo com o Artigo 101 da Lei 991/2000, referente ao quinquênio de 09/05/2003 a 09/05/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 23/02/2012 à 23/03/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº. 0315/2012.**  
PORTARIA Nº. 0315/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARLOS FIGUEIREDO DO NASCI-MENTO, matrícula nº. 200055, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/06/2000 a 01/06/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 23/02/2012 à 23/03/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0316/2012.**  
PORTARIA Nº. 0316/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RUBIA MARA DE ANDRADE, matrícula nº. 400061, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2006 a 01/08/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/02/2012 à 01/03/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**Portaria Nº. 0317/2012.**  
PORTARIA Nº. 0317/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:  
Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Cintia G. Coelho	Pedagoga	04	02/12/11	I - Z 54-0
Elaine Maria da Silva dos Santos	Pedagoga	05	02/01/12	I - F 34
Elenita da Silva	ASG	120	20/12/11	I - F 31-4

Hélio Seemann	Artífice	90	28/01/12	I - M 75-1, II - M 75-2
Joice Maria da Silva	ASG	90	19/01/12	I - C 73
Jose Ribamar F. Freire	Artífice	06	09/01/12	I - M 25-5
Juliana do Carmo Mello	ACS	60	05/01/12	I - S 82-1, II - S 92-2
Kátia Regina G. Leite	Telefonista	02	21/12/11	I - K 52, II - F 41-9
Luana de Andrade Im Mello	ACD	06	04/01/12	I - Z 02
Luiz Laércio de Jesus	ASG	180	02/01/12	I - Z 54-0
Mac Weverton Willian Froes	Socorrista	120	10/12/11	I - S 62
Maciel João da Cunha	Monitor	120	27/12/11	I - Z 54-0
Maria Aparecida Garcia	ASG	40	10/01/12	I - F 34-9
Maria Aparecida L. Martins	ACS	90	28/12/11	I - F 32-2
Maria Gorete Machado	ASG	90	13/01/12	I - Z 54-0
Mariland Paim Santos	Professor	90	04/01/12	I - Z 54-0
Maryland Figueiredo da Silva	Auxiliar de Enfermagem	60	15/12/11	I - F 33-9
Maryland Figueiredo da Silva	Auxiliar de Enfermagem	30	15/02/12	I - F 33-9
Nelson Martins Filho	Assistente Social	90	07/01/12	I - F 32, II - G 40, III - M 55
Olides Ferreira Junior	ASG	05	09/01/12	I - M 25-5
Osni Carlos de Oliveira	Motorista	60	16/02/12	I - F 31-6
Osni Rogério de Menezes	ASG	120	23/12/11	
Osvaldo Ramos Maciel	Fiscal de Vigilância Sanitária	45	09/01/12	I - Z 54-0
Rafaela Amaral	Técnico em Enfermagem	53	12/01/12	I - O 20-0
Renata Weingartner de Macedo	ACS	04	26/12/11	I - M 54-5
Robson Lúcio Goulart	Técnico em Enfermagem	33	28/12/11	I - Z 54-0, II - Z 76-3
Sandra Lucia S. de Souza	Professor	30	04/01/12	I - F 32-1, II - M 90, III - M 81
Sandro Alberto Antunes	Farmacêutico	15	16/01/12	I - M 25-5
Tatiane Me-deiros	ACS	24	13/01/12	I - Z 54-0
Tatiani Verson Iohn	ACS	05	17/12/11	I - M 25-5
Terezinha de Brito	Agente Administrativo Auxiliar	05	16/01/12	I - I 10
Wiser Pina	Assistente Administrativo	45	11/01/12	I - M 77-3



Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0318/2012.**  
 PORTARIA Nº. 0318/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 3380/2011 do (a) servidor (a) AN-DREA DE ABREU, admitida em Caráter Temporário, em conformidade com a Lei N.º2559, de 19 de abril de 2007, no cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, pelo período de 16/12/2011 a 13/08/2012, tendo em vista a licença de gestação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS**  
 Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0319/2012.**  
 PORTARIA Nº. 0319/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Matrícula	Nome	De	Para	Período
800705	Andréia Broering turnês	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012
800717	Gianni Cristina Bunn da Rosa	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012
800748	Patrícia Santos Carlos	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012
800659	Roseli Defreyne	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012
800699	Rosimar Maria Correia	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012
190045	Tânia Mara Portella Keller	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012
800650	Valmira Rosa Martins	20	40	02/02/2012 a 15/12/2012

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS**  
 Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0320/2012.**  
 PORTARIA Nº. 0320/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA REGINA SANTOS BONALDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Realizar, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS**  
 Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0321/2012.**  
 PORTARIA Nº. 0321/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DIELA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Realizar, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 16/02/2012 à 01/04/2012, face ao impedimento da titular Maria Celina Jorge, que se encontra respondendo pela direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
**RONÉRIO HEIDERSCHIEDT**  
 Prefeito Municipal

**JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS**  
 Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0322/2012.**  
 PORTARIA Nº. 0322/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOSIANE MARIA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Realizar, do quadro de Pessoal da Secretaria de



Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0323/2012.**  
PORTARIA Nº. 0323/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ABIGAIL CRUZ AVILA MACHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vovó Maria, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Agnaldo R. S. Kirchner, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0324/2012.**  
PORTARIA Nº. 0324/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROBERTA ROSAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vovó Maria, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Sarah C. Pfleger, que se encontra respondendo pela direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0325/2012.**  
PORTARIA Nº. 0325/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSIANE ALTIVA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vovó Maria, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 14/02/2012 à 01/04/2012, face ao impedimento da titular Rosimeri da S. Scheidt, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0326/2012.**  
PORTARIA Nº. 0326/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BIANCA MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vovó Maria, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 14/02/2012 à 01/04/2012, face ao impedimento da titular Sandra S. Wagner, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0327/2012.**  
PORTARIA Nº. 0327/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUANA RUFATTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação



Infantil, no CEI Vida Melhor, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 27/02/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0328/2012.**

PORTARIA Nº. 0328/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SOLANE MÁRCIA DE JESUS ELI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vida Melhor, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Úrsula Matos Martins, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0329/2012.**

PORTARIA Nº. 0329/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IRENE ANIBALETE DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vida Melhor, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Dorian V. Andrade, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0330/2012.**

PORTARIA Nº. 0330/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSILENE ZEFIR DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Santa Marta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Áurea M. S. Lima, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0331/2012.**

PORTARIA Nº. 0331/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ADELIR CHIAPETTI COUTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Santa Marta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Carolina M. Ramos, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0332/2012.**

PORTARIA Nº. 0332/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**



CONTRATAR TATIANE LUCHTENBERG, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Santa Marta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Maria Aparecida Berreta, face ao impedimento da titular Maria Aparecida Berreta, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0333/2012.**  
PORTARIA Nº. 0333/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR ADRYNARA MATOS DE FREITAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Pro-fessor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fantil, no CEI Santa Marta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Ad-ministração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com re-gência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora ativi-dade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar pos-se.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0334/2012.**  
PORTARIA Nº. 0334/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR ANA PAULA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Santa Marta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Di-reta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o perí-odo de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0335/2012.**  
PORTARIA Nº. 0335/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR DENICE A. DE OLIVEIRA MENDES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Pro-fessor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fantil, no CEI Santa Marta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Ad-ministração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com re-gência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora ativi-dade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar pos-se.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0336/2012.**  
PORTARIA Nº. 0336/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR RAQUEL PERES DE MELLO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vida Melhor, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Adminis-tração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 14/02/2012 à 01/04/2012, face ao impedimento da titular Bianka P. B. Silva, que se encontra em Licença de Gestação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0337/2012.**  
PORTARIA Nº. 0337/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do



Município,  
RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CARLA VIEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/09, homologado em 02/02/2010 conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/03/2012.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 0338/2012.**

PORTARIA Nº. 0338/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR APARECIDA MARIA MARCELINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no Grupo Escolar Guilherme Wierthorn Filho, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Laurita M. S. Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0339/2012.**

PORTARIA Nº. 0339/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR FRANCISCA APARECIDA DOS SANTOS BARCELOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no Grupo Escolar Guilherme Wierthorn Filho, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Leandra V. Pereira, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0340/2012.**

PORTARIA Nº. 0340/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINA LILIANA CORDOBA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no Grupo Escolar Guilherme Wierthorn Filho, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Alder F. V. Barros, que se encontra exercendo suas funções junto a SMAS.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0341/2012.**

PORTARIA Nº. 0341/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SUELEN MARTINS DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no Grupo Escolar Guilherme Wierthorn Filho, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Lourdes M. Fortunato, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0342/2012.**

PORTARIA Nº. 0342/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ERICA DA SILVA CALDEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação



Infantil, no Grupo Escolar Guilherme Wierthorn Filho, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 15/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Valmira R. Martins, que se encontra na direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0343/2012.**  
PORTARIA Nº. 0343/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR CLEBER FERNANDO REBELATTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no Grupo Escolar Guilherme Wierthorn Filho, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 15/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Antonio C. Pereira Jr., que se encontra exercendo suas funções junto ao Ginásio de Esportes Caranguejão.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0344/2012.**  
PORTARIA Nº. 0344/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR ROSAURIA VITALINA DE OLIVEIRA ARAÚJO BALBINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI São Tomé, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Lucilene V. Cristiano, que se encontra em Licença de Gestação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0345/2012.**  
PORTARIA Nº. 0345/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR DINEIA ODETE DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI São Tomé, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 15/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Daiany S. de Souza, que se encontra na direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0346/2012.**  
PORTARIA Nº. 0346/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR JULIANA KRAUS MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI São Tomé, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 15/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Daiany S. de Souza, que se encontra na direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0347/2012.**  
PORTARIA Nº. 0347/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:



CONTRATAR MÁRCIA MARIA SCHLEMPER DE ESPINDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI São Tomé, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0348/2012.**  
PORTARIA Nº. 0348/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR ADRIANA LOSTADA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Aprender Brincando, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0349/2012.**  
PORTARIA Nº. 0349/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR GIANI DA ROSA FEIJÓ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Aprender Brincando, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0350/2012.**  
PORTARIA Nº. 0350/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR ELIANE APARECIDA PESSOA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Aprender Brincando, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0351/2012.**  
PORTARIA Nº. 0351/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR MARIA APARECIDA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no Grupo Escolar Francisca Raimunda Farias da Costa, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Silene Isaurina Wagner, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0352/2012.**  
PORTARIA Nº. 0352/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:



CONTRATAR MARIANE ROSA BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no Grupo Escolar Francisca Raimunda Farias da Costa, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 22/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Tânia Soares, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0353/2012.**  
PORTARIA Nº. 0353/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIANE ROSA BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no Grupo Escolar Francisca Raimunda Farias da Costa, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 22/02/2012 à 15/12/2012, A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0354/2012.**  
PORTARIA Nº. 0354/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA FOLSTER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, na Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0355/2012.**  
PORTARIA Nº. 0355/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CECÍLIA ROSA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Andréia O. M. de Paulo, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0356/2012.**  
PORTARIA Nº. 0356/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SUELI ZAMORA SONOKI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Neli T. Figueiredo, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0357/2012.**  
PORTARIA Nº. 0357/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,



79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TATIANE FRANCISCO FLORIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Pro-fessor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0358/2012.**

PORTARIA Nº. 0358/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SIMONE ITSO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Ma-ricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0359/2012.**

PORTARIA Nº. 0359/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TAMIRES APARECIDA FOLSTER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Pro-fessor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0360/2012.**

PORTARIA Nº. 0360/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELAINE CRISTINA EVANGELHO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0361/2012.**

PORTARIA Nº. 0361/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LEA FERNANDES DE LIRA REIS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infan-til, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Ad-ministração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com re-gência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora ativi-dade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar pos-se.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.



**Portaria Nº. 0362/2012.**  
PORTARIA Nº. 0362/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR REGIANE APARECIDA GONÇALVES ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0363/2012.**  
PORTARIA Nº. 0363/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CLEUSA SOUZA RODRIGUES DE CAMPOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0364/2012.**  
PORTARIA Nº. 0364/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR KARIANE LINHARES ARAUJO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina

Educação Infan-til, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com re-gência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0365/2012.**  
PORTARIA Nº. 0365/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DULCINEIA ANA MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0366/2012.**  
PORTARIA Nº. 0366/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IZABEL CRISTINA DOS SANTOS HELLMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.



**Portaria Nº. 0367/2012.**

PORTARIA Nº. 0367/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SUSANE CLEIDE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Márcia M. Vasco, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0368/2012.**

PORTARIA Nº. 0368/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CAROLINE POLETTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Dona Maricota, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Jaqueline R. P. Martins, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0369/2012.**

PORTARIA Nº. 0369/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VIVIANE ROSAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação

Infantil, no CEI Aprender Brincando, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0370/2012.**

PORTARIA Nº. 0370/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DEISE COIMBRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Santa Marta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Grasielli P. S. Schmitz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0371/2012.**

PORTARIA Nº. 0371/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TATIANE DA ROSA DE LIMA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Aprender Brincando, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.



**Portaria Nº. 0372/2012.**  
PORTARIA Nº. 0372/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE SCHWEITZER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Aprender Brincando, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0373/2012.**  
PORTARIA Nº. 0373/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MIRIAN MORAES ESPINDOLA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Aprender Brincando, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando a aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0374/2012.**  
PORTARIA Nº. 0374/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VANESSA DA SILVA MEDEIROS MULLER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Snoopy, do quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Maria Cristina Pierri, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0375/2012.**  
PORTARIA Nº. 0375/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BERNADETE PETRY DE ÁVILA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Snoopy, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Nadia Farias da Costa, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0376/2012.**  
PORTARIA Nº. 0376/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELIZABETE TEREZINHA METZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.



**Portaria Nº. 0377/2012.**  
PORTARIA Nº. 0377/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSINETE DE MELO MARCOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0378/2012.**  
PORTARIA Nº. 0378/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FABIANA PETRONILHA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0379/2012.**  
PORTARIA Nº. 0379/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELIZANDRA PORTO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Esperança, do quadro de

Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Ângela Rosa da Silva Beppler, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0380/2012.**  
PORTARIA Nº. 0380/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELE EVAIR DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Tânia Martins Silva, que se encontra respondendo pela direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0381/2012.**  
PORTARIA Nº. 0381/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) CAROLINA TEIXEIRA GOULART, matrícula nº. 401500, titular do cargo de Médico Pediatra, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.



**Portaria Nº. 0382/2012.**

PORTARIA Nº. 0382/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CARMEN HELENA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 15/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rosana M. Schwinden, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0383/2012.**

PORTARIA Nº. 0383/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MEIRI MARQUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 04/04/2012, face ao impedimento da titular Valdirene A. Meurer, que se encontra respondendo pela direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0384/2012.**

PORTARIA Nº. 0384/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANDRÉA LÚCIA VECHI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries

Iniciais, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Araci de Brito, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0385/2012.**

PORTARIA Nº. 0385/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOÃO PAULO OSMAR DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Araci de Brito, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0386/2012.**

PORTARIA Nº. 0386/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RICARDO ADRIANO LEMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.



**Portaria Nº. 0387/2012.**  
PORTARIA Nº. 0387/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR DELIR SCHLOSSER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0388/2012.**  
PORTARIA Nº. 0388/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SOLANGE DE ABREU, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Grupo Escolar Evanda Sueli Juttel Machado, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 04/04/2012, face ao impedimento da titular Áurea A. Gerlach, que se encontra em Licença Prêmio.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0389/2012.**  
PORTARIA Nº. 0389/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MÁRCIA KARINE ROSAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina

Artes, na Grupo Escolar Evanda Sueli Juttel Machado, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 14/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0390/2012.**  
PORTARIA Nº. 0390/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANGEL FRANCINE TOMAZONI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 14/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0391/2012.**  
PORTARIA Nº. 0391/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JOICE PORTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.



**Portaria Nº. 0392/2012.**  
PORTARIA Nº. 0392/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NATAN PAMPLONA GOULART, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0393/2012.**  
PORTARIA Nº. 0393/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELIANA PAZ DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Espanhol, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0394/2012.**  
PORTARIA Nº. 0394/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VALDIRENE DAMASO DE MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental,

disciplina Geografia, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0395/2012.**  
PORTARIA Nº. 0395/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MICHELE PATRICIA MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível II, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0396/2012.**  
PORTARIA Nº. 0396/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CHRIS GRANATO MACHADO MENA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Adealci B. Weingartner, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal



JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0397/2012.**  
PORTARIA Nº. 0397/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GRASIELE LEAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Susana Rayb, que se encontra em Licença para Assuntos Particulares.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0398/2012.**  
PORTARIA Nº. 0398/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANO GIESLER ZAMPERETE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA-Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 14/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0400/2012.**  
PORTARIA Nº. 0400/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTIANE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Andréia Medeiros Kloppel, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0401/2012.**  
PORTARIA Nº. 0401/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA CONCEIÇÃO CORREA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Andréia B. Turnes, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0402/2012.**  
PORTARIA Nº. 0402/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EDUARDO ESMAEL MARCELINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Karla da Silva Albino, que se encontra respondendo por direção de escola.



Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0403/2012.**  
PORTARIA Nº. 0403/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR MARIA APARECIDA NUNES ESPÍNDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Susi Nilza Goulart, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0404/2012.**  
PORTARIA Nº. 0404/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR MÁRCIA NILTA DOS SANTOS ESPÍNDOLA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Osmar Antonio Vieira, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0405/2012.**  
PORTARIA Nº. 0405/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR ANDREA MARIA COELHO WEINGARTNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rosilda M. G. Schutz, que se encontra exercendo suas funções junto a EJA.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0406/2012.**  
PORTARIA Nº. 0406/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR ADRIANA GUARDIOLA LUNARDI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Alessandro Matos, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0407/2012.**  
PORTARIA Nº. 0407/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:  
CONTRATAR MARIA CONCEIÇÃO SCHMITT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, na Escola Básica Reinaldo Weingartner, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rocelito Coelho, que se encontra em



Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0408/2012.**  
PORTARIA Nº. 0408/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JANIELE RAMOS RODRIGUES BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Lenir G. S. Cruz, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0409/2012.**  
PORTARIA Nº. 0409/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTINA CARNEIRO CONGENTINO TEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Silvia Miranda Hames, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0410/2012.**  
PORTARIA Nº. 0410/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCELA HAMES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rosimar Maria Correa, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0411/2012.**  
PORTARIA Nº. 0411/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ELISANGELA APARECIDA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Suely S. Dias, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0412/2012.**  
PORTARIA Nº. 0412/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSNÉIA MARGARETH PROENÇA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT,



Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 16/02/2012 à 01/03/2012, face ao impedimento da titular Roseli Defreyn, que se encontra exercendo suas funções junto ao NAEF.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0413/2012.**  
PORTARIA Nº. 0413/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ALCENI ATAIDE GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Lore R. Westphal, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0414/2012.**  
PORTARIA Nº. 0414/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MÁRCIA REGINA SILVA E SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Zeneide P. Schweitzer, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0415/2012.**  
PORTARIA Nº. 0415/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TATHIANA DOS SANTOS WAGNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Edinalda S. S. Pires, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0416/2012.**  
PORTARIA Nº. 0416/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR PAULA CRISTINA KLOPPPEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Ivana Maria Soares, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Portaria Nº. 0417/2012.**  
PORTARIA Nº. 0417/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,



79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCYS JOÃO BALESTRERI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 13/05/2012, face ao impedimento da titular Vera L. H. Nied, que se encontra em Licença Prêmio.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS  
Secretária da Educação e Cultura.

**Editais de Convocação de Audiência Pública**  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, artigo 40, § 1º, CONVOCA a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, referente a alteração de Zoneamento em diversos bairros do Município e de outras providências no tocante ao Plano Diretor a ser realizada às 16:00 (dezois) horas do dia 30 de março de 2012, no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC.

Prefeitura Municipal de Palhoça, aos 12 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal de Palhoça

## Palmitos

### PREFEITURA

**Contrato 97/2012**  
PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº127/11 Modalidade: Tomada de Preço nº26/11. Contrato: 97/2012. Objeto: CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS E PASSAGENS PARA PEDESTRES, SINALIZAÇÃO VERTICAL E DRENAGEM PLUVIAL NA RODOVIA SCT 283 NO CENTRO DA CIDADE DE PALMITOS - SC NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 2.792,00 M². Contratada: IGM Engenharia LTDA - ME. Valor: 299.906,18. Prazo: 06 meses.

Palmitos 01/03/2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito Municipal.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

**Contrato Nº 036/2012**  
CONTRATO Nº 036/2012

OBJETO: Aquisição de Material 2.900 exemplares do Livro "Assalto ao trem pagador".

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 009/2012

EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare Edit. Gráfica e Propaganda Ltda.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.780,00 (cinco mil setecentos e oitenta reais).

DATA DO CONTRATO: 26/01/2012

PREFEITO: Euzébio Calisto Vieceli

**Lei 1583/2012**

\*Republicado por correção, no dia 28/02/2012, Edição nº 938

LEI Nº 1.583, DE 05 DE MARÇO DE 2012

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira mensal de R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) à "Associação de Moradores do Bairro São José", associação sem fins lucrativos, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.926.135/0001-82, com sede na Rua Paulino Nora, Município de Pinheiro Preto.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem por objetivo custear despesas referente contratação de professor de educação física para promover atividades esportivas tais como futebol e vôlei de areia, dança e atividades culturais, através de aulas semanais, cuja carga horária deverá ser de no mínimo 10 (dez) horas semanais.

§ 2º As atividades esportivas e culturais serão realizadas com crianças e adolescentes do Bairro São José, com término previsto para 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º O Município repassará mensalmente a contribuição financeira, mediante comprovação da realização das atividades.

Art. 3º A Associação beneficiária deverá mensalmente, e no ato da prestação de contas, exibir fotocópia do recibo ou documento equivalente que comprove o pagamento dos serviços prestados pelo professor do curso, bem como relação semanal de crianças e adolescente participantes das atividades, com assinatura conjunta também do profissional contratado.

Parágrafo único. A beneficiária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao Órgão Público da aplicação dos recursos.

Art. 4º Competirá a Secretária Municipal da Educação o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei, cabendo-lhe discutir e aprovar as atividades, dias e horários em que serão



ministradas as aulas.

Art. 5º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito

### **Lei Complementar Nº 178, de 08 de Março de 2012.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

cria vagas para o cargo de provimento efetivo de motorista, no quadro de pessoal do executivo - Lei Complementar Nº 142, de 25 de março de 2008.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, Plano de Cargos e Vencimento de que trata a Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, 03 (três) vagas para o cargo de provimento efetivo de motorista, categoria Atividades de Nível Fundamental, Serviços Operacionais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 de Março de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 1.584, de 08 de Março de 2012.**

LEI Nº 1.584, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

Autoriza a concessão de contribuição financeira à "Associação de Moradores do Bairro São José", e dá outras providências.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira à "Associação de Moradores do Bairro São José", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.926.135/0001-82, com sede na Rua Paulino Nora, Município de Pinheiro Preto, associação sem fins lucrativos, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata o art. 1º desta lei tem como objetivo custear 50 % (cinquenta por cento) das despesas com professor que ministra curso de violão oferecido no Bairro São José, especialmente às crianças, adolescentes e jovens, não podendo ultrapassar R\$ 30,00 (trinta reais) por aluno.

§ 2º O curso de que trata o § 1º terá início em 01 de março de 2012, com término previsto para 30 de dezembro de 2012

Art. 2º O Município repassará o valor de que trata o artigo 1º desta

lei em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira em 31 de março.

§ 1º A beneficiária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao Órgão Público acerca da aplicação dos recursos.

§ 2º As aulas de violão deverão ser ministradas aos sábados, com duração mínima de uma hora.

§ 3º A Associação beneficiária deverá mensalmente, e no ato da prestação de contas, exibir fotocópia do recibo ou documento equivalente que comprove o pagamento pelos serviços prestados pelo professor do curso, bem como apresentar a relação de alunos participantes, com assinatura conjunta também do profissional contratado, sob as penas da lei.

§ 4º Compete à Secretaria Municipal da Educação o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei.

Art. 3º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 3.573, de 29 de Fevereiro de 2.012**

DECRETO Nº 3.573, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2.012

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ENEIDA RABUSKE BAVARESCO, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 003.932.109-60, residente na Rua Pedro Zago, 115, São José, para o exercício fiscal de 2.012. Considerando o Processo Administrativo nº 019/2.012, do Livro 18 folhas 10.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 29 de Fevereiro de 2.012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal



**Decreto Nº 3.574, de 29 de Fevereiro de 2.012**

DECRETO Nº 3.574, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2.012

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2.010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2.010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte PAULINA ALMEIDA, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 215.351.089-91, residente na Rua Luiz Vieceli, 187, São José, para o exercício fiscal de 2.012. Considerando o Processo Administrativo nº 020/2.012, do Livro 18 folhas 10.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 29 de Fevereiro de 2.012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria N. 074, de 02 de Março de 2012**

PORTARIA N. 074, DE 02 DE MARÇO DE 2012

NOMEIA LEILOEIRA PARA DIRIGIR A LICITAÇÃO 001/2012, MODALIDADE LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada leiloeira à servidora pública municipal Maria Helena Mattana Mariani, Assistente de Coordenação e Planejamento, para dirigir a licitação 001/2012, modalidade Leilão do seguinte bem móvel inservível:

Uma carroceria graneleira de caminhão, cor branca, possuindo 08 metros de comprimento, meio uso, com caçapas, com 02 caixas de ferramentas, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 02 de março de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria N.º 077, de 05 de Março de 2012**

PORTARIA N.º 077, DE 05 DE MARÇO DE 2012

NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS PROVISÓRIOS PARA DIRIGIR LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada pregoeira permanente, os seguintes

servidores:

I - Maíra Mariani, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Cadastro Geral,;

II - Luana Cristina Mengatto, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Gabinete do Executivo, membro equipe de apoio,

III - Hadriel Dalmolin, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Renda, Tributos e Obras, membro equipe de apoio.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 05 de março de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 067, de 27 de Fevereiro de 2012**

PORTARIA Nº 067, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 01/2012 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão de Licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 001/2012, modalidade Tomada de Preços, e adjudica o objeto licitado à empresa SERVIOS-TE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 03.392.348/0001-60, pelo preço mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 27 de Fevereiro de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 072, de 01 de Março de 2012**

PORTARIA Nº 072, DE 01 DE MARÇO DE 2012

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 001/2012 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão de Licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 001/2012, modalidade Tomada de Preços, e adjudica o objeto licitado à empresa SERVIOS-TE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 03.392.348/0001-60, pelo preço mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 01 de Março de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 073, de 02 de Março de 2012**

PORTARIA Nº 073, DE 02 DE MARÇO DE 2012

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 003/2012 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro



Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão de Licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 003/2012, modalidade Tomada de Preços, e adjudica o objeto licitado à empresa CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 85.326.668/0001-86, pelo preço global de R\$ 82.091,92 (oitenta e mil e noventa e um reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 02 de Março de 2012  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 075, de 05 de Março de 2012**

PORTARIA Nº 075, DE 05 DE MARÇO DE 2012

DECLARA FRACASSADA A LICITAÇÃO Nº 005/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 005/2012, modalidade Tomada de Preços, em razão do certame ter sido declarado fracassado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 05 de Março de 2012  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 079, de 09 de Março de 2012**

PORTARIA Nº 079, DE 09 DE MARÇO DE 2012

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 020/2012 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão comissão de licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 020/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 86.548.054/0001-01, referente à aquisição de um veículo novo para a secretaria municipal de saúde, pelo valor global de R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 09 de Março de 2012  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação 024/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO 024/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27/03/2012, licitação

modalidade Pregão Presencial n. 024/2012, visando à aquisição de 300 (trezentas) horas de serviço/máquina, tipo escavadeira hidráulica.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 27/03/2012, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 13 de Março de 2012.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Contrato Nº 031/2012**

CONTRATO Nº 031/2012

OBJETO: Conserto de veículos LZW 0956 e MCY 2680  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 004/2012  
EMPRESA CONTRATADA: CNN Comercio Retifica e Serviços Ltda.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.268,04 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais e quatro centavos).  
DATA DO CONTRATO: 20/01/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### **Contrato Nº 035/2012**

CONTRATO Nº 035/2012

OBJETO: Conserto de veículos Corsa MGI 2612  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 008/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.221,82 (cinco mil duzentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos).  
DATA DO CONTRATO: 25/01/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### **Contrato Nº 037/2012**

CONTRATO Nº 037/2012

OBJETO: Aquisição de Material de Expediente  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 010/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare Edit. Gráfica e Propaganda Ltda.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.683,00 (sete mil seiscentos e oitenta e três reais).  
DATA DO CONTRATO: 26/01/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

### **Contrato Nº 045/2012**

CONTRATO Nº 045/2012

OBJETO: Serviços de Reforma no Centro Educacional  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 017/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Vilmar Costa  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).  
DATA DO CONTRATO: 30/01/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli



**Contrato Nº 046/2012**

CONTRATO Nº 046/2012

OBJETO: Conserto no Veiculo LZW 0956  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 018/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Doca Auto Center Ltda  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.900,00(sete mil e novecentos reais).  
DATA DO CONTRATO: 31/01/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 049/2012**

CONTRATO Nº 049/2012

OBJETO: Conserto no Veiculo MCB 0487  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 021/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Mecânica Hochiove Ltda  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.868,60(cinco mil oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).  
DATA DO CONTRATO: 31/01/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 050/2012**

CONTRATO Nº 050/2012

OBJETO: Conserto no Veiculo Ducato MHU 4450  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 022/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Ado Auto Peças Ltda  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.923,51(um mil novecentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos).  
DATA DO CONTRATO: 31/01/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 056/2012**

CONTRATO Nº 056/2012

OBJETO: Fornecimento de Material de Expediente.  
LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 014/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Gráfica América Ltda  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.301,92(um mil trezentos e um reais e noventa e dois centavos).  
DATA DO CONTRATO: 03/02/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 066/2012**

CONTRATO Nº 066/2012

OBJETO: aquisição de livros para a biblioteca municipal  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 025/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Vizu Dist. De Livros Ltda  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.992,00(seis mil novecentos e noventa e dois reais).  
DATA DO CONTRATO: 06/02/2012  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato Nº 094/2012**

CONTRATO Nº 094/2012

OBJETO: Execução de Obra de Engenharia - Instalação de rede de energia elétrica.  
LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 003/2012  
EMPRESA CONTRATADA: Conduvale Eletrificação Ltda  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 82.091,92( oitenta e dois mil, noventa e um reais e noventa e dois centavos).

DATA DO CONTRATO: 02/03/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Porto Belo****PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 035/2012 - Educação**

Extrato de Contrato Nº 035/2012 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 019/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA FROTA ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, ate 31 de dezembro de 2012 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 79.132,00 (setenta e nove mil cento e trinta e dois reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de março de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 036/2012 - Educação**

Extrato de Contrato Nº 036/2012 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 021/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MECÂNICA E MECÂNICA ELÉTRICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA FROTA ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, ate 31 de dezembro de 2012 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 77.600,00 (setenta e sete mil e seiscentos reais).

Data e assinatura do contrato: 2 de março de 2012.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 037/2012 - Educação**

Extrato de Contrato Nº 037/2012 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 017/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA UTILIZAÇÃO NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL. Conforme especificações constantes no anexo I.

Contratado: COMERCIAL STORINNY LTDA-ME

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, ate 31 de dezembro de 2012 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$



33.332,93 (trinta e três mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos).

Data e assinatura do contrato: 9 de março de 2012.

ALBERT STADLER  
Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 046/2012 - Prefeitura**

Extrato de Contrato Nº 046/2012 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 018/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA FROTA DE CAMINHÕES. MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31 de dezembro de 2012 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 79.233,00 (setenta e nove mil duzentos e trinta e três reais).

Data e assinatura do contrato: 8 de março de 2012.

ALBERT STADLER  
Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 047/2012 - Prefeitura**

Extrato de Contrato Nº 047/2012 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 020/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS POR HORA TRABALHADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31 de dezembro de 2012 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 77.600,00 (setenta e sete mil e seiscentos reais).

Data e assinatura do contrato: 8 de março de 2012.

ALBERT STADLER  
Prefeito

**Porto União**

**PREFEITURA**

#### **Lei Nº 3.981/2012**

LEI Nº 3.981, de 12 de março de 2012.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social do exercício de 2012, conforme discriminação a

seguir especificada no valor de R\$ 86.400,00 (Oitenta e seis mil e quatrocentos reais):

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 1701 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE 2087 - Programa IGD - SUAS

MODALIDADE 3390 - 170 - Aplicações Diretas novo 32.400,00

ATIVIDADE 2088 - PAIF-CRAS RURAL VOLANTE

MODALIDADE 3390 - 170 - Aplicações Diretas novo 54.000,00

TOTAL DO CRÉDITO 86.400,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício na fonte 170 - Convênios com a União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### **Decreto Nº 761/2012**

DECRETO Nº 761, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação Colméia Instrutiva, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação Colméia Instrutiva, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.891.583/0001-74, com sede na localidade de Jangada - Porto União - SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- um (01) arado 02 discos 28" (vinte e oito polegadas), largura de corte até 0,9 m e peso aproximado de 343 Kg;

- uma (01) carreta de 04 toneladas de trator, usada, 02 rodas, aro 16 polegadas (dezesseis polegadas), freio automático, engate desnucável com pneus, peso aproximado de 540 Kg.

Art. 2º Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,



retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação Colmeia Instrutiva, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.891.583/0001-74, com sede na localidade de Jangada - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- um (01) arado 2 discos 28" (vinte e oito polegadas), largura de corte até 0,9 m e peso aproximado de 343 Kg;

- uma (01) carreta de 04 toneladas de trator, usada, 02 rodas, aro 16 polegadas (dezesseis polegadas), freio automático, engate desnucável com pneus, peso aproximado de 540 Kg.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:  
Presidente: NEUSA GUERELLUS TCHUVAIFF  
RG nº 2.314.500-SSP/SC  
CPF nº 696.620.889-20

#### Decreto Nº 762/2012

DECRETO Nº 762, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal ao Grupo Ecológico Rio dos Pardos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, ao Grupo Ecológico Rio dos Pardos, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.546.359/0001-70, com sede na localidade de Rio dos Pardos - Porto União-SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta marca Kohler, usada, 04 toneladas, 02 (duas) rodas, aro 16 polegadas, freio automático, engate desnucável, peso aproximado de 540kg.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal do Grupo Ecológico Rio dos Pardos, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.546.359/0001-70, com sede na localidade de Rio dos Pardos - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro



de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta marca Kohler, usada, 04 toneladas, 02 rodas, aro 16 polegadas, freio automático, engate desnucável, peso aproximado de 540kg.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: OLÍVIA CÉLIA TWARDOWISK BONDAN

RG nº

CPF nº

### Decreto Nº 763/2012

DECRETO Nº 763, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Moradores do Legrú - ASMEL e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da

Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação de Moradores do Legrú - ASMEL, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.479.388/0001-80, com sede na localidade do Legrú - Porto União-SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) Plantadeira Plantio Direto, 03 Linhas, usada, com capacidade de 400 kg de adubo, capacidade de 60 kg de semente, hidráulica, articulada para acompanhar as curvas de nível.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Moradores do Legrú, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.479.388/0001-80, com sede na localidade do Legrú - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) Plantadeira Plantio Direto, 03 Linhas, usada, com capacidade de 400 kg de adubo, capacidade de 60 kg de semente, articulada para acompanhar as curvas de nível.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de



mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: DARCI VICTOR KAMPHORST

RG nº 4.667.221-SSP-SC

CPF nº 783.932.219-00

### **Decreto Nº 764/2012**

DECRETO Nº 764, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, com sede na localidade de Cabeceira do Barra Grande - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) ensiladeira usada, de transmissão e sistema de transmissão por cardã, com capacidade estimada de até 25 toneladas/hora.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária

em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores rurais e Moradores da Cabeceira do Barra Grande, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.848/0001-70, com sede na localidade de Cabeceira do Barra Grande - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) ensiladeira usada, de transmissão e sistema de transmissão por cardã, com capacidade estimada de até 25 toneladas/hora.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.



08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ANTONINHO MARCOS KUBIAL

RG nº 18ª R - 1.459.655

CPF nº 531.343.549-34

### **Decreto Nº 765/2012**

DECRETO Nº 765, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação de Agricultores de Caçadorzinho, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação de Agricultores de Caçadorzinho, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.979.287/0001-20, com sede na localidade de Caçadorzinho - Porto União-SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- uma (01) ensiladeira marca PINHEIRO, usada, acoplada com cardã de uma linha de descarga direta na carreta, altura mínima de corte 1,30 mm, tamanho de corte 5 a 7 mm, indicada para cultura de milho, sorgo e girassol;

- uma (01) carreta de trator usada, com pneus, marca KOHLER, 5 toneladas, 4 rodas, aro de 16 polegadas, freio automático, engate desnucável, peso aproximado de 650 Kg.

Art. 2º Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### **TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO**

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Agricultores de Caçadorzinho, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.979.287/0001-20, com sede na localidade de Caçadorzinho - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- uma (01) ensiladeira marca PINHEIRO, usada, acoplada com cardã de uma linha de descarga direta na carreta, altura mínima de corte 1,30 mm, tamanho de corte 5 a 7 mm, indicada para cultura de milho, sorgo e girassol;

- uma (01) carreta de trator usada, com pneus, marca KOHLER, 5 toneladas, 4 rodas, aro de 16 polegadas, freio automático, engate desnucável, peso aproximado de 650 Kg.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal



ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**PERMISSIONÁRIA:**

Presidente: JAIRO LEANDRO RITZMANN  
RG nº 4.198.399-SC  
CPF nº 008.618.279-02

**Decreto Nº 766/2012**

DECRETO Nº 766, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores Agrícolas de Rio dos Pardos e Lajeado das Antas - APRURP, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação dos Produtores Agrícolas de Rio dos Pardos e Lajeado das Antas - APRURP, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.261.731/0001-89, com sede na localidade de Rio dos Pardos - Porto União-SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta agrícola marca TADEU, usada, 04 toneladas, 02 rodas, aro 16, pneus ressolados, com freio automático, engate desnucável, com assoalho de madeira macho e fêmea.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO**

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Rurais de Rio dos Pardos e Lajeado das Antas - APRURP, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.261.731/0001-89, com sede na localidade de Rio dos Pardos - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta agrícola marca TADEU, usada, 04 toneladas, 02 rodas, aro 16, pneus ressolados, com freio automático, engate desnucável, com assoalho de madeira macho e fêmea.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**PERMISSIONÁRIA:**

Presidente: ERVINO VEZARO  
RG nº 1.453.101-SC  
CPF nº 310.836.179-15

**Decreto Nº 767/2012**

DECRETO Nº 767, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,



**DECRETA:**

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, com sede na Colônia de São Pedro do Timbó - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta agrícola marca TADEU, usada, 05 toneladas, com freio automático, rodado duplo, pneus ressolados, aro 16, chassi retangular, com assoalho de madeira macho e fêmea.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO**

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Moradores de São Pedro do Timbó - AMOSPET, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, com sede na Colônia de São Pedro do Timbó - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- uma (01) carreta agrícola marca TADEU, usada, 05 toneladas, com freio automático, rodado duplo, pneus ressolados, aro 16, chassi retangular, com assoalho de madeira macho e fêmea.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de

mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:  
Presidente: SIDNEI DUBINSKI  
RG nº 3.496.434-SC  
CPF nº 017.706.929-59

**Decreto Nº 768/2012**

DECRETO Nº 768, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte-SC, sociedade e empresa cooperativa, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 08.375.640/0001-98, com sede na Rua Paraná - Nº 500 - Centro - Município de Irineópolis - SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

**01 NOTEBOOK**

- Marca: Acer Aspire, modelo MS2253
- Resolução: 1280 X 800
- Recursos embutidos: webcam 1.3 megapixels
- Cor: preto com branco gelo
- Memória interna: 2GB DDR2 667MHZ (2X1GB) \*EXPAND. 4GB
- Display: 15.4" WXGA LCD CRYSTALBRITE WIDESCREEN
- Processador: 1.66 GHZ - Processador núcleo duplo
- Unidade ótica: gravador de DVD -RW DUAL LAYER



- Teclado: português
- HD: 160GB 5400 RPM 8MB de BUFFER SATA
- Bateria: interna lithium-ion
- Microfone: embutido
- Cores: 32 BIT
- Manual: sim
- CD com driver: sim
- Cabo de força: 01
- Fonte externa: bivolt 100/240
- Rede RJ45 10/100/1000
- VGA: 384MB compartilhada
- USB: 2.0: 03
- Mini fireware: 01
- FAX: 56 KBPS
- Saída áudio/video: 01 fone
- PCMCIA: 01 EXPRESS CARD/54
- ENTRADA DE AUDIO/VIDEO: 01 microfone, 01 audio IN
- Leitor de cartão:
- WLAN: WIRELESS
- Saída de TV: S-video
- Cache total: 2MB

#### 01 DATA SHOW

- MODELO: TOSHIBA, TDP-SPI
- TECNOLOGIA: DLP
- MANUAL: SIM
- CD COM DRIVER: 01
- RESOLUÇÃO: SVGA 800 X 600
- SUPORTE A MULTILINGUAGEM: SIM
- COR: PRATA E PRETO
- CABO DE FORÇA: 01
- FONTE INTERNA: BIVOLT 100/240
- ZOOM TOTAL: 1.1:1 AJUSTE MANUAL
- SAIDA AUDIO/VIDEO: 01 VGA, 01 AUDIO
- PILHA: 02 TIPO AA
- PESO: 4.4 KG APROXIMADO
- DIMENSÕES: 4" X 12" X 9.5" APROXIMADOS
- ENTRADA DE AUDIO/VIDEO: 01 VGA, 01 S-VIDEO, 01 RCA, 02 RCA AUDIO
- ALCANCE: 2.4M - 6.4M \* 60" - 250"
- FREQUÊNCIA HORIZONTAL: 15.75KHZ - 85KHZ
- FREQUÊNCIA VERTICAL: 48HZ - 85HZ
- BRILHO: 2200 ANSI LUMENES \*2000:1
- CORES: 16.7 MILLOES
- USB: 01
- CABO DE VIDEO: 01 VGA
- CONTROLE REMOTO: 01 SIM
- FUNÇÕES 1: PROJEÇÃO FRONTAL MESA E TETO
- SISTEMA DE VIDEO: SDTV, NTSC, PAL, SECAM.ED/HDTV
- LÂMPADA: 200W SHP \*DURAÇÃO 2000 HORAS
- TELA DE APRESENTAÇÃO ALUMINIZADA

#### 03 MICRO COMPUTADORES:

- MICRO COMPUTADOR 3,0 GHZ - NÚCLEO DUPLO
- MARCA: LG - FLATION
- HD: 250 GB SATA
- MEMÓRIA: 2048 DDR II
- DVD RW
- VGA PCI EXPRESS 512 MB
- DRIVE 1.44
- TECLADO ABNT2
- MOUSE ÓPTICO
- REDE 10/100/1000
- PAR CAIXAS DE SOM
- MONITOR 19 P LCD
- GRAVADOR CD/DVD

#### 01 IMPRESSORA A LASER

- Marca: HP Laser Jet, P. 3005 Printer
- Velocidade até 35ppm, processador 400 mhz, entrada padrão 600 folhas, ciclo mensal 100.000 páginas, toner Q7551A, linguagem PCL6, PCL5 e Postscript 3, memória padrão 64 MB máxima até 320 MB.
- Impressão papel A4, A5, carta, executivo, papel ofício
- Conectividade paralela USB 1 EIO
- Voltagem 110/220

#### 05 ARQUIVOS DE AÇO

- Marca: Lunasa.
- Arquivo de aço usados, sistemas de deslizamento das gavetas: deslizante de nylon, com rolamentos de aço, trilho Telescópio com 8 rolamentos de aço por gaveta.
- Nas dimensões: altura 1330mm, largura 550mm, profundidade 710mm.

#### 02 MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS DIGITAL

- MARCA: SONY DSC-T90
- RESOLUÇÃO: 8.1 MEGAPIXELS
- ZOOM OPTICO: 3X
- ZOOM DIGITAL: 6X
- SMART ZOOM: 15X
- DISTANCIA FOCAL: 6.33 - 19.0 MM
- FLASH: EMBUTIDO
- RECURSOS EMBUTIDOS: FULL DH 1080
- REDUTOR DE OLHOS VERMELHOS: SIM
- DISPARA AUTOMATICAMENTE: 2 -10 SEGUNDOS
- SUPORTE A MULTILINGUAGEM: ESPANHOL, INGLÊS, FRANCES, ITALIA, CHINÊS
- COR: PRETO
- LENTE: F3.5 - F10
- INTERFACE: USB, PICT BRIDGE
- MEMÓRIA INTERNA: 4 GB
- SENSIBILIDADE ISSO: 3200
- PESO: 130 GRAMAS
- DIMENSÕES: 5.7 X 8.7 X 2 CM
- DISPLAY: 2.7" CLEAR PHOTO LCD TOUCHSCREEN 230K P
- BATERIA: INTERNA LITHIUM-ION
- MICROFONE: EMBUTIDO
- SENSOR DE IMAGEM: 1/2.5" SUP HAD CCD
- SPEAKER: EMBUTIDO
- VELOCIDADE DO SHUTTER: 1/4 - 1/10000 SEGUNDOS
- 35MM EQUIVALENTE: 38 - 114 MM
- EXPANSÍVEL: MEMORIA STICK PRO DUO
- FUNÇÕES 1: CAMERA DIGITAL, GRAVA AUDIO E VIDEO
- SISTEMA DE VIDEO: PAL, NTSC
- STEADY SHOT: SIM
- LEITOR DE CARTÃO: STICK PRO DUO
- MULTICONECTOR: 01
- MANUAL: SIM
- CD COM DRIVER: SIM
- CABO USB: 02
- ALCA: 01
- BATERIA RECARREGÁVEL: 01 NP-BD1
- CARREGADOR DE BATERIA: BIVOLT 100/240

#### 03 CENTRAIS TELEFÔNICAS

- MARCA: INTELBRAS
- CENTRAL PABX MODULARE I 4/4, PLACA DESB. MODULARE, PLACA TRONCO MODULARE.

#### 03 EMBALADORAS À VÁCUO



- MODELO MESA, BOMBA DE VÁCUO, FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO, TAMPA DE ACRILICO, GABINETE COM RODIZIO, CÂMARA EM AÇO INOX, VOLTAGEM 220V, ALTURA DA CÂMARA 150MM, SELAGEM 2 DE 610MM., COMPRIMENTO 630MM, LARGURA 510MM., MARCA JETVAC.

Art. 2º Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

gt

#### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Cooperativa de Organização, produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte -SC, sociedade e empresa cooperativa, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 08.375.640/0001-98, com sede na rua Paraná - Nº 500 - Centro - Município de Irineópolis - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro à 31 de dezembro de 2012, os bens móveis municipais abaixo especificados:

#### 01 NOTEBOOK

- Marca: Acer Aspire, modelo MS2253
- Resolução: 1280 X 800
- Recursos embutidos: webcam 1.3 megapixels
- Cor: preto com branco gelo
- Memória interna: 2GB DDR2 667MHZ (2X1GB) \*EXPAND. 4GB
- Display: 15.4" WXGA LCD CRYSTALBRITE WIDESCREEN
- Processador: 1.66 GHZ - Processador núcleo duplo
- Unidade ótica: gravador de DVD -RW DUAL LAYER
- Teclado: português
- HD: 160GB 5400 RPM 8MB de BUFFER SATA
- Bateria: interna lithium-ion
- Microfone: embutido
- Cores: 32 BIT
- Manual: sim
- CD com driver: sim
- Cabo de força: 01
- Fonte externa: bivolt 100/240
- Rede RJ45 10/100/1000
- VGA: 384MB compartilhada
- USB: 2.0: 03
- Mini fireware: 01

- FAX: 56 KBPS
- Saída áudio/video: 01 fone
- PCMCIA: 01 EXPRESS CARD/54
- ENTRADA DE AUDIO/VIDEO: 01 microfone, 01 audio IN
- Leitor de cartão:
- WLAN: WIRILESS
- Saída de TV: S-video
- Cache total: 2MB

#### 01 DATA SHOW

- MODELO: TOSHIBA, TDP-SPI
- TECNOLOGIA: DLP
- MANUAL: SIM
- CD COM DRIVER: 01
- RESOLUÇÃO: SVGA 800 X 600
- SUPORTE A MULTILINGUAGEM: SIM
- COR: PRATA E PRETO
- CABO DE FORÇA: 01
- FONTE INTERNA: BIVOLT 100/240
- ZOOM TOTAL: 1.1:1 AJUSTE MANUAL
- SAIDA AUDIO/VIDEO: 01 VGA, 01 AUDIO
- PILHA: 02 TIPO AA
- PESO: 4.4 KG APROXIMADO
- DIMENSÕES: 4" X 12" X 9.5" APROXIMADOS
- ENTRADA DE AUDIO/VIDEO: 01 VGA, 01 S-VIDEO, 01 RCA, 02 RCA AUDIO
- ALCANCE: 2.4M - 6.4M \* 60" - 250"
- FREQUENCIA HORIZONTAL: 15.75KHZ - 85KHZ
- FREQUENCIA VERTICAL: 48HZ - 85HZ
- BRILHO: 2200 ANSI LUMENES \*2000:1
- CORES: 16.7 MILLOES
- USB: 01
- CABO DE VIDEO: 01 VGA
- CONTROLE REMOTO: 01 SIM
- FUNÇÕES 1: PROJEÇÃO FRONTAL MESA E TETO
- SISTEMA DE VIDEO: SDTV, NTSC, PAL, SECAM.ED/HDTV
- LAMPADA: 200W SHP \*DURAÇÃO 2000 HORAS
- TELA DE APRESENTAÇÃO ALUMINIZADA

#### 03 MICRO COMPUTADORES:

- MICRO COMPUTADOR 3,0 GHZ - NUCLEO DUPLO
- MARCA: LG - FLATION
- HD: 250 GB SATA
- MEMÓRIA: 2048 DDR II
- DVD RW
- VGA PCI EXPRESS 512 MB
- DRIVE 1.44
- TECLADO ABNT2
- MOUSE OPTICO
- REDE 10/100/1000
- PAR CAIXAS DE SOM
- MONITOR 19 P LCD
- GRAVADOR CD/DVD

#### 01 IMPRESSORA A LASER

- Marca: HP Laser Jet, P. 3005 Printer
- Velocidade até 35ppm, processador 400 mhz, entrada padrão 600 folhas, ciclo mensal 100.000 paginas, toner Q7551A, linguagem PCL6, PCL5 e Postscript 3, memória padrão 64 MB máxima até 320 MB.
- Impressão papel A4, A5, carta, executivo, papel ofício
- Conectividade paralela USB 1 EIO
- Voltagem 110/220
- Com garantia mínima de um ano

#### 05 ARQUIVOS DE AÇO



- Marca: Lunasa.
- Arquivo de aço usado, sistemas de deslizamento das gavetas: deslizante de nylon, com rolamentos de aço, trilho Telescópio com 8 rolamentos de aço por gaveta.
- Nas dimensões: altura 1330mm, largura 550mm, profundidade 710mm.

## 02 MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS DIGITAL

- MARCA: SONY DSC-T90
- RESOLUÇÃO: 8.1 MEGAPIXELS
- ZOOM OPTICO: 3X
- ZOOM DIGITAL: 6X
- SMART ZOOM: 15X
- DISTANCIA FOCAL: 6.33 - 19.0 MM
- FLASH: EMBUTIDO
- RECURSOS EMBUTIDOS: FULL DH 1080
- REDUTOR DE OLHOS VERMELHOS: SIM
- DISPARA AUTOMATICAMENTE: 2 -10 SEGUNDOS
- SUPORTE A MULTILINGUAGEM: ESPANHOL, INGLÊS, FRANCES, ITALIA, CHINES
- COR: PRETO
- LENTE: F3.5 - F10
- INTERFACE: USB, PICT BRIDGE
- MEMÓRIA INTERNA: 4 GB
- SENSIBILIDADE ISO: 3200
- PESO: 130 GRAMAS
- DIMENSÕES: 5.7 X 8.7 X 2 CM
- DISPLAY: 2.7" CLEAR PHOTO LCD TOUCHSCREEN 230K P
- BATERIA: INTERNA LITHIUM-ION
- MICROFONE: EMBUTIDO
- SENSOR DE IMAGEM: 1/2.5" SUP HAD CCD
- SPEAKER: EMBUTIDO
- VELOCIDADE DO SHUTTER: 1/4 - 1/10000 SEGUNDOS
- 35MM EQUIVALENTE: 38 - 114 MM
- EXPANSIVEL: MEMORIA STICK PRO DUO
- FUNÇÕES 1: CAMERA DIGITAL, GRAVA AUDIO E VIDEO
- SISTEMA DE VIDEO: PAL, NTSC
- STEADY SHOT: SIM
- LEITOR DE CARTÃO: STICK PRO DUO
- MULTICONECTOR: 01
- MANUAL: SIM
- CD COM DRIVER: SIM
- CABO USB: 02
- ALCA: 01
- BATERIA RECAREGAVEL: 01 NP-BD1
- CARREGADOR DE BATERIA: BIVOLT 100/240

## 03 CENTRAIS TELEFÔNICAS

- MARCA: INTELBRAS
- CENTRAL PABX MODULARE I 4/4, PLACA DESB. MODULARE, PLACA TRONCO MODULARE, MÃO DE OBRA DE FORNECER OS EQUIPAMENTOS INSTALADOS

## 03 EMBALADORAS A VÁCUO

- MODELO MESA, BOMBA DE VÁCUO, FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO, TAMPA DE ACRILICO, GABINETE COM RODIZIO, CÂMARA EM AÇO INOX, VOLTAGEM 220V, ALTURA DA CÂMARA 150MM, SELAGEM 2 DE 610MM., COMPRIMENTO 630MM, LARGURA 510MM., MARCA JETVAC.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pela

Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC) para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.

PERMITENTE: RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:  
Presidente: AYRES NIEDZIELSKI  
RG nº 1.106.411 SSPSC  
CPF nº 457.728.359/04

## Decreto Nº 769/2012

DECRETO Nº 769, de 29 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação Colméia Instrutiva, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, à Associação Colméia Instrutiva, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.891.583/0001-74, com sede na localidade de Jangada - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) trator agrícola novo, modelo T3230-4 Tração 4X4, com 08 marchas frente e 02 marchas ré, direção hidráulica, toldo de



cobertura, contrapé - SO traseiro e equipamento de segurança (conforme norma NR31, Artigos 12,6 e 12.36), acionado por motor diesel 03 cilindros, modelo TR332 RJ-PE (32CV - 2700RPM) DIN F, ano de fabricação 2011.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação Colmeia Instrutiva, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.891.583/0001-74, com sede na localidade de Jangada - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro à 31 de dezembro de 2012, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (um) trator agrícola novo, modelo T3230-4 Tração 4X4, com 08 marchas frente e 02 marchas ré, direção hidráulica, toldo de cobertura, contrapé - SO traseiro e equipamento de segurança (conforme norma NR31, Artigos 12,6 e 12.36), acionado por motor diesel 03 cilindros, modelo TR332 RJ-PE (32CV - 2700RPM) DIN F, ano de fabricação 2011.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2012.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem

efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 29 de fevereiro de 2012.  
PERMITENTE: RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:  
Presidente: NEUSA GUERELLUS TCHUVAIFF  
RG nº 2.314.500-SSP/SC  
CPF nº 696.620.889-20

#### Portaria N.º 391/2012 - RH

PORTARIA Nº 391, de 08 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de fevereiro a 20 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Franciane Flaresso Machado, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, para atuar no Projeto AABB Comunidade desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Projeto AABB Comunidade, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de fevereiro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura



**Extrato de Edital de Tomada de Preços 001/2012 Educação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 010/2012 EDUCAÇÃO  
Extrato de Edital de Tomada de Preços 001/2012 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatório na modalidade de tomada de preços, tipo menor preço. A presente licitação tem por objetivo a execução da obra de ampliação do Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, na localidade de São Pedro do Timbó, com área de 186,35 m2, incluindo material e mão de obra, a ser executado em anexo a Escola Municipal de São Pedro do Timbó, Distrito de Santa Cruz do Timbó Recebimento dos envelopes e abertura dos mesmos será no dia 02 de abril de 2012, as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, site [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), email [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br).

Porto União SC, 14 de Março de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

**Decreto 2440/12**

DECRETO Nº 2.440, de 07 março de 2012.  
"CONCEDE PENSÃO À Sra. MARIA PROÊNCIO MEDEIROS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica concedido a partir de 24 de Outubro de 2011, pensão vitalícia à Sra. Maria Proêncio Medeiros, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua Indira Gandi, nº 281, Bairro Boa Vista, em Rio do Sul - SC, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Manoel Medeiros, ex-servidor público municipal, matrícula nº 27430/01, aposentado desde 01 de Setembro de 2010, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 10, faixa 11, com proventos integrais, adicional de 3%.

Art.2º - A pensão foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º- De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade de proventos do servidor inativo, falecido em 24/10/2011.

Art.4º- Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da

Previdência Social.

Art.5º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
07 de março de 2012  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S.MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 2443/12**

DECRETO Nº 2.443, de 08 de março de 2012.

"RETIFICA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL EXPRESSA NO DECRETO Nº 1592/2010 DE 21/12/2010 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE A SRA MARIA LÚCIA DA LUZ".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO, a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contida no relatório de Instrução nº 05811/2011 - Processo PPA-11/00095176 e que diz respeito sobre a retificação no embasamento do Decreto nº 1592 de 21 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - A retificação do ato concessório de pensão pós morte, cujo benefício é concedido com fundamento da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º, inciso II do artigo 40 da Constituição Federal/88, com redação dada pela EC nº 41/2003.

Art. 2º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
08 de março de 2012  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em exercício

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração

**Extrato de Edital 08/2012 FMS**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EM ODONTOLOGIA/ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS Nº 08/2012 - FMS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob nº. 10.469.199/0001-55, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/93, estará recebendo a partir do dia 15 à 20/03/2012, no período das 07:30 às 13:00 horas, no endereço rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, no Departamento de Odontologia, propostas de prestadores de serviços pessoa física, para prestar atendimento ambulatorial em ODONTOLOGIA/



atendimentos especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS no município de Rio do Sul. O edital completo pode ser solicitado pelo fone (47) 3531-1439 ou e-mail sau.odonto@riodosul.sc.gov.br ou ceoriodosul@gmail.com  
Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Credenciamento:

Anexo I - Documentação necessária para Credenciamento;  
Anexo II - Minuta de Contrato;  
Anexo III - Declaração de retirada de edital;  
Anexo IV - Requerimento;  
Anexo V- Declaração de concordância;  
Anexo VI - Tabela de Títulos / Especialização.

#### I - DO OBJETO

1.1- O objeto do presente Edital tem por finalidade a contratação de prestadores "pessoa física" para prestar atendimento ambulatorial em odontologia/atendimentos especializados, conforme detalhamento abaixo, em regime de pró-labore (por produção), para os usuários do SUS no município de Rio do Sul, conforme minuta de contrato constante no ANEXO II deste edital.

Especialidade Odontológica	Nº. Profissionais	Valor Mensal / Teto
Cirurgião Dentista - Clínico	3	1.800,00

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2012.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde

#### Aditivo 302/2012 FMS

TERMO ADITIVO 302/2012 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Pelo presente termo aditivo ao Contrato Administrativo de Locação, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, sediado na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representado pela sua gestora, Sr<sup>a</sup> Sueli Terezinha de Oliveira, doravante denominado LOCATÁRIO e de outro lado o Sr. Ademair Raitz, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 889.993.359-68, daqui em diante denominado de LOCADOR, entre si celebram o presente Aditivo de Contrato de Locação, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de imóvel com as características necessárias para a execução de serviços básicos de saúde, localizado no bairro Progresso. Dados do Imóvel: matrícula 22779, área do lote 514,45 m<sup>2</sup>, área construída 140,00 m<sup>2</sup>, localizado na Estrada São Bento, 1620, no bairro Progresso, conforme Dispensa de Licitação 12/2011 FMS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O aluguel sofrerá o reajuste na ordem de 3,43% com base no IGP-M acumulado fevereiro/2011 à fevereiro/2012, passando a vigorar com o valor de R\$ 775,72 (setecentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

Prorroga-se a vigência do contrato de locação de imóvel para mais doze meses, vigindo a partir de 05 de março de 2012 até 04 de março de 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e do edital tipo Dispensa de Licitação 12/2011 FMS não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 05 de março de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA ADEMAR RAITZ  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde Locador

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução Nº 645

RESOLUÇÃO No 645, DE 13 DE MARÇO DE 2012

Autoriza pagamento de 1 e ½ (uma e meia) diária, inscrição e indenização de transporte a Vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 1 e ½ (uma e meia) diária ao Vereador José Thomé, no valor de R\$ 390,28 (trezentos e noventa reais e vinte e oito centavos), para participar do 49º Simpósio Brasileiro de Prefeitos, Vereadores, Secretários e Assesores Municipais, a ser realizado nos dias 23 e 24 de março de 2012, tendo como local o Auditório das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, situado a Avenida Itamarati, 160 - Itacorubi - Florianópolis - SC.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 397,00 (trezentos e noventa e sete reais) ao participante.

Art. 3º A indenização de transporte em veículo particular, no trecho compreendido entre os municípios de Rio do Sul e Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588/10.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 13 de março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

ROBERTO SCHULZE

Vice Presidente da Mesa

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

#### Portaria Nº 647/12

PORTARIA No 647, DE 12 DE MARÇO DE 2012

Autoriza o Gozo de Férias ao Funcionário Domício Prado Duarte

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa



Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 de abril a 01 de maio de 2012, ao Funcionário Domício Prado Duarte, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2011 - 2012, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 12 de março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 022, de 09 de Março de 2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 022, de 09 DE MARÇO DE 2012

Dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Prestações e do Plano de Custeio do Fundo do Sistema Municipal de Assistência dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, e dá outras providências.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

##### DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

##### Seção Única Da Reestruturação

Art. 1º O Fundo do Sistema Municipal de Assistência dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - SIMA instituído pela Lei Complementar nº 002/98, administra e gerencia, exclusivamente, o Plano de Saúde dos servidores públicos municipais, detentores de cargo de provimento efetivo, ativos e inativos, e seus respectivos dependentes, assegurando meios imprescindíveis de proteção à saúde, em caráter preventivo ou curativo, obedecidos os ditames constantes desta Lei.

§1º Entende-se, para efeitos desta Lei, por meios imprescindíveis de proteção à saúde, os procedimentos de consulta médica e os ambulatoriais.

§2º O Fundo do Sistema Municipal de Assistência dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso adotará a nomenclatura Fundo de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ficando mantida e consignada a adoção da sigla "SIMA".

§3º O prazo de duração do SIMA é indeterminado.

Art. 2º O SIMA rege-se pelos seguintes princípios:

I - caráter democrático da administração, com participação de representantes da Administração Pública e dos servidores, ativos e inativos, nos órgãos colegiados;

II - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo;

III - pleno acesso dos participantes às informações relativas à sua gestão;

IV - caráter contributivo facultativo para os integrantes do Plano

de Saúde indicados no art. 3º, observadas as relações financeiras necessárias para sua manutenção;

V - necessidade de adesão expressa pelos participantes e pensionistas;

VI - participação contributiva obrigatória da Administração Municipal, na forma prevista no artigo 39 desta Lei.

#### TÍTULO II

##### DAS CATEGORIAS PROTEGIDAS PELO SIMA

Art. 3º O Plano de Saúde administrado pelo SIMA terá as seguintes categorias de integrantes:

I - Participantes;

II - Beneficiários;

III - Pensionistas.

Parágrafo único. A inclusão de novas categorias de integrantes deverá respeitar limites orçamentários, financeiros e atuariais, bem como a indicação expressa em lei.

#### CAPÍTULO I

##### DOS PARTICIPANTES

Art. 4º Podem aderir ao Plano de Saúde administrado pelo SIMA na condição de participantes, exclusivamente:

I - o servidor ativo, titular de cargo de provimento efetivo da Administração Municipal de Salto Veloso, incluído suas autarquias e fundações;

II - o servidor ativo, titular de cargo de provimento efetivo da Câmara de Vereadores Municipal;

III - os servidores inativos cuja aposentadoria é administrada e mantida pelo IPRESVEL.

§1º A falta de conclusão do estágio probatório não vedará a possibilidade de adesão ao Plano de Saúde administrado pelo SIMA.

§2º Para o servidor inativo participar do SIMA deve:

I - ter a condição de participante do SIMA como servidor ativo na data da concessão de sua aposentadoria;

II - comprovar o recolhimento ininterrupto de 36 contribuições mensais e consecutivas, imediatamente anteriores a obtenção da condição de aposentado.

Art. 5º Os participantes definidos nos incisos I e II do art. 4º, que ocuparem dois cargos de provimento efetivo acumulável, na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República, contribuirão ao SIMA em relação aquele de maior remuneração.

§1º Os participantes definidos nos incisos I e II do art. 4º que forem nomeados, indicados ou designados para desenvolverem funções de confiança ou perceberem gratificação de função, contribuirão para o SIMA sobre a remuneração-de-contribuição definida no art. 43 desta Lei.

§2º Os participantes definidos nos incisos I e II do art. 4º que forem nomeados, indicados ou designados para proverem cargo de comissão, contribuirão para o SIMA sobre a remuneração-de-contribuição definida no art. 43 desta Lei.

§3º Os participantes definidos nos incisos I e II do art. 4º que forem nomeados, indicados, designados ou eleitos para exercerem a atividade de Secretário Municipal ou Prefeito, contribuirão para o SIMA sobre a remuneração-de-contribuição definida no art. 43 desta Lei.

§4º Os participantes definidos nos incisos I e II do art. 4º que exercerem o mandato de Vereador Municipal, contribuirão para o SIMA sobre a remuneração-de-contribuição definida no art. 43 desta Lei.

Art. 6º Os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que estejam enquadrados na condição indicada no art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98, também poderão contribuir para o SIMA, estando seus dependentes amparados pelo Plano de Saúde, enquanto a condição de participante do titular estiver mantida.

Art. 7º O participante definido no inciso III do art. 4º que possuir



duas aposentadorias pagas pelo IPRESVEL, decorrentes da ocupação de cargos de provimento efetivo acumulável na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República, contribuirão ao SIMA em relação aquele de maior provento, excluída a parcela paga a título de salário-família.

Art. 8º O participante definido nos incisos III do art. 4º que retornar à Administração Municipal para prover cargo comissionado, contribuirá para o SIMA apenas sobre o valor percebido a título de proventos de aposentadoria, excluída a parcela paga a título de salário-família.

Art. 9º Caso verifique-se a existência de participantes do SIMA casados ou que mantenham união estável com servidores ativos ou inativos do Poder Executivo ou Legislativo, deve ser observada a seguinte disposição:

I- caso apenas um dos cônjuges ou conviventes participem do SIMA, deve ser exigida a adesão daquele que detiver a maior remuneração;

II - fica facultada a participação de ambos os servidores, cônjuges ou conviventes;

III - fica vedada a designação de dependente que tenha a condição de servidor(a) efetivo(a).

§2º Caso os servidores adotem a faculdade disposta no inciso II desta artigo, as despesas realizadas por cada um dos participantes e seus respectivos dependentes designados não se comunicam, sendo descontadas em relação à remuneração de quem a utilizou.

§3º Caso um dos participantes do SIMA casados ou que mantenham união estável com servidores ativos ou inativos do Poder Executivo ou Legislativo que venham a falecer e, sendo verificado o registro de débitos deste com o Plano de Saúde, o cônjuge ou companheiro remanescente assumirá integralmente o débito.

Art. 10 Apenas poderão ser concedidas licenças sem vencimentos aos servidores que não se encontrarem com nenhum débito com o SIMA à época do pedido.

§1º A Administração Municipal deverá coletar obrigatoriamente informações junto ao SIMA, em documento próprio, por escrito, acerca da ausência ou não de débitos do servidor solicitante de licença sem vencimento.

§2º No ato do deferimento da licença sem vencimento a Administração Municipal deverá coletar a carteira ou outro documento que viabilize a utilização do plano de saúde pelo servidor licenciado, assim como de seus dependentes.

§3º Caso a Administração Municipal não providencie os procedimentos indicados nos §§ 1º e 2º deste artigo, será configurada sua responsabilidade solidária para pagamento de eventuais débitos.

§4º O servidor licenciado sem vencimentos fica automaticamente desligado do Plano de Saúde administrado pelo SIMA, na data fixada para o início da licença.

§5º O servidor licenciado ao retornar para suas atividades poderá ingressar novamente no Plano de Saúde, devendo, contudo respeitar a carência indicada no art. 15.

## Seção Única

### Da Manutenção e da Perda da Qualidade de Participante

Art.11 Para consolidar a qualidade de participante do Plano de Saúde administrado pelo SIMA é condição obrigatória a assinatura do Termo de Adesão, no qual o servidor efetivo, ativo ou inativo, manifestará expressamente sua vontade em receber a proteção à saúde nos termos, direitos e deveres definidos nesta Lei, e especialmente:

I - reconhecerá seu caráter contributivo;

II - designará seus dependentes, quando existirem.

§1º Os servidores, ativos e inativos, vinculados ao SIMA, na data de edição desta Lei deverão obrigatoriamente serem recadastrados e efetivarem assinatura de Termo de Adesão para manterem

sua condição de participantes.

§2º A adesão indicada no §1º deste artigo deverá ser realizada no prazo máximo de quinze dias após a edição da Lei.

§3º Os servidores que não efetivarem seu recadastramento com a assinatura do Termo de Adesão serão automaticamente desligados do Plano de Saúde administrado pelo SIMA.

§4º Os servidores desligados na forma do §3º para serem novamente vinculados ao SIMA deverão atender a carência estabelecida no art. 15.

Art. 12 O Termo de Adesão conterá, expressa e obrigatoriamente, os seguintes itens e condições:

a) nome completo, observado o constante da Carteira de Identidade;

b) data de nascimento;

c) número da Carteira de Identidade, data de expedição e órgão expedidor;

e) número do CPF e data de expedição;

f) nacionalidade;

g) naturalidade;

h) estado civil;

i) matrícula funcional;

j) endereço residencial completo;

k) cargo que ocupa na Administração Municipal, e sua natureza;

l) autorização expressa para efetivar o desconto da contribuição para manutenção do Plano de Saúde, diretamente na folha de pagamento, bem como os demais valores relativos às despesas complementares com saúde;

m) reconhecimento de todas as determinações contidas nesta Lei, seus deveres e direitos como participante, legalmente habilitado;

n) declaração expressa e nominal de quem são seus dependentes designados, que possuirão a condição de beneficiários do Plano de Saúde;

o) declaração expressa da existência de filhos maiores de 18 (dezoito) anos possuidores de invalidez permanente;

p) autorização expressa para descontar valores advindos de rescisão de contrato de trabalho, em face de exoneração ou demissão, a pedido ou de ofício, quaisquer débitos existentes com o Plano de Saúde;

q) reconhecimento das carências contributivas indicadas nesta Lei;

r) permanência no Plano de Saúde por no mínimo 12 meses após a assinatura do Termo de Adesão;

s) especificação do pagamento de juros de mora e correção monetária para as parcelas pagas em atraso;

t) autorização de desconto de valores relativos a débitos para com o SIMA nos valores pagos a título de rescisão decorrente de qualquer situação, excetuada a realizada em face a obtenção de aposentadoria;

u) demais condições relativas a direitos, deveres e quanto à operacionalização do Plano de Saúde.

§1º No ato de assinatura do Termo de Adesão o servidor deverá apresentar documentos que comprovem a situação legal de seus dependentes.

§2º Os servidores que ingressarem nos Quadros da Administração Municipal após a edição desta Lei deverão, obrigatoriamente, para tornarem-se participantes do Plano de Saúde, apresentar cópia de seu exame admissional, que observará o contido na legislação municipal.

§3º Todo servidor que aderir ao Plano de Saúde, na forma desta Lei, deverá preencher o documento de Declaração de Saúde, com boa-fé e veracidade, indicando se possui ou não doença pré-existente.

§4º Quaisquer informações indevidas ou fraudulentas realizadas pelos participantes e que acarretem seu registro no Termo de Adesão, serão consideradas insubsistentes, sem prejuízo do levantamento da responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 13 A perda da qualidade de participante decorrerá:

I - pela vontade expressa, observada a carência determinada na



alínea "q" do art. 12 e do art. 32;

II - pela exoneração ou demissão do cargo de provimento efetivo;  
III - pela cassação da aposentadoria, dada a configuração de ato de improbidade administrativa ou criminoso, devidamente configurada por sentença penal transitada em julgado;

IV - pelo falecimento.

§1º Apenas será concretizada a perda da qualidade de participante, na forma do inciso II do caput, após o efetivo trâmite administrativo, necessário para gerar a vacância do cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal.

§2º Fica estabelecido como procedimento preliminar e obrigatório à Administração Municipal, em caso de exoneração ou demissão do servidor, a coleta de informações junto ao SIMA quanto à existência ou não de débitos com o Plano de Saúde.

§3º Caso existam débitos com o SIMA, a Administração Municipal deverá proceder a retenção dos valores no Termo de Rescisão, observado o disposto no art. 12, alínea "p".

§4º Caso ainda persistam débitos com o SIMA deverá o servidor ser encaminhado à sede da administração do Plano de Saúde para efetivar parcelamento da dívida.

§5º Para que haja a perfeita publicação do ato de exoneração, a Administração Municipal deverá providenciar anteriormente o recolhimento da Carteira de Participante do Plano de Saúde administrado pelo SIMA, bem como de seus dependentes, sob pena de em não o fazendo, arcar com qualquer despesa que o ex-servidor realizar após seu desligamento funcional.

§6º Caso a exoneração seja a pedido do servidor, o mesmo deverá entregar sua carteira de participante e a de seus dependentes no momento em que realizar o pedido de exoneração, sem as quais seu pedido não será processado.

§7º A perda da qualidade de participante importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.

Art. 14 O servidor que for exonerado para prover imediatamente novo cargo de caráter efetivo na Administração Municipal de Salto Veloso não necessitará cumprir prazo de carência para fruir a assistência do Plano de Saúde, devendo, contudo, efetivar a assinatura de novo Termo de Adesão.

§1º Compreende-se como imediato o ingresso ocorrido em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a exoneração no cargo de provimento antigo.

§2º Caso o servidor possua débitos com o Plano de Saúde, realizados por força de seu cargo antigo, estes serão automaticamente transferidos para o novo cargo, sendo os valores debitados de sua nova folha de pagamento.

Art. 15 Caso o participante, na forma estabelecida pelo inciso I do art. 13, requeira seu desligamento do Plano de Saúde, apenas poderá reingressar e usufruir do mesmo após realizar 6 (seis) contribuições mensais e consecutivas.

Parágrafo único. As contribuições dispostas no caput não poderão ser antecipadas.

## CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 16 São considerados beneficiários do SIMA, os seguintes dependentes dos participantes:

I - o(a) cônjuge;

II - o(a) companheiro(a);

III - o(a) filho(a) não emancipado(a) de qualquer condição, menor de dezoito anos;

IV - o(a) filho(a) de qualquer condição, maior de dezoito anos e menor de vinte e quatro anos e que esteja comprovadamente frequentando curso universitário ou técnico, observado o constante no art. 17.

§1º Apenas os filhos maiores de 18 anos, cuja invalidez foi comprovadamente contraída antes desta idade, poderão permanecer com a condição de dependentes designados.

§2º Os dependentes usufruirão de todos os procedimentos assegurados à manutenção de sua saúde estabelecidos nesta Lei, excetuando-se a utilização do Plano de Saúde pelos mesmos no caso de terem sofrido acidente de trabalho.

§3º O participante não poderá eleger e inscrever novos dependentes designados enquanto possuir débitos com o SIMA, excluídos os recém-nascidos durante seus primeiros trinta dias de vida.

§4º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantém união estável com o(a) participante.

§5º Entende-se por união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§6º A união estável será comprovada através da apresentação de no mínimo 3(três) dos seguintes documentos:

I - declaração de Imposto de Renda do participante em que conste o dependente;

II - anotações constantes da Carteira de Previdência Social;

III - prova do mesmo domicílio;

IV - declaração especial feita perante tabelião;

V - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

VI - apólice de seguro da qual conste o participante como instituidor do seguro e o beneficiário como seu assegurado.

§7º Entende-se por encargos domésticos evidentes a existência de sociedade e comunhão de atos da vida civil, todos os gastos referentes à manutenção pessoal tais como alimentação, vestuário, medicamentos, etc., e/ou do imóvel utilizado pelo casal, tais como móveis, utensílios, consertos, contas de luz/água/telefone/gás/IPTU, etc., desde que os comprovantes estejam em nome de um e de outro, neste caso com no mínimo três documentos por beneficiário, ou de ambos com no mínimo dois documentos, constando o mesmo endereço e próximos à data do evento de inscrição ou do óbito.

§8º O(A) ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) não possuirá a condição de beneficiário, ainda que receber pensão alimentícia, salvo determinação judicial.

§9º A separação de fato acarreta a perda da qualidade de dependente.

§10 O participante deverá informar ao SIMA, por declaração escrita e expressa que não convive mais com a(o) esposa(o) ou companheira(o), autorizando o fundo a desligar este beneficiário do Plano de Saúde.

§11 Caso o participante resolva inscrever o dependente designado que foi desligado na forma do §10, será instituída a carência de 6 (seis) meses para que o mesmo possa utilizar-se dos serviços do Plano de Saúde.

§12 Consideram-se emancipados os filhos que:

I - obtiverem a concessão da maioria dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - se casarem;

III - exercerem emprego público de caráter efetivo;

IV - colarem grau em curso de ensino superior;

V - possuírem estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

§13 Os(as) filhos(as) menores de 18 (dezoito) anos que mantiverem união estável estarão automaticamente desligados(as) do Plano de Saúde, devendo ser providenciada a devolução das carteiras ou outro documento que autorize a utilização do Plano.

§14 A comprovação da união estável definida no §13 será objeto de Resolução emitida pelo Conselho Administrativo.

§15 A utilização indevida do Plano de Saúde por filhos(as) que mantém união estável acarretará a aplicação da multa disposta no §3º do art. 18.

Art. 17 Para que o(a) filho(a) de qualquer condição, maior de



dezoito anos e menor de vinte e quatro anos permaneça protegido pelo Plano de Saúde estabelecido por esta Lei, deverão ser implementadas as seguintes condições:

I - comprovação do ingresso e a frequência em curso universitário através de Certidão expedida por entidade universitária devidamente reconhecida e/ou autorizada pelo MEC;

II - comprovação da frequência anual, através de Declaração expedida pela entidade universitária a que está vinculado;

III - declaração expressa, realizada pelo participante, em documento próprio do SIMA, da inexistência do(a) filho (a) encontrar-se casado(a) ou conviver em regime de união estável, ainda que viva às expensas do participante;

IV - declaração expressa, realizada pelo participante, em documento próprio do SIMA, da inexistência do(a) filho (a) possuir estabelecimento civil ou comercial, com economia própria;

Parágrafo único. Após completar 18 (dezoito) anos de idade, casar ou manter união estável, ou caso possua estabelecimento civil ou comercial, com economia própria, os filhos não poderão usufruir do Plano de Saúde, ainda que estejam frequentando curso universitário.

#### Seção Única

#### Da Manutenção e da Perda da Qualidade de Dependente

Art. 18 A qualidade de dependente está vinculada à manutenção da qualidade de participante e da conservação dos requisitos previstos nesta Seção.

§1º A implementação dos quesitos para manutenção da qualidade de dependente poderá ser verificada pela Diretoria do SIMA a qualquer tempo, podendo inclusive ser instaurado procedimento administrativo para tanto.

§2º O préstimo de informações supervenientes que possam acarretar a exclusão de dependentes é de inteira responsabilidade do participante.

§3º A utilização do Plano de Saúde por dependentes que perderam tal qualidade acarretará o pagamento de multa contratual no valor de 12 (doze) contribuições mensais e suspensão da utilização dos procedimentos ambulatoriais por 6 (seis) meses.

§4º A multa prevista no §3º será descontada em doze parcelas mensais e sucessivas do pagamento do participante.

Art. 19 A perda da qualidade de beneficiário ocorre:

I - para o(a) cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio;

b) pela separação de fato;

c) pela anulação do casamento;

d) pelo óbito;

e) por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o(a) participante;

III - para os filhos, de qualquer condição:

a) ao completarem dezoito anos de idade, excetuada a permanência até os 24 anos, observado ao disposto no art. 17 desta Lei;

b) pela emancipação;

c) pela cessação da invalidez;

d) pelo óbito.

Parágrafo único - A perda da qualidade dos filhos observará as disposições contidas no art. 17 desta Lei.

#### CAPÍTULO III

#### DOS PENSIONISTAS

Art. 20 Os pensionistas que recebem proventos de pensão por morte, em decorrência do óbito de servidores da Administração Municipal, administrados e mantidos pelo IPRESVEL.

§1º É requisito essencial que os pensionistas que aderirem ao Plano de Saúde já possuam inscrição no SIMA na condição de dependentes designados, na data do óbito do servidor ativo ou inativo detentor da condição de participante.

§2º Os pensionistas deverão contribuir sobre seus proventos de

pensão totais.

§3º A falta de apresentação do documento apontado no §2º ensejará a suspensão da utilização do Plano de Saúde.

§4º A operacionalidade do pagamento da contribuição ao SIMA para os pensionistas será devidamente prevista no Termo de Adesão.

§5º Os pensionistas não poderão inscrever dependentes, sendo sua adesão pessoal e intransferível.

Art. 21 A cessação do recebimento de proventos de pensão por morte acarretará a perda da qualidade de pensionista e a consequente impossibilidade de participação do Plano de Saúde administrado pelo SIMA.

#### CAPÍTULO IV

#### Da Adesão ao SIMA

Art. 22 Para efetivação da adesão ao Plano de Saúde, além do reconhecimento do Termo de Adesão estipulado no art. 12, será necessária a formalização de inscrição através da apresentação de documentos do participante e de seus dependentes designados, para comprovação de dados pessoais e outros elementos necessários e úteis às suas caracterizações, observando-se a contemporaneidade de tais atos.

Art. 23 Constará no processo de adesão dos participantes as informações acerca do ato administrativo de nomeação para o cargo de provimento efetivo, do Termo de Posse e a Ficha de Assentamento Individual, com seus respectivos documentos comprobatórios e o exame médico realizado para o ingresso na Administração Pública Municipal para o efetivo exercício do cargo, bem como as seguintes informações, que devem ser comprovadas através de documentos pertinentes:

I - nome completo, observado o constante da Carteira de Identidade;

II - data de nascimento;

III - nome da mãe e do pai;

IV - número da Carteira de Identidade e data de expedição, mediante apresentação de fotocópia;

V - número do CPF e data de expedição, mediante apresentação de fotocópia;

VI - nacionalidade;

VII - naturalidade;

VIII - estado civil, se casado apresentar fotocópia da Certidão de Casamento;

IX - número do Certificado de Reservista ou Certidão de Isenção do Serviço Militar, se for o caso;

X - nome do (a) esposo (a);

XI - nome dos filhos, mediante apresentação da fotocópia da Certidão de Nascimento;

XII - data de nascimento dos filhos;

XIII - número da matrícula funcional, classe, referência, nível;

XIV - nome do cargo de provimento efetivo que ocupa na Administração ou de seu reenquadramento;

XV - número da Portaria ou Decreto de sua nomeação e a data de expedição;

XVI - número do Título de Eleitor;

XVII - número no PASEP;

XVIII - número da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

XIX - endereço residencial e caso queira o segurado indicar outro endereço para correspondência, mediante apresentação de documento que confirme o endereço indicado.

Art. 24 Os beneficiários serão inscritos mediante a remessa pelo participante dos documentos definidos no §4º deste artigo, que comprovem tal condição ao SIMA.

§1º O fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependentes do participante deve ser comunicado ao SIMA, por



ato de ofício do Setor de Pessoal, com as provas cabíveis, ou por iniciativa do participante.

§2º O(A) participante casado(a) não poderá realizar a inscrição de companheira(o), salvo se comprovadamente separado de fato, devendo para tanto assinar declaração perante o SIMA.

§3º Os beneficiários e pensionistas excluídos de tal condição em razão desta Lei têm suas inscrições tornadas nulas de pleno direito.

§4º Para inscrição dos beneficiários, nos termos do §1º, devem ser coletados os seguintes documentos:

I - para o cônjuge:

a) fotocópia da certidão de casamento civil ou religioso;

b) fotocópia da carteira de identidade;

c) fotocópia do CPF;

II - para o(a) companheiro(a): fotocópia da Carteira de Identidade e Certidão de Nascimento de filhos em comum e, quando uns dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, Certidão de Casamento com averbação do desquite, separação ou divórcio, ou em caso de viuvez, a Certidão de Óbito;

III - para os filhos:

a) fotocópia da Certidão de Nascimento;

b) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do SIMA, para maiores de 18 (dezoito) anos de idade;

c) declaração do participante na qual conste que o beneficiário menor de 18 (dezoito) anos de idade não é emancipado;

d) certidão judicial de adoção, quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data da vigência da Lei federal nº 8.069/90.

§5º A manutenção da inscrição dos filhos maiores de 18 anos deve observar as disposições do art. 17 desta Lei.

### TÍTULO III

#### DO PLANO DE SAÚDE

Art. 25 O Plano de Saúde compreende a prestação de serviços médicos, exclusivamente na modalidade laboratorial e radiológica e de consultas, com cobertura nestas modalidades nos termos da Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações, com abrangência em todo território nacional, excluindo-se taxativamente as seguintes coberturas:

I - consultas, realizadas antes da assinatura do Termo de Adesão;

II - consultas, e exames no exterior;

III - internações e tratamento clínico ou cirúrgico experimental;

IV - inseminação artificial;

V - procedimentos clínicos e cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

VI - fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

VII - fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar;

VIII - fornecimento de órteses, próteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico;

IX - tratamentos definidos como ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

X - transplantes, a exceção de córnea e rim;

XI - consultas domiciliares;

XII - medicação de manutenção para pacientes transplantados;

XIII - tratamentos clínicos e/ou cirúrgicos por motivo de senilidade, para rejuvenescimento, bem como para prevenção de envelhecimento, para emagrecimento ou ganho de peso, tratamento com finalidade estética, cosmética ou para alterações somáticas;

XIV - "check-up", investigação diagnóstica eletiva, em regime de internação hospitalar e necropsias;

XV - tratamentos realizados pela concepção da medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;

XVI - exames para piscina e ginástica;

XVII - exames admissionais e demissionais;

XVIII - tratamentos odontológicos de qualquer natureza, excluídos os que forem realizados em ambiente hospitalar e caracterizados

como urgência e emergência.

Art. 26 O Plano de Saúde, nos termos definidos, será implementado através da utilização de convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas de assistência médica em grupo.

§1º A escolha da entidade prestadora dos serviços do Plano de Saúde será realizada através de competente processo licitatório.

§2º Fica vedada a autorização do credenciamento de profissionais da saúde, para o préstimo de especialidades inexistentes nos convênios celebrados.

§3º Observada necessidade imperiosa a Administração Municipal poderá colocar à disposição do SIMA, sem qualquer ônus para este, junta médica para o reconhecimento da invalidez dos dependentes maiores de 18 anos.

Art. 27 Os procedimentos médicos e ambulatoriais ofertados pelo SIMA utilizados pelos servidores ativos que efetivarem Termo de Adesão ao Plano constituído na forma desta Lei, nos termos do art. 22 e 23, em decorrência de acidente de trabalho, legalmente comprovado, serão pagos em caráter integral pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Aos dependentes dos servidores ativos, aos servidores inativos e aos pensionistas fica expressamente vedado o pagamento pelo Tesouro Municipal de qualquer parcela por decorrência de acidente de trabalho.

### CAPÍTULO I

#### DAS COBERTURAS

Art. 28 A cobertura relativa às consultas médicas e aos exames laboratoriais pelo Plano de Saúde administrado pelo SIMA será de 70% (setenta por cento), devendo a diferença dos valores ser paga por quem utilizá-la.

§1º A utilização de procedimentos laboratoriais pelo participante e seus dependentes é ilimitada, devendo obrigatoriamente ser o pedido de concessão do exame ser acompanhado de documento, manual ou eletrônico, expedido pelo profissional médico responsável, conveniado ou credenciado a empresa que presta serviços ao Plano de Saúde.

§2º A utilização de procedimentos laboratoriais pelos pensionistas é ilimitada, devendo obrigatoriamente ser o pedido de concessão do exame ser acompanhado de documento, manual ou eletrônico, expedido pelo profissional médico responsável, conveniado ou credenciado a empresa que presta serviços ao Plano de Saúde.

Art. 29 Os débitos relativos ao custeio de procedimentos de consultas médicas e aos exames laboratoriais poderão ser amortizados em prestações mensais de 20% (vinte por cento) da remuneração ou proventos de aposentadoria ou pensão, acrescido de juros da seguinte forma:

I - se o parcelamento for efetuado em até 3 (três) parcelas não haverá incidência de juros;

II - se o parcelamento for efetuado em número de parcelas iguais ou superiores a 4 (quatro), será adotado o sistema francês de amortização e as parcelas serão corrigidas pelo INPC.

Parágrafo único. Entende-se por remuneração, para efeito do disposto no caput, o valor total recebido pelo servidor, deduzidas apenas as parcelas relativas a consignações obrigatórias, determinadas por lei e as tipificadas como de caráter transitório tirar



Art. 30 Para utilização de todos os procedimentos estabelecidos e ofertados nesta Lei e no Plano de Saúde os participantes, seus dependentes e os pensionistas deverão obrigatoriamente solicitar autorização ao SIMA.

Parágrafo único. Caso haja necessidade da utilização dos procedimentos em finais de semana e feriados, o SIMA deve ser comunicado no primeiro dia útil seguinte.

#### Seção I Da Carência

Art. 31 A carência inicial para utilização do Plano de Saúde administrado pelo SIMA é de 6 (seis) contribuições mensais e sucessivas, contadas a partir da efetivação do recolhimento da primeira contribuição e da assinatura do Termo de Adesão.

§1º Entende-se por carência o número mínimo de contribuições necessárias para fruir da assistência médica ofertada pelo SIMA.

§2º Não poderá haver antecipação das contribuições mensais com o intuito de abreviar o prazo fixado para a carência.

§3º A comprovação do recolhimento das contribuições será realizada através da apresentação das seis folhas de pagamento posteriores à data da assinatura do Termo de Adesão.

§4º A carência determinada no caput deste artigo será aplicada:

I - aos servidores que ingressarem no Quadro da Administração Municipal após a publicação desta Lei;

II - aos servidores que ingressaram na Administração Municipal antes da edição desta Lei e que não assinaram o Termo de Adesão nos termos do art. 11 e seus parágrafos.

§5º Os dependentes dos servidores que não estiverem vinculados ao SIMA na data de edição desta Lei e os que sejam inscritos pelo servidor ativo ou inativo na condição de titular, após a data do Termo de Adesão, obedecerão a carência contida neste artigo.

#### Seção II Do Desligamento do Plano de Saúde

Art. 32 O desligamento do Plano de Saúde poderá ocorrer a qualquer momento através da perda da qualidade ou a pedido voluntário, todavia neste último caso o participante, beneficiário ou pensionista deverá realizar a solicitação em documento próprio fornecido pelo SIMA até o dia 15 (quinze) de cada mês devendo entregar sua Carteira referente ao Plano de Saúde e a de seus dependentes.

Parágrafo único. O Termo de Adesão assinado pelo integrante do Plano de Saúde autorizará que os débitos remanescentes sejam automaticamente descontados de sua remuneração ou provento conforme metodologia de parcelamento definida nesta Lei.

Art. 33 A vinculação dos servidores municipais, ativos e inativos, e seus dependentes e dos pensionistas ao SIMA, na condição de participantes e beneficiários, impossibilita seu atendimento pelo SUS - Sistema Único de Saúde, nos termos e determinações de legislação federal específica.

Parágrafo único. Caso o servidor, ativo e inativo, e seus dependentes ou os pensionistas inscritos no SIMA utilizarem o SUS, a cobrança dos valores devidos ao sistema geral de saúde serão cobrados.

### CAPÍTULO II DO CUSTEIO DO PLANO DE SAÚDE

#### Seção I Das Contribuições

Art. 34 O patrimônio do SIMA é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outra entidade, e será formado pelas seguintes fontes de receita:

I - contribuições mensais do Município, compreendido o Poder Executivo e o Poder Legislativo;

II - contribuições mensais dos participantes, definidos no art. 4º

desta Lei;

III - contribuições mensais dos pensionistas, definidos no art. 19, desta Lei;

VI - ressarcimento parcial ou total, pelos participantes ou pensionistas, do custo dos serviços utilizados;

VII - doações, subvenções, auxílios, legados e outras receitas eventuais;

VIII - receitas decorrentes de investimentos e aplicações patrimoniais;

IX - receitas decorrentes do ativo imobiliário;

X - multas e correção monetária, decorrentes de contribuições recebidas em atraso;

XI - bens, direitos e ativos;

XII - outros recursos consignados no orçamento do Município;

XIII - rendas e receitas diversas, não previstas nos itens precedentes.

§1º As receitas financeiras do SIMA serão depositadas em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento público de crédito.

§2º A correção monetária indicada no inciso X terá por indexador o INPC, ou qualquer outro índice que o substitua.

§3º O Município deverá verter para o SIMA sua contribuição e a dos servidores ativos e inativos que sejam participantes do Plano de Saúde, até o décimo dia do mês subsequente.

§4º O IPRESVEL deverá repassar para o SIMA a contribuição recolhida dos servidores inativos e pensionistas até o décimo dia do mês subsequente.

Art. 36 Toda e qualquer contribuição vertida para o SIMA deverá ser utilizada apenas para a implementação do Plano de Saúde ofertado aos servidores, ativos ou inativos, seus dependentes, e os pensionistas, ressalvada a utilização dos recursos para o pagamento das despesas de manutenção e taxas de administração. Parágrafo único. Fica vedada a transferência dos recursos do SIMA para qualquer outra finalidade, inclusive previdenciária.

Art. 37 Nenhuma prestação de serviços de saúde concedida pelo SIMA será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio.

Art. 38 Sem prejuízo de verificações eventuais será feita anualmente a revisão da situação econômico-financeira do SIMA, a fim de ser indicada qualquer providência necessária à utilização das fontes de receita.

Art. 39 Fica determinado que o Município de Salto Veloso efetuará contribuições ao SIMA, observada a aplicação progressiva das alíquotas de contribuição nos seguintes termos:

I - a partir de 01/01/2012: com 5% (cinco por cento) do conjunto total das remunerações-de-contribuição dos servidores vinculados ao SIMA, incluídas as férias e décimo-terceiro;

II - a partir de 01/01/2013: com 6% (seis por cento) do conjunto total das remunerações-de-contribuição dos servidores vinculados ao SIMA, incluídas as férias e décimo-terceiro;

III - a partir de 01/01/2014: com 7% do conjunto total das remunerações-de-contribuição dos servidores vinculados ao SIMA, incluídas as férias e décimo-terceiro.

Art. 40 Os servidores públicos municipais, detentores de cargo de provimento efetivo, vinculados ao SIMA, devem efetuar suas contribuições nos seguintes termos:

I - 5% (cinco por cento) do total das remunerações-de-contribuição, incluídas as férias e décimo-terceiro, assegurando o fornecimento dos serviços do Plano de Saúde, para si e para um dependente designado;

II - acréscimo de 1% (um por cento) a alíquota definida no inciso I deste artigo, do total das remunerações-de-contribuição, incluídas as férias e décimo-terceiro, assegurando o fornecimento dos serviços do Plano de Saúde, para outros dependentes designados, observado o conjunto máximo de 5 (cinco).

Art. 41 Os servidores públicos municipais inativos, vinculados ao



SIMA, devem efetuar suas contribuições nos seguintes termos:  
I - 5% (cinco por cento) do total dos proventos, incluído o décimo-terceiro, assegurando o fornecimento dos serviços do Plano de Saúde, para si e para um dependente designado;  
II - acréscimo de 1% (um por cento) a alíquota definida no inciso I deste artigo, do total dos proventos, incluído o décimo-terceiro, assegurando o fornecimento dos serviços do Plano de Saúde, para outros dependentes designados, observado o conjunto máximo de 5 (cinco).

Art. 42 Os pensionistas vinculados ao SIMA, devem efetuar suas contribuições a razão de 5% (cinco por cento) do total dos proventos, incluído o décimo-terceiro, assegurando o fornecimento dos serviços do Plano de Saúde, exclusivamente para si.

Art. 43 Para efeito de incidência das alíquotas de contribuição definidas nesta Lei, entende-se por remuneração-de-contribuição o somatório exclusivo do conjunto das seguintes parcelas remuneratórias, pagas pelo cargo de provimento efetivo:

- I - vencimento base;
- II - triênio (adicional por tempo de serviço);
- III - progressões, de qualquer natureza;
- IV - complemento de remuneração, para perfazer o valor pago a título de salário-mínimo ou piso municipal;
- V - complemento de remuneração, para perfazer o valor pago a título de piso nacional do magistério.

## Seção II Da Contabilidade do SIMA

Art. 44 Devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade:

- I - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do SIMA e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;
- II - a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, e alterações posteriores e a Lei Complementar 101/2000;
- III - o exercício contábil tem a duração de um ano civil;
- V - o SIMA deve elaborar, com base em sua escrituração contábil, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do seu patrimônio e as variações ocorridas no exercício, a saber:
  - a) balanço patrimonial;
  - b) demonstração do resultado do exercício;
  - c) demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;
- VI - o balanço anual deverá ser publicado anualmente.

Parágrafo único. Será garantido aos participantes e pensionistas vinculados ao SIMA, o conhecimento da saúde financeira do fundo, da seguinte forma:

- I - através da publicação dos balancetes mensais no mural da sede do SIMA;
- II - através da publicação dos balanços anuais em jornal de maior circulação no município ou regional.

## TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DO SIMA

### CAPÍTULO ÚNICO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 45 A organização do SIMA compor-se-á dos seguintes órgãos:  
I - Diretor-Executivo;  
II - Conselho Administrativo;  
III - Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O mandato dos membros dos órgãos indicados no caput será de 4 (quatro) anos, permitida a recondução por tão somente igual período, sendo obrigatória e renovação de 1/3 (um terço) dos membros a cada mandato.

Art. 46 Compete ao Diretor-Executivo do SIMA:

- I - representar o SIMA, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - participar das reuniões do Conselho Administrativo;
- III - movimentar as contas bancárias do SIMA;
- IV - gerenciar os recursos humanos concedidos para o SIMA;
- V - autorizar licitações e contratações;
- VI - prestar contas de sua administração;
- VII - prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;
- VIII - encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento;
- IX - apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal.

§1º O Diretor-Executivo poderá ser assistido em caráter permanente ou mediante serviços contratados por assessores incumbidos em colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos e jurídicos do SIMA.

§2º A emissão de cheques para pagamento de qualquer despesa do SIMA deverá sempre conter as assinaturas do Diretor-Executivo e do Tesoureiro.

Art. 47 O Diretor-Executivo do SIMA deve obrigatoriamente ter a condição de servidor efetivo e estável, e a natureza de seu cargo é uma função de confiança.

§1º O servidor que executar as atividades de Diretor-Executivo do SIMA perceberá uma gratificação de confiança correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais), que será custeada pelo Tesouro Municipal.

§2º O valor pago a título de gratificação de confiança será revisada pelo mesmo índice e na mesma data em que for concedida a revisão geral aos servidores ativos.

Art. 48 O Tesoureiro do SIMA deve obrigatoriamente ter a condição de servidor efetivo e estável.

§1º O Prefeito Municipal designará servidor para executar as atividades de tesouraria do SIMA.

§2º Ao servidor que executar atividades de tesouraria do SIMA não será paga gratificação de nenhuma natureza.

## Seção I Do Conselho Administrativo

Art. 49 As reuniões do Conselho Administrativo apenas poderão ser promovidas com a presença mínima de 06 (seis) de seus membros.

§1º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do seu Diretor-Executivo ou por solicitação de pelo menos 03 (três) de seus membros.

§2º O Conselheiro que, sem justa motivação, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas durante o exercício, terá seu mandato declarado extinto.

§3º As decisões do Conselho Administrativo serão promulgadas por Resolução.

Art. 50 Compete ao Conselho Administrativo:

- I - eleger o seu presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do SIMA;
- III - aprovar os planos de aplicações financeiras dos recursos do SIMA, bem como de seu patrimônio;
- IV - aprovar parcelamento de dívidas dos participantes e pensionistas;
- V - solicitar ao Executivo Municipal a abertura de créditos suplementares e especiais;
- VI - aprovar as contas do SIMA, após análise do Conselho Fiscal;
- VII - acompanhar a licitação para contratação do Plano de Saúde;
- VIII - deliberar sobre a aceitabilidade de doações e legados com encargos;
- IX - autorizar despesas extraordinárias, propostas pelo Diretor-Executivo;



X - fiscalizar os atos de gerenciamento do Diretor-Executivo.

Seção II  
Do Conselho Fiscal

Art. 51 As reuniões do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente promovidas mensalmente e apenas poderão ser realizadas com a presença de todos os conselheiros.

Art. 52 Compete ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu Presidente;
- II - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- III- pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Administrativo;
- IV - propor ao Conselho Administrativo medidas que julgar convenientes.

Art. 53 A divulgação dos atos e decisões dos órgãos e autoridades do SIMA tem como objetivo:

- I - dar inequívoco conhecimento deles aos participantes e pensionistas;
- II - possibilitar seu conhecimento público;
- III - produzir efeitos legais quanto aos direitos e obrigações deles derivados.

§1º O conhecimento das decisões, demais atos do SIMA, inclusive, em síntese, o contrato, convênio, o credenciamento, os acordos celebrados e a sentença judicial que implique pagamento de benefícios de assistência à saúde, deve ser dado mediante publicação no Jornal do Município ou outro órgão de divulgação oficialmente reconhecido.

§2º O SIMA só pode cumprir ato ou decisão de publicação obrigatória em boletim de serviço depois de atendida essa formalidade.

§3º O administrador que determina e o servidor que realiza pagamento sem observar o disposto neste artigo são civilmente responsáveis por ele, ficando sujeitos também às penalidades administrativas cabíveis.

TÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54 O SIMA gozará de todas as prerrogativas legais asseguradas à Administração Municipal de Salto Veloso, inclusive isenção de custas judiciais e emolumentos.

Art. 55 O Plano de Saúde disposto nesta Lei, entrará em vigor em 01/01/2012.

Parágrafo único - Fica a Administração Municipal, através da Diretoria do SIMA, autorizada a realizar competente procedimento licitatório para contratação do novo Plano de Saúde nos moldes determinados por esta Lei ou realizar os aditivos contratuais necessários a aplicação dos constantes neste diploma.

Art. 56. Os servidores que optarem pela exclusão do Plano de Saúde deverão, obrigatoriamente, entregar as atuais carteiras expedidas pelo Plano de Saúde em vigor, em seu nome e a de seus dependentes, estendida esta determinação aos pensionistas.  
Parágrafo único. Aqueles que optarem pela exclusão do Plano de Saúde autorizarão expressamente, em documento próprio, que os débitos apurados e comprovados após sua retirada serão parcelados e recolhidos diretamente na folha de pagamento.

Art. 57 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observadas as disposições especiais.

Art. 58 Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Lei municipal nº 002/98 e a Lei 1061/2002.

Salto Veloso (SC), 09 de março de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO  
Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1.451**

LEI N. 1.451, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

AUTORIZA A ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DA CÂMARA DE VEREADORES AO CONTADOR DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os serviços contábeis da Câmara de Vereadores de Salto Veloso poderão ser executados pelo Contador do Município, servidor efetivo do quadro do Poder Executivo, mediante a concessão de gratificação paga pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º. No caso de ser atribuído ao contador do Município os serviços contábeis da Câmara de Vereadores, este receberá uma gratificação de "Auxiliar Contábil - FC-01", criada pela Resolução Legislativa nº 002, de 24 de junho de 2009, cujo valor passa a ser de R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais) mensais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista na Lei de Orçamento em vigor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2012.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 12 de março de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO  
Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº 017/2012**

DECRETO Nº 017/2012, DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Homologa lista de produtos referentes à agricultura familiar para o exercício de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei ;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Lista de Produtos referente à Agricultura Familiar e seus respectivos valores, para aquisição mediante procedimento licitatório durante o exercício de 2012, conforme segue:

Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade estimada	Valor unitário R\$
Agnholine com carne bovina	kg	150	15,90
Alface	Unidades (pés)	300	1,00
Batata inglesa	kg	500	2,00
Beterraba	kg	70	2,00
Bolacha caseira com glacê	kg	120	12,00



Bolacha caseira da Nona	Kg		
40	14,50		
Bolacha caseira de coco	kg	40	14,50
Bolacha caseira de fubá	kg	65	12,70
Bolacha caseira de manteiga	kg	50	14,50
Bolacha caseira rosca com polvilho	Kg		
75	12,70		
Bolacha caseira sem gláçe	kg	75	10,60
Bolo doce sem recheio e com cobertura (laranja, chocolate, fubá, cenoura)	kg	200	
11,00			
Brócolis	Unidade (maço)	100	1,00
Caqui	kg	400	1,80
Cebola	kg	200	2,00
Cenoura	kg	200	2,00
Cuca recheada com 12 gomos sabor chocolate	Unidade com aproximadamente 1,5 kg	32	9,00
Cuca recheada com 12 gomos sabor coco	Unidade com aproximadamente 1,5 kg	32	9,00
Cuca recheada com 12 gomos sabor goiabada	Unidade com aproximadamente 1,5 kg	32	9,00
Cuca recheada com 12 gomos sabor nozes	Unidade com aproximadamente 1,5 kg	32	9,00
Cuca simples	Unid.	100	7,50
Doce de fruta	kg	30	12,00
Feijão preto	kg	400	3,60
Laranja pêra	kg	600	2,00
Macarrão caseiro colorido	kg	54	7,00
Macarrão caseiro tipo espaguete	kg	36	7,95
Macarrão caseiro tipo furado grosso	kg	90	7,95
Macarrão caseiro tipo talharim	kg	54	7,95
Melancia	kg	450	1,50
Nhoque	kg	60	12,00
Ovos de galinha	Dúzias	200	3,00
Pão caseiro branco	Unid.	100	6,50
Pão caseiro integral	Unid.	200	6,50
Ponkan	kg	600	1,80
Repolho branco	kg	250	0,50
Tomate	kg	200	2,00
Tortéi	kg	60	12,00
Uva	kg	200	2,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, em 17 de março de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO  
Secretário de Administração e Finanças

### Extrato de Contrato 0024/2012

Extrato de Contrato 0024/2012

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: Maria Eloiza Otto 03738763945

Objeto: Contratação de Empresa do ramo para ministrar: Aulas de Bateria, Violão e Acordeom; e Aulas de Canto e Coral, Vigência: ate 31/12/12

Valor: 35.700,00 reais

Processo Licitatório nº 0020/2012

PP nº: 009/2012

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 05 de março de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

### Extrato Dispensa 100/2012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2012

OBJETO: Contratação de empresa para realização de evento "Sessão de Negócios" no município de São Bento do Sul, conforme projeto em anexo.

CONTRATADO: SEBRAE - SERVIÇO APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SC.

VALOR: R\$ 11.800,00

SÃO BENTO DO SUL, 12 de março de 2012.

JAYME FUCK

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### Extrato Dispensa 103/2012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 103/2012

OBJETO: Contratação de empresa para realização de seminário de treinamento para funcionários com carga horária de 60 horas no período de 14 à 19/05/2012.

CONTRATADO: SEBRAE - SERVIÇO APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SC.

SÃO BENTO DO SUL, 12 de março de 2012.

JAYME FUCK



Diretor de Suprimentos e Patrimônio

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Extrato Dispensa 96/2012**  
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 96/2012

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração do projeto Programa de Aprendizagem Empreendedorismo e Inovação - PAIE no Bairro Serra Alta, conforme Plano de Trabalho em anexo e de acordo com o Art. 24 XIII da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Fundação Educacional da Região de Joinville - Campus São Bento do Sul.

VALOR: R\$ 54.241,00.

SÃO BENTO DO SUL, 09 de março de 2012.

JAYME FUCK

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Justificativa Dispensa 100/2012**  
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Contratação de empresa para realização de evento "Sessão de Negócios" no município de São Bento do Sul, conforme Dispensa de Licitação nº 100/12, art. 24 XIII, da Lei 8.666/93.

II - Contratado: SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica por ser um evento de negócios onde as empresas participantes apresentam para outras empresas suas demandas ou ofertas de produtos e/ou serviços num determinado espaço de tempo. É uma ferramenta que foi concebida para promover novas oportunidades de negócios, através de eventos ágeis e dinâmicos entre todas as empresas participantes. A Sessão de Negócios é um sistema dinâmico de reuniões comerciais em que cada empresário entra em contato direto com todos os demais participantes.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O SEBRAE é a única instituição a oferecer os referidos serviços onde promove a capacidade de geração de novos negócios otimizada, visto que irá potencializar o conhecimento por parte da comunidade empresarial local de diversos produtos e/ou serviços ali existentes, mas que são desconhecidos pelas empresas. O curso desenvolvido será em 02 (dois) dias sendo no dia 27 de abril e 17 de agosto de 2012.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 11.800,00 (onze mil, oitocentos reais) é compatível com os preços praticados no mercado para os serviços de treinamento.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração, Marco Rodrigo Redlich.

UWE STORTZ

Secretário de Desenvolvimento Econômico

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário De Administração

**Justificativa Dispensa 103/2012**  
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Contratação de empresa para realização de seminário de treinamento para funcionários com carga horária de 60 horas no período de 14 à 19/05/2012, conforme art. 24 XIII, da Lei 8.666/93.

II - Contratado: SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica através do programa Empretec, normatizar o processo de formação de educadores desse programa junto ao Sebrae/SC, bem como, estabelecer critérios para a composição das equipes quando existir demanda pelo workshop dentro do Estado de Santa Catarina.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O SEBRAE é a única instituição a oferecer os referidos serviços de Empretec - Desenvolvimento de Empreendedores que por meio de entrevistas, oficinas e vivências estimula mudanças de comportamento. O curso é desenvolvido em tempo integral com dedicação exclusiva, onde os participantes discutem e praticam técnicas de aperfeiçoamento e de desenvolvimento pessoal e gerencial, principalmente aquelas referentes às características do "comportamento empreendedor". O Empretec é uma parceria do Sebrae, entidade gestora do projeto em caráter nacional, com a Organização das Nações Unidas - ONU, organismo criador do projeto, junto a UNCTAD, para o desenvolvimento do potencial empreendedor.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) é compatível com os preços praticados no mercado para os serviços de treinamento.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração, Marco Rodrigo Redlich.

JAYME FUCK

Diretor de Suprimento e Patrimônio.

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH  
Secretário De Administração

**Justificativa Dispensa 96/2012**  
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Contratação de empresa para elaboração do Projeto Programa de Aprendizagem Empreendedorismo e Inovação - PAIE, no Bairro Serra Alta, conforme Plano de Trabalho em anexo, conforme art. 24 XIII, da Lei 8.666/93.

II - Contratado: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Fundação Educacional da Região de Joinville é empresa incumbida estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e, portanto,



passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, XIII da Lei 8.666/93. O projeto "PAIE" foi desenvolvido para fomentar o empreendedorismo local e está voltado prioritariamente às micro e pequenas empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, induzindo à geração de empregos e renda, e melhorando a qualidade de vida da população através da promoção dos princípios básicos da gestão empresarial. O projeto compreende 3 etapas sendo: 1ª etapa Conscientização e divulgação do projeto aos empresários e empreendedores locais; 2ª etapa Capacitação superintensiva em gestão empresarial a um grupo de 50 empresários/empreendedores e 3ª etapa mapeamento e georreferenciamento das empresas onde serão levantados dados cadastrais de cada empresa, formal ou não, atuantes e em pleno funcionamento; tendo como bairro escolhido o de Serra Alta por ser um dos mais populosos no município.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 54.241,00 para a carga horária e período de execução é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário de Administração, Sr. Marco Rodrigo Redlich.

UWE STORTZ

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



# Edital 001/2012 Inscrições Deferidas, Data, Horários E Locais De Prova



## CONCURSO PÚBLICO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL (Edital 001/2012) LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS, DATA, HORÁRIOS E LOCAIS DE PROVAS

**Data:** 18/03/2012

**Horários:** Abertura dos Portões 14h20min e **Fechamento dos Portões às 14h50min.**

### Locais de Provas:

Cada candidato deverá verificar na listagem abaixo, local e sala em que fará sua prova. O endereço completo do local, está no final deste comunicado.

Cargo	Inscrição	Nome	Local	Sala
1101 -PEDREIRO	910000030	FERNANDO ALUPES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1101 -PEDREIRO	910000019	IZAQUIEL CHAPIEVSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1101 -PEDREIRO	910000013	LAERCIO FERREIRA CHAVES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000023	ARTUR SCHMIDT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000026	CILO BARBOSA CARDOSO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000021	DANIEL ELIAS HUTTL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000024	EVANILDO ALVES DE RAMOS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000037	FELIPE CORREA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000016	JULIO KOZOSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000017	LAURO LIEBL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000038	MAIKEL DO PRADO LUZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000034	ROMARIO ALFONSO LUSWINSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
1102 -TRABALHADOR BRAÇAL	910000039	VILMAR DO PRADO LUZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
2201 -PROFESSOR BATERIA PERCUSSÃO	920000445	ABEL HACK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2201 -PROFESSOR BATERIA PERCUSSÃO	920000099	CARLOS FERNANDO SCHIER JUNIOR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2201 -PROFESSOR BATERIA PERCUSSÃO	920000288	NELSON BROSOWSKY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2202 -PROFESSOR VIOLINO SUZUKI	920000290	JOHNNI ORIBKA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2202 -PROFESSOR VIOLINO SUZUKI	920000156	MARAIKE KLIMMEK MARSHALL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2202 -PROFESSOR VIOLINO SUZUKI	920000189	MONICA ESTER KREHNKE BRUECKHEIMER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2203 -PROFESSOR VIOLÃO	920000412	ALEXANDRE FUNK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2203 -PROFESSOR VIOLÃO	920000444	VIVIAN MIKA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000587	ACIR MARTINS JUNIOR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000134	ADINILSON PIRES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000824	ADRIANA GORNIAK STAL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000286	ADRIANA GRANEMANN BONIN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000773	ADRIANA RIBEIRO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000690	ADRIANE PSCHIEDT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000810	ADRIANO DOS SANTOS MACHADO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000164	ADRIANO FERNANDES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000174	ADRIELY GALVAO MIRKOSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000194	AGATA ADJANE CORREA FALCAO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000217	AIRTON MARTINS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000220	ALANA MARA CORREA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000705	ALESSANDRA DE LIMA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000252	ALESSANDRA FRANCIELE KAMMER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000076	ALESSANDRO CUBAS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000626	ALESSANDRO DE CARVALHO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000723	ALESSANDRO HUEBL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000049	ALEXANDRA CAROLINE GOERKE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000361	ALEXANDRE FLENIK NETO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000356	ALEXANDRE GROSSL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000621	ALEXANDRE ZANCANARO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000338	ALEXSANDRA CARVALHO SUOMINSKY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000700	ALEXSANDRO BITTENCOURT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000643	ALINE DAIANE LINZMEYER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000146	ALINE MICKUS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000021	ALINE MULLER RODRIGUES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000792	ALISSON SCHROEDER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000460	ALZIRA NOSSOL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000691	AMANDA CANSIAN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000577	AMANDA DA CRUZ DE SIQUEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000778	ANA ALICE PADILHA DE SOUZA NAKAGAWA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000750	ANA ALSIR MINETTO DENK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000494	ANA MARIA FURMANN COMARELLA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000782	ANA MICHELI LOPES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000307	ANA PAULA BROLL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000413	ANA PAULA DE OLIVEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000088	ANA PAULA PLOSZAI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000038	ANALICE TELMA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000442	ANDERSON DOS SANTOS SILVERIO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000438	ANDRE BRUNEL PAES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000089	ANDRE FELIPE DE MEDEIROS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000232	ANDRE LUIS BONFIM	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	04
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000396	ANDREOS NICKSON HEY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000328	ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000749	ANDRESSA ROSA DE JESUS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000646	ANGELA RABELLO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000789	ANGELITA DOS SANTOS NOGUEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000045	ANGELITA MICKUS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000297	ANSELMO VILSON MURARA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000682	ANTONIO CARLOS BOTAPOFF	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000387	AQUELINA DE FATIMA ROELL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000458	ARIANE SANTOS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000360	AUDREY TIENE KNUPPPEL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000114	BEATRIZ MARIA SOARES NARDO CARVALHO DE MIRANDA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000108	BRUNA BUENO DE OLIVEIRA RANK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000524	BRUNA DRANKA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000239	BRUNA LAIS LINZMEYER GIESE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000291	BRUNO BATISTA FRAGOSO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000402	BRUNO MOCELIN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000388	CAMILA GREIN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000449	CAMILA GROSSKOPF DIRKSEN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000586	CAMILA JABLONSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000800	CAMILA KELLNER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000573	CARINA LEMOS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000015	CARLA FABIANA APARECIDA GRUBER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000104	CARLA PSCHIEDT MOLON	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000358	CARLA RUJANOWSKY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000271	CARLOS DAVI GENAUCH	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000806	CARLOS EDUARDO VIOLA AMPUERO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000267	CARLOS OLOMAR HORNICH	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 -ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000799	CAROLINA GRANADA LEAL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05





Cargo	Inscrição	Nome	Local	Sala
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000043	CAROLINE FERREIRA DE FRANCA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000437	CAROLINE REGIANE DA SILVA DE OLIVEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000696	CAROLINE WISCHRAL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000611	CELIO CESAR FERNANDES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000714	CHAIAINE MOREIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000325	CHELYN DAIANE GOMES DA SILVA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000520	CHRISTIN PSCHIEDT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000143	CIBELE LOBERMEYER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000079	CINTIA RUCKL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000581	CLAUDIA RADUNZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000157	CLAUDIO CYRO JANKOVSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000282	CLAUDOMIR VIEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000448	CRISLAINE LINZMEYER BALLATKA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000266	CRISTIANE DA SILVA AREND	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000426	CRISTIANE DA SILVA SCHEFFMACHER LIEBL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000300	CRISTIANE DE FATIMA MAGUEROSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000078	CRISTIANE FONSECA DOS SANTOS LOURENCO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000770	CRISTIANE KOTOVICZ COLLACO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000787	CRISTIANE MARIA CUTAS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000482	CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000451	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000190	CYNTHIA GERALDO BARICHELLO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000269	DAIANA ROSA GOULART	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000023	DAIANE ALVES DA LUZ CORREA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000373	DAIANE CARLIZE DA COSTA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000196	DAIANE DE MEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000382	DAIANE RIBEIRO DA SILVA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000742	DAIANY FRANZOI MARCON	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000101	DANIELA BENJAMIM DOS SANTOS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000510	DANIELA DAS GRACAS ALVES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000811	DANIELE DE FELIPPE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000825	DANIELLE MODESTO RICARDO RIBEIRO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000517	DANILLO RENAN CARVALHO FUCKNER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000650	DAYANA NEUMANN LEAL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000620	DEBORA CARIN HUTTL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000408	DEBORAH CINTIA DE QUADROS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000280	DEJIANNE PRISCILA PIECKOCZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000580	DELORMES CINTIA DA LUZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000166	DENISE APARECIDA DOS SANTOS DE LIMA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000063	DENISE APARECIDA WANDERSEE PETERSEN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000535	DIEGO MEDEIROS GROSSL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000345	DIEGO PEREIRA DE ANDRADE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000195	DILLIANY JULY CORREA FALCAO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000785	DIOGO DONAVAN ROHRBACHER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000343	DJONY AFFONSO WELDT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000726	DORIMAR GOMES DE ANDRADE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000592	EDEN GIOVANI HACKBARTH	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000739	EDENILSIO SCHROEDER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000607	EDERSON INACIO PETZOLD	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000570	EDINA CLAUDIA WEBER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000440	EDINEIA GOMARA WENDT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000495	EDUARDO DE CARVALHO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000710	ELAINE ANDRADE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000403	ELAINE BECKER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000011	ELAINE BRANCO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000401	ELAINE JUNCTUM	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000421	ELAINE SUELEN QUOST NERY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000537	ELIANE BIATOBOCK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000235	ELIANE CRISTINA BAYERL TASCHECK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000467	ELIANE GULKA KNIAZIEVSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000080	ELIANE MAIA GONCALVES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000485	ELISABETE STAWNY TSCHKE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000124	ELISANDRO MENDES DE ASSIS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000583	ELISETTE TERESINHA SCHREINER DINIZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000106	ELISIANE JASCHEFSKY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000769	ELISIANE SIQUEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000817	ELIZETE MARIA BAIL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000708	ELIZETE ROSSA DE SOUZA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000514	ELOI APARECIDA XAVIER BRANCO ZIELINSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000230	EMERSON COSTA NUNES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000077	EMILY ANNE DENKER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000732	ERICA THAIS MONTEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000253	EVANDRO GRESZCZEN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000591	EVELISE SIMOES DA MAIA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000498	EVERTON ERNANI JOHN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000741	EWERSON MARCOS GUTOSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000812	EZEQUIEL SILVIO SOARES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000566	FABIANE KAMINSKI PINHEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000006	FABRICIA POKRYWIECKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000224	FERNANDA CARLA NETO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000459	FERNANDA IANKOSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000112	FERNANDA MILENE WELDT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000745	FERNANDA SPITZNER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000346	FLAVIA DE LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000012	FLAVIA PROENCO DA LUZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000652	FLAVIA REGINA DUMS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000136	FLAVIA SOPPA DE BRITO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000123	FRANCIELE CAMPAGNOLLO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000751	FRANCIELE DE FATIMA GROBER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000055	FRANCIELI DE SOUZA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000068	FRANCIELLE MICHELLE GRAZEK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000326	FRANKLIN WILLIAM FRANZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000292	GABRIEL AUGUSTO DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000135	GABRIEL ENGLER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000734	GABRIEL PAULO LANGA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000355	GABRIELE EMELI QUOST	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000804	GABRIELE FABIOLA SADOWSKY	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000753	GABRIELE TELMANN DA LUZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000788	GEISSON DA ROCHA PALMARANTE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000480	GEORGIA PAIM LUCHTENBERG	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000555	GERSON LUIS FERRONATTO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000083	GESSICA BASSANI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000529	GILCIMAR RAMOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000809	GILMAR EDSON MAERTNER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000398	GILSON HILGENSTIELER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000109	GISELE SOBZACK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	01



Cargo	Inscrição	Nome	Local	Sala
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000222	GISELI AUGUSTIN CORREIA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000556	GISELLE PEREIRA FERRONATTO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000519	GISLAINE DA COSTA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000243	GLACI DENISE COELHO RUGINSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000351	GRASIELA MAYARA GRUBER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000044	GRASIELE APARECIDA DA COSTA FERREIRA PETERS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000766	GRASIELE RODRIGUES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000215	GUILHERME AUGUSTO DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000299	GUILHERME FELIPPE PLICHOSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000306	GUILHERME OCTAVIO SILVEIRA ZEIDEMANN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000367	GUTO ROSA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000191	IANA CRISTINA BELLOTTO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000538	IARA SHIRLEI SIQUEIRA NEUMANN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000335	ILDEBERTO HELMUT TODT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000720	IRINEU ZENFE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000596	ISABEL CRISTINA DE SOUZA SALZBRON	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000499	ISABELLA MYSZKA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000247	IVAN ROSA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000281	IVAN TIAGO SCHREINER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000597	IVANA STEFFENS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000790	IVETE BARBOZA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000709	JACQUELINE FURMANN COMARELLA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000686	JACQUELINE WOELH PEREIRA DE MORAES CIESLINSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000737	JADE ALVES CELESTINO DOBECK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000323	JADINA ANDRUSCHACHEN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000574	JAILSON LUIZ ROCHA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000187	JAINE MARIA WEBER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000199	JAMILE ALINE ALVES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000009	JAMYLLE CARDOSO DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000206	JANIELE RAUEN NEPOMUCENO PINTO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000805	JEAN SCHNEIDER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000246	JEANE RAUEN DE LARA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000053	JEANICE PILZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000525	JEFERSON JOCELOM CHAVES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000575	JENNIFER STOLL ZEMANN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	02
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000755	JERONIMO ROBERTO DOS SANTOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000557	JERRI AFONSO CRISTOFOLINI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000251	JESICA APARECIDA DA SILVEIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000054	JESSICA GSCHWENDTNER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000470	JESSICA MACIEL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000208	JHONATA BENJAMIM DOS SANTOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000405	JOANA FLAVIA VIEIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000314	JOAO MARCELO BIGOIS CARNEIRO DA CUNHA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000774	JOAO PAULO GLEVINSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000670	JOCILENE RUTHES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000623	JOCINEI ANGEVIEZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000823	JODEMAR BUENO DE LACERDA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000150	JORGE LUIS CORDEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000541	JOSE CARLOS DO NASCIMENTO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000469	JOSE EDUARDO HACK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000313	JOSE PEDRO PEREIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000443	JOSE VALDIR SOARES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000424	JOSEANE GORTLER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000075	JOSIANE ALOUINI CUBAS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000747	JOSIANE ZALESKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000090	JOVEMILHO DA CRUZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000149	JUCELI WENDT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000675	JUCELIANE ALVES DE LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000225	JULIANA DUTKA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000070	JULIANA HAMMES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000740	JULIANA PAULI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000533	JULIANA SAMPAIO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000706	JULIANA VILISZINSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000754	JULIANE BEATRIZ MULLER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000593	JULIANE SELL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000744	JULIANO DUTKA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000261	JULLIANA DRANKA SILVEIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000153	KAMILA KAZMIERCZAK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000116	KAREN PRISCILA DENK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000455	KARIN PEREIRA DOS SANTOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	03
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000781	KARINA PILCHIBSKI LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000694	KARINA VOSSGRAU	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000432	KARLA SOFIA DIENER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000122	KATIA REGINA PIEKOCZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000210	KELEN APARECIDA ANDRADE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000161	KELLI APARECIDA BASSANI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000654	KELLY KARINA DE LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000488	KELLY SUIANY DE RAMOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000612	KENNDRRA RAFAELA RANDIG	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000695	KETI SCHULTZ CARVALHO MORRIESEN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000255	KLEBER MALLON	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000729	KONRAD MUSIALOWSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000466	LAIZ MARIA TELMA PYKOSZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000501	LANDIVO GERALDO DE OLIVEIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000808	LARISSA LIEBL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000601	LEANDRO DO PRADO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000321	LEANDRO ESTEVE BRANDT DESTRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000366	LEILA PSCHIEDT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000673	LEO FABIANO VICENTE BELLI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000126	LEONARDO JOSE HERMES DE OLIVEIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000312	LETICIA DE ASSIS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000250	LETICIA DE LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000642	LETICIA MALSCHITZKY	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000664	LETICIA SANTANA PEREIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000384	LETYCIA FLAVIA DE PAULA MACHADO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000315	LILIAN CARLA BIAOBOCK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000305	LINDAMIR GONCALVES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000016	LISANE FUECKNER BITTENCOURT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000341	LISANE QUINT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000414	LUAN TIOFILO DE OLIVEIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000727	LUANA CAROLINE DE LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000721	LUANA CRISTINE LINO DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000786	LUANA PEREIRA BERTOTTI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000610	LUCAS MENDES DA CRUZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000600	LUCIANE BEATRIZ CELESKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	04
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000185	LUCIMARA DUMS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05





Cargo	Inscrição	Nome	Local	Sala
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000656	LUIS CLAUDIO LEITE PEREIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000376	LUIS GUSTAVO ERZINGER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000588	LUIZ CARLOS CHRISTOFF	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000228	LUIZA DA COSTA CARVALHO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000599	MACIANA PEREIRA DA SILVA HIRSCH	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000791	MAIRA ROMMY DA CONCEICAO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000797	MARCELA FATIMA PASIERPSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000040	MARCELO DA SILVA CASTRO RADOL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000711	MARCIA KOSLOWSKI DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000522	MARCIANA AGOSTINHO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000148	MARCILENE WOICHEKOSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000526	MARCOS JOSE FARDOSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000456	MARCUS LEONARDO DADAM ZILIO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000793	MARIA HELENA DACYCHEN WEISS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000103	MARIA JUCELIA KVITSCHAL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000554	MARIANA SCOPEL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000761	MARIELCI SCHIESSL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000738	MARILDA NOGUEIRA DOS SANTOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000410	MARILDA SCHUPEL GONCALVES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000427	MARILIA BARBOSA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000453	MARILIA INES SOARES FERRANTE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000669	MARINA NOGUEIRA DOS SANTOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000395	MARIO JOEL LINZMEYER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000503	MARISETE DUTKA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000383	MARLI TEREZINHA FUEKNER NORONHA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000589	MARTA MARIA OZEIKA RIBEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000615	MARTA RAMTHUN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000030	MATEUS GRUBER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000590	MATHEUS AUGUSTO PSCHIEDT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000486	MAURO SIQUEIRA RAMOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000128	MERI ELEN BAPTISTA MOREIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000653	MICHEL CRISTIAN ZIMMERMANN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000010	MICHELE CAROLINA DREVEK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000162	MILAINÉ VOIGT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	05
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000813	MILENA NONES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000483	MILENE BEATRIZ RODRIGUES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000152	MIREILLE DENK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000743	MIRELY FAGUNDES BINNER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000287	MIRIAN PSCHIEDT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000169	NADJANARA ELLY QUOST	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000207	NAIARA FLENK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000547	NATALI BAIL BUENO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000283	NATALIE MALSCHITZKY FONTANA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000616	NATANAEL BARBOSA CORREIA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000703	NATHAN WINIARSKI DA LUZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000117	OSMARINA IRIA MOSER POKRIWIESKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000795	PABLO FELIPE LATRONICO RUIZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000259	PATRICIA ALVES RIBEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000219	PATRICIA CHAGAS VAZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000237	PATRICIA DE ATAIDE LEONARDO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000141	PATRICIA REGINA SILVEIRA PARNANGUARA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000779	PATRICIA RIBAS ASSUMPÇÃO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000113	PATRICIA SCHEWINSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000507	PATRICIA SCHUNKE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000454	PAULO SCHWIRKOWSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000657	PRICILA JANTSCH	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000093	PRISCILA CADENA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000447	PRISCILA MACIEL DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000677	PRISCILA WILACZYNSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000042	PRISCILLA ROSSLER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000025	RAFAEL LEAL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000110	RAFAEL RODRIGUES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000139	RAFAELA DE SOUZA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000671	RAMON PABLO CERGER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000783	RAQUEL BUSS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000221	REGINA GOETEN DE LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000608	REGINA GROSSKOPF	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000528	REJANE PACHECO DE SOUZA PIRES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000777	RENAN MICHEL HANSCH	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	06
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000756	RICARDO ULISSES PRUSSE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000178	RICARDO VOIGT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000492	RICARDO WOLNEI GRUBER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000490	RITA APARECIDA SAIFERT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000707	ROBERTO TARZAN CAMPOS NUNES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000428	ROBSON CARVALHO DE LIMA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000784	RODRIGO VIEIRA RAMOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000505	ROGERIO CEBULLA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000029	ROGERIO MACHADO FRAGOSO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000728	ROLIMAR REESE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000381	ROMELIA RIBEIRO LISBOA DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000386	RONI ROSENHECK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000048	RONITO HORTZ DE CRISTO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000637	ROSA DOROTI PARES RIBEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000102	ROSANA DE OLIVEIRA HIRT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000569	ROSANE CRISTINA DE MELLO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000100	ROSANGELA BERGMANN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000540	ROSE DILEUZA DE SOUZA MARCINIAK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000506	ROSELI FERREIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000679	ROSELI ROHRBACHER LINZMEYER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000562	ROSIMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000500	ROSINALVA PEREIRA GOMES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000758	SABRINA KOSTER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000489	SAMARA DE SIQUEIRA MAROS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000511	SAMMY CRISTINA PEREIRA GOMES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000760	SANDRA APARECIDA FAUSTINO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000496	SANDRA GROHSKOPF	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000532	SANDRA MARIA STREIT	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000270	SANDRA MARLENE HEISE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000418	SANDRA PAULINO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000347	SANDRA REGINA RADUENZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000479	SANDRIELE DE SOUZA LIETZ	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000724	SANDRO TIAGO CAMARGO MARTINS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000477	SARA GIOVANA DADAM ZILIO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000419	SERGIO JUSTINO MAFRA MAIA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	07
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000542	SHEILA CIMARA HECHER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000301	SHEILA CRISTINA DE MACEDO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08





Cargo	Inscrição	Nome	Local	Sala
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000236	SHEILA FONSECA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000182	SHEILA SUCHOMEL ALVES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000558	SILVANA BEATRIZ NENEVE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000240	SILVANA ROSA CARDOSO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000393	SILVIA APARECIDA MARTINS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000718	SILVIO PISKE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000273	SIMONE CRISLIANE PROCHEIRA ANTON	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000362	SIMONE KELLY SPINELLI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000764	SIMONE PATRICIA WEISS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000701	SIOMARA SCREPECZ NARLOCH	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000415	SIRLENE BERGMANN	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000226	SIRLENE GASSNER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000746	SIRLENE MAROS PINHEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000468	SIVONE MARCIA EISELT DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000197	SOLEMAR DE SOUZA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000050	STEFAN ANDREAS MARTIN GOERKE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000039	STEFANIE AGNES MACIEL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000133	SUELEN ADRIANE SCHREINER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000688	SUELEN KOLLROSS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000658	SUELEN PACHECO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000821	SUSANA MARIA ROSENSCHEK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000585	SUSANE NENEVE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000567	SUZAN CRISTOFF	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000802	SUZANA KMIECIK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000399	TACIANE RANDIG	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000074	TAINAN ALICE FRANZENER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000819	TAISE REGINA CORDEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000017	TALITA CERINO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000617	TAMARIS WILDENER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000820	TANIA KANCZEWSKI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000796	TANIA REGINA SILVERIO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000125	TATIANE GOMES DOS SANTOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000200	TATIANE MACHADO RANK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	08
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000151	TATIANE MAI	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000147	TATIANE MOREIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000363	THAIS CAROLINE HENRIQUE	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000330	THAIS REGINA KOHLER	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000636	THIAGO ANTONIO GARCIA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000417	THIAGO HENRIQUE KULKA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000420	THIAGO LUY	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000296	THIAGO RODRIGUES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000491	TIAGO FERREIRA GOMES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000584	ULISSES RIPKA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000725	VALCIR EVARISTO MACHADO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000518	VALDETE DOS SANTOS RUDA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000249	VANESSA COSTA SANTOS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000331	VANIA AMARAL DE OLIVEIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000400	VANIA MARINETI PADILHA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000822	VERA LUCIA MARTINS RIBAS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000098	VEREDIANE PEREIRA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000757	VILMA APARECIDA KUHL KMIECIK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000765	VILSON DA SILVA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000071	VILSON RENATO RANK	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000776	VINICIUS DO AMARAL PORTILHO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000052	VIVIAN KASZUBOWSKY	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000582	VIVIANE INES FERNANDES CALDAS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000752	WAGNER DE CASTRO CARVALHO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000660	WESLEY TIAGO FREDIANI GARCIA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000735	WILLIAM SPAGNOL	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000545	WILLIAM THOMAZ PINHEIRO	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000142	WILLIAN VEIGA DE MIRANDA	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000502	YARA REGINA KASMIRCAK DE JESUS	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
2301 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	920000019	ZILA ADA TERRES	EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO	09
3101 - BIÓLOGO	930000120	ADILSON DA SILVA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000024	ALESSANDRA CRISTINE BRUSKY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000173	ALESSANDRA WAGNER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000032	ALEXANDRE GUILHERME BECKER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000072	ALEXANDRE RAFAEL MARCANTE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000118	ALINE LUIZE BAIL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000197	ALLINE FLORES E BRITO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000103	ALYSGARDENIA BATISTA LEITE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000167	ANA CAROLINA BACK ALMARAZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000110	ANA CAROLINA VOLLES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000026	BRUNA CAROLINA HACKE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000158	CAMILA ELAINE STRACKE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000198	CAMILA KOZAK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000183	CARINNE CORREA CHAVES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000143	CARLA JANE WEBER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000023	CAROLINA CLAUDINO DOS SANTOS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000115	CHAIANE SCHOEN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000178	CHARLIN MANOEL RAIMUNDO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000182	CHRISTIANO DE OLIVEIRA BRUNOW VENTURA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000177	CRISTIANO FREDERICO LERCHE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000162	DAIANE LUCHETTA RONCHI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000064	DENISE JANNING	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000053	EDINEIA BIEGER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000083	ELAINE CRISTINE SPITZNER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000081	ELDER TSCHOSECK BORBA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000131	ELIS ANDRESSA STUY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000079	EMERSON LUIZ GUMBOSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000091	EMILI DREHMER ARCARI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000095	FELICIANA PSCHIEDT FISCHER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000125	FERNANDA MIRANDA DA SILVA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000066	FERNANDO GUSTAVO DE ALBUQUERQUE BIAVATTI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000132	FERNANDO HENRIQUE WUST ZANINI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000185	FRANCIELI KARINI SCHIER BUCHMANN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000045	GISELE MULLER AMARAL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000054	GRACIELE GOETEN DE LIMA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000150	GUILHERME AUGUSTO DIAS FRANCO MIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000157	GUILHERME DO AMARAL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	01
3101 - BIÓLOGO	930000193	GUSTAVO LUIS MELATTI JUNIOR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101 - BIÓLOGO	930000190	HELOISA SCHRAMM DA SILVA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101 - BIÓLOGO	930000018	JESSICA TEIXEIRA WITT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101 - BIÓLOGO	930000060	JOAO GABRIEL DORIA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101 - BIÓLOGO	930000092	JOAO VICENTE ALFAYA DOS SANTOS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101 - BIÓLOGO	930000186	JONI PEDROTTI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02





Cargo	Inscrição	Nome	Local	Sala
3101-BIÓLOGO	930000107	JOSIANE SABOIA GRUBER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000166	JOSIANE VALERIA FRITZEN ROELL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000014	JULIANA CRISTINE HUBL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000062	JULIANA KAMMER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000164	KAOEY MACHADO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000063	KARIN PRISCILA WISCHRAL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000012	KEILA ALVES DO PRADO BONETTI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000165	KELLY CRISTINA COMAR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000077	KELLY CRISTINA WOJAKEVICZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000046	KELY DAIANE KELBERT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000097	LAISE ORSI BECKER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000102	LARISSA BROSKA COSTA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000134	LEOPOLDO BOPP ROSSI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000189	LILIAN GUZZATTO PEDROZO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000070	LUCIANE GUNTHER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000057	LUCIANO VALERIO JUNIOR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000052	MARCELO DE ATAIDE DUARTE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000096	MARCELO HUBEL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000094	MARCOS EUGENIO MAES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000114	MARINEZ GUERREIRO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000043	MAURICIO AVELAR TAKAHASHI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000133	PATRICIA NUNES TAULE PINOL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000129	PEDRO ANDRE LIEBL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000055	PEDRO BALIEIRO DE ALMEIDA VIEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000034	RAFAEL DE SOUZA PACHECO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000139	RAFAELA ELOIS RUTHES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000187	RENATA FALCK STORCH BOHM	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000078	ROSELLE FENDRICH	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000194	ROSILENE APARECIDA DA SILVEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000015	SACHA DUTRA LUGO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000037	SAMUEL FERNANDO SCHWAIDA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000135	SANDRINA LIEBL	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000005	SILKE GEHRMANN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000019	SILON FLORES DE SOUZA JUNIOR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000017	SIMONE REGINA DE SOUSA VIEIRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000200	SUSANA DREVECK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000149	SUZANA RUTHES ZELINSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000025	TATIANE APARECIDA BATISTA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000148	THAIS SCHAFASCHKE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000184	THAMIRES CRISTINA PENA REIS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000154	THIAGO ALEX DREVECK	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000098	VANESSA BACHMANN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000090	VANESSA LEMES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3101-BIÓLOGO	930000069	VIVIANE MARQUES SASS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	02
3102-MÉDICO CLÍNICO GERAL	930000195	CAIO CESAR TREML	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3102-MÉDICO CLÍNICO GERAL	930000028	EDUARDO ROCHA SBRISSIA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3102-MÉDICO CLÍNICO GERAL	930000116	EDUARDO SANT ANNA RODRIGUES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3102-MÉDICO CLÍNICO GERAL	930000126	MELISSA DIAS DA COSTA DA CUNHA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3102-MÉDICO CLÍNICO GERAL	930000088	TATIANA SUEKO SPOHR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3102-MÉDICO CLÍNICO GERAL	930000112	VITOR HUGO FELIPE KNOBLAUCH	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000147	ALEXANDRE COELHO DE FIGUEIREDO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000153	ALINE MACHADO DE MATOS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000073	CAMILA CARVALHO DE GOUVEIA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000140	DIONATAN DE MATOS MESSIAS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000051	FERNANDA PINTO SANCHEZ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000136	ISABEL MENIN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000128	JOAO PAULO VOLKMER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000196	ROBERTA BERTOLDO SABATINI DE JESUS	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000137	ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000171	TAMARA LIANA ZOCCHÉ	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3103-MÉDICO GENERALISTA ESF	930000142	TATIANE FERNANDA AZZI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3201-MAESTRO ORQUESTRA CORAL	930000108	ANDERSON CLIMACO DA SILVA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3201-MAESTRO ORQUESTRA CORAL	930000121	DENISE MOHR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3202-PROFESSOR CANTO/TÉCNICA VOCAL	930000101	MARILIA SCHEFFER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3202-PROFESSOR CANTO/TÉCNICA VOCAL	930000011	MERI DUWE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3202-PROFESSOR CANTO/TÉCNICA VOCAL	930000191	SIDNEI MUEHLBAUER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3203-PROFESSOR CLARINETE	930000048	ANDRE EHRlich	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3203-PROFESSOR CLARINETE	930000141	KLEBER MAFRA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3205-PROFESSOR FLAUTA TRANSVERSAL	930000099	CAMILA BETINA ROPKE	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3205-PROFESSOR FLAUTA TRANSVERSAL	930000188	JORGE CESAR DE ARAUJO PIRES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3206-PROFESSOR PIANO / TECLADO / TEORIA	930000117	ANA CLAUDIA ZANELATTO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3206-PROFESSOR PIANO / TECLADO / TEORIA	930000038	ELVIS ALEXSANDRO VIER	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3206-PROFESSOR PIANO / TECLADO / TEORIA	930000050	JULIANA SADOWSKY WIELEWSKI	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3206-PROFESSOR PIANO / TECLADO / TEORIA	930000007	LEANDRO INACIO DE ARAUJO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3206-PROFESSOR PIANO / TECLADO / TEORIA	930000084	ROGERIO LIMA GOMES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3206-PROFESSOR PIANO / TECLADO / TEORIA	930000080	SIMONE RICKLI GONCALVES	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3206-PROFESSOR PIANO / TECLADO / TEORIA	930000033	THIAGO VERBINENN	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3207-PROFESSOR SAXOFONE	930000122	ESTANISLAU VELASCO JUNIOR	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3207-PROFESSOR SAXOFONE	930000087	WILLIAN DAVID PSCHIEDT	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3208-PROFESSOR VIOLINO	930000008	JUDITE SADOWSKY	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3208-PROFESSOR VIOLINO	930000036	MAICON ROCHA	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
3209-PROFESSOR VIOLONCELO	930000056	JOAQUIN REBOLLO COUTO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
A3106-MÉDICO PEDIATRA	930000199	CIBELE CRISTINA DE LARA CASTRO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03
A3106-MÉDICO PEDIATRA	930000170	VERONICA DEL CARMEN COWEN PINTO	SOCIESC SÃO BENTO DO SUL	03

**Endereços:**

SOCIESC SÃO BENTO DO SUL: Rua Hans Dieter Schmidt, 950 - Centenário, São Bento do Sul/SC

EEB PREFEITO CARLOS ZIPPERER SOBRINHO: Rua Hans Dieter Schmidt, 300 - Centenário, São Bento do Sul/SC

São Bento do Sul, 12 de março de 2012.

Comissão Organizadora  
Concurso Público Município de São Bento do Sul



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 672/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 672/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM0310	8492037879	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEV6201	8492035497	6050/3	23/10/2011	R\$ 191,53	208
AFW1792	8492038143	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGL9858	8492037075	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGW5802	8492036494	7455/0	08/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIF9469	8492037428	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIV1031	8492037622	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMG9474	8492037384	7455/0	30/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AMY0555	8492035334	5673/2	21/10/2011	R\$ 85,12	183
AQC4308	8492037774	6050/3	01/12/2011	R\$ 191,53	208
AUE1400	8492035264	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
BUI1654	8492038069	5673/2	18/12/2011	R\$ 85,12	183
CNY1326	8492035236	6050/3	21/10/2011	R\$ 191,53	208
DKD2532	8492037081	7463/0	01/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
DLA3752	8492035835	6050/3	24/10/2011	R\$ 191,53	208
GOH5090	8492037736	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
KFH9144	8492037171	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWW6224	8492037924	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWY5645	8492035186	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXC7701	8492036594	5673/2	15/11/2011	R\$ 85,12	183
LXD3198	8492038140	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXN8425	8492035653	7455/0	25/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXY5842	8492036014	7455/0	27/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYN0224	8492038386	7455/0	20/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYV3469	8492037459	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZD8515	8492035399	5673/2	18/10/2011	R\$ 85,12	183



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZJ8158	8492034915	5673/2	08/10/2011	R\$ 85,12	183
LZU1949	8492037838	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
LZZ0447	8492037539	7463/0	12/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZZ4926	8492035862	5673/2	31/10/2011	R\$ 85,12	183
MAR7163	8492036805	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAW3268	8492036529	6050/3	13/11/2011	R\$ 191,53	208
MBA1345	8492038156	5673/2	20/12/2011	R\$ 85,12	183
MBG6377	8492037487	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBI5978	8492038114	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBN0362	8492038432	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBR8590	8492035300	7455/0	20/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBW4431	8492035580	7455/0	20/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCA8293	8492037694	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
MCD0005	8492035699	5673/2	30/10/2011	R\$ 85,12	183
MCE3475	8492035179	7455/0	16/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF9364	8492035631	7455/0	25/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCI2008	8492036029	7463/0	29/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCP7563	8492038030	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCQ7446	8492034522	7455/0	24/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCR6506	8492037628	7463/0	05/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDD9485	8492037851	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ6073	8492038239	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDL3591	8492037833	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDM7340	8492037789	5673/2	10/12/2011	R\$ 85,12	183
MEF6514	8492038241	7463/0	18/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEF6514	8492038434	7455/0	21/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI1783	8492035596	7455/0	22/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEI2121	8492037796	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7405	8492035949	7455/0	29/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB9679	8492037123	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MF18544	8492037898	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MF8031	8492038738	7455/0	24/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGF0443	8492037843	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGS0469	8492035246	7455/0	21/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGV2984	8492037354	6050/3	30/11/2011	R\$ 191,53	208
MGZ7271	8492038426	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP1548	8492036089	7455/0	02/11/2011	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHZ0308	8492037821	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG8138	8492037711	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK7706	8492036982	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM0695	8492037491	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIN4343	8492036781	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIR9796	8492037086	7463/0	01/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIS7833	8492037244	5673/2	24/11/2011	R\$ 85,12	183
MIV7001	8492037625	7455/0	08/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIZ7710	8492037591	6050/3	03/12/2011	R\$ 191,53	208
MJA3195	8492037910	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJD1615	8492035401	7455/0	18/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJI8789	8492036174	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJL9388	8492037501	7455/0	06/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJM0074	8492036240	7463/0	02/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJM0074	8492038269	7455/0	12/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJM0074	8492038276	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJN0408	8492037172	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MKL4390	8492038277	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 12 DE MARÇO DE 2012

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1405/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1405/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEV1604	54076443D	6548/2	05/11/2011	R\$ 85,12	229
AGR7754	54076377D	6599/2	02/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
ALP7018	55440905C	6912/0	06/11/2011	R\$ 53,20	232
AQP0010	54076149D	6920/0	16/12/2011	R\$ 127,69	233
BOL4469	55439905C	6599/2	01/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXM3515	55440802C	6599/2	27/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXM3515	55440803C	5045/0	27/10/2011	R\$ 191,53	162 * V
LXM3515	55440804C	5142/0	27/10/2011	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LXR3846	55440811C	6599/2	31/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
LZK4059	55439916C	6629/0	06/12/2011	R\$ 127,69	230 * VIII
MBB7228	54076140D	6920/0	14/12/2011	R\$ 127,69	233
MBJ3717	54074863D	6920/0	21/10/2011	R\$ 127,69	233
MCP2369	55440629C	5045/0	06/12/2011	R\$ 191,53	162 * V
MCP2369	55440630C	5142/0	06/12/2011	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MFT6972	55441062C	6629/0	01/12/2011	R\$ 127,69	230 * VIII
MGV1797	54076423D	6548/2	24/09/2011	R\$ 85,12	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 12 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1406/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1406/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HTD1989	54043184D	5541/2	24/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB8175	55440978C	5541/1	24/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MED5014	55440871C	5525/0	02/11/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MGN0985	55440961C	5541/1	04/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY0320	55440642C	7030/2	10/12/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIP0624	55441020C	7366/2	01/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MIU6883	55439646C	5541/1	31/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF3407	54074160D	6122/0	05/11/2011	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 12 DE MARÇO DE 2012

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU



**Edital de Notificação POR Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1404/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1404/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP8043	54043364D	5541/5	23/01/2012	181 * XVII
AGW5802	54043277D	5541/2	06/02/2012	181 * XVII
AHH9722	54043310D	5541/2	30/01/2012	181 * XVII
BOE3858	55441033C	5185/1	14/01/2012	167
LXY1499	55442938C	5835/0	18/01/2012	195
LXY1499	55442939C	6270/0	18/01/2012	220 * II
LZV0611	54072772D	5185/1	15/02/2012	167
MAO6295	54076063D	5541/1	20/01/2012	181 * XVII
MCK8515	55441227C	5568/0	20/01/2012	181 * XIX
MDR3136	55439993C	7099/1	09/02/2012	244 * VII
MDT6679	55439988C	7030/2	05/02/2012	244 * I
MED8604	54073773D	5738/0	20/02/2012	186 * II
MEU9329	54043366D	5541/2	24/01/2012	181 * XVII
MHR8536	54043401D	5541/4	06/02/2012	181 * XVII
MHU7873	55445296C	5525/0	04/02/2012	181 * XV
MHZ1027	54073594D	5185/1	15/02/2012	167
MHZ4989	55441347C	5452/1	26/01/2012	181 * VIII
MJJ0388	54072804D	7030/2	23/01/2012	244 * I
MKC8429	54073588D	5185/1	15/02/2012	167
MMM0235	54072808D	5185/1	26/01/2012	167



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 12 DE MARÇO DE 2012

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU



**Edital de Notificação POR Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1403/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1403/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGV0646	54072811D	6548/2	26/01/2012	229
DCG6621	54073260D	6920/0	10/01/2012	233
LXY1499	55442937C	6408/0	18/01/2012	221
LXY1499	55442940C	5169/1	18/01/2012	165
LZR9549	54073139D	6920/0	13/02/2012	233
MAZ0289	54073253D	6920/0	06/01/2012	233
MCB0267	54073265D	6920/0	12/01/2012	233
MCE8658	54073602D	6629/0	02/02/2012	230 * VIII
MCP2369	54073282D	6920/0	20/01/2012	233
MCP2369	55442924C	6599/2	17/01/2012	230 * V
MCT7791	55439974C	6912/0	03/02/2012	232
MEK9059	54073886D	6610/2	18/01/2012	230 * VII
MEK9059	54073887D	6599/2	18/01/2012	230 * V
MGA9153	55441148C	6726/1	18/01/2012	230 * XVIII
MGP1136	55442941C	6912/0	18/01/2012	232
MGV5010	55441147C	6599/2	18/01/2012	230 * V
MMD0602	54072801D	5045/0	22/01/2012	162 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 12 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**Edital de Notificação POR Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 671/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 671/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ9678	8492039469	5673/2	14/01/2012	183
AJA5775	8492039407	6050/3	14/01/2012	208
AJF0555	8492039218	6050/3	08/01/2012	208
AJX3210	8492039040	7455/0	09/01/2012	218 * I
AJX3210	8492039239	7455/0	07/01/2012	218 * I
AOF8503	8492039876	7455/0	21/01/2012	218 * I
APA1790	8492039095	7463/0	11/01/2012	218 * II
APG9448	8492039710	7455/0	22/01/2012	218 * I
ARJ8592	8492039205	7455/0	10/01/2012	218 * I
CWX1681	8492039624	7455/0	13/01/2012	218 * I
FRF1966	8492039340	7455/0	17/01/2012	218 * I
HSU4500	8492039424	7455/0	14/01/2012	218 * I
KIU8258	8492039703	7455/0	23/01/2012	218 * I
LBP9960	8492038466	7471/0	01/01/2012	218 * III
LBP9960	8492038899	7455/0	01/01/2012	218 * I
LXC5720	8492039192	6050/3	06/01/2012	208
MAW4676	8492039048	7455/0	11/01/2012	218 * I
MBU1684	8492039265	5673/2	11/01/2012	183
MBV6730	8492039195	7455/0	07/01/2012	218 * I
MBW5164	8492039245	7455/0	08/01/2012	218 * I
MCR6506	8492039460	7455/0	14/01/2012	218 * I
MDI2007	8492039185	6050/3	04/01/2012	208
MDL2339	8492039190	7455/0	05/01/2012	218 * I
MDT6829	8492039163	7455/0	05/01/2012	218 * I
MET7563	8492039315	7455/0	04/01/2012	218 * I
MFT0167	8492039385	7455/0	17/01/2012	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGD6433	8492039584	7455/0	18/01/2012	218 * I
MGD6433	8492039813	7463/0	20/01/2012	218 * II
MGL8116	8492039519	7455/0	18/01/2012	218 * I
MGV9711	8492039090	7455/0	04/01/2012	218 * I
MGV9711	8492039256	7455/0	04/01/2012	218 * I
MGW7185	8492039120	7455/0	09/01/2012	218 * I
MGZ2599	8492039045	7455/0	06/01/2012	218 * I
MHM3316	8492039746	7463/0	19/01/2012	218 * II
MIH7513	8492039243	7455/0	08/01/2012	218 * I
MIK7706	8492039812	7455/0	19/01/2012	218 * I
MIM9665	8492039496	7455/0	12/01/2012	218 * I
MIM9665	8492039763	7463/0	22/01/2012	218 * II
MIR9992	8492039589	6050/3	13/01/2012	208
MIU2869	8492039160	7463/0	04/01/2012	218 * II
MIW4749	8492039708	7455/0	19/01/2012	218 * I
MJA2065	8492039083	7455/0	08/01/2012	218 * I
MJF4268	8492039384	7455/0	16/01/2012	218 * I
MJP5019	8492039297	7455/0	06/01/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 12 DE MARÇO DE 2012

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU



**FUNDAÇÕES****Portaria Nº 005/2012, de 13 de Março de 2012**

PORTARIA Nº 005 DE 13 DE MARÇO DE 2012.

"Autoriza dirigir veículos oficiais"

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o funcionário Osmair Correa, lotado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, e Andréa Blaskovski, lotada na Fundação Cultural, a dirigirem eventualmente e quando necessário, o veículo abaixo especificad o:

Renault/Sandero MJY 1988

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2012.

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT

Presidente da Fundação Cultural

**Portaria Nº 004, de 09 de Março de 2012**

PORTARIA Nº 004, DE 09 DE MARÇO DE 2012.

"Aprova projetos selecionados no Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura"

O Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, no exercício de suas atribuições, em conformidade com a Lei 1.942/2007, Decreto 4.550/2007, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar projetos culturais relacionados no Anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, nos artigos 11 e 12 da Lei Municipal nº 1942 de 5 de

setembro de 2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de março de 2012.

PEDRO MACHADO DE BITENCOURT

Presidente Da Fundação Cultural De São Bento Do Sul

**IPRESBS****Portaria IPRESBS Nº 083/2012**

PORTARIA IPRESBS Nº 083/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Anular a Portaria nº 063/2012, que revoga o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido à servidora SABRINA BOLLMANN GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Pneumologista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo hígida a Portaria IPRESBS nº 575/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13/03/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

**SAMAE-SÃO BENTO DO SUL****Errata de Licitação TP 14/2012**

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 14/2012.

Onde se lê:

Deverão constar da qualificação técnica os documentos exigidos abaixo, a saber:

11.1 - Prova de capacidade técnica para execução das obras/serviços, demonstrada por meio de atestado em nome da empresa licitante que comprove a execução de assentamento de no mínimo 1.000 metros de rede coletora de esgoto sanitário, compatível com o objeto desta licitação. Este atestado deve ser fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado e deve estar registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

11.2 - Comprovação de possuir em seu quadro permanente até a data da entrega das propostas, engenheiro civil devidamente reconhecido pela entidade competente. A comprovação do vínculo do profissional poderá se dar mediante a apresentação do contrato de trabalho com a firma, autenticado em cartório; Carteira de Trabalho ou livro de Registro de Empregado; Estatuto ou contrato social em caso de vínculo societário.

11.3- Comprovação de acervo técnico do profissional, mediante Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA, para execução de obras/serviços, de características compatíveis ao objeto da licitação. (execução de assentamento de no mínimo 1.000 metros de rede coletora de esgoto sanitário).

Passa-se a ler:

Deverão constar da qualificação técnica os documentos exigidos abaixo, a saber:

11.1 - Atestado de fornecimento e instalação de ETA compacta de até 50 l/s, emitido por qualquer empresa de direito publico ou privado.

Onde se lê:

18.2 - A obra será executada na Rua Mathias Nossol, Bairro Serra Alta, município de São Bento do Sul -SC.

Passe-se a ler:

18.2 - A obra será executada na Rua Paulo Muller, parque 23 de Setembro, município de São Bento do Sul -SC.

Permanecem inalteradas as demais citações.

São Bento do Sul, 12 de março de 2012.

CLAUDETE STAWNY

Presidente da CPL

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Aviso de Licitações 40/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/03/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº



40/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2012 - OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CARPET EM PLACAS E CORTINAS MOTO-RIZADAS, PARA O CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### **Aviso de LICITAÇÕES 41/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/03/2012, às 15:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA COM PLANTIO PARA O CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### **Retificação NA Data de Abertura do Processo 38/2012**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38; PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 08/03/2012 PAG 195, no que se refere a DATA leia-se 22/03/2012 Às 09:00 horas. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### **Instrução Normativa CGM Nº 01, de 14 de Março de 2012**

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 01, de 14 de março de 2012  
O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO no uso da atribuição que lhe confere o artigo 39, §3º da Lei Complementar nº99, de 03 de fevereiro de 2009, e suas alterações, considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos no âmbito do Sistema Municipal de Controle Interno, no que concerne à realização de auditorias, RESOLVE:

Expedir a presente Instrução Normativa, relativa aos PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, com o objetivo de orientar aos agentes e servidores públicos da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, acerca das fases da auditoria, em especial dos documentos a serem utilizados para autuação, planejamento, notificação de resultados e encerramento de auditorias.

#### **CAPÍTULO I DAS AUDITORIAS INTERNAS**

Art. 1º. Nos termos do Decreto 3.272, de 27 de dezembro de 2005, as Auditorias Internas serão organizadas e programadas pela Controladoria Geral.

Art. 2º. A Auditoria Interna tem como objetivos verificar o cumprimento das normas de Controle Interno pelos servidores municipais

no exercício de suas funções nas diversas Unidades Operacionais; a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos beneficiados e o cumprimento de contratos pelos permissionários ou concessionários de serviços públicos.

Art. 3º. Os trabalhos de auditoria serão registrados em relatórios com indicações claras de eventuais falhas, deficiências, áreas críticas que mereçam atenção especial e outras questões relevantes.

Art. 4º. O relatório de auditoria será encaminhado a Controladoria Geral para emissão de parecer, conhecimento dos Chefes dos Poderes, observado o âmbito de competência, e encaminhamento ao Tribunal de Contas com indicação das medidas adotadas ou a adotar para a correção das falhas apontadas.

Art. 5º. O trabalho de Auditoria Interna será exercido, preferencialmente, por servidores efetivos com formação nas áreas de economia, ciências contábeis, administração e direito indicado pelos Chefes dos Poderes no âmbito de suas competências.

Art. 6º. Para atender ao princípio da segregação de função, sem prejuízo do princípio da economicidade, as auditorias poderão ser contratadas pela Administração Municipal.

#### **Seção I Da Motivação da Auditoria Interna**

Art. 7º. O procedimento administrativo de auditoria, no âmbito do Sistema de Controle Interno de São Lourenço do Oeste, no que couber, deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§1º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

§2º O procedimento administrativo de Auditoria poderá ser iniciado:

- I - de ofício, motivado pelo Controlador Geral do Município;
  - II - a pedido dos Chefes dos Poderes, ou de Secretário Municipal, ou de Dirigente de órgão da Administração Indireta, devidamente motivado;
  - III - por cronograma estabelecido no Plano de Auditoria elaborado pela Controladoria Geral do Município e aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.
- §3º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:
- I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;
  - II - identificação do interessado ou de quem o represente;
  - III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
  - IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;
  - V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

#### **Seção II Dos Procedimentos da Auditoria Interna**

Art. 8º. Para formalizar o procedimento administrativo de Auditoria, deverão ser observadas as seguintes fases:

- I - Motivação da Auditoria: podendo ser "de ofício", "a pedido" ou "por cronograma", nos termos do Art. 7º, §2º;
- II - Autuação do Processo: com registro histórico e em ordem cronológica;
- III - Planejamento: fase em que a Controladoria Geral do Município deverá definir o escopo do objeto auditado, descrevendo os métodos a serem aplicados e os resultados esperados, primando pela tríade: planejamento, controle e avaliação;
- IV - Notificação da Auditoria: fase na qual o órgão/ente auditado é comunicado do início dos trabalhos;



V - Realização dos Trabalhos: período em que a equipe atuará na análise dos dados, documentos, processos, do objeto auditado;  
 VI - Elaboração e Comunicação de Resultados: por meio da qual a equipe relata os atos e fatos do trabalho de auditoria, contendo as irregularidades apontadas, e/ou as regularidades apuradas;  
 VII - Encerramento da Auditoria: documento que finaliza a auditoria, contendo elementos que caracterizem: o período dos trabalhos; irregularidades apontadas; correções realizadas; providências administrativas ou judiciais tomadas; data final da conclusão da auditoria.

Art. 9º. Para padronização dos procedimentos administrativos de auditoria, os documentos a serem utilizados nas fases da auditoria deverão observar os seguintes modelos:

I - Para autuação do procedimento será utilizado o "Anexo I - Nota de Autuação de Processos";

II - Para a fase de planejamento será utilizado o "Anexo II - Instrumento de Planejamento de Auditoria";

III - Para a notificação da auditoria serão utilizados os seguintes instrumentos:

a) Ofício: Quando a auditoria realizada envolver atores externos à Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal;

b) Memorando: Quando a auditoria realizada envolver atores internos, integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal;

c) Comunicação Circular: Quando a auditoria realizada envolver atores internos, integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, cumulativamente, ou seja, mais de um órgão envolvido.

IV - Para a comunicação de resultados serão utilizados os instrumentos definidos no inciso anterior e, ainda, o "Anexo III - Relatório de Auditoria".

V - Para encerrar a auditoria será utilizado o "Anexo IV - Nota de Encerramento".

§1º. Os modelos integrantes dos Anexos I, II, III e IV desta Instrução Normativa poderão sofrer as adaptações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos.

§2º. Sem prejuízo aos elementos essenciais da auditoria, a equipe auditora poderá elaborar outros documentos necessários ao bom andamento dos trabalhos, como "listas de verificação", "gráficos", "tabelas" entre outros.

Art. 10º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 14 de março de 2012.

JOÃO EDUARDO LINHARES

Controlador Geral do Município

&#8195;

ANEXO I

NOTA DE AUTUAÇÃO DE PROCESSOS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

AUDITORIA nº xx/20xx

I.P.A. nº xx/20xx

Órgão Auditado: \_\_\_\_\_

Objeto Auditado: \_\_\_\_\_

Auditoria Encerrada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aos xx dias do mês de xxxxx de 20xx, autuo o presente documento, relativo à abertura do procedimento administrativo de auditoria. Eu, Fulano de Tal, responsável pela presente autuação, subscrevo-me.

Nome

Cargo

Matrícula

São Lourenço do Oeste, 14 de março de 2012.

JOÃO EDUARDO LINHARES

Controlador Geral do Município

&#8195;

ANEXO II

INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DE AUDITORIA

São Lourenço do Oeste, SC, dia) de (mês) de (ano)

I.P.A. nº.xx/2012/CGM/SLO

Órgão Auditado:

Objeto:

Período:

## I. INTRODUÇÃO

1. Em atendimento aos preceitos constitucionais descritos no art. 74 da Carta Magna e legais contidos na Lei Orgânica do Município, em especial ao art. 44, e à Lei Complementar nº99, de 03 de fevereiro de 2009, emitimos o presente Instrumento de Planejamento de Auditoria - I.P.A.

2. O planejamento de auditoria compete à Controladoria Geral do Município, conforme disposto no Decreto nº 3.272/2005. Seu objetivo é definir o escopo do objeto auditado, descrevendo os métodos a serem aplicados e os resultados esperados, primando pela tríade: planejamento, controle e avaliação.

3. O I.P.A. será apresentado ao órgão auditado no momento da notificação de realização da auditoria, de forma a preservar a transparência na condução dos trabalhos bem como demonstrar os métodos científicos e legais para definir o objeto da auditoria, o universo auditado, os riscos pré-existentes e a amostragem definida para início dos trabalhos.

## II. DO OBJETO

4. Serão objeto desta auditoria:

## III. DO UNIVERSO

5. Descrever o universo de auditoria:

## IV. DO RISCO

6. A análise de risco do objeto auditado leva em consideração:

## V. DA AMOSTRA

7. Amostra é o estudo de um pequeno grupo de elementos retirado de uma população que se pretende conhecer. Trata-se de uma técnica probabilística, que garante a possibilidade de realizar afirmações sobre a população com base nas amostras.

8. Para a definição do tamanho da amostra, há de se considerar o tamanho da população, o erro amostral tolerável e o risco da auditoria.

9. Utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$n0 = 1 / (E0)^2$ , onde: n0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra; E0 é o erro amostral tolerável

$n = (N \cdot n0) / (N \cdot n0)$ , onde: N é o número de elementos da população; n é o tamanho da amostra

## VI. CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, passaremos a realização da auditoria, que deverá ser realizada entre os dias dia) de (mês) de (ano).

11. Compõem anexos deste I.P.A. os relatórios (nº dos relatórios).

## NOME DO SERVIDOR

Cargo

São Lourenço do Oeste, 14 de março de 2012.

JOÃO EDUARDO LINHARES

Controlador Geral do Município

&#8195;

ANEXO III

RELATÓRIO DE AUDITORIA

São Lourenço do Oeste, SC, dia) de (mês) de (ano).

Relatório nº.xx/(ANO)/CGM/SLO

1. Introdução



Em atendimento aos preceitos constitucionais descritos no art. 74 da Carta Magna e legais contidos na Lei Orgânica do Município, em especial ao art. 44, e à Lei Complementar nº99, de 03 de fevereiro de 2009, e de acordo com os critérios estabelecidos no I.P.A. nº.xx/20xx/CGM/SLO, informado à (nome do órgão auditado) por meio do memorando nº. xx/(ANO)/CGM, de (dia) de (mês) de (ano), foi realizada auditoria (objeto da auditoria).

Desta maneira, passamos ao relatório.

## 2. Das Análises

No período foram analisados, pela CGM, os seguintes processos: Da análise efetuada nos processos não foram encontradas falhas graves ou ilegalidades quanto a sua elaboração e julgamento.

## 3. Conclusão

Pela verificação realizada nos processos conclui-se que foram observados os princípios constitucionais que regem a administração pública, em especial ao art. 37, XXI.

Recomendamos que:

- XXXXXXXXXXXX
- XXXXXXXXXXXX
- XXXXXXXXXXXX

Desta forma encerra-se o presente relatório, ao qual se dará ciência à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

É o relatório.

NOME DO SERVIDOR

Cargo

São Lourenço do Oeste, 14 de março de 2012.

JOÃO EDUARDO LINHARES

Controlador Geral do Município

## ANEXO IV

### NOTA DE ENCERRAMENTO

Pela presente "Nota de Encerramento" certifico o encerramento dos trabalhos da auditoria nº xx/20xx, que apresentou os seguintes resultados:

Período dos Trabalhos:

Irregularidades Apontadas:

Correções Realizadas:

Providências Administrativas ou Judiciais tomadas:

Data Final da Conclusão da Auditoria:

NOME DO SERVIDOR

Cargo

São Lourenço do Oeste, 14 de março de 2012.

JOÃO EDUARDO LINHARES

Controlador Geral do Município

## Instrução Normativa CGM Nº 02, de 14 de Março de 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 02, de 14 de março de 2012

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO no uso da atribuição que lhe confere o artigo 39, §3º da Lei Complementar nº99, de 03 de fevereiro de 2009, e suas alterações, considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos no âmbito do Sistema Municipal de Controle Interno, no que concerne à celebração de convênios, resolve:

Expedir a presente Instrução Normativa, relativa aos DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUIR O PROCEDIMENTO DE CELEBRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, com o objetivo de orientar aos agentes e servidores públicos da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, quanto aos procedimentos a serem adotados para a recepção dos documentos, confecção de minutas, atos de assinaturas e publicação,

empenhamento, pagamentos e prestação de contas de convênios concedidos a terceiros.

## CAPÍTULO I

### DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º A execução descentralizada de programas de governo e ações de órgãos ou entidades da administração pública municipal direta ou indireta, que envolva a transferência voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscais, da Seguridade Social e de Investimentos, será efetivada por meio da celebração de convênios ou instrumentos congêneres nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e desta Instrução Normativa, observada a legislação pertinente.

§ 1º Para efeito desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

I - Convênios ou instrumentos congêneres: acordo que disciplina a transferência de recurso financeiro e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta e, de outro, entidade privada sem fins lucrativos, outro ente da federação ou consórcio público, visando à execução de programas e ações de interesse recíproco ou da coletividade, em regime de mútua cooperação;

II - Proponente: entidade privada sem fins lucrativos, ente da federação ou consórcio público que manifeste interesse em firmar convênio, por meio de proposta de trabalho;

III - Concedente: órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência dos recursos financeiros destinados à execução do objeto do convênio ou instrumento congênere;

IV - Conveniente: organização de direito privado, sem fins lucrativos, ou ente da federação ou consórcio com o qual a administração pública municipal pactue a execução de programa de governo e ações mediante a celebração de convênio ou instrumento congênere;

V - Interveniente: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de outro ente da federação ou organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos, que participe do convênio para auxiliar no acompanhamento e na fiscalização, manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

VI - Ente da federação: pessoa jurídica de direito público interno, sendo a União, os Estados Federados, o Distrito Federal e os Municípios, nos quais se incluem os respectivos Poderes e administrações diretas e indiretas;

VII - Entidades privadas sem fins lucrativos: pessoa jurídica de direito privado, caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa;

VIII - Entidades do Serviço Social Autônomo: os Serviços Sociais Autônomos, também chamados de Sistema "S", criados por lei, de regime jurídico predominantemente de direito privado, sem fins lucrativos, instituídos para ministrar assistência ou ensino a determinadas categorias sociais e que possuem autonomia administrativa e financeira;

IX - Entidades Municipalistas: pessoa jurídica de direito privado, que tenha como atividade a representatividade de Municípios, tendo como associados entes públicos municipais, de direito público interno;

X - Consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

XI - Dirigente: aquele que possua vínculo com entidade privada sem fins lucrativos e detenha qualquer nível de poder decisório, assim entendidos os conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes, gerentes, administradores, entre outros;

## CAPÍTULO II

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO



## Seção I

### Dos Documentos necessários à Formalização dos Convênios

Art. 2º A celebração de convênios será precedida de regular procedimento administrativo, no qual serão juntados os documentos necessários à sua celebração, nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 3º A fase inicial do procedimento é denominada proposição, que consiste na manifestação do órgão proponente na intenção de solicitar os recursos.

§1º Na proposição do convênio deverão ser apresentados os documentos constantes dos anexos IV, V e VI, observada a personalidade jurídica do proponente.

§2º O proponente manifestará seu interesse em celebrar convênio mediante a apresentação de Plano de Trabalho que conterà, no mínimo:

I - descrição do objeto e da finalidade do convênio, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;  
II - justificativa contendo a caracterização do interesse público em executar o objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos pela sociedade;

III - local ou região de execução do objeto e indicação do público alvo;

IV - descrição dos bens a serem adquiridos, dos serviços a serem realizados ou das obras a serem executadas e seus valores de acordo com o orçamento prévio ou projeto básico;

V - descrição dos bens e serviços economicamente mensuráveis referentes à contrapartida não financeira, quando houver;

VI - cronograma físico contendo a descrição das etapas e das tarefas e previsão de execução;

VII - previsão de prazo para a execução do objeto; e

VIII - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente e a contrapartida prevista para o proponente.

## Seção II

### Dos Documentos necessários à Prestação de Contas

Art. 4º Para apresentação da prestação de contas, o conveniente deverá observar as disposições dos artigos 23 a 26 do Decreto 4.304, de 07 de novembro de 2011.

Art. 5º As prestações de contas de recursos antecipados, compostas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, conterão os seguintes documentos, no que couber, conforme o objeto do convênio ou instrumento congênere:

I - extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso;

II - comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio, se for o caso;

III - balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, conforme Anexo V;

IV - documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatórios resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros;

V - fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas;

VI - declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas;

VII - declaração firmada pelo Presidente da organização de direito privado, sem fins lucrativos, atestando o recebimento e a aplicação dos recursos no objeto do convênio firmado, conforme Anexo VI;

VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução e fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, em caso de obras.

§1º Para efeitos do disposto no inciso IV, recibos não se constituem em documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais ou municipais.

§2º As prestações de contas ao concedente serão feitas com documentos comprobatórios originais.

Art. 6º A prestação de contas final deverá ser apresentada juntamente com os documentos relacionados nos anexos VII, VIII, IX e X desta Instrução Normativa.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 14 de março de 2012.

JOÃO EDUARDO LINHARES

Controlador Geral do Município

## ANEXO I

FICHA CADASTRAL									
Identificação da Entidade:									
CNPJ:									
Endereço:					Bairro:				
Cidade:					UF:		CEP:		
Banco:		Agência:		Conta:					
Dirigente da Entidade:					Cargo:				
CPF:									
RG:					Órgão Expedidor:				
Endereço:					Bairro:				
Cidade:					UF:		CEP:		
Telefone:									
Gestor Financeiro:					Cargo:				
CPF:									
RG:					Órgão Expedidor:				

São Lourenço do Oeste, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Dirigente

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO

## 1. DESCRIÇÃO DO PROJETO







Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas	
Prova de funcionamento regular da instituição - atestado por juiz, promotor de Justiça, Presidente da Câmara Municipal, Delegado de Polícia, ou outra autoridade reconhecida	
Prova da abertura de conta corrente individualizada e vinculada - declaração do gerente, extrato de conta	
Declaração assinada pelo dirigente atual da entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos, com nome completo e número do CPF, conforme Anexo III	
Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do presidente atual da entidade	
Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), obtido no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>	
Cópia do comprovante de inscrição no conselho municipal de assistência social, nos casos de entidade de assistência social	
<b>Certidões Negativas de Débitos</b>	
Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, obtido no site pela Caixa Econômica Federal <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>	
Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no obtida no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>	
Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual, obtida no site da Secretaria de Estado da Fazenda <a href="http://www.sef.sc.gov.br">www.sef.sc.gov.br</a>	
Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>	
Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal, obtida no site da Prefeitura Municipal <a href="http://www.saolourenco.sc.gov.br">www.saolourenco.sc.gov.br</a>	

**ANEXO V**  
DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR O PROCESSO DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS  
Lista de Verificação

Documento	S/N
Solicitação formal de recursos pela entidade, dirigida ao chefe do Poder Executivo	

Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo dirigente da entidade, conforme Anexo II	
Comprovação da posse ou nomeação do dirigente do órgão	
Prova da abertura de conta corrente individualizada e vinculada - declaração do gerente, extrato de conta	
Declaração assinada pelo dirigente atual da entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos, com nome completo e número do CPF, conforme Anexo III	
Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do dirigente do órgão	
Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), obtido no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>	
<b>Certidões Negativas de Débitos</b>	
Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, obtido no site pela Caixa Econômica Federal <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>	
Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no obtida no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>	
Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual, obtida no site da Secretaria de Estado da Fazenda <a href="http://www.sef.sc.gov.br">www.sef.sc.gov.br</a>	
Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a> , admitindo-se a CND com o CNPJ da Matriz	
Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal, obtida no site da Prefeitura Municipal <a href="http://www.saolourenco.sc.gov.br">www.saolourenco.sc.gov.br</a>	

**ANEXO VI**  
DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR O PROCESSO DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO  
Lista de Verificação

Documento	S/N
Solicitação formal de recursos pela entidade, dirigida ao chefe do Poder Executivo	
Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo dirigente da entidade, conforme Anexo II	
Ficha cadastral preenchida - com os endereços da entidade e do responsável pela aplicação, conforme Anexo I	



Comprovação da posse ou nomeação do dirigente do órgão	
Prova de mandato da diretoria em exercício - fotocópia das atas de eleição e da posse de seus diretores	
Cópia do estatuto da entidade	
Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas	
Prova da abertura de conta corrente individualizada e vinculada - declaração do gerente, extrato de conta	
Declaração assinada pelo dirigente atual da entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos, com nome completo e número do CPF, conforme Anexo III	
Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do dirigente do órgão	
Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), obtido no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>	
<b>Certidões Negativas de Débitos</b>	
Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, obtido no site pela Caixa Econômica Federal <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>	
Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no obtida no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>	
Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual, obtida no site da Secretaria de Estado da Fazenda <a href="http://www.sef.sc.gov.br">www.sef.sc.gov.br</a>	
Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no site da Receita Federal do Brasil <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a> , admitindo-se a CNPJ da Matriz	
Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal, obtida no site da Prefeitura Municipal <a href="http://www.saolourenco.sc.gov.br">www.saolourenco.sc.gov.br</a>	

**ANEXO VII**  
**DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES**  
**Lista de Verificação**

Documento	S/N/ NA1
Extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso	

Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio, se for o caso	
Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados	
Documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatórios resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros	
Fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas	
Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas	
Declaração firmada pelo Presidente da organização de direito privado, sem fins lucrativos, atestando o recebimento e a aplicação dos recursos no objeto do convênio firmado <sup>2</sup>	
Relatório de cumprimento do objeto/finalidade	
Relação dos treinados ou capacitados, se houver, constando nome e documento de identidade ou CPF	
Manifestação do Conselho Fiscal, quando houver, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto do convênio e quanto ao atendimento da finalidade pactuada, em caso de entidade privada sem fins lucrativos <sup>2</sup>	
1 S/N/NA <input type="checkbox"/> Sim, Não, ou Não se Aplica - 2 Documentos necessários somente para entidades privadas sem fins lucrativos	

**ANEXO VIII**  
**DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS**  
**Lista de Verificação**

Documento	S/N/ NA1
Extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso	
Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio, se for o caso	
Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados	
Documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatórios resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros	



Fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas	
Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas	
Declaração firmada pelo Presidente da organização de direito privado, sem fins lucrativos, atestando o recebimento e a aplicação dos recursos no objeto do convênio firmado <sup>2</sup>	
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução e fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, em caso de obras	
Relatório de cumprimento do objeto/finalidade	
Relação dos bens construídos, e indicação de sua localização;	
Fotografias das obras executadas	
Manifestação do Conselho Fiscal, quando houver, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto do convênio e quanto ao atendimento da finalidade pactuada, em caso de entidade privada sem fins lucrativos <sup>2</sup>	
1 S/N/NA <input type="checkbox"/> Sim, Não, ou Não se Aplica - 2 Documentos necessários somente para entidades privadas sem fins lucrativos	

**ANEXO IX**  
**DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E MATERIAL PERMANENTE**  
 Lista de Verificação

Documento	S/N/ NA1
Extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso	
Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio, se for o caso	
Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados	
Documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatórios resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros	
Fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas	
Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas	

Declaração firmada pelo Presidente da organização de direito privado, sem fins lucrativos, atestando o recebimento e a aplicação dos recursos no objeto do convênio firmado <sup>2</sup>	
Relatório de cumprimento do objeto/finalidade	
Relação dos bens adquiridos ou produzidos	
Fotografias dos bens permanentes adquiridos	
Manifestação do Conselho Fiscal, quando houver, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto do convênio e quanto ao atendimento da finalidade pactuada, em caso de entidade privada sem fins lucrativos <sup>2</sup>	
1 S/N/NA <input type="checkbox"/> Sim, Não, ou Não se Aplica - 2 Documentos necessários somente para entidades privadas sem fins lucrativos	

**ANEXO X**  
**DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS**

Documento	S/N/ NA1
Extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso	
Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio, se for o caso	
Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados	
Documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos, folhas de pagamento, relatórios resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros	
Fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas	
Declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas	
Declaração firmada pelo Presidente da organização de direito privado, sem fins lucrativos, atestando o recebimento e a aplicação dos recursos no objeto do convênio firmado <sup>2</sup>	
Relatório de cumprimento do objeto/finalidade	
Relação dos serviços prestados	
Fotografias do(s) evento(s) realizado(s)	
Documentos que comprovem a realização do evento (folders, cartazes, recortes de jornais, fotos, listas de presença entre outros)	



Manifestação do Conselho Fiscal, quando houver, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto do convênio e quanto ao atendimento da finalidade pactuada, em caso de entidade privada sem fins lucrativos2

1 S/N/NA ☐ Sim, Não, ou Não se Aplica - 2 Documentos necessários somente para entidades privadas sem fins lucrativos

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### Avisa da abertura do Processo Nº02.2012 Fundo de Saúde

##### AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº02.2012 MODALIDADE: Pregão Presencial.

##### OBJETO:

Aquisição de Equipamentos Odontológicos conforme especificações do Edital

TIPO: Menor Preço por Item. DATA DE ABERTURA: 29/03/2012 às 09:00. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00h, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)  
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 12/03/2012.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal.

#### Avisa da abertura do Processo Nº14.2012

##### AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº14.2012 MODALIDADE: Pregão Presencial.Registro de Preços

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de bica corrida para o ano vigente.

TIPO: Menor Preço DATA DE ABERTURA: 09:00 (nove horas ),do dia 27 de março de 2012. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 07:30 às 11:30 e da 13:00 às 17:00h, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)  
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 12/03/2012.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal.

#### Avisa da abertura do Processo Nº15.2012

##### AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA JUNTAMENTE COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº15.2012 MODALIDADE: Pregão Presencial.Registro de Preços

OBJETO: aquisição parcelada e estimada de Filtros e óleos lubrificantes para o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara e a Prefeitura Municipal com fornecimento diário e com mão de obra para a troca, quando estiverem na SEDE MUNICIPAL de acordo com os quantitativos e especificações em anexo.

TIPO: Menor Preço por item. DATA DE ABERTURA: 09:00 (nove horas ),do dia 26 de março de 2012. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 07:30 às 11:30 e da 13:00 às 17:00h, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 09/03/2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal.

#### Contrato Nº 038/2012

##### CONTRATO Nº 038/2012

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. IVANI MARTINS, residente a Rua Antônio Jovita Duarte, 9969 - Forquilhas São José - SC, portador do CPF nº 910.419.709-78, RG nº 3.088.363, PIS: 1.706.241.091-6 doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço mão de obra para reparos em 1 (um) bebedouro pertencente à Casa Mortuária, localizada no Centro de São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela realização do serviço definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 201,00 (duzentos e um reais)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 12/03/2012.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 12 de março de 2012  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal



IVANI MARTINS  
Contratado

### Termo De Desistência - Ruy Laureano

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.  
TERMO DE DESISTÊNCIA  
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2011

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de 2012, RUY LAUREANO, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2011, da Prefeitura Municipal de São de Alcântara, relativo ao cargo de Motorista II, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de fevereiro de 2012.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Homologação Chamda Pública Nº 01/2012-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 01/2012-PMS

PROCESSO Nº. 19/2012-PMS

O Prefeito Municipal FELIPE VOIGT no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei n.º. 11947/09, de 16 de junho de 2009 e Lei Federal n.º. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento dos Grupos Informais de Agricultores Familiares:

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo:

- EDELBERT HEFTER

ITEM	DESCRIÇÕES	VALOR R\$ UNITÁRIO
08	CENOURA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	2,79
09	CHUCHU - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	2,95

17	POLPA DE FRUTA CONCENTRADA PARA CONFECÇÃO DE SUCO, DIVERSOS SABORES - SEM RESIDUOS DE IMPUREZA, EMBALADO EM RECIPIENTE DE 1 QUILO	11,50
----	---	-------

Schroeder, 13 de março de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 23/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>  
Extrato de Contrato n.º. 23/2012-PMS  
Edital de Chamada Publica n.º. 01/2012 - PMS - Processo n.º. 19/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n.º. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n.º. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SIDINEI JAIR STREIT, inscrito no CPF sob o n.º. 986.563.849-53, portador da carteira de identidade n.º. 3.440-534-SSP-SC, residente na Rua Gustavo Streit, n.º. 1957, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2012-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
17	POLPA DE FRUTA CONCENTRADA PARA CONFECÇÃO DE SUCO, DIVERSOS SABORES - SEM RESIDUOS DE IMPUREZA, EMBALADO EM RECIPIENTE DE 1 QUILO	Quilo	11,50

Data da Assinatura: 13/03/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 24/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 24/2012-PMS  
Edital de Chamada Publica nº. 01/2012 - PMS - Processo nº. 19/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ENIO ELDO SCHEIDT inscrito no CPF sob o nº. 384.331.099-87, portador da carteira de identidade nº. 12C.763.001-SSP-SC, residente na Rua 25 de Julho, nº. 449, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000,.

Objeto: contratação a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2012-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
03	ALFACE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	Unidade	2,12
04	BETERRABA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	Quilo	2,55

14	PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	Quilo	3,40
----	--	-------	------

Data da Assinatura: 13/03/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 25/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 25/2012-PMS  
Edital de Chamada Publica nº. 01/2012 - PMS - Processo nº. 19/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SELMA DRAEGER, inscrita no CPF sob o nº. 824.371.819-20, portadora da carteira de identidade nº. 19R/2.980.958-SSP-SC, residente na Rua 25 de Julho, nº. 57, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: contratação a aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2012-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
02	AIPIIM - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	Quilo	3,36



Data da Assinatura: 13/03/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Notificação referente ao Contrato Nº. 5/2012 - PMS,**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: [compras@schroeder.sc.gov.br](mailto:compras@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Ao

Sr. Jair Bridaroli

TIJOTELHAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA

CNPJ: 72.483.787/0001-09

(47) 3374-0001

Cumprimentando-o inicialmente, venho por meio deste, relatar que a empresa não está respeitando o que prevê o contrato nº. 5/2012 - PMS, firmado com a administração para fornecimento em serviços de máquinas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC. Conforme Processo de licitação nº. 06/2012 - PMS, Pregão Presencial de Registro de Preço nº. 02/2012 - PMS, frente ao recebimento das ordens de serviços para efetuação dos mesmos.

Conforme prevê nosso contrato na CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL, o prazo para entrega do objeto licitado é de 05 (cinco) DIAS após solicitação através de ordem de serviço, expedida pelo Setor solicitante.

É importante, ressaltar que a empresa ao participar do processo de licitação estava ciente do compromisso na entrega dos serviços e que esses atrasos nas entregas vêm prejudicar os trabalhos da administração.

Diante dessa situação a Administração Municipal abre PRAZOS 05 (cinco) DIAS ÚTEIS a partir do imediato recebimento, que será publicado no diário Oficial dos Municípios de SC, para que a Empresa TIJOTELHAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA faça o serviço solicitado ou justifique legalmente, e caso a empresa não proceda, a administração rescindir o contrato e aplicará as penalidades previstas na Clausula Sétima - Das Multas e Penalidades.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 12 de março de 2012.

ORLANDO TECILLA

Diretor Recursos Materiais

**Termo Aditivo Nº. A6/2012 - FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A6/2012 - FMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2008 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.816.067/0001-00, estabelecida na

Avenida Eusebio Matoso, nº. 1375, do 2º ao 8º andar e 10º andar, parte Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05423-905, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Joelson Renato Barbosa, inscrito no CPF sob o nº. 019.965.409-39, portador da Carteira de Identidade no 6.157.016-0-SSP/SP, e pelo senhor Fabio Alex Colombo, inscrita no CPF sob o nº. 110.960.738-54, portadora da Carteira de Identidade no 20.489.208-9-SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 71/2008 - FMS, celebrado em 29 de Agosto de 2008, decorrente do processo de licitação na modalidade Carta Convite no 19/2008 - FMS, Processo de Licitação nº. 40/2008 - FMS, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada, para contratação de seguro para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Segunda - do prazo de entrega e do local no item 2.1 e Cláusula Décima Quarta - da vigência no item 14.1 do contrato n.º 71/2008-FMS, prorrogando-se até 13 de março de 2013.

Cláusula 2ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 14 de março de 2012 até 13 de março de 2013, totaliza-se em R\$ 2.857,07 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos), valor este pago a vista, referente ao abaixo descrito:

LOTE I:



ITEM	VEICULO	PLACA	CHASSI	ANO/MOD	CLASSE BÔNUS	PRÊMIO (R\$)
2.1.1	AMBULÂNCIA IVECO/ FIAT DAILY 3510 VAN 4X2	MCE 3036	93ZC3570128306167	2002/2002	06	2.757,08
Custo de emissão apólice						100,00

Cláusula 3ª - - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 71/2008-FMS, desde que não contrariem o que ficou conveniado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 12 de março de 2012.

**CONTRATADA:**

ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A  
Joelson Renato Barbosa  
CPF nº. 019.965.409-39

ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A  
Fabio Alex Colombo  
CPF nº 110.960.738-15

**CONTRATANTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Felipe Voigt

**T E S T E M U N H A S:**

1ª Nome: Orlando Tecilla  
CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch  
CPF nº. 037.813.699-27

**Termo Aditivo Nº. A7/2012 - FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A7/2012 – FMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2008 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 08.816.067/0001-00, estabelecida na Avenida Eusebio Matoso, nº. 1375, do 2º ao 8º andar e 10º andar, parte Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05423-905, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Joelson Renato Barbosa, inscrito no CPF sob o nº. 019.965.409-39, portador da Carteira de Identidade no 6.157.016-0-SSP/SP, e pelo senhor Fabio Alex Colombo, inscrita no CPF sob o nº 110.960.738-54, portadora da Carteira de Identidade no 20.489.208-9-SSP/SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 25/2008 - FMS, celebrado em 12 de Março de 2008, decorrente do processo de licitação na modalidade Carta Convite no 01/2008 - FMS, Processo de

Licitação nº. 05/2008 – FMS, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta vencedora apresentada, para contratação de seguro para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação do seguro, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E disposto no disposto no Artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Segunda – da vigência no item 2.1 do contrato n.º 25/2008-FMS, prorrogando-se até 13 de março de 2013.

Cláusula 2ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 14 de março de 2012 até 13 de março de 2013, totaliza-se em R\$ 6.200,66 (Seis mil e duzentos reais e sessenta e seis centavos), valor este pago a vista, referente ao abaixo descrito:

LOTE I:



ITEM	VEICULO	PLACA	CHASSI	ANO/MOD	CLASSE BÔNUS	PRÊMIO (R\$)
2.1.1	CORSA HATCH 1.0 8V. 4 P. GAS.	MBS7405	9BGXF68X03C109132	2002/2003	5	679,12
2.1.2	KOMBI STANDARD 1.6 GAS. 4P.	MCM0554	9BWGB07X65P010421	2005/2005	13	701,29
2.1.4	GOL 1.0 MI GAS. 4P	MAS8598	9BWZZZ373WP599135	1998/1999	9	601,64
2.1.5	AMBULANCIA FIAT DOBLO CARGO 1.3 MPI FIRE 16V	MCG9547	9BD22315822002932	2002/2003	11	1.279,01
2.1.6	MB SPRINTER 313-B6RA(15+1) MICRO ONIBUS DIESEL 129CV	MEK7789	8AC9036726A935774	2005/2006	5	2.160,49
2.1.7	GM/ CORSA CLASSIC LIFE 1.6, 08 VÁLVULAS SEDAN, 04 PORTAS, GASOLINA, MPFI	MDO-7506	9BGSA19NO7B142831	2006/2007	5	679,12
Custo de emissão apólice						100,00

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 25/2008-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 12 de março de 2012.

#### CONTRATADA:

ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A  
Joelson Renato Barbosa  
CPF nº. 019.965.409-39

ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A  
Fabio Alex Colombo  
CPF nº 110.960.738-15  
CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Felipe Voigt

#### TESTEMUNHAS:

1ª Nome: Orlando Tecilla  
CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch  
CPF nº. 037.813.699-27

#### Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS - Edgar Roberto Lemke

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. EDGAR ROBERTO LEMKE, inscrito no CPF sob nº. 079.967.989-58, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 13 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da

vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7.

Schroeder (SC), 12 de março de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### Portaria Nº80/2012

PORTARIA Nº 80, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012  
DESIGNA SUZANA LIBERA CAMBRUZZI OLIVO PARA DIREÇÃO DE ESCOLA.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal 1479/2003;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar SUZANA LIBERA CAMBRUZZI OLIVO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 016.289.949-16, Professora do Quadro Permanente do Município para assumir em período integral a função de Diretora da Escola de Educação Básica Miguel Lazzarin, a partir de 27/02/2012 contar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Fevereiro de 2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING  
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração]

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Fevereiro de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo



**Portaria Nº81/2012**

PORTARIA Nº 81, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012  
DESIGNA FABIANA DO LIVRAMENTO PARA SECRETARIA DE ESCOLA

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1479/2003;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar FABIANA DO LIVRAMENTO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 946.965.789-68, Professora do Quadro Permanente do Município, para assumir em período integral a função de Secretária da Escola de Educação Básica Jorge Bif, a partir de 27/02/2012 contar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Fevereiro de 2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Fevereiro de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

**Portaria Nº82/2012**

PORTARIA Nº 82, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012  
ALTERA O INCISO II DA PORTARIA 281/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

**RESOLVE:**

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor NILTON DE SOUZA, CPF/MF sob nº 432.464.009-20, Guarda, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$ 250,00, Responsabilidade pelo controle de saída dos veículos da frota da Saúde no período noturno, a contar de 01/02/2012.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Fevereiro de 2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Fevereiro de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

**Portaria Nº83/2012**

PORTARIA Nº 83, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR LUIZ LINO DE ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009; Considerando o protocolo nº 215/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares ao servidor LUIZ LINO DE ARAUJO, CPF/MF nº 303.409.269-53, Motorista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 25 de Fevereiro de 2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Fevereiro de 2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Fevereiro de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

**Portaria Nº84/2012**

PORTARIA Nº 84, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012  
CONCEDE FG A SERVIDOR EFETIVO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

**RESOLVE:**

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor ELDER COMIN PERARO, CPF/MF sob nº 069.065.909-10, Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Município, FG 02, Valor R\$ 500,00, Responsabilidade pela organização da sistematização da emissão de carteirinhas para o transporte escolar, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2012.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Fevereiro de 2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Fevereiro de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

**Portaria Nº85/2012**

PORTARIA Nº 85, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012  
CONCEDE FG A SERVIDOR EFETIVO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

**RESOLVE:**



Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor VALMIR GARLINI, CPF/MF sob nº494. 921.799-20, Motorista, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$ 250,00, Responsabilidade pelo zelo dos equipamentos públicos da comunidade do Rio Jordão, a contar 01 de Fevereiro de 2012.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Fevereiro de 2012.

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Fevereiro de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

**Timbó**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 2671, de 14 de Fevereiro de 2012**

DECRETO Nº 2671, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 300.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, à conta de anulação no valor total de R\$ 300.000,00 conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 150.000,00, a seguinte dotação:

#### **a) ANULAÇÃO**

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 150.000,00  
TOTAL 150.000,00

#### **b) SUPLEMENTAÇÃO**

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 150.000,00  
TOTAL 150.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 150.000,00, a seguinte dotação:

#### **a) ANULAÇÃO**

04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL  
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 150.000,00  
TOTAL 150.000,00

#### **b) SUPLEMENTAÇÃO**

04.03.012.361.0022.2050. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
04.03.012.361.0022.2050. ENSINO FUNDAMENTAL  
04.03.012.361.0022.2050. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 150.000,00  
TOTAL 150.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de fevereiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2672, de 17 de Fevereiro de 2012**

DECRETO Nº 2672, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 162.200,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, à conta de anulação no valor total de R\$ 162.200,00 conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 150.000,00, a seguinte dotação:

#### **a) ANULAÇÃO**

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 150.000,00  
TOTAL 150.000,00

#### **b) SUPLEMENTAÇÃO**

04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 150.000,00  
TOTAL 150.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
06.01.022.661.0030.2062. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS  
06.01.022.661.0030.2062. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00  
TOTAL 3.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
06.01.022.661.0030.2062. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS  
06.01.022.661.0030.2062. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00  
TOTAL 3.000,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
06.03.020.606.0034.2072. DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL  
06.03.020.606.0034.2072. MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 5.500,00  
TOTAL 5.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
06.03.020.606.0034.2072. DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL  
06.03.020.606.0034.2072. MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 5.500,00  
TOTAL 5.500,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.700,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 3.700,00  
TOTAL 3.700,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 3.700,00  
TOTAL 3.700,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de fevereiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2674, de 20 de Fevereiro de 2012**

DECRETO Nº 2674, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 370.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2304. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
25.01.017.512.0100.2304. TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA  
25.01.017.512.0100.2304. MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.60000 Superavit Financeiro Ano anterior 370.000,00  
total 370.000,00  
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 370.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de fevereiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC





**Decreto Nº 2.677 de 01 de Março de 2012.**

DECRETO Nº 2.677 DE 01 DE MARÇO DE 2012.

Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "TANIA MARCIA OSS EMER MAFFEZZOLLI E REGIANE VIEBRANTZ HANSEN", situado no lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina formada com o lado par da Rua Paulo Oss-Emer, nesta Cidade, com a área de 3.474,58m<sup>2</sup> (Três mil, quatrocentos e setenta e quatro metros e cinquenta e oito décimos quadrados), processo D-001/2012 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente TANIA MARCIA OSS EMER MAFFEZZOLLI E REGIANE VIEBRANTZ HANSEN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 19.515, datado de 01 de fevereiro de 2012.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 13.698, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.08.017.0583.001 e nº 01.08.017.0584.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 02 (duas) áreas, numeradas de 01 (um) e 02 (dois);

01 - Área a Desmembrar nº 01 (um) - com área de 1.906,52m<sup>2</sup> (Hum mil, novecentos e seis metros e cinquenta e dois décimos quadrados), situado no lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina formada com o lado par da Rua Paulo Oss-Emer; estremando na frente em linha curva de 21,70 metros com o lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto e em 11,20 metros na curva de transição formada entre o lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto e o lado par da Rua Paulo Oss-Emer; fundos estrema em 22,80 metros com a área a desmembrar nº 02; lado direito estrema em 65,36 metros com o lado par da Rua Paulo Oss-Emer; e, lado esquerdo estrema em 85,74 metros com terras de Max Klitzke, matrícula nº 10.974, livro 2;

02 - Área a Desmembrar nº 02 (dois) - com área de 1.568,06m<sup>2</sup> (Hum mil, quinhentos e sessenta e oito metros e seis décimos quadrados), situado no lado par da Rua Paulo Oss-Emer, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 71,54 metros da esquina formada com o lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto; estremando na frente em 66,34 metros com o lado par da Rua Paulo Oss-Emer; fundos estrema em 62,71 metros com terras de Max Klitzke, matrícula nº 10.974, livro 2; lado direito estrema em linha sinuosa de 23,40 metros

continuação do Decreto n.º 2.677/2012, fls. 02

com a margem direita do Rio Benedito; e, lado esquerdo estrema em 22,80 metros com a área a desmembrar nº 01. Neste imóvel fica reservada a área de 1.191,54m<sup>2</sup>, constante da faixa de 50,00 metros da margem direita do Rio Benedito, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 4.771 de 15/09/1965, com a seguinte descrição: estrema na frente em linha sinuosa de 23,40 metros com a margem direita do Rio Benedito; fundos estrema em linha sinuosa de 24,61 metros com terras do proprietário; lado direito estrema em 55,36 metros com terras de Max Klitzke, matrícula nº 10.974, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 49,96 metros com o lado par da Rua Paulo Oss-Emer.

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por

este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 01 de março de 2012.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Aviso Carta Convite N.º 40- 2012 Fiscalização de Obra**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0000040/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO BINÁRIO DE ACESSO A CIDADE, LIGANDO A RUA SETE DE SETEMBRO COM A RUA BLUMENAU POR INTERMÉDIO DE PONTE (processo licitatório nº 127/2011, contrato administrativo nº 2012/01), conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h30min do dia 21 de março de 2012. ABERTURA: dia 21/03/2012 as 15h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações situado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC.

TIMBO (SC), 13/03/2012

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

**Termo de Anulação Parcial de Itens Pregão Presencial N.º 30 2012 - Pneus, câmaras e protetores**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL 0030-2012

O Pregoeiro e o Diretor de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a bem do serviço público, ANULAR os itens 1,4, 5,7,8,19,22,33,35,36,37,39,44,51,63,65 da licitação de Pregão Presencial nº. 30/2012, que tem por objeto a Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para frota municipal.

Motivo: A Anulação Parcial se faz motivada devido a falta de tempo para correção na descrição dos itens anulados, o que acarretaria em prorrogação do prazo e este não é possível dada urgência manifestada pela Secretaria de Educação e Secretaria de Obras. Os itens anulados foram descritos no edital conforme solicitado em requisição porém verificou-se medidas contraditórias na descrição dos itens anulados.

Timbó (SC), 12 de março de 2012.

JOSÉ STOLF

Pregoeiro

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração



**SAMAE****Chamamento Cadastral**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO  
NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - Timbó, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas atualizações, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro de Atualização Cadastral dos fornecedores da Administração Pública do Município. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos na Divisão de Administração e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Timbó, sito a Av. Getúlio Vargas, 700, centro Timbó, CEP 89120-000, no horário de expediente e demais informações pelo telefone (0xx47) 3382-3655, ramal 2015.

Timbó, 13 de Março de 2012  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**Extrato Ata Registro de Preço Pregão Presencial 0012-2012**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2012  
ÓRGÃO GESTOR: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO SAMAE.  
EMPRESAS FORNECEDORAS: MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME; COCOMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP; MANFREDO SCHMIT ME; MTMT AUTO CENTER COMERCIO DE BATERIAS LTDA; RENATO SCUMANN EPP; OFICINA LATOARIA E PINTURA ZANGUELINI LTDA ME.  
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 281.625,00 (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
VALIDADE DA ATA: 28/02/2013

TIMBÓ, 14 DE MARÇO DE 2012.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**Extrato do Contrato 2012/62**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/62  
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: SETA GESTÃO EMPRESARIAL E MEDICINA OCUPACIONAL

OBJETO: SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO, NAS BASES ESTIPULADAS NESTE CONTRATO, QUE VISAM ATENDER ÀS DETERMINAÇÕES NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 7 (NR 7) DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL DO TRABALHO - SSST, CONFORME PORTARIA Nº 24 DE 29/12/94, E A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS - PPRA, DE ACORDO COM

A NORMA REGULAMENTADORA Nº 9 (NR 9), CONFORME PORTARIA Nº 25 DE 29.12.94  
PRAZO: 10 MESES  
VALOR TOTAL: R\$ 7.970,00 (SETE MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS)

TIMBÓ, 02 DE MARÇO DE 2012.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**Três Barras****PREFEITURA****Inexigibilidade de Licitação**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2012.  
Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE. CONTRATADO: VALDOMIRO ANTONIO VERKA - ME - CNPJ 75.381.517/0001-77.  
OBJETO: Prestação de Serviços Funerais.  
FUNDAMENTO LEGAL: lei 8.883/94, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2012.

**Tunápolis****PREFEITURA****Aviso de retificação Curso do CRAS**

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, cujo extrato foi publicado no DOM dia 06/03/2012, onde se lê : "Pregão Presencial nº 28/2012, referente " Contratação de empresa especializada para capacitação de profissionais para desenvolver projetos, executá-los e fazer Manutenção de Instalações Elétricas Residenciais, Comerciais e Industriais, aos Beneficiários dos Programas Sociais, com recursos do CRAS (Centro de Referencia do Assistência Social), conforme Termo de Referencia constante no Anexo I, com abertura para o dia 20/03/2012 às 8h:45min. leia -se: "Contratação de empresa especializada para capacitação de profissionais para desenvolver projetos, executá-los e fazer Manutenção de Instalações Elétricas Residenciais, Comerciais e Industriais, com o fornecimento dos respectivos materiais necessários para desenvolver a capacitação aos Beneficiários dos Programas Sociais, com recursos do CRAS (Centro de Referencia do Assistência Social), conforme Termo de Referencia constante no Anexo I, com abertura para dia 30/03/2012 às 8h:45min  
Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 13 de março de 2012  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal



**Processo de Licitação nº 41/2012 Edital de Pregão Presencial Nº 35/2012 Mecânica e eletricidade,**

Processo de Licitação nº 41/2012

Edital de Pregão Presencial nº 35/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica e eletricidade, destinados à manutenção das secretarias da Prefeitura Municipal, durante o exercício financeiro de 2012.

Entrega dos envelopes será dia 29/03/2012 às 9h45min.

Informações no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 13 de março de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

**Processo de Licitação nº 41/2012 Edital de Pregão Presencial Nº 35/2012 Mecânica e eletricidade,**

Processo de Licitação nº 41/2012

Edital de Pregão Presencial nº 35/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica e eletricidade, destinados à manutenção das secretarias da Prefeitura Municipal, durante o exercício financeiro de 2012.

Entrega dos envelopes será dia 29/03/2012 às 9h45min.

Informações no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 13 de março de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

**Turvo****PREFEITURA****Decreto 13/2012**

DECRETO Nº 013/12, de 08 de março de 2012.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo, no valor de R\$

50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0003.1.052 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.8 (12) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos (0064), no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 08 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

**CÂMARA MUNICIPAL****Termo de Contrato Nº 09/2012.**

TERMO DE CONTRATO Nº 09/2012.

Proponente: Alexandre e Topanotti Jornal Ltda.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Publicação de Atos Oficiais e matérias Institucionais do Poder Legislativo.

Quantidade: 519 (quinhentos e dezenove) (cm/cl) centímetros/coluna

Valor: 6,75 cm/cl (seis reais e setenta e cinco centavos) o centímetro/coluna

Vigência: De 01 de Março a 31 de Dezembro de 2012.

**Vargeão****PREFEITURA****Aviso de Alteração de Edital - Pregão Nº 0011/2012-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

SMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 0011/2012-FMS

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares, móveis normais e móveis sob medida (estes com execução e montagem), destinados à nova Unidade de Apoio a Estratégia de Saúde da Família - ESF do município de Vargeão, SC

Amarildo Paglia, Prefeito do Município de Vargeão, SC, COMUNICA que o edital de Pregão nº 0011/2012-FMS, sofreu alterações na descrição do item 5 - Câmara para conservação de vacina, que passa a vigorar com a seguinte redação:

5- Câmara para conservação de vacina com mínimo de 280 litros, refrigerador expositor vertical com sensor de temperatura 2 a 8 C.



Cor a ser apresentada. O produto deve possuir registro na ANVISA; Sistema de segurança que mantenha a temperatura ideal por 24 horas sem energia elétrica; Câmara interna em aço inox com quatro gavetas em aço inox e discador telefônico para até três números.

Em razão destas alterações, a abertura deste certame fica adiada para o dia 27/03/2012, às 08h45min. Ficam inalterados os demais itens e condições estabelecidas no Edital. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas ou através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br).

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 13 de março de 2012.

AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 9.977/12

DECRETO Nº 9.977/12, DE 13 DE MARÇO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 192.230,33 (Cento e noventa e dois mil, duzentos e trinta reais e trinta e três centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração

01 - Administração

2.010 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 80.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação

02 - Departamento de Ensino Fundamental

2.034 - Transporte Escolar - 1º Grau

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0007.52

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0027.55

2.977,10

109.253,23

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 192.230,33

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de março de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

#### Portaria Nº 0202/12

PORTARIA nº 0202/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2841/12,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LAILA ABDALLA TAGLIAPIETRA, Professora MG02, de 11 de setembro de 2012 até 11 de dezembro de 2012, referente ao quinquênio de 1º de abril de 2003 até 31 de março de 2008

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de setembro de 2012.

Videira, 12 de março de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

#### Portaria Nº 0203/12

PORTARIA nº 0203/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2912/12,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LUCIANA DE OLIVEIRA RAMOS RAMPON, Auxiliar de Serviços Gerais, de 1º de dezembro de 2012 até 1º de março de 2013, referente ao quinquênio de 02 de março de 2007 até 1º de março de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2012.

Videira, 12 de março de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício



**Portaria Nº 0204/12**

PORTARIA nº 0204/12

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2848/12,

**RESOLVE**

Exonerar, a pedido, WILSON GARCIA DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional admitido pela Portaria nº 1599/02.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2012.

Videira, 12 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0205/12**

PORTARIA nº 0205/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do Parecer Jurídico nº 10/2012,

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora DOROTI SALETE LHEWICHESKI, Atendente de Creche - Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 12 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0206/12**

PORTARIA nº 0206/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1612/11,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a AMILTON RAMOS DE OLIVEIRA, Trabalhador Braçal, de 15 de março de 2012 até 15 de junho de 2012, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de março de 2012.

Videira, 12 de março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**PREGÃO Presencial 17/2012 - FMS**

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012 - FMS

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 17/2012 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DE PACIENTES DO PROGRAMA ÓRTESES E PRÓTESES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 11 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Pregão Presencial 41/2012 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 41/2012 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O CONserto DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L, FROTA 95 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 10 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 12 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



**Editais de INTIMAÇÃO**  
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Intimado(a)(s):

1. Fernanda Merlo, brasileira, solteira, portadora da C.I. nº 4.030.624, inscrita no CPF nº 039.380.919-67. Filiação: João Carlos Merlo e Maria do Carmo Merlo.

2. Caroline Rocha de Paula, brasileira, solteira, portadora da C.I. nº 5.163.104-0, inscrita no CPF nº 055.122.119-43. Filiação: Valmor de Paula e Mariza Rocha de Paula.

Por intermédio do presente, as pessoas acima identificadas, atualmente em local incerto ou não sabidas, ficam INTIMADAS da convocação para assumirem o cargo no qual lograram aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2008. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 02 vez(es), com intervalo de 07 dias na forma da lei.

Videira, 30 de janeiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Consórcios****CIM-AMAVI****Concorrência Pública Nº 02/2011 - Termo de Homologação e Termo de Adjudicação**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Jocelino Amâncio, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições, considerando a proclamação por parte da Comissão Permanente de Licitações do resultado final do julgamento referente à Concorrência Pública nº 02/2011 que tem como objeto o fornecimento de licença de uso de software de gestão da educação municipal para os Municípios Consorciados ao CIM-AMAVI e serviços complementares, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos e considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93, HOMOLOGA o resultado da sobredita licitação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2012.

JOCELINO AMÂNCIO

Presidente

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2011

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Jocelino Amâncio, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições, considerando a homologação da Concorrência Pública nº 02/2011, que tem como objeto o fornecimento de licença de uso de software de gestão da educação municipal para os Municípios Consorciados ao CIM-AMAVI e serviços complementares, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos e considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93, ADJUDICA em favor da empresa IDS Desenvolvimento de Software e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.982.200/0001-00, o objeto da sobredita licitação, perfazendo um valor total global de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais).

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2012.

JOCELINO AMÂNCIO

Presidente

**CIS/AMMVI****Resolução nº 56, de 21 de Fevereiro de 2012.**

RESOLUÇÃO nº 56, de 21 de fevereiro de 2012.

Estabelece os textos básicos para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e

Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CISAMVI realizada em 13 de Fevereiro do corrente;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os textos básicos para o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, na forma dos anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º - Compor a Comissão Especial encarregada de coordenar os trabalhos de elaboração do Projeto Final de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do CISAMVI, incluindo o recebimento e deliberação sobre propostas de emendas ou alterações no anteprojeto de que trata o artigo anterior, pelos Prefeitos dos Municípios de Pomerode e Brusque e pelo Assessor Jurídico da AMMVI - Dr. Luiz Claudio Kades, sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo.

§ 1º - A Comissão Especial de que trata este artigo proporá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até a data de 16 de março de 2012.

§ 2º - Findo o prazo de que trata o parágrafo anterior, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto a ser apresentado na Assembleia Geral.

§ 3º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto, se obtiverem a aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

Art. 3º - Apresentado o projeto de alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto pela Comissão Especial, o Presidente do CISAMVI convocará Assembleia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 1º - Na reunião da Assembleia será apresentado o Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 2º - Havendo consenso sobre a admissibilidade do Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto, este será posto em votação, necessitando do voto favorável por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 3º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade do Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto ou este não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de trinta dias para apresentação de novas Emendas pelos



representantes dos Municípios consorciados.

§ 4º - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 5º - Apresentado o parecer de que trata o parágrafo anterior, o Presidente do CISAMVI convocará Assembleia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua admissibilidade pela Assembleia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quórum qualificado de que trata o § 2º deste artigo.

II - As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais.

III - As Emendas admitidas como destaques serão apreciadas após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 6º - Aprovado o Projeto de Alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para publicação.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, 21 de Fevereiro de 2012.  
ORIDES KORMANN  
Presidente

Anexo I

Texto básico para alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI:

“( )  
Pelo exposto, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções e/ou firmado convênio com o Consórcio Público;

II - contrato de gestão: instrumento firmado entre o Consórcio Público e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento;

III - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de gestão associada ou cooperação institucional;

V - convênio de cooperação: pacto firmado por Entes da Federação e o Consórcio Público, com o objetivo de promover atividades, ações e serviços de interesse público e/ou autorizar a gestão associada de serviços públicos;

VI - fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir eficiência na execução e/ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

VII - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, administração e execução de serviços públicos por meio do Consórcio Público, conforme contrato de programa ou convênio de cooperação, acompanhadas ou não da prestação direta de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BLUMENAU, BOTUVERÁ, BRUSQUE, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CIS AMMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

1.1.3 - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, “a”, e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FINALIDADES

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.3 – É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.



**CLÁUSULA QUINTA – DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO**

5.1 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS**

6.1 - :

IV – compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 –

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO**

7.2 - :

II – (revogado);

III – Diretoria;

IV - Conselho Fiscal.

**CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral**

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral.

8.2 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

8.5 - :

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI – .:

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;

8.5.1 –

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 –

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Protocolo de Intenções, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto básico do projeto de estatutos e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

8.9.2 -

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

**CLÁUSULA NONA – DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)**

9.1 -

III – convocar as Assembléias Gerais;

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Da DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO**

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e



outro o Diretor Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Diretor Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 – A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Diretor Executivo serão fixadas nos estatutos.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

10.3.1 - (revogado).

10.3.2 – As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria:

10.5 – Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONSELHO FISCAL

11.1 - O Conselho Fiscal é composto por cinco Conselheiros, sendo três secretários municipais de saúde indicados por seus pares e dois Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

11.1.1 -

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS HUMANOS

12.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 deste Protocolo de Intenções, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

12.1.1 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembléia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções.

12.1.3 - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções, bem como as demais

vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

12.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social

12.2.1 - (revogado).

12.2.2 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral, obedecendo ao disposto neste Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

12.2.3 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

12.2.4 - Os empregados do Consorcio não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consorcio Público.

12.2.5 -

12.2.5.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da função que venham a desempenhar no CISAMVI, no percentual de 20%, 30% ou 50% sobre o salário ou vencimento mensal.

12.2.5.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

12.2.5.3 - Na hipótese do item 12.2.5 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção da remuneração regular do servidor, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

12.3 -

12.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os de Diretor Executivo e de Gestor de Serviços, que serão de livre nomeação e exoneração. Os empregos públicos de livre nomeação e exoneração são regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

12.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida no anexo próprio deste Protocolo de Intenções. Após deliberação da Assembléia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.3 – (revogado).

12.3.4 – A contratação de profissionais para os empregos de



confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembléia Geral.

12.3.5 – São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CISAMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

12.3.6 – As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 12.2.2 deste Protocolo de Intenções.

12.3.7 – Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

12.3.7.1 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CISAMVI através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

12.3.7.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.3.7.3 – Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de

vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

12.3.7.4 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não-obrigatório.

12.4 - Os editais de concurso público do Consórcio Público deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

12.4.1 -

12.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

12.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

12.5.1 – (revogado).

12.5.2 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

12.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

12.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de



40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

12.7.1 – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

12.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

12.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

12.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

12.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

12.7.2 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de  $\frac{1}{4}$  do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II – Diária de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, exceto para países do mercado comum do sul – MERCOSUL, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

12.7.2.1 - A diária corresponderá ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), independentemente do roteiro de viagem, considerados para período de 24 horas, ou proporcional nos demais casos;

12.7.2.2 - Nenhum empregado pode receber, a título de diárias, quantia mensal de valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva remuneração.

12.7.2.3 - A diária será concedida por dia de afastamento (período de vinte e quatro horas, contadas da partida do empregado), não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

12.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

12.7.2.5 - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento,

trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.6 - Aplica-se o disposto nos itens 12.7.2 e 12.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou para-estatal, e aos contratados temporariamente.

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

12.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – gratificação complementar, na forma estabelecida no item 12.2.5.1 deste Protocolo de Intenções;

III – adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII – adicional por qualificação.

12.7.5.1 – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

12.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

12.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

12.7.6.2 – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:



I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofre penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

12.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

12.8 – Os empregos públicos de que trata o item 12.3 deste Protocolo de Intenções terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gerenciamento e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

III – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte,

opponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CISAMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CISAMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IV – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo.

V – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

VI – Para o emprego de CONTADOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover



a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

#### VII – Para o emprego de MÉDICO AUDITOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar o controle, avaliação e auditoria e executar a revisão técnica das faturas dos prestadores de serviços médicos públicos, privados e/ou conveniados ao SUS; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Medicina; Habilitação através de curso de formação específico de Auditoria Médica, reconhecido pelo Ministério da Saúde e/ou experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada de execução de auditorias médicas em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais; Inscrição e registro junto ao CREMESC.

12.9 – São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

12.10 – Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

12.10.1 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

12.11 - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

12.11.1 - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

12.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

12.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

12.13 – São penalidades disciplinares:



I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

12.13.1 - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

12.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

12.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

12.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

12.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

12.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

12.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

12.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

12.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

12.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

12.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

12.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

12.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

12.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

12.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

12.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

12.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

12.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

12.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

12.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

12.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

12.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

12.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

12.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

12.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

12.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

12.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

12.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar



como peça informativa da instrução.

12.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

12.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

12.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

12.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

12.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

12.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

12.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

12.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

12.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

12.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

12.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

12.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

12.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

12.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

12.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

12.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

12.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

12.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

12.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

12.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

12.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

12.20.6 - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

12.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

12.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

12.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

12.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

12.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

12.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

12.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

12.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

12.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

12.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

12.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

12.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a



penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

12.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

12.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

12.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

12.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

12.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

12.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

12.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

12.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

12.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

12.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

12.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

12.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

12.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

12.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

12.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

12.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

12.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

12.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em

comissão, que será convertida em exoneração.

12.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

13.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21/06/1993.

13.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

13.2 -

13.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

13.4 -

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PATRIMÔNIO

14.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerão unicamente de aprovação da Diretoria Executiva, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.2 –:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em “Contrato de Rateio”, de acordo com a Lei;

X – o produto da arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI – as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

15.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CISAMVI, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

15.2.2 - O Consórcio Público poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de Ente da Federação consorciado.

15.3 -

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

16.1 – Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de



maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipais e/ou regionais.

16.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

17.1 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

17.2 – A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

17.2.1 -

17.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CISAMVI, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

17.3 - :

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio ou deliberação da Assembléia Geral;

17.3.1 -

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1.1 - Será objeto de gestão associada, parcial ou totalmente, os:

II – Serviços básicos de saúde, inclusive programas como o ESF e outros;

18.1.2 -

18.1.3 – A Assembléia Geral aprovará o regulamento que estabeleça também os critérios de cálculo do valor das tarifas ou do preço público dos serviços na gestão associada, quando o Consórcio Público assumir a cobrança pela prestação do serviço.

18.2 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

18.3 - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

18.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços

sob regime de gestão associada.

18.5 -

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CONTRATO DE PROGRAMA

19.2.8 - (revogado).

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

20.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções, no estatuto e na legislação aplicável.

20.2.1 – (revogado).

20.2.2 - (revogado).

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CISAMVI, observando-se que:

I – O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br);

II – A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

III – Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV – Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir da adaptação do Consórcio aos ditames da Lei nº 11.197/05;

V – A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

21.2 -

21.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

21.5.1 - (revogado).

21.6 -

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

##### ANEXO 1 – dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40 hs	R\$ 8.675,99
2	Gestor de Serviços	40 hs	R\$ 4.337,99

##### ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Advogado	20 horas	R\$ 2.995,86



02	Agente Administrativo	40 horas	R\$ 1.933,80
01	Agente Controle Interno	20 horas	R\$ 1.651,57
01	Contador	20 horas	R\$ 1.651,57
01	Médico Auditor	20 horas	R\$ 5.000,00

ANEXO 3 - (revogado).

ANEXO 4 – (revogado).”

Anexo II

Texto básico para alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI:

“()

Art. 1º -

§ 4º - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, “a”, e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

## CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 9º - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovado na Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto de Consórcio Público, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º -:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - .

§ 2º -

§ 3º - A efetivação do ingresso do Ente no Consórcio Público se dará com assinatura de:

I – adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II – aditivo ao Contrato de Consórcio, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III – adendo ao artigo 7º do Estatuto do Consórcio Público, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

Art. 10 -

Art. 13 -

IV – compor a Diretoria ou o Conselho Fiscal do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Único - .

Art. 16 -

II – (revogado);

III – Diretoria;

IV – Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - .

Art. 18 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas pela Diretoria, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alterações estatutárias

§ 1º - As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do CISAMVI, aquelas com antecedência mínima de cinco (05) dias e estas com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta ao Chefe do Poder Executivo de cada Município consorciado e publicação de Edital no site mantido na internet.

§ 2º – (revogado).

§ 3º – .

Art. 19 -

§ 1º - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio Público ou a Ente consorciado.

§ 2º -

Art. 20 -

Art. 21 -

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI - e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio Público pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;

VII -

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presente pelo menos dois terços (2/3) dos membros consorciados.

§ 2º -

Art. 22 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembleia Geral especificamente convocada.

§ 1º - Em qualquer Assembleia Geral donde conste na pauta o item “assuntos gerais”, poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o “caput” deste artigo.

§ 2º - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembleia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

§ 4º -

§ 7º - Aprovada moção de censura apresentada em face do Diretor Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio Público para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembleia Geral.

§ 8º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembleias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.



Art. 23 – A alteração deste Estatuto, mediante proposição justificada de iniciativa da Diretoria, depende de deliberação favorável, aprovada pela maioria dos representantes dos Municípios consorciados, reunidos em Assembléia Geral.

§ 1º -

#### CAPÍTULO IX

##### DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

Art. 26 -

§ 6º - Os novos Presidente e Vice-Presidente eleitos terão livre acesso aos documentos e informações do Consórcio Público para fins de transição administrativa e continuidade dos serviços públicos, a partir da eleição até o início de seu mandato, cabendo ao Diretor Executivo zelar pelo atendimento desta disposição.

Art. 27 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função.

§ 1º -

§ 3º - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. Após a aprovação, o indicado será nomeado e deverá tomar posse e entrar em exercício na forma disciplinada neste Estatuto e no regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral.

§ 4º - Caso ocorra apenas à confirmação na função, ou seja, a manutenção do então ocupante do emprego de Diretor Executivo, sua contratação não sofrerá solução de continuidade

Art. 28 -

III – convocar as Assembléias Gerais;

IV -

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29 -

Art. 30 -

§ 1º - O Presidente eleito assinará termo de posse na data de início de seu mandato, apresentando os demais documentos necessários para o fiel desempenho de seus encargos, dentre estes a cópia de seus documentos pessoais e o termo de posse nas funções de Prefeito titular do Ente consorciado representado. O Vice-Presidente adotará igual procedimento, na hipótese de assunção das funções de Presidente.

§ 2º - O Vice-Presidente eleito será empossado na mesma data e local da posse do Presidente.

§ 3º -

#### CAPÍTULO X

##### DA DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

Art. 31 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Diretor Executivo.

§ 1º -

§ 2º - O Diretor Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de

vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente Federado ou de Município consorciado.

§ 3º - O ocupante do emprego de Diretor Executivo será nomeado por resolução do Presidente do Consórcio Público, observadas as disposições deste Estatuto, devendo tomar posse e entrar em exercício na forma do regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público.

Art. 32 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

Art. 33 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

§ 1º - (revogado).

§ 2º - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução, numeradas sequencialmente.

Art. 34 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete à Diretoria:

Art. 35 - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

#### CAPÍTULO XI

##### DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal é composto por cinco Conselheiros, sendo três secretários municipais de saúde indicados por seus pares e dois Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil.

§ 1º -

Art. 39 -

§ 1º - Os trabalhos do Conselho Fiscal do Consórcio Público serão secretariados por empregado ou servidor designado pela Diretoria, registrando-se em ata as deliberações adotadas.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocar membro da Diretoria para esclarecer a motivação dos atos administrativos ou justificar os procedimentos seguidos na administração dos interesses do Consórcio Público.

§ 3º -

#### CAPÍTULO XII

Art. 40 -

§ 3º - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no § 2º do artigo 31 deste Estatuto, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

Art. 41 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e neste Estatuto, tratará especialmente da descrição das



funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

§ 2º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 3º - Os empregados não poderão ser cedidos para nenhuma entidade ou organização, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da função que venham a desempenhar no CISAMVI, no percentual de 20%, 30% ou 50% sobre o salário ou vencimento mensal.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção da remuneração regular do servidor, donde tais despesas serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

§ 8º - (revogado)

§ 9º - (revogado)

Art. 42 - O quadro de pessoal do Consórcio Público é composto pelos empregos públicos constantes dos artigos 46 e 47 deste Estatuto, remunerados em conformidade com o Protocolo de Intenções, com o Contrato de consórcio e com este Estatuto.

§ 2º - Os empregos previstos no artigo 46 deste Estatuto serão de livre nomeação e exoneração.

§ 3º - (revogado)

§ 4º - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos artigos 46 a 48 deste Estatuto, observadas as condições de desenvolvimento funcional estabelecidas no artigo 48-E para os empregos permanentes.

§ 5º - Após deliberação da Assembléia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 6º - (revogado)

§ 7º - O aumento do número de vagas, o reenquadramento salarial ou a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembléia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do presente Estatuto, de autorização legislativa própria editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio.

§ 8º - A contratação de profissionais para os empregos de que trata o artigo 46, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias,

depende de prévia justificativa da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembléia Geral.

§ 9º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CISAMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 5º do art. 47 deste estatuto.

§ 10 - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do § 1º do artigo anterior.

§ 11 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 12 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CISAMVI através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 13 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 14 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.



II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 15 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não-obrigatório.

Art. 43 - Os editais de concurso público do CISAMVI deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

Art. 44 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - (revogado)

§ 2º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 3º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 45 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais disposições deste Estatuto.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art. 46 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40 hs	R\$ 8.675,99
2	Gestor de Serviços	40 hs	R\$ 4.337,99

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o “caput” deste artigo são de livre nomeação e exoneração, regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CISAMVI, após regular aprovação da escolha pela Assembléia Geral do Consórcio

Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

### SEÇÃO III

Art. 47 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Advogado	20 horas	R\$ 2.995,86
02	Agente Administrativo	40 horas	R\$ 1.933,80
01	Agente Controle Interno	20 horas	R\$ 1.651,57
01	Contador	20 horas	R\$ 1.651,57
01	Médico Auditor	20 horas	R\$ 5.000,00

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o “caput” deste artigo serão acessados, na forma do regulamento do quadro de pessoal, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - por processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

§ 5º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no regulamento do quadro de pessoal, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 6º - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em 02 (duas) etapas, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de “preço público” fixado em Resolução, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 7º - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 8º - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CISAMVI, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 9º - A Comissão Especial de que trata o parágrafo anterior, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.



§ 10 - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - a abertura de concurso se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;
- c) as condições para inscrição e provimento do emprego;
- d) tipo, natureza e programa das provas;
- e) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- f) os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- g) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- h) o prazo das inscrições;
- i) a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;
- j) a época da:

- 1 - realização das provas constando o dia, horário e local;
- 2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;
- 3 - publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato;
- 4 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - o limite mínimo de idade para inscrição em concurso será de 18 (dezoito) anos, completados até a data limite para inscrição.

III - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

IV - Interposto recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

V - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

- a) que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.
- b) que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.
- c) que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

IV - Os critérios e demais condições mencionadas neste parágrafo serão estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal do CISAMVI.

#### SEÇÃO IV DOS SALÁRIOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 48 – Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado na forma do “caput” dos artigos 46 e 47 deste Estatuto.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CISAMVI, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º – (revogado)

§ 3º – Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Estatuto ou em lei.

§ 4º – O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

§ 6º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 7º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, neste Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 8º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 9º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

#### SUBSEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 48-A - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II – Diária de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, exceto para países do mercado comum do sul – MERCOSUL, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - A diária corresponderá ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), independentemente do roteiro de viagem, considerados



para período de 24 horas, ou proporcional nos demais casos.

§ 2º - Nenhum empregado pode receber, a título de diárias, quantia mensal de valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva remuneração.

§ 3º - A diária será concedida por dia de afastamento (período de vinte e quatro horas, contadas da partida do empregado), não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

§ 4º - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 6º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 48-B - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

## SUBSEÇÃO II DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS

Art. 48-C - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

## SUBSEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 48-D - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou neste Estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 deste Estatuto;

III – adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII – adicional por qualificação.

Parágrafo único – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

Art. 48-E - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 1º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 2º – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofre penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 3º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

## SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 49 – Os empregos públicos de que tratam os artigos 46 e 47 deste Estatuto terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gerenciamento e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.



**II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

**III – Para o emprego de ADVOGADO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CISAMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CISAMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**IV – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Ensino médio completo.

**V – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar

relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

**VI – Para o emprego de CONTADOR:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**VII – Para o emprego de MÉDICO AUDITOR:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar o controle, avaliação e auditoria e executar a revisão técnica das faturas dos prestadores de serviços médicos públicos, privados e/ou conveniados ao SUS; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior em Medicina; Habilitação através de curso de formação específico de Auditoria Médica, reconhecido pelo Ministério da Saúde e/ou experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada de execução de auditorias médicas em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais; Inscrição e registro junto ao CREMESC.

**SUBSEÇÃO I  
DOS DEVERES**

Art. 49-A – São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes.



III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

#### SUBSEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 49-B – Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades

incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

#### SUBSEÇÃO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 49-C – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 2º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 4º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

#### SUBSEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 49-D – São penalidades disciplinares:

I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.



§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

## SEÇÃO VII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 49-E - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 49-F - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

### SUBSEÇÃO I DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 49-G - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

### SUBSEÇÃO II DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 49-H - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no

exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 49-I - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

### SUBSEÇÃO III DO INQUÉRITO

Art. 49-J - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o



processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 49-K - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 49-L - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

#### SUBSEÇÃO IV DO JULGAMENTO

Art. 49-M - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 49-N - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.



§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Art. 49-O - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

#### SUBSEÇÃO V DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 49-P - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 49-Q - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

#### CAPÍTULO XIII DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 50 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

§ 1º - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21/06/1993.

§ 2º - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 51 -  
Art. 52 - (revogado).

Parágrafo Único -

Art. 57 -  
Parágrafo Único - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

Art. 59 -  
I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei.

X - o produto da arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços.

XI - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

§ 1º - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CISAMVI, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

§ 2º - O Consórcio Público poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de Ente da Federação consorciado.

Art. 60 -  
Art. 65 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

Parágrafo Único - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata este artigo, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

Art. 66 - A retirada de Ente Federado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

Art. 67 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

§ 1º - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:



I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação do Protocolo de Intenções que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembléia Geral do Consórcio Público.

§ 2º - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CISAMVI, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

Art. 68 -

Art. 69 -

I - apresentação e leitura da denúncia em Assembléia Geral, a qual poderá ser apresentada oralmente ou por escrito por qualquer outro representante de Ente consorciado ou por membro da Diretoria, contendo a descrição da falta cometida pelo Ente consorciado;

Art. 70 -

§ 1º - Será objeto de gestão associada, parcial ou totalmente, os:

;

II – Serviços básicos de saúde, inclusive programas como o ESF e outros;

;

§ 2º -

Art. 71 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos de saúde.

§ 2º - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

Art. 72 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

Parágrafo Único -

Art. 73 -

Art. 75 -

§ 8º - (revogado).

## CAPÍTULO XX

Art. 78 -

Parágrafo Único -

V – A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

Art. 79 -

Art. 82 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Estatuto de Consórcio Público.

§ 1º – (revogado).

§ 2º – (revogado).

Art. 83 - "